

Os Filhos da Folha

(Cabo Verde - séculos XV-XVIII)

Zelinda Cohen

OS FILHOS DA FOLHA

(Cabo Verde – sécs XV- XVIII)

Zelinda Cohen



Índice

Nota Prévia	7
I - «Parâmetros»	13
II - Pano de Fundo: Os Corpos Que Administram.....	29
III - A Administração Régia: Criação, Composição	
Hierárquica E Extensão	67
a) a implantação da administração régia em Cabo Verde através	
das ilhas de Santiago e do Fogo	69
a.a) os órgãos da fazenda régia e os seus oficiais.....	72
a.b) as instituições e os agentes da justiça régia	87
a.c) o tabelionato e os órgãos de curadoria	104
b) rumo a uma fase superior da organização administrativa:	
a criação dos órgãos cimeiros de gestão pública	116
c) para lá do polo de eleição: a extensão dos órgãos de gestão	
régia pelas outras ilhas	126
IV - O CONTROLE NO QUADRO DO FUNCIONALISMO	
RÉGIO INSULAR	137
a) o controle prévio: a triagem	137
a.a) os valores de exclusão	137
a.b) entre os seleccionáveis: os atributos tidos na escolha....	154

b) o controle do exercício	168
b.a) o aparelho e os mecanismos de controle ordinários	170
b.b) o aparelho e os mecanismos de controle extraordinários ...	191
 V - DESVIOS E RESISTÊNCIAS AO CONTROLE	 205
a) estudo de caso: as transgressões do oficialato à volta do tráfico	 208
 FONTES E BIBLIOGRAFIA	 221

*Ao António Leão,
Só ao António*

Ficha Técnica

Título: *Os Filhos da Folha*

Autor: **Zelinda Cohen**

Edição: **Spleen Edições**

© 2007: **Autor e Spleen – Edições**

Capa/concepção e composição: **Paiva do Rosário**

Documento de fundo: **Orçamento das ordinárias - ano 1613**

Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

Cabo Verde, cx. 1, doc. 26 (13-Jul-1613)

Paginação: **Eneias Rodrigues**

Impressão e acabamento: **Gráfica do Mindelo, Lda. - S. Vicente**

Patrocínio: INSTITUTO DA INVESTIGAÇÃO E PATRIMÓNIO CULTURAIS

COMPANHIA DE SEGUROS GARANTIA

Cidade da Praia, 2007

Nota ^{Prévia}

Os Filhos da Folha surgiu, de facto, como o primeiro nome. Este agarrar imediato da expressão, qual certeza intuída de algo ainda sem forma, submetido somente à ideia, até então bastante genérica, da necessidade de “trabalhar” o campo da “Administração das Ilhas”, talvez tenha sido ele mais determinante para a construção do objecto de pesquisa do que normalmente acontece, pois bem sabido é, nesses casos, no comum das vezes, tratarem-se os nomes de reflexos e não de reflectores para um conteúdo que se pretende definir.

A área de investigação, circunscrita à partida pelo especial interesse em conhecer a antecedência dos factos e das circunstâncias que haviam de sustentar a antiga convicção do “talento” invulgar do cabo-verdiano para as funções administrativas, mostrou-se vasta e pouco explorada. Pois, tratando-se a “administração” de um domínio considerado por muitos destituído da atratividade que teria a história social ou económica das ilhas; constituindo-se, até então, em elemento de realidade cujo enfoque, quando operado, não estendido muito para além da

apresentação “positiva” dos factos, todo o sentido fazia a incursão pelo terreno, em busca de um conhecimento mais essencial ou, se se quer, mais satisfatório para uma reflexão histórica nesta dimensão.

Se é bem verdade que, em função de alguns trabalhos que fomos desenvolvendo – primeiro, sob a orientação do Professor António Carreira e, depois, no âmbito do *Projecto da História Geral de Cabo Verde* –, já vínhamos tomando contacto com algumas questões importantes de cariz administrativo, o certo é que, no quadro da nossa ambição académica, surgida entretanto, fomos sedimentando a ideia de centrar a investigação numa problemática bem definida e que incidisse apenas sobre uma das estruturas da administração das ilhas. Esta primeira fase do processo de criação, sem dúvida a mais árdua e morosa de todas, por estarmos apenas a apalpar o terreno em busca do filão a explorar, exigiu de nós um enorme esforço. De contenção, por um lado, para não nos perdermos nos generalismos conducentes a formulação nenhuma. Mas também de familiarização com determinados conceitos e matérias ligados à Sociologia e ao Direito logo entendidos necessários ou, melhor até, imprescindíveis para a compreensão e consequente abordagem de certas ocorrências de natureza administrativa.

Identificadas as forças de intervenção nas ilhas, as suas reais esferas de competência e os corpos administrativos daí resultantes – o que foi sendo feito em simultâneo com a construção e delimitação da temática em que insidiria o nosso estudo – a proposta foi-se moldando naturalmente, à medida dos “filhos da folha”. Se foi ou não consciente esse encontro, ou em que medida, será difícil saber. No entanto, entre a desmesurada quantidade de informações produzidas e de assuntos “administrativos” que as fontes contêm, conseguimos, finalmente, fixar o oficialato régio como sector de eleição e reter a problemática dos mecanismos de controle sobre ele e da acção resistente que o mesmo oferecia. A demonstração do funcionamento regular dos órgãos que compunham o sector e o descortinar da filosofia ou “cultura” que se achava por detrás das suas definições e regimentos, tal como o contraponto verificado na tentativa ou mesmo negação da ordem estabelecida, era o espaço em que haveríamos de nos mover.

Os Filhos da folha nasce de um parto difícil. Tratando-se de uma proposta de abordagem assumidamente diferenciada da que tradicionalmente tem dominado a historiografia cabo-verdiana e de uma investigação projectada para um horizonte temporal vasto – para o qual, mesmo que parcialmente, contámos com quase nada de estudos históricos com afinidades conceptual e/ou empírica que nos pudessem servir de apoio –, os constrangimentos para a sua elaboração não se mostraram, de facto, despiçientos. Desbravamento estimulante este, mas que apresentava uma vulnerabilidade incontestável!

Mas, justiça seja feita, a façanha apresentar-se-ia com muito mais obstáculos ainda, se não tivéssemos lançado mão, na nossa busca de compreensão das coisas, de algumas obras que estudiosos, provenientes de outras áreas, nomeadamente a do Direito, têm vindo a produzir no domínio da história institucional. Pois, não fossem eles a avançar antes, dando a conhecer todo um sector da produção jurídica, dificilmente abordável pelos investigadores desapetrechados dos instrumentos de análise fornecidos por aquela ciência, ambições do género da nossa teriam necessariamente de se conformar com um entendimento muito mais brando ou até mesmo equivocado de determinadas realidades. O contributo do Professor António Manuel Hespanha, neste particular, foi-nos (e tem sido) imensurável, mostrando-se fundamental, não só no conhecimento técnico que põe ao serviço da História, como pela leitura “cultural” e sistemática que tem das instituições vigorantes no antigo espaço português de que Cabo Verde veio a fazer parte. A apropriação deste conhecimento para a história das ilhas revelou-se da maior importância e, pelo acréscimo que traz, haverá, decerto, de se repercutir positivamente neste nosso estudo.

Da mesma forma, não foi de somenos importância e nem pudémos deixar de lado, na arquitectura da obra, um quadro de ideias e de problemáticas desenvolvidas pelas Ciências Sociais e que haviam de nos auxiliar, consideravelmente, na interpretação de certos fenómenos pertinentes a este estudo. Neste caso, o recurso a determinados conceitos considerados do património daquelas ciências pareceu ser a chave para a almejada mudança de feição dos estudos históricos que até então têm sido elaborados nesta área, com um visível *deficit*

de enquadramento teórico. As possibilidades de ordenamento e de exposição da documentação com o instrumental fornecido por estas ciências, tornaram-se inegavelmente maiores, observando-se, em variadíssimas temáticas, resultados bem mais interessantes.

O trabalho que ora apresentamos é fruto de muitos anos de investigação, de construção e de reflexão. Constituindo-se inicialmente na nossa tese de mestrado, defendida na Universidade Nova de Lisboa, no ano de 1999, sob o título *Controle e Resistência no quadro do funcionalismo régio insular – Cabo Verde: século XV a meados do XVIII*, tranforma-se agora numa publicação com alguns acrescentos e mais um capítulo que quisemos ajuntar-lhe antes de ser conhecido pelo grande público. Mau grado a aclamação plena que mereceu da banca que o examinou na altura (o que foi deveras estimulante), só agora, depois de vários anos, decidimos, finalmente, libertá-lo para que pudesse cumprir-se completamente, enquanto elaboração da ciência histórica. Fechando o ciclo, como é costume afirmar, com o acto de submissão da obra ao crivo social.

Trata-se, efectivamente, de um estudo que, apesar das falhas e lacunas que contém (e nós, mais do que ninguém, ficamos cientes de grande parte delas), estamos convictos da sua pertinência e utilidade. E isto mesmo sem deixar de reconhecer também a distância que acabou por prevalecer entre a idealização e o trabalho possível.

Para a sua realização, para além do grande auxílio prestado pelo nosso colega de mestrado, Carlos Almeida, que aceitou, com amizade, discutir o texto e revisá-lo para a sua apresentação ao júri examinador, duas pessoas foram-nos especialmente importantes: o meu orientador, o Professor Artur Teodoro de Matos, e António Leão Correia e Silva. Ao primeiro que, não obstante as reservas manifestadas a certas opções deste estudo, permitiu, mesmo assim, que o desenvolvêssemos em moldes a que não se achou especialmente afeiçoado, os meus sinceros agradecimentos. Esta postura de tolerância, compreensão e abertura não era lícito esperar senão de um mestre, na verdadeira acepção da palavra. Agradeço-lhe pelas críticas, pela frontalidade com que sempre as teceu e pelo tempo que me concedeu para “concluí-lo”. Ao António Leão que, do lado de cá, seguiu muito de perto o caminho escolhido com todos os seus atalhos e acidentes de percurso, o meu

pleno reconhecimento. Bem haja os seus largos ombros que tiveram de me amparar e incentivar, quando não até de me ajudar na reinvenção do texto, depois das críticas e auto-críticas emanadas do penoso processo de reflexão e de ajustamento a cada passo desta elaboração! A disponibilidade redobrada que teve para com as nossas crianças, surgidas entretanto, libertando-me bastas vezes de certos cuidados para com elas para que eu pudesse avançar um pouco mais neste longo percurso da criação, terá sido, sem dúvida, outro dos seus actos (de amor e) de claro engajamento para com este trabalho. A cada um na sua medida, agradeço aos três. Agradeço a paciência, a generosidade e os ensinamentos, estes, sobretudo, os que chegaram nas horas de maior angústia e de escuridão. Pois, assim costumam ser as teses!

Praia, Janeiro de 2006.

I «PARÂMETROS»

O objecto deste estudo é uma das organizações – a da realeza - que teve por fim gerir e administrar determinados sectores da vida social no espaço geográfico que hoje é a República de Cabo Verde.

Quando se fala em organização, neste texto, referimo-nos a um conjunto de dispositivos de natureza variada, dos quais destacamos os recursos financeiros, humanos, normativos e materiais, concertados e concatenados de forma a realizar a intenção da entidade criadora dessa mesma organização. Trata-se, aqui, do meio de realização, instrumento para atingir fins. O que define basicamente o conceito de organização é esta natureza mediática entre a intenção e a sua realização. Decorre daí ser nossa matéria de análise não o princípio criador da organização (vontade do soberano), nem o objecto sobre o qual incide o mesmo princípio (comunidade de vassallos residente no espaço geográfico em estudo) mas sim todo um mundo de meios que ligam estes dois pólos. São estes meios que transformarão a intenção em realidade.

Para maior clareza do que seja a organização aqui enfocada, tomemos, como exemplo, a intenção do *Rei* de transferir, para a Metrópole, parte dos rendimentos da Colónia obtidos sob a forma de impostos. Isto só é realizável, se e só, se ele dispuser de meios apropriados. No caso concreto, ele, o *Rei*, tem de contar com um ou vários homens que procedam às operações de cobrança, arrecadação, guarda e transferência. Tem de possuir, complementarmente, recursos não humanos: casa para arrecadar a massa colectada, navios para transportá-la, etc. Por outro lado, são necessárias normas que regulem todas as transacções implicadas nesse processo. As disposições legais determinam as formas de cálculo da massa colectável, o modo de sua cobrança e transferência, assim como toda a conduta que se deve ter nos vários momentos que precedem e completam a operação. Todos esses meios representam, do ponto de vista financeiro, despesas. O *Rei* tem de pagar a funcionários e fretes dos navios, sustentar tripulações, construir ou alugar casas para o armazenamento do produto colectado. Sem o concurso dos meios financeiros, os outros atrás citados (humanos e não humanos) não são operacionais. Em síntese, só com esta multiplicidade de meios (almoxarifes, guardas, pilotos, navios, armazéns, dinheiro, leis) é que a transferência de rendimentos pode efectuar-se.

A organização que, numa primeira abordagem, nos aparece apenas como *medium*, correia de transmissão, ponte entre a intenção e a realidade, constitui-se, todavia, num corpo em si mesmo. Sob esta óptica, e esta é a que privilegiamos, ela passa a ser entendida já não meramente enquanto passagem mas como um mundo coeso, passível de ser percebido com relativa autonomia.

A nossa visão incidirá (não de modo exclusivo e absoluto, é claro) sobre o interior, o uterino da organização. Mais do que a intenção que motiva e orienta a acção organizadora, mais do que a realidade social, destino último da mesma acção, o que se revela importante e prioritário para nós é a própria organização dos meios para a integração dos dois pólos. Nesta medida é que a questão central deste estudo passa a ser, não propriamente a mediação entre a intenção e a realidade, mas sim, a forma como se estrutura essa mediação.

Para que a intenção se transforme em realidade, é preciso que se crie um modo determinado de concertar os meios, de os integrar, empregando a palavra certa, de os *organizar*. Cumpre, portanto, saber como é que se *organizam* esses meios, para que a ligação dos pólos seja possível.

Centrando o olhar dentro da organização, indagamos acerca da sua composição e da articulação existente no seu interior. Todos os seus elementos valem por serem meios. Isto significa que agem, ou melhor, que são postos a agir (a noção de sujeito da acção não é, de algum modo, contraditória com a de instrumento?) em função e em conformidade com a intenção. O funcionário é um meio, assim como um navio, uma casa ou uma espingarda. Não pode por isso, como os demais elementos, agir por conta própria. Eles agem por conta de..., por ordem de..., por mandado de...

Semelhante aos demais meios da organização, o funcionário é, no entanto, pela sua natureza especial, diferente de todos os outros. É, por distinção, o único *recurso* dotado de capacidade de acção consciente. Em consequência disso, é também, de entre todos os meios, aquele que representa uma possibilidade de recusa do papel que lhe é proposto. Só ele e mais nenhum outro - casa, navio, espingarda - tem esta potencialidade. Este atributo coloca-o numa posição estratégica dentro da organização, tanto mais se atentarmos ao facto de estar na dependência dele a implementação de todos os outros recursos dispostos em prol da mesma intenção.

Considerando a especificidade do agente, em confronto com os restantes meios da organização, a questão que se reputou central para o nosso estudo pode ser enunciada ainda com maior precisão. Digamos que todo o problema se resume em saber qual a forma ou os mecanismos existentes para manter o recurso-homem em perfeita sintonia com os ideais da organização. Ou seja, como é que esse homem é *organizado* para ser instrumento de uma vontade que lhe é exterior.

Até aqui, ainda que realçando a sua singularidade, falámos do homem enquanto recurso da organização. Contudo esta, na sua totalidade, tem sido tratada de forma um tanto metafísica e abstrata. Quando falamos em *vontade da organização* ou *ideais da organiza-*

ção, cabe perguntar, a quem exactamente pertencem essa vontade e esses ideais. Por detrás da generalidade do termo, esconde-se uma outra entidade social, muito concreta. Se uns homens são recursos, instrumentos, como já foi dito, outros serão entendidos como detentores e manipuladores da organização. Desnudando, uns homens são recursos de outros homens. Uns sujeito, outros objecto.

O conceito de centro-periferia parece-nos funcional para abordarmos a clivagem inter-humana que perpassa a nossa organização ⁽¹⁾. Encontra-se na posição de centro da organização o grupo de homens que se apropria e instrumentaliza a acção de outros em seu favor. O centro são os homens detentores dos recursos-homens. A periferia, ao contrário, são os homens tidos como recurso. Na medida em que um e outro são definidos, não por outra coisa senão pela relação entre si, podemos dizer que não existe centro sem periferia nem o inverso. Só se é periferia de um centro e, obviamente, um centro de uma periferia.

Utilizado aqui como instrumento de análise das relações sociais a propósito do acto de administrar, o conceito de centro-periferia é capaz de traduzir as divisões e fracturas encontradas no interior da organização. O que sugere é a existência de dois mundos diferenciados e com funções radicalmente distintas: o mundo central e o mundo periférico. O primeiro tem a seu cargo a concepção e a direcção; o segundo processa e executa sobre o *meio-ambiente* as ordens emanadas.

Dentro da organização, o principal centro é o *Rei*. É ele quem concebe e expressa a sua vontade. É, em última instância, quem ordena. Deste ponto de vista, todo o resto é, de certo modo, periferia do *Rei-centro*. Os homens periféricos são funcionários do *Rei*, seus agentes. Toda a organização administrativa criada, em seu nome, para Cabo Verde é tributária da vontade real. Age em seu nome e em consonância com o que ele dita. O *Rei*, ainda que geograficamente longínquo, é o centro da organização administrativa nas ilhas.

Se o *Rei* é o centro, podemos dizer que o Reino é o espaço-centro da organização. Isto significa que é dele donde partem as normas que regem os funcionários estantes em Cabo Verde. Por equivalência, o

1 - Para este conceito, v. Edward Shils, *Centro e Periferia*, Colecção Memória e Sociedade, DIFEL, Lisboa, 1988.

arquipélago, enquanto área de recepção, acatamento e submissão do que é decidido, ordenado e imposto no Reino-centro, constitui-se no espaço periférico. É este tipo de relação política entre os espaços caracterizado pela hierarquia que apelidamos de colonial.

Convém sublinhar, no entanto, que o conceito centro-periferia não se esgota, nem nesta nem em nenhuma outra relação concreta. Podemos identificá-lo numa diversidade imensa de casos sem que perca a pertinência. No interior do espaço local, insular e colonial, encontramos relações que podem ser apreendidas por este mesmo conceito. Ele é válido, por exemplo, se considerarmos a hierarquia existente no foro da própria Colónia.

As instâncias superiores da organização implantados em Cabo Verde passam a ser entendidas por nós como *sub-centros*, já que detêm prerrogativas decisórias sobre outros funcionários ⁽²⁾. Nesta conta, o Ouvidor geral das ilhas é um sub-centro local porque dirige outros agentes da justiça que lhe são subordinados. Estes, em relação àquele, constituir-se-ão na sua periferia.

Ainda no seio do território insular é possível reconhecer outras formas de desdobramento da relação centro-periferia. Ela traduz-se, também, no espaço físico interno, na medida em que a organização se implanta geograficamente. Há espaços-centro e espaços-periferia. Como do ponto de vista organizacional anteriormente definido, o centro dos centros é a Corte, onde se decide em última instância. Mas existem espaços sub-centros também na Colónia. O local onde residem os poderes decisórios em Cabo Verde torna-se espaço-centro, isto é, Capital. Significa que é dele donde emanam as ordens dadas dentro da Colónia. Os outros espaços são-lhe, *grosso modo*, submissos ou dependentes. Num plano ainda mais restrito e em virtude da proximidade de certas ilhas e do seu desenvolvimento desigual e/ou interdependente, ocorre, por vezes, a mesma relação. A ilha da Brava, por um lado, e a de São Vicente e a de São Nicolau, por outro, chegaram a constituir-se em espaços-periferia do Fogo e de Santo Antão,

2 - A ideia de sub-centro é equivalente à de semi-periferia desenvolvida por I. Wallerstein, tendo, no entanto, em relação àquela uma conotação eventualmente mais geográfica. Cf. I. Wallerstein, *Le Système du Monde du XVIe Siècle à nos Jours*, vol. I, *Capitalisme et Économie-Monde: 1450-1640*, Flammarion, Nouvelle Bibliothèque Scientifique, Paris, 1980.

respectivamente. Todas elas, no entanto, eram espaços-periferia da Ribeira Grande (Santiago) e, em última instância, incluindo-se esta, do centro dos centros, a Metrópole. A ideia de centro-periferia pode ser desdobrada sucessivamente.

Acontece, no entanto, que o sub-centro local (o Ouvidor geral, por exemplo), na medida em que a sua acção não é soberana, isto é, ilimitada, não se torna propriamente um *Rei* na Colónia. A sua competência, a sua área legítima de decisão está delimitada e submetida ao controle do *Rei-centro*. Contudo, ele mais do que qualquer outro funcionário da justiça local, tem um espaço próprio de decisão e direcção. A organização concede-lhe uma margem de autonomia maior do que a qualquer outro agente desta mesma instância. É isto que confere ao Ouvidor o estatuto de sub-centro.

Na medida em que descemos na hierarquia da organização, as margens de autonomia e as prerrogativas de concepção e decisão vão sendo gradualmente menores. Os escalões mais baixos aproximam-se mais da ideia de periferia a pleno. Entre outros casos, citamos o exemplo do carcereiro. Ele, enquanto funcionário, nada decide sobre quem prender, o tempo e as condições do aprisionamento. Tudo isso é inteiramente deliberado pelo ouvidor ou juiz. O carcereiro apenas executa *tout court* o que lhe é superiormente ordenado.

O *Rei*, o ouvidor e o carcereiro têm funções diferentes, tanto do ponto de vista técnico como político. No entanto, pertencem à mesma organização. A ideia a sublinhar é a das diferenças complementares. Para que a organização assegure a unidade entre esses três elementos (utilizados, aqui, apenas como símbolos), é preciso preencher dois requisitos: o da conexão e o da submissão hierárquica.

A conexão depende, fundamentalmente, da existência de um sistema que possibilite a troca regular de informações entre os vários componentes e instâncias da organização. Na ausência dele, sequer é pensável a ideia de organização. Sem um sistema de circulação de informações, a acção concertada, cooperativa e conjugada que se requer entre os vários membros da organização não se realiza. Assim sendo, as várias instâncias encontrar-se-iam isoladas, independentes umas das outras, formando uma justaposição de elementos não integrados, o que é, claro está, incompatível com a ideia de organização.

No nosso caso concreto, a organização surge num momento de alargamento do Estado Português. Este facto torna mais complexa a conexão no seu interior, visto que o centro de concepção e direcção encontra-se separado, por grandes distâncias geográficas, da sua periferia. Para que a organização sobreviva é preciso que ela disponha de um conjunto de recursos que superem, neutralizem ou dominem a distância-obstáculo. Daí ser vital, para o seu funcionamento, o desenvolvimento dos meios de comunicação e transmissão de informação à distância.

A título de exemplo, vejamos como no caso dos nossos três elementos-símbolo a conexão é viabilizada. Imaginemos que o *Rei* publica, no Reino, um alvará acerca de uma questão qualquer na Colónia. O problema da organização vai ser tornar presente a vontade expressa do *Rei*, ao carcereiro, último elo da cadeia em Cabo Verde. Para que isto ocorra é necessário que haja uma série de mediações que passamos agora, sumariamente, a descrever. O *Rei* faz o registo escrito da sua vontade; a voz, transformada em texto, permite que a vontade régia chegue a um lugar longínquo, sem corrupção. Os meios de transporte marítimos, o conhecimento das rotas, asseguram a transmissão da mensagem contida no alvará. O ouvidor que recebe e descodifica a mensagem repassa-a às instâncias que tem a seu cargo e a outras, até à execução imediata da ordem. A publicação do alvará marca o tempo: tempo antes e depois da lei. A partir dela, a realidade deve ser reinterpretada. Face a qualquer acção tida, em consequência do alvará, como transgressora, os funcionários especializados na repressão directa são postos em acção. O nosso carcereiro aparece, por fim, enclausurando, por vontade do *Rei* longínquo, o infractor na Colónia. São os meios técnicos (alfabeto, navios, papéis) que tornam possível a ligação entre o primeiro e o último elo da organização. Se não existissem, a vontade do *Rei* jamais poderia estar presente ao carcereiro.

Mas apesar da importância estratégica dos meios técnicos de conexão acima referidos, não são estes que asseguram a conformidade entre os vários componentes da organização. Os meios técnicos possibilitam-na mas não a criam.

O factor que explica a manutenção da organização e que permite a sua reprodução no tempo é de natureza política. Tudo depende, em

última instância, da capacidade do *Rei-centro*, de fazer com que a sua vontade seja aceite e realizada em cada escalão da sua periferia. Isto equivale dizer que há que haver sim conexão, mas uma conexão de submissão; há que haver sim unidade, mas uma unidade hierárquica. Não estando os funcionários submetidos a uma única vontade, que não é outra senão a do centro, por mais eficazes que sejam os seus meios técnicos, a organização não pode ser mantida. O alvará transmitido ao ouvidor pode permanecer como *letra morta*, se o centro não tentar eliminar *a priori*, por certos mecanismos, qualquer acção contrária ou paralela vinda dos seus agentes periféricos. Os meios que disporá para isso são diversos, mas, no entanto, o poder da organização, isto é, a capacidade do centro para neutralizar as vontades concorrentes dos funcionários, conhece limites.

A lógica que preside ao comportamento dos homens na Colónia - e aqui empregamos *homens* e não *agentes*, porque agentes é o que a organização lhes propõe que sejam - subverte a lógica institucional. Eles tendem a aumentar as suas margens de autonomia, furtando-se o quanto possível à submissão ao *Rei-centro*. Além disso, apropriam-se de recursos diversos da mesma organização a que pertencem e utilizam-nos para fins privados. Uma das formas mais flagrantes de concorrência de vontades no seio da organização manifesta-se pela luta entre o público e o privado. Público e privado, isto é, entre o interesse público (assumido pela organização) e o privado de que são portadores os homens que ela emprega. Por mais que esta se esforce, não consegue fazer desses homens puros agentes seus, funcionários *a pleno*.

Dotados de interesses próprios, diferentes e mesmo contraditórios com os da organização, os homens recrutados como funcionários tendem a empreender acções que, do ponto de vista daquela, significam dano e lesão ao seu funcionamento. Na perspectiva inversa, a satisfação dos interesses da organização representa, necessariamente, a privação e a frustração dos interesses dos homens que ela emprega. O conflito é, portanto, inerente à natureza da organização. Geri-lo de forma a fazer prevalecer, em detrimento de todos os outros, o interesse que advoga ser público, será a meta do centro da organização.

Para conseguir tal objectivo, o centro conta com um conjunto de meios de repressão para coarctar todos os interesses que lhe são antagónicos. Se esses meios de repressão conseguissem eliminar completamente todas as manifestações perturbadoras, a organização funcionaria *em pleno*. Este estado, no entanto, nunca ocorre completamente. Isto porque os meios de repressão deparam-se com a acção resistente dos homens de quem, contraditoriamente, o centro não pode prescindir para atingir os seus fins. A acção desses homens visa situá-los fora do alcance da repressão, isto é, numa área que não seja politicamente controlável pelo centro. Isto será parcialmente possível por existirem brechas no controle, que nunca consegue ser total e absoluto.

Se cada uma das partes (centro e periferia) tem os seus interesses, suas estratégias e meios, o problema que se põe é acerca do resultado do confronto nessa díade. Esta antítese produz uma síntese que nunca é a subjugação total de uma parte pela outra. Joga-se no meio campo, coexistindo sempre o conflito.

A análise a que nos propomos assentará no movimento dialético derivado do conflito existente no interior da organização. No movimento que advém das acções empreendidas pelo centro para dominar a periferia e das tentativas desta para fazer frente à acção daquela. A resistência da periferia, na medida em que suscita redobradas tentativas para o seu controle e neutralização, abre um ciclo de acção e reacção entre os dois termos que procurámos identificar.

Começemos por apontar os meios historicamente concretos, utilizados por cada um desses actores na luta para conseguir soluções que satisfaçam a cada uma das partes.

Para dominar e controlar a dinâmica da periferia, o centro da organização vale-se de um conjunto variadíssimo de meios (ordenações, regimentos, alvarás, tomadas de conta, devassas, etc.) que, segundo o nosso entendimento, podem ser agrupados em duas categorias. O primeiro tipo de instrumentos de controle situa-se ao nível da produção jurídica. Trata-se da instância que cria leis, normas, gerais e particulares, que regulam desde a escolha até à conduta dos funcionários. No concreto ela produz ordenações, regimentos, provisões, alvarás. É o primeiro nível de controle, não necessariamente do ponto de vista cro-

nológico, mas sim segundo uma perspectiva lógico-processual. Esta é a via pela qual o centro da organização expressa a sua vontade.

Na segunda categoria, encontramos instrumentos accionados em prol do cumprimento, da aplicação e da verificação das leis instituídas na instância anterior. Com este tipo de controle o que se visa é fazer da norma uma realidade social. As tomadas de conta, as inquirições e as devassas são alguns dos procedimentos adoptados para este fim e aqui também deveremos incluir, por paradoxal que possa parecer, os procedimentos adoptados na selecção dos candidatos aos diversos ofícios.

Muito embora sejam de natureza diferente, é fácil observar a interdependência e a complementaridade das duas instâncias de controle enunciadas. Reduzida só à jurídica, o controle não se efectivava, não se realizava. Ele seria uma realidade mera e puramente subjectiva. Ao inverso, na sua ausência, a organização não poderia funcionar na medida em que lhe faltaria o substrato normativo para a utilização de todos os outros meios para atingir os seus fins.

Os actores que vão proceder a esses dois tipos de controle são, por analogia e identificação com o mundo central e periférico, radicalmente diferentes. É o *Rei* quem cria a Lei, e são os seus funcionários que realizam todos os procedimentos que visam materializar a Lei.

Quanto à sincronia, à concatenação que necessariamente tem de existir entre os dois actores, entre as duas instâncias de controle, vejamos como, num caso particular, isto se evidencia.

Ao escolher-se um almoxarife para Cabo Verde, tenta-se, à partida, garantir ao máximo a sua conformidade com as normas da organização. Em primeiro lugar, ele é recrutado e provido em função de determinados critérios tidos como factores propensos à obediência e ao cumprimento da função que lhe é destinada. No acto da sua nomeação, o escolhido, pelo juramento que faz aos Santos Evangelhos, fica logo obrigado a agir conforme a vontade do topo da organização. Submete-se, portanto, às leis gerais do Reino (Ordenações, Direito Canónico) e às normas particulares da função que ocupará (Regimento, Provisões).

Mas este tipo de controle sobre o funcionário não garante, por si só, o acatamento das normas da organização. Ele tem de ser complementado com outros procedimentos que definimos como tipicamente de

segunda instância. Isto quer dizer que, no exercício das suas funções, o agente fica sujeito à tomada de contas (regulares ou não), à fiscalização feita por outros funcionários, a inquirições, devassas, etc.

Mas essa teoria, que postula a divisão centro-periferia, em que o primeiro dos pólos acumula e monopoliza toda a produção jurídica e ao segundo compete, exclusivamente, executar o determinado, não deixa de ser contraditada, aqui e ali, pela realidade. Convém, por isso, introduzir nesse princípio alguma relativização.

No caso de certos funcionários periféricos, que atrás definimos como sub-centros da organização, verificamos que a autonomia de que gozam assenta, inclusive, em algumas atribuições jurídicas que o centro lhes confere. É o caso, por exemplo, do governador das ilhas que, em circunstâncias muito particulares, tem a faculdade de regulamentar algumas matérias de carácter local.

Todavia, essa atribuição jurídica, como aliás já foi dito, encontra-se limitada pelo centro (no seu âmbito e extensão) e fica sempre sujeita à sanção deste. A limitação é, portanto, *a priori* e *a posteriori*; e a sanção expressa-se pelo consentimento tácito ou explícito, ou então pela correcção punitiva.

O segundo reparo a fazer é quanto à afirmação atrás sustentada de que a instância de controle normativa precedia, lógico-processualmente, a executiva. Não sendo de todo falsa a asserção, há, no entanto, fluxos que invertem o sentido por nós descrito. Se o *Rei*, isto é, o centro da organização, cria a norma e os funcionários implementam o seu acatamento, este processo não deve ofuscar a percepção dos casos em que é a própria acção executiva que desencadeia a norma. Através das informações dos funcionários sobre o impacto da aplicação de determinadas normas, ou mesmo, em alguns casos, da sua total ausência onde observa serem elas necessárias, o *Rei*, em função do que lhe é relatado, confirma ou explicita a já instituída, ou então, cria uma nova norma. Não existe, por isso, entre a instância normativa e a executiva, uma relação unidireccional. Antes pelo contrário, predomina a bidireccionalidade. Daí que a organização imponha aos seus funcionários a obrigação (aliás contemplada nos regimentos, provisões e alvarás) de informar regularmente o centro sobre a suficiência dos regulamentos existentes e as reacções suscitadas pela implementação das normas.

Este fluxo de informação periferia-centro, executivo-normativo é vital para o funcionamento da organização. Sem ele, acentua-se o abismo entre as duas instâncias e a unidade da organização (definida por nós como uma das suas principais características e como pré-condição para o seu funcionamento) fica logo inviabilizada. A ocorrência dessa desfasagem explica, até certo ponto, a reduzida eficácia da organização em determinados momentos históricos.

Já especificámos a natureza do controle exercido pela instância executiva e que se relaciona com a aplicação das normas. Esse tipo de controle que também é concebido pelo centro depende, no entanto, dos funcionários a quem se confia a sua execução. No nosso caso, o funcionário executa um controle sobre outro ou outros funcionários. Deste ponto de vista, ele é controlador. Mas como não concebe o controle que executa, ele também é controlado pelos parâmetros da concepção. Ele controla os outros em conformidade com o que lhe foi estabelecido, estipulado e, por isso, o controle que exerce (sobre os outros) é, em última instância, controlado pelo centro.

Enquanto executores de controle, os funcionários dispõem de certos meios para garantir o funcionamento normal da organização, e de outros que só são accionados aquando da ocorrência de comportamentos transgressores. Chamemo-los de meios regulares de controle, os primeiros, e de irregulares ou extraordinários, os segundos. Os regulares são aplicados para controlar os comportamentos tidos como normais, legítimos. O seu fim é manter os funcionários em total conformidade com as normas. Já os meios extraordinários, que apenas são postos em funcionamento mediante o rompimento da norma, visam antes repôr a situação que tinha sido abolida pelo acto transgressor.

No primeiro grupo desses procedimentos-controle situam-se as tomadas de conta e as residências, que não são mais do que operações que a organização realiza, de tempos em tempos, para aferir o comportamento dos funcionários. Este tipo de controle caracteriza-se por ser a prazo, pois trata-se, um e outro, do exame de comportamentos ocorridos durante alguns anos. Para exercê-los é preciso haver formas de registo que possibilitem a aferição no tempo determinado. Se as operações quotidianas não fossem registadas, a todo o momento, não sobreviveriam ao tempo e, como tal, não estariam presentes no momento desses exames.

As operações de registo são, por isso, pré-condição para as tomadas de conta e residências. Este tipo de controle é aplicado a funcionários que têm uma posição estratégica dentro da organização. São agentes que, devido às atribuições do cargo que ocupam, mantêm sob sua responsabilidade o desempenho de um sector - por exemplo, contadoria ou provedoria, no caso da fazenda, corregedoria ou ouvidoria geral, no caso da justiça - ou até da administração geral do espaço periférico, como é o caso do capitão-governador.

No segundo grupo dos procedimentos-controle situam-se as inquirições e as devassas. São operações excepcionais e que apenas são accionadas perante a suspeita de transgressão às normas de funcionamento. É preciso verificar-se a possibilidade de ocorrência de um comportamento criminal para que este tipo de controle seja desencadeado. O que permite à organização avaliar o comportamento de um funcionário para poder aplicar as suas sanções, no caso de desvio, é o conjunto de meios técnicos de que dispõe para a reconstituição da sua acção. Sem o desenvolvimento de um processo que permita a recomposição dos actos do funcionário dado como suspeito da infracção, esse tipo de controle torna-se inaplicável. Tudo depende, portanto, da eficácia desse processo técnico que é a investigação judicial. Ele baseia-se, fundamentalmente, na recuperação do acto que se suspeita ser crime, a partir dos depoimentos registados (autos) e selectivamente colhidos. Para que a organização desencadeie uma devassa é preciso que ao seu centro chegue uma demanda (queixa). Todo o problema consiste em apurar a veracidade, ou não, das acusações contidas no processo-queixa.

Mas existe ainda um terceiro tipo de controle-executivo que, ao contrário dos outros dois nomeados, não derivam do quadro normativo em vigor. O *Rei* tem capacidade de criar soluções fora do juridicamente instituído. Isso põe, frente a frente, duas vertentes importantes da organização e que são: o arbitrário e o regulamentado, a norma e a vontade régia, a solução jurídica cristalizada numa fórmula e a solução pontual e circunstancial. Já neste momento basta-nos assinalar, somente, a existência desta forma de controle, hoje um tanto atípica mas que, na época em apreço, desempenha uma função de relevo com as outras citadas.

Até aqui, por força de ter de caracterizar os meios de controle presentes na organização, temos, indirectamente, aflorado a questão da resistência ao acatamento do que é instituído como norma. Cabe agora analisar os desvios e desacatamentos, não mais através das medidas repressivas, mas em si próprias.

Como salientámos de início, a integração organizacional, definida na sua unidade hierárquica, é algo problemática. Os homens admitidos como funcionários tendem a contestar este estatuto, a fim de rentabilizar os seus interesses materiais ou simbólicos. Com frequência, os seus fins acham-se em contradição com os propostos pelo centro. Essa contradição, sublinhamos pela repetição, é o motor da dinâmica, isto é, o que dá origem aos acontecimentos que são objecto do nosso estudo. São os interesses próprios dos indivíduos recrutados como agentes da organização (não coincidentes e contraditórios com as normas) as verdadeiras causas motivadoras da transgressão. Importa distinguir as causas dos comportamentos desviantes e as condições ambientais que facilitam e fazem prosperar estes comportamentos. Como fizémos em relação aos tipos de controle, classifica-se de seguida esse conjunto infinito de desvios ocorridos dentro da organização.

O desvio está em conexão íntima com a norma. Como anteriormente se disse, existem duas formas de controle organizacional, a recordar: a normativa e a executiva. Esta última, dividimo-la em duas categorias: uma que pertence a um conjunto de meios ligados ao funcionamento normal da organização, e outra que se liga ao controle dos comportamentos irregulares. O desvio segue, em parte, esta mesma linha classificatória.

A transgressão à norma cria logo uma situação irregular (anómala). Nessa circunstância, a organização acciona alguns meios de controle extraordinários, visando repôr a situação normal. Acontece, todavia, que os meios utilizados para reparar a acção transgressora podem encontrar também, no seu desenrolar, outras resistências. Este tipo de resistência é distinto e deve ser diferenciado daquele inicial. Vejamos como um e outro, a seu tempo, se manifestam.

Para escapar ao controle organizacional, o funcionário vai adoptar *grosso modo* alguns comportamentos típicos: a sonegação de informações, o desvio e a apropriação dos meios da organização para outros

fins que não os por ela propostos e outras fraudes, aparentemente “menores” mas de modo nenhum menos eficazes que, sob a designação um tanto vaga, chamamos de *formas passivas de resistência*.

Quanto à sonegação de informações, ela consiste em falsear as declarações ou, pura e simplesmente, omitir os factos que, por dever de ofício, haviam de ser dados ao conhecimento da organização. No primeiro caso, o funcionário produz informações dissonantes: por exemplo, subregistra o volume da carga entrada, altera o conteúdo dos depoimentos judiciais, ou falsifica os registos feitos, corrigindo-os segundo os seus interesses (rasura). No segundo, o funcionário não regista a informação, isto é, não a cria ou, então, bloqueia a sua circulação de modo que ela não chegue ao término do circuito (centro). Esses comportamentos, por jogarem com a desinformação e com a ocultação dos factos, acabam por ser os mais lesivos ao funcionamento da organização. Pela mesma razão, constituem-se também na mais consistente forma de resistência. O centro, na medida em que desconhece ou conhece mal a sua periferia, torna-se impotente na sua acção controladora. Esta situação permite o desenvolvimento de outras transgressões, visto o centro se encontrar, em virtude dos bloqueios nos sistemas de transmissão de informação, incapacitado de exercer vigilância e desencadear acções correctivas. Age-se inconformemente, porque se sabe que as instâncias centrais não terão disso conhecimento.

No que se refere ao desvio dos recursos da organização, o funcionário pode apropriar-se dos recursos do Estado (mercadorias, bens de raíz e móveis) e utilizá-los em favor próprio e de forma lesiva à organização. Os casos em que os almoxarifes utilizam os bens da Fazenda real postos sob o seu controle (escravos, algodão, edifícios) para daí auferirem rendimentos, ilícitos do ponto de vista da organização, fazem parte deste tipo de desvio. Mas também os homens, enquanto recursos da organização (funcionários), são passíveis de ser apropriados e desviados dos fins que a organização lhes destinou. Certos funcionários podem utilizar-se a si próprios e a outros, para fins estranhos. Por exemplo, o corregedor pode valer-se dos homens, postos à sua disposição para levar a cabo os processos de correição, para fins não judiciais e de Estado (fins particulares). Por mais estranho que possa parecer, o homem dentro da organização é, também, um meio, um instrumento.

A apropriação indevida dos meios da organização diz respeito, também, aos recursos jurisdicionais, isto é, aos regimentos, provisões, etc. O funcionário pode exceder o âmbito que lhe é delegado pela sua jurisdição ou proceder de forma inversa, não executando o que constitui matéria de sua alçada. Trata-se de uma acção por excesso e de outra por defeito. Ambas representam um desvio dos recursos regulamentares da organização quando postos ao serviço da estratégia resistente dos funcionários.

Esta segunda forma de resistência, para poder expandir-se, tem de contar com uma reduzida eficácia na transmissão de informações. A ignorância do centro perante os comportamentos periféricos desviantes explica, largamente, a impunidade, isto é, a vitória do desvio sobre a norma.

A acção resistente do funcionário pode, ainda, manifestar-se pela negligência, extrema lentidão na execução do que é emanado, etc. Esses comportamentos que apelidamos de *difusos* e *passivos* são mais difíceis de ser identificados e descritos. São micro-transgressões que muitas vezes nem chegam a criar procedimentos disciplinares, mas que, pela sua acumulação, acabam por ter efeitos importantes no desempenho da organização. Concorrem para abrandar, atenuar, esfriar os processos-controlados pelo centro. É a resistência de atrito.

Cabe, por último, assinalar uma outra forma de resistência, qualitativamente diferente das anteriores por partir já de uma situação considerada anómala. Falamos, aqui, das acções que transgridem os procedimentos da organização que visam punir o desvio ao comportamento normativo. Referimo-nos, portanto, à resistência às acções correctivas. Ela, o que pretende é impedir a organização de contrariar o que a contraria. Este tipo de resistência, na medida em que não é neutralizada, põe em xeque a própria ordem e a unidade hierárquica existente dentro da organização. O crime não punido suscita a possibilidade do seu alargamento. Estabelece-se e reina a desordem. Em função dessa característica o Estado interpreta este tipo de crime como de maior gravidade. Dessa forma, estabelece, também nesses casos, uma maior violência penal. A forma mais corrente de manifestação deste tipo de resistência é o não acatamento à ordem de prisão.

II PANO DE FUNDO: OS CORPOS QUE ADMINISTRAM

A meio do périplo africano, como convencionou chamar-se a rota seguida pelos portugueses no seu movimento expansionista inaugurado no início do século XV, os navegantes lusos atingiram a área da costa ocidental africana que designaram *Rios de Guiné*. Pouco mais tarde, chegaram às ilhas de Cabo Verde.

Se Cabo Verde foi descoberto em 1460, 1456 ou mesmo antes, é pouco relevante para este estudo. O facto em si, embora tenha algum valor quando se pretende analisar as navegações e o conhecimento cartográfico, relativiza-se num estudo sobre administração. O nosso ponto zero, não o fixaremos aí, mas, antes, no facto jurídico da assimilação do espaço novo ao pré-existente. O momento de chegada e o de integração, ainda que cronologicamente próximos um do outro, são distintos. Partiremos, portanto, não da descoberta no sentido náutico do termo, mas sim da ocorrência em que o arquipélago passa a ser parte integrante de uma entidade política. Não será este o primeiro acontecimento, propriamente dito, da história administrativa de Cabo

Verde? Para nós, pelo menos, o limite mais recuado da pesquisa coincide com o instante em que as ilhas são enquadradas no património do Reino português de então.

O enquadramento dá-se, neste caso, pela cativação do espaço descoberto por um poder central e dominante na sociedade que empreendeu a descoberta. Este, torna exclusiva a relação com o novo espaço, ou seja, retira a hipótese de poderes concorrentes ou colaterais que possam pôr em dúvida a sua máxima autoridade sobre ele. Isto quer dizer que o *Rei*, tanto do ponto de vista nacional como internacional, passa a ser reconhecido com poderes plenos sobre as ilhas⁽³⁾. É nesta medida que ele alcança de direito, a soberania sobre a área insular.

Mas a soberania que começa por ser uma afirmação *de jure*, só é completa, se se tornar algo de facto. A sua afirmação jurídica não é, por isso, em si mesma, suficiente, e, se não for acompanhada de uma acção efectiva de ocupação e administração do espaço, ela não passará de uma letra de lei que nunca forma uma realidade a ela semelhante. O espaço, ocupado e administrado segundo os princípios juridicamente firmados, constitui-se em território de uma entidade política.

Partimos da premissa básica que, para salvaguardar uma relação de soberania com o novo espaço, o *Rei* tem, necessariamente, de valer-se da **função administrativa**.

A função depende de elementos concretos organizados, isto é, de órgãos com capacidade de gestão. Ela há-de materializar-se pela acção de uma pluralidade de corpos distintos, patrocinados e integrados pelo *Rei* de modo a traduzir a sua soberania sobre o espaço em questão.

O poder régio não é, por conseguinte, o único envolvido no processo de cativação e administração do novo espaço. Não o foi na empresa marítima das descobertas⁽⁴⁾ e nem o será na fase seguinte

3 - Esta afirmação só é válida no campo puramente jurídico. Na realidade, a questão é problemática, sobretudo na esfera internacional, e a concorrência mantém-se. V. a esse respeito, Marcello Caetano, *História do Direito Português [1140-1495]*, Editorial Verbo, Lisboa / S. Paulo, 2ª ed., 1985, pp. 520-524.

4 - Sobre os sectores da sociedade portuguesa participantes na empresa dos descobrimentos, ver a tese de doutoramento de Manuel Nunes Dias, *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549)*, vol. I, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1963, pp. 47 e segs.

do seu desdobramento⁽⁵⁾. Outras forças terão lugar nesta realização, demasiado complexa e onerosa para ser empreendida por um único poder, mesmo que este seja dominante em relação aos demais.

O poder régio, que se expressa e consolida pela e na acção de seus funcionários e agentes, é hegemónico mas não exclusivo. A ele estão associadas outras entidades próprias do Estado Português ou então que, não obstante o transcender (é o caso da Igreja católica), nele participam como elemento integrador.

Da mesma forma que os seus funcionários, essas outras entidades são uma via obrigatória para a transmissão do poder e autoridade suprema do soberano sobre o espaço transformado em território.

Os participantes na empresa colonizadora, nomeadamente o conjunto de oficiais régios, o Donatário, a Câmara e a Igreja devem, por isso, ser aqui avaliados na sua acção convergente e comum que os torna realizadores da função administrativa, segundo as necessidades de um poder hegemónico.

Pese-se toda e qualquer concorrência ou contradição que possa existir entre eles, ou luta mesmo, derivada dos vários interesses em jogo que cada uma dessas entidades defende, os corpos que encarnam (ou são de cada um deles resultantes) são meios necessários para a tradução da soberania do *Rei* sobre o novo espaço.

Justapostos, integrados, de forma harmónica ou nem tanto, serão estes corpos que enformarão a nova sociedade, dando-lhe uma feição organizacional compatível e similar àquela existente no Reino.

Mas se o *Rei* detém a prioridade sobre todos esses corpos, definindo-lhes, inclusive, as modalidades de actuação, contudo, nem todos eles lhe serão de igual modo tributários. Inerente ao processo de colonização está um modo diferencial de relação com o soberano. Esta diferenciação dá-se em função dos serviços e do papel que cabe a cada um deles desempenhar no empreendimento colonizador.

5 - Em rigor, as duas fases ocorrem também em simultâneo pois, ao mesmo tempo que se descobrem novas terras, exploram-se as já descobertas. Lembremos, a propósito, que em uma das cláusulas do contrato de Fernão Gomes - rendeiro que iniciou a exploração da Costa da Guiné (1468) - previa-se que ele descobrisse, em cada ano, 100 léguas da Costa ao Sul de Serra Leoa. (Texto de João de Barros, Déc. I, liv. II, cap.II), incluído na colectânea do Padre António Brásio, *Monumenta Missionária Africana* - 2ª série, vol. I, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1958, doc. 65.

Em razão desta condição, certos agentes encontrar-se-ão na directa dependência do *Rei*, enquanto outros conservarão margens variáveis de autonomia ⁽⁶⁾.

A organização levada a cabo por todas essas entidades, na medida em que assenta no modelo central, não deixa de projectar no espaço ultramarino uma estrutura social e política próxima e o mais perfeitamente articulada com a vigente na sociedade que serve de matriz. Assim, no acto de administrar, os órgãos incumbidos dessa função estão ao mesmo tempo forjando, na nova área, uma comunidade de indivíduos submissos e que se relacionam segundo referenciais, ordem e disciplina ditados pelo Reino.

Este alcance de realização dos órgãos com função administrativa é tão importante que se constitui em condição básica para a boa gestão dos recursos existentes ou criados no espaço cativado. E quanto mais eficaz for a transmissão dos valores nacionais à sociedade em gestação, tanto mais facilmente o Estado poderá apropriar-se de parte da riqueza produzida pelo grupo comunitário que se instala e explora a nova área.

Os órgãos com função administrativa não só contribuem e viabilizam a exploração colonial empreendida pela Coroa e os seus agentes económicos, como asseguram a transmissão de valores decisivos à nova comunidade que deve aceitar, com resignação, os encargos a que, pela sua condição de vassalagem, se encontra obrigada para com a entidade fundadora. Transmitem e asseguram os valores e, por essa forma, também a ordem necessária e desejada pelo poder hegemónico, dispondo, inclusive, de meios coercitivos para a manter.

Essa múltipla capacidade dos corpos decorre dos poderes que lhes são atribuídos (ou reconhecidos) pelo *Rei*, que consegue impôr-se e manter-se como referência máxima aos súbditos distantes, o que faz, sobretudo, por intermédio das entidades em questão. Cada órgão, com a sua quota de responsabilidade na gestão do espaço humanizado, realiza e garante, em vários aspectos e níveis, a soberania régia.

6 - Etribam-se, tais princípios, na chamada concepção corporativa da sociedade, desenvolvida pelo Prof. Hespanha para o Antigo Regime. Para ela “o poder era, por natureza, repartido”, cabendo a cada um, nessa partilha, uma função determinada que, para ser exercida, necessitava da autonomia correspondente. António Manuel Hespanha, *Poder e Instituições no Antigo Regime - Guia de Estudo*, Edições Cosmos, Cadernos Penélope, 1, Lisboa, 1992, p. 29.

Como já foi dito, o grau de autonomia desses quatro corpos frente ao *Rei* constitui um critério de diferenciação. Não obstante serem, todos eles, do ponto de vista do Estado Português, instrumentos para o exercício de sua soberania, cada um gozará da autonomia que lhe for peculiar e necessária para o desempenho das suas funções.

Entre os funcionários régios, as autoridades da Câmara, da Igreja e os representantes da casa donatarial, existem diferentes formas de relação com o soberano. Os primeiros acham-se na estrita dependência do *Rei*. É este que os escolhe, define e regimenta, a todo o momento, o seu desempenho. O comportamento e a acção desses funcionários são quotidianamente controlados directa ou indirectamente pelo monarca, que tem, também, a capacidade única de intervir, através de acções punitivas, no caso de desobediência ou de extravasamento das definições.

Nos outros corpos, a participação do poder régio é qualitativamente diferente. Mesmo porque assim o exige a natureza de suas funções. Aqui, ao contrário, o *Rei* não controla de modo tão contínuo e imediato o seu desempenho. Ele investe num controle essencialmente selectivo. Em vez de se tornar presença global e total dentro dessas organizações (omnipresença), vai pontuar a sua acção controladora em momentos, aspectos e sectores vitais para a transmissão e reprodução da sua soberania. Chamaremos a estes (Câmara, Donatário, Igreja), em função do que definimos como objecto do nosso estudo, de *corpos auxiliares da administração*. E, por assim ser, não caberá no âmbito deste trabalho analisar a actuação de cada um deles mas situar apenas os limites legais que a definem. Daí que neste capítulo (dedicado aos corpos administrativos em geral) a observação venha centrar-se exclusivamente no campo jurídico, não importando a verificação da execução administrativa mas somente a das disposições legais que fixam, definem e regimentam o desempenho desses corpos. Numa palavra, a regulamentação que orienta a execução administrativa.

O campo jurídico, apesar de único será, todavia, decomposto em dois grandes níveis: o geral e o particular. O primeiro contém as disposições básicas e fundamentais que regulam, de modo abrangente, tudo o que diz respeito aos referidos corpos. Se bem que grande parte destas disposições tenham um carácter genérico, por estabelecerem

balizas, tendem a condicionar as leis de segundo nível (7). Estas, em princípio, decorrentes daquelas, mas com finalidade de normatizar situações muito concretas.

As leis gerais têm uma extensa área geográfica de aplicação. São geralmente leis imperiais, isto é, que abrangem todo o espaço de soberania portuguesa. Ao invés, as leis particulares têm um campo de aplicação geograficamente limitado e delimitado. No nosso caso, são as leis que dizem respeito ao espaço cabo-verdiano e ao seu distrito, no seu todo ou em parte.

A legislação acerca das donatarias é, com certeza, um bom exemplo para expressar essa divisão, podendo-se identificar o código das *Ordenações* com as leis de primeiro nível e as *Cartas de doação* com as do segundo.

As *Ordenações* definem, *grosso modo*, o conteúdo que deve presidir a todas as doações, ou seja, o denominador comum de todas elas: o que pode ou não ser doado, os limites dos poderes delegados aos donatários, as prerrogativas que ficam nas mãos do soberano, etc., etc. Uma carta de doação de uma capitania em Cabo Verde deve, em princípio, obedecer aos parâmetros fixados pela lei geral. No entanto, cabe dizer que a lei geral comporta várias possibilidades e que a carta de doação se firma segundo apenas uma delas.

Seguindo a sugestão do exemplo citado, optamos, primeiramente, por situar os corpos auxiliares da administração segundo o que lhes é definido pelas leis gerais do Reino. É um nível de análise, como já foi dito, onde se considera a produção jurídica referente ao espaço-império no qual Cabo Verde se inclui como parte. Depois e na sua sequência, é que analisaremos a legislação especializada e respeitante à nossa área de eleição. Nela, então, Cabo Verde figurará como espaço imediato e particularizado no extenso império.

Mas, quer ao nível das leis gerais como no da legislação particular, insistiremos a este passo, num ponto que nos parece fundamental para a composição do pano de fundo para o nosso estudo: o do exercício e

7 - Não fazemos esta afirmação de modo absoluto (ou seja, de as normas particulares derivarem sempre das gerais), atendendo à capacidade régia de dispensar a lei nos mais variados casos e circunstâncias. Assim, uma Provisão pode sempre comportar alguma inovação, não necessariamente consentânea com as atribuições normais do agente ou da entidade a quem é dirigida ou que a deve implementar.

realização da soberania por intermédio de uma pluralidade de corpos que mantêm uma relação especial de autonomia/dependência para com o *Rei*.

* * *

Que o *Rei* tenha e detenha a prioridade sobre todos os corpos é uma afirmação jurídica fundamental, básica mas potencial. Significa apenas que ele é dotado da capacidade de emitir ordens com o poder de regular e condicionar a actividade e o desempenho desses corpos.

Quando o *Rei* transforma essa capacidade jurídica de emitir ordens em produção efectiva de ordens, ou seja, essa potência de legislar em acto-legislador, está, concretamente, submetendo esses corpos às suas ordens.

A legislação permite a passagem de um estado nuclear de soberania a outro em que ela passa, efectivamente, a ser exercida pela submissão e controle jurídico dos corpos.

A lei fundamental do Reino que concretiza e realiza no mais alto grau esta passagem é, como se sabe, o código das *Ordenações*. É nela que o monarca firma e estabelece a base de sustentação legal de sua soberania.

Num primeiro momento, a soberania manifesta-se na Lei pela definição da supremacia do Rei sobre todos os súbditos, sobre todos os corpos administrativos ⁽⁸⁾. É o nível da enunciação das normas. Depois, nas normas em si, que derivam do enunciado e, por isso, sustentam e asseguram o estado de preeminência real.

A afirmação da supremacia do monarca permeia os vários títulos das *Ordenações*. Acentuar que “somente ao Príncipe é dado, e outor-

8 - “Considerar-se-ão como imagens de superioridade aquelas que reconhecem no poder real uma superioridade incomparável em relação a qualquer outro poder do reino, não admitindo a presença de conceitos políticos, jurídicos ou de outra ordem capazes de limitar tal superioridade, considerando-se assim ilegítima qualquer tentativa de pôr em causa uma decisão régia”. Luís Miguel Duarte (citando José Manuel Nieto Soria, *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla*, 1988), *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval* (1459-1481), Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, Colecção “Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas”, Lisboa, 1999, p. 70.

gado por Direito, que julgue segundo sua consciência; e aos outros Julgadores é mandado que julguem segundo o que acharem alegado, e provado pelos Feitos”(9), ou que “ele é Lei animada sobre a terra, e pode fazer Lei, e revogá-la, quando vir que é cumpridoiro”(10), é estabelecer *a priori* a sua máxima vantagem sobre os corpos. É situar-se, perante todos eles, como a única entidade capaz de impôr, validar ou anular, arbitrariamente, qualquer modalidade de acção.

Na primeira das declarações está implicitamente manifesto o controle jurídico em que os corpos são mantidos. Ao contrário do *Rei*, que não tem necessariamente de obedecer a qualquer Lei quando julga e sentencia, os corpos devem guiar-se e agir segundo certas regras pré-estabelecidas e decidir coerentemente “segundo que acharem alegado, e provado pelos Feitos”. E as penas, prevê o *Código*, não as podem os juízes aplicar a seu arbítrio, pois “elas são certas, e determinadas pela Lei”(11).

Decorre desta diferenciação ser também o soberano o único a ter capacidade de conceder privilégios ou graças (mesmo aquelas que as *Ordenações* recomendam negativamente(12)) e de comutar ou perdoar as penas infligidas pelos órgãos e tribunais com função judicial(13).

O princípio proferido em seguida reforça a prerrogativa máxima do soberano, já insinuada ou sugerida na primeira declaração. O *Rei* que dita a Lei mas que também se situa acima dela pode, pela sua plenipotência, ajuizar e decidir sobre todas as matérias, conformando-se com o Direito em vigor, negligenciando-o (em todo ou em parte) ou mesmo alterando-o.

Todavia, não deixa o monarca de reconhecer que deve “submeter-

9 - *Ordenações Afonsinas*, liv. III, tít. 69, preâmbulo, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

10 - *Ord. Af.*, III, 78, § 1.

11 - *Ordenações Filipinas*, liv. V, tít. 130, nota 4 do preâmb, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

12 - São tantos os exemplos de o soberano “outorgar mercês, prover em cargos, dispensar de obrigações, legalizar avenças ‘sem embargo de todas nossas leis e ordenações feitas em contrário’ são tantas as excepções que, como notava com ironia um investigador, por vezes fica a ideia de que o rei faz leis para depois governar ‘sem embargo delas’”. Luís Miguel Duarte, *op. cit.*, p. 76.

13 - “A misericórdia, a clemência e a graça são considerados virtudes essenciais do rei - pai e pastor dos seus súbditos, cujo coração se deveria apiedar a cada aplicação férrea da lei”. Hefanha, *op. cit.*, p. 40.

se voluntariamente às leis do seu reino”, porque admite que “o povo sem lei” é como se fosse “o corpo sem alma”⁽¹⁴⁾.

Tal reconhecimento será vital para a estabilidade dos órgãos com competência administrativa pois, a despeito da prerrogativa máxima do soberano, ele tenderá a respeitar as faculdades e as normas de funcionamento de cada uma das entidades, não se entendendo o seu arbítrio como algo que contraria, obstinadamente, o direito e a capacidade de deliberação que elas têm em assuntos de seu foro.

O controle dos corpos será mantido por essas duas disposições do soberano: a de se conformar com as normas emanadas dele próprio e a da arbitragem discricionária.

Essa dualidade manifesta-se claramente no campo judicial. O *Rei*, para julgar os crimes ocorridos no seu império, distribui e delega competências aos diferentes órgãos e tribunais. Cada um deles, nas suas respectivas instâncias e em conformidade com a Lei, julga e sentencia os casos, sem interferência ordinária do soberano. Este, só por súplica do réu - que pode sempre reclamar a sua redenção - é que arbitra e, em caso positivo, comutando ou suspendendo a pena em que o sujeito fora condenado, quando não mesmo, interceptando o processo em qualquer outra fase que se ache. As chamadas *Cartas de perdão*⁽¹⁵⁾ são o corolário desse procedimento.

Ao nível das suas realizações, os corpos têm, todavia, de se conformar com as normas que lhes são prescritas pelas *Ordenações*. São normas que incidem sobre aspectos vitais da vida desses corpos e, por isso, disciplinadoras e controladoras de sua autonomia em favor da soberania real.

14 - Caetano, *op. cit.*, p. 537. Cf. *Ord. Af.*, I, intr. § 2. “De facto [analisa o Prof. Hespanha], é claro que o poder dos monarcas não era ilimitado ou absoluto; mesmo nos períodos áureos do absolutismo, sempre se manteve a ideia de que havia limites insuperáveis para a vontade régia, quer por via da religião e da moral (v.g. das regras deontológicas sobre o *officium regis*), quer por via da obrigatoriedade de respeitar os direitos dos particulares”, *op. cit.*, p. 21.

15 - Luís Miguel Duarte, define assim, a *Carta de Perdão*: “É a consubstanciação, num diploma da chancelaria, de um acto de graça régia em matéria de justiça, através do qual o monarca outorga o seu perdão a um ou mais súbditos, na sequência de um crime, de um delito ou de uma suspeita de que os destinatários os tenham cometido; este acto pode antecipar-se a qualquer sentença de qualquer instância e de qualquer meio, isto é, régio, concelhio, senhorial laico ou eclesiástico, pode suspender a execução de uma sentença já proferida, libertando o sentenciado de toda a pena, de parte dela ou comutando-lha por outra mais leve”. *op. cit.*, p. 36.

Para efeito de análise, convém agrupá-las em duas grandes categorias:

1^a) as normas que traduzem o controle directo que o *Rei* mantém sobre cada corpo; esse controle pode-se realizar, inclusive, pela imposição do auto-controle aos corpos;

2^o) as normas em que o controle régio sobre um dos corpos é exercido via outro corpo.

Por todos e por cada um desses meios, o *Rei* coarcta e circunscreve a acção dos órgãos consorciados da administração. Por um lado, porque esses regulamentos assentam na delimitação das jurisdições e estabelecem os termos legais de conduta dos corpos. Por outro, porque comportam, também, a vigilância e fiscalização exercidas sobre as organizações e até as penas imputadas pela não observância ou incumprimento das regras.

Para demonstração do que acaba de dizer-se, destacamos, selectivamente, algumas normas em que as categorias de controle enunciadas podem ser apreendidas: as primeiras, referentes ao recrutamento dos membros que compõem os corpos; as segundas, ao tempo de exercício dos cargos; e outras, ainda, respeitantes às suas modalidades de acção.

O recrutamento dos elementos que se encontram à testa dos corpos associados que administram é um dos momentos essenciais para a tradução da soberania. Daí que o *Rei* tenda a controlá-lo. Fá-lo-á de várias formas: indicando o candidato (bispo)⁽¹⁶⁾, escolhendo-o (donatário)⁽¹⁷⁾ ou sancionando a sua eleição (magistrados concelhios)⁽¹⁸⁾.

16 - Referimo-nos ao Padroado português que “pode ser definido amplamente como uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado à Coroa de Portugal...”. No que nos diz respeito, importa saber que com a bula *Praecelsae Devotionis*, de 1514, em que se autoriza os monarcas portugueses a “proporem bispos para as sés coloniais vagas (ou recentemente fundadas)”, passou a ser da sua competência a apresentação de tais autoridades para Cabo Verde. C. R. Boxer, *O Império Colonial Português (1415-1825)*, Edições 70, Lisboa, 2^a ed., 1981, pp. 224-225. Esta prerrogativa, embora não se ache explicitada nas *Ordenações*, subentende-se nas entrelinhas de alguns títulos do Código onde se é feita referência ao Direito do Padroado da Coroa. V. *Ord. Fil.*, I, 9, § 13; II, 1, § 7.

17 - *Ord. Man.*, liv. II, tit. 26, preâmb, Edições Calouste Gulbenkian, 1984.

18 - “Os Juizes ordinários, Vereadores e Procurador do Conselho, e outros Officiais, se farão por eleição dos homens bons, segundo forma da Ordenação. E os Juizes haverão Carta de confirmação, para usarem de seus officios, dos Corregedores das Comarcas, em que as tais terras estiverem, ou dos nossos Desembargadores do Paço.” *Ord. Fil.*, II, 45, § 2.

Este tipo de controle não se reduz, aliás, apenas aos cabeças dessas organizações. Assim, vemos que, pelo direito do Padroado, aos reis competia não só a proposição dos bispos mas de várias outras dignidades eclesiásticas para o Ultramar⁽¹⁹⁾. Já no que respeita à Câmara, era o próprio monarca a prover, entre outros, os escrivães que haveriam de a assistir⁽²⁰⁾ e também quem determinava, com considerável precisão, a quem competia servir de almotacé⁽²¹⁾, duas funções, diríamos, bastante estratégicas para o controle da administração local.

Por último, cabe-nos assinalar que também os oficiais constituintes do corpo administrativo donatário prestavam-se a ser alvo de confirmação ou mesmo de indicação por parte do soberano⁽²²⁾. O facto de as *Ordenações* serem bastante omissas acerca do provimento desse quadro de funcionários denuncia, quanto a nós, a vontade régia de, neste particular, querer decidir mais singularmente em cada caso em concreto. A Lei, que só se refere à faculdade de os senhores poderem “fazer” os seus ouvidores em terras de suas jurisdições⁽²³⁾, não esclarece como haveria de dar-se o “encartamento” destes oficiais de justiça, nem faz qualquer menção à “feitura” dos loco-tenentes e demais funcionários (meirinhos da ouvidoria, escrivães, tabeliães, contadores, inquiridores, distribuidores, etc.) que, sob o comando dos

19 - Cf. Boxer, *op. cit.*, p. 225.

20 - Os escrivães das Câmaras, excepto para os lugares onde houvesse o costume desses oficiais andarem “por eleição”, eram normalmente providos pelas instituições régias. Nesses casos, competia aos homens bons dos respectivos lugares elegê-los segundo os mesmos critérios utilizados para a escolha dos juizes, vereadores e procuradores camarários. *Ord. Man.*, I, 45, preâmb. Em relação ao ao período do reinado de D. Afonso V, Duarte chama atenção para a “guerra aberta” travada entre a Coroa e os municípios para a apresentação dos titulares da *escrivania da Câmara*. “As razões estão à vista [argumenta]: para lá do poder local que a função lhe confere, o titular de tal *escrivania* segue as reuniões, faz as actas, controla o arquivo camarário (com o chanceler, onde houver)”. Depois, conclui: “Um monarca que pretenda senhorear com mão firme o seu Reino, tem que ter, nas principais câmaras do Reino, escrivães da sua inteira confiança, os seus olhos e ouvidos”. *op. cit.*, p. 156.

21 - *Ord. Af.*, I, 28, §§ 1 e 2; *Ord. Man.*, I, 49, §§ 1 e 2; *Ord. Fil.*, I, 67, §§ 13 e 14.

22 - “Os senhores podiam ter o direito de apresentação, mas o provimento efectivo (o que, em direito, se chama acto constitutivo) decorria na chancelaria régia. Há que dizer, no entanto, que a prática era muito diversa consoante os senhores e as terras”. Duarte, *op. cit.* pp. 171-172.

23 - *Ord. Man.*, II, 26, § 13.

dois primeiros, haveriam de “promover e guardar o funcionamento da jurisdição do capitão”⁽²⁴⁾. Deverão ser, pois, as leis de segundo nível a clarificar estas questões. No entanto, no caso de Cabo Verde, mesmo a este nível, a lacuna parece persistir. Na maior parte das cartas que nos chegaram, a matéria, quando não totalmente omissa, é tratada de forma insuficiente, o que acaba por condicionar o alcance de qualquer análise que pretenda sublinhar certas características assumidas pelo regime no caso particular destas ilhas⁽²⁵⁾.

Mas a par do controle realizado ao nível do provimento, regulamentava-se, a alguns componentes dos corpos administrativos aqui observados, o tempo que haveriam de estar nos seus ofícios. A lei é explícita no que tange ao período de exercício dos ouvidores postos pelos donatários: três anos que, acabados, “não usem mais nessas Terras /i, é, donatarias/ das ditas Ouvidorias, nem conheçam como Ouvidores, de feito algum, sem haverem para isto Nossa Licença especial”⁽²⁶⁾.

Não menos claro é o modo como se regula, aos ministros e edilidade do concelho, a vigência de seus cargos e o intervalo que haveriam de aguardar para a reeleição. O mandato de cada um deles era anual, sendo que, nos “lugares pequenos” (e nisso devem incluir-se os concelhos existentes em Cabo Verde), os referidos oficiais deviam dar uma pausa, também de um ano, para se reelegerem⁽²⁷⁾. Outrossim, estabelece-se que os almotacés, sempre dois em cada concelho, seriam rendidos mensalmente⁽²⁸⁾.

O controle régio sobre esses corpos não fica, porém, limitado

24 - António Vasconcelos de Saldanha, *As Capitánias. O Regime Senhorial na Expansão Ultramarina Portuguesa*, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 1ª ed., 1992, p. 153.

25 - Exceptuem-se, de qualquer forma, as cartas referentes à doação da ilha de Santo Antão onde se confere ao donatário, o poder de “dar por suas cartas os ofícios de tabeliães e quaisquer outros ofícios de justiça que forem necessários para a governança da dita ilha” e para pôr ouvidor “que conheça dos agravos que saírem dentre os juízes e oficiais dela... [e] também as ditas apelações”. ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 70, fl. 29 vº, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 119, 13-Jan-1548; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Parte I, Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1899, p.127.

26 - *Ord. Man.*, II, 26, § 13.

27 - *Ord. Fil.*, I, 67, §§ 1 e 9.

28 - *Ord. Fil.*, I, 67, §§ 13 e 14.

apenas a estas duas esferas (escolha e tempo de permanência dos indivíduos na função). Ele extravasa e penetra pontualmente no desempenho regular de cada um deles.

Nas *Ordenações* encontram-se definido o âmbito de actuação legítima dos oficiais camarários⁽²⁹⁾, do Donatário e de seus representantes⁽³⁰⁾ e, em grau considerável, dos ministros da Igreja⁽³¹⁾. Nelas acham-se prescritos, no limite das acções e situações legisladas, o poder e a alçada pertencentes a cada um dos membros dessas entidades, assim como a área e a latitude da competência dos Tribunais e funcionários reais (centrais e periféricos).

Uns e outros (entidades, tribunais e funcionários), enquanto órgãos que administram e coexistem em espaços de soberania régia, têm a sua acção previamente regulamentada pelas leis que os coagem a agir dentro de determinados parâmetros e com algum sentido de harmonia.

Neste aspecto, os órgãos mais se aproximam entre si do que se diferenciam e há que distinguir o poder que lhes é delegado daquele que o não é e que se mantém como prerrogativa única e inalienável do soberano.

Uma dessas prerrogativas reside, exactamente, na faculdade exclusiva do *Rei* de delegar competências.

Todos os órgãos aqui tratados exercem uma jurisdição que lhes é expressa e limitadamente outorgada. E quem delega é uma monarquia que não abdica da sua condição superior e soberana de “senhora de terras e dos homens situados dentro do seu vasto império”⁽³²⁾.

O controle jurídico que o *Rei* exerce sobre a acção desses corpos (oficiais e tribunais régios, inclusive) estende-se, aliás, para além do

29 - *Ord. Af.*, I, 26, 27, 28, 29, 30.

30 - *Ord. Af.*, II, 63.

31 - “Na data da aprovação das *Ordenações Afonsinas* o ordenamento jurídico no território português era complexo. Ao lado do Direito Civil - o Direito da sociedade laica - vigorava o Direito Canónico [...]. O compilador sentiu, pois, a necessidade de sistematizar a ordem e o âmbito de aplicação das normas jurídicas nas relações a disciplinar no Reino. Essa necessidade impunha-se especialmente para prevenir o conflito entre as leis civis e as leis canónicas, e daí que a matéria apareça no Livro II das *Ordenações*, após as concórdias e concordatas celebradas entre os reis e a Igreja, no título 9, sob a rubrica: *Quando a Lei contra-diz à Decretal, qual delas se deve guardar*”. Caetano, *op. cit.*, pp. 547-548.

32 - Nunes Dias, *op. cit.*, p. 359.

que se encontra estritamente regulamentado pelas *Ordenações*. E são elas próprias a indicar o caminho a ser seguido em tais circunstâncias, cercando ao máximo as possibilidades de inovação das entidades administrativas.

Preliminarmente considera-se que, para além da Lei do Reino, os corpos haveriam de orientar-se pelo *estilo da corte, costume do Reino* ou “em cada uma parte dele longamente usado”. A hierarquia é a da ordem enunciada. Portanto, os casos que não estivessem devidamente previstos ou contemplados pela lei escrita seriam deliberados segundo o *estilo* e o *costume*. O princípio genérico é: “onde a Lei, Estilo ou Costume do Reino dispõem, cessam todas outras Leis e Direitos”⁽³³⁾.

Na impossibilidade de poder reger-se pelo Direito pátrio (Lei do Reino, *estilo* ou *costume*) os corpos guiar-se-iam pelas *Leis Imperiais* e pelo *Direito Canónico*. A ordem a ser guardada deveria ser também esta, salvo “se aplicando as ‘Leis Imperiais’, daí resulte incorrer o interessado em pecado” (por pecado entenda-se: transgressão das leis divinas ou da moral religiosa)⁽³⁴⁾.

Sendo esses os três ordenamentos jurídicos válidos no território português (Direito Pátrio, Leis Imperiais e Direito Canónico), aventava-se, ainda, a hipótese de nenhum deles servir de apoio para a resolução de um “caso” extraordinário. Aí, utilizar-se-iam as fontes subsidiárias: “glosas de Acúrcio incorporadas nas Leis Imperiais e, sendo as glosas omissas, a opinião de Bártolo”⁽³⁵⁾. Por fim, “acontecendo caso, ao qual por nenhum dos ditos modos fosse provido”, caberia ao *Rei* solucioná-lo, criando a norma a ser seguida neste e em casos “semelhantes”⁽³⁶⁾.

Do que foi exposto interessa-nos pôr em evidência três aspectos. O primeiro diz respeito à pouca oportunidade que tinham os órgãos administrativos de apresentar soluções para os casos inéditos. As que partissem de sua iniciativa só seriam aceites e dadas como válidas se, segundo a ponderação régia, não discrepassem da ordem e dos princípios estabelecidos.

O segundo aspecto a considerar é aquele que indica que, em última instância e não se tratando de questões cujas normas recaíssem no

33 - *Ord. Man.*, II, 5, preâmb., citado por Caetano, *op. cit.*, p. 548.

34 - *Ord. Man.*, II, 5, § 1. Caetano, *Ibid.*, p. 549.

35 - Idem, *ibidem*. Idem, *ibidem*.

36 - *Ord. Man.*, II, 5, § 2. Caetano, *op. cit.*, p. 551.

espaço de autonomia de cada uma das instituições, caberia ao *Rei* e somente a ele regulamentar ou ditar o procedimento dos agentes ou das entidades administrativas.

Por último, cabe reparar o quanto o Direito dos Santos Canônes haveria de ser preterido em relação aos outros ordenamentos jurídicos em vigor. E já agora acrescentamos que, estando “o caso” regulamentado somente pelo Direito Canônico e de modo diferente pelas fontes subsidiárias, desde que não implicasse pecado guardarse-ia, também, a determinação régia⁽³⁷⁾. A “margem de manobra” das organizações era, portanto, reduzida já que o *Rei* impunha-lhes regras de conduta a observar mesmo perante aquelas situações que não se achassem regulamentadas pela Lei fundamental. A autonomia dessas organizações, reiteramos, não era, por isso, algo que lhes conferia uma independência total frente ao poder central. Trata-se de uma autonomia circunscrita ao interesse da soberania régia e exercida sob tutela.

Serão, exactamente, as *Ordenações* e isso mesmo sem pretender esgotar a totalidade das situações ou dos casos, a fornecer os principais contornos de tal circunscrição. Algumas normas aí inscritas e aqui tomadas por amostragem poderão dar-nos uma clara noção do limite da capacidade dos corpos que administram ao lado dos funcionários régios.

No título 8º do liv. II das *Ordenações Afonsinas* que trata “Dos que se coutam à Igreja, em que caso gozarão da imunidade dela, e em quais não” garante-se, por um lado, a intervenção dos eclesiásticos em certos assuntos de justiça do foro civil, mas por outro, firmam-se-lhes os limites. Partindo do Direito Canônico que prevê que qualquer Igreja pode dar asilo aos malfeitores “que têm feito tal malefício porque mereça pena de morte natural, cortamento de membro ou qualquer outra pena de sangue”, o assunto é regulamentado no sentido de salvaguardar o direito que o juiz secular tem de “tirar o malfeitor da Igreja e fazer dele justiça” nos casos em que não era dado aos clérigos acolhê-los, ou mesmo nos outros em que podia fazê-lo.

O Direito Canônico foi, neste caso (e não só), assimilado e preservado na essência pela Lei do Reino. No entanto, por uma questão de soberania, a imunidade da Igreja não poderia ser mantida a ponto de

37 - *Ord. Man.*, II, 5, § 3. Caetano, *ibidem*.

prejudicar o desenvolvimento dos processos judiciais de foro civil⁽³⁸⁾. A norma procura conciliar essa prerrogativa do corpo eclesiástico com o interesse do poder hegemónico em promover a ordem entre os súbditos do Reino de Portugal. E a ordem, aqui, significava a reserva do real direito de justicar os malfeitores sem maiores constrangimentos. A prerrogativa da imunidade da Igreja era, então, preservada mas nos limites impostos pela Lei fundamental⁽³⁹⁾.

O mesmo acontece com questões relacionadas, exclusivamente, com a religião. O crime de heresia, por exemplo, cujo conhecimento pertencia aos juízes eclesiásticos, quando a sentença implicasse “execução de sangue” a Igreja tinha necessariamente de recorrer ao *braço secular*. “O tribunal eclesiástico remetia o condenado, com o respectivo processo e a sentença, ao rei, o qual mandava rever os autos pelos seus ‘desembargadores da justiça’, para que cumprissem as sentenças e as executassem ‘como acharem por direito’. Portanto, a sentença do juiz eclesiástico era revista como se fosse proveniente de tribunal estrangeiro, e só depois de verificada a sua conformidade com o Direito do Reino era autorizada a execução”⁽⁴⁰⁾.

Para harmonizar os direitos do clero com os da realeza, importou realizar-se uma série de acordos entre os reis de Portugal e os mais altos representantes da hierarquia eclesiástica. As *Ordenações Afonsinas* (e as seguintes) dispõem, de modo sistemático, o resultado desses acordos (que já vinham de há muito) e, por isso, contemplam largamente certas disposições contidas no Direito Canónico. A Lei Nacional, no entanto, ao absorver e traduzir no seu código algumas cláusulas do ordenamento particular da Igreja, molda-as e limita-as naquilo que julga contrariarem a soberania real. E o que a lei não assimila ou não estabelece fronteiras

38 - Sobre o direito de asilo da Igreja e a sua evolução histórica até se chegar ao que se encontra consagrado nas *Ordenações Afonsinas*, V. Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, tomo II, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 2ª edição, 1945, pp. 236-246.

39 - “Os tribunais eclesiásticos não tinham a possibilidade de dispor de meios coactivos temporais (desde uma lei de 4.2.1496). As disposições do Concílio de Trento que reclamavam faculdades executivas para os tribunais eclesiásticos [...] não foram recebidas; por isso, em caso de necessidade, as medidas coercivas deviam ser requeridas ao braço secular”. Hespanha, *op. cit.*, p. 44.

40 - Caetano, *op. cit.*, p. 555. *Ord. Af.*, V, 1, § 5.

ao Direito eclesiástico, permanecia, integralmente, válido mas segundo a ordem de prioridade atrás descrita.

No 26º título do livro I das mesmas *Ordenações* que se ocupa dos juízes ordinários “e cousas que a seus ofícios pertencem” consideram-se e distinguem-se três níveis de causas: aquelas em que os juízes detinham competência e alçada para julgar definitivamente; aquelas em que, não obstante pudessem conhecer e julgar, haveriam de consentir sempre a apelação e o agravo a instâncias superiores⁽⁴¹⁾; e finalmente as que, por não serem de sua competência, cumpria-lhes encaminhá-las aos tribunais ou funcionários suficientes. A este respeito, diz o § 19: “E das cousas, que achar, que ele por si logo pode correger, prenda e correja dando apelação, e agravo nos casos, que deve, e se tais cousas forem que por si não pode correger, faça-os saber àqueles a que pertence”.

A justiça local não era, portanto, exercida indiscriminadamente e nem os juízes estavam aptos a resolver, pelas suas sentenças, todas as questões ocorridas no concelho. As *Ordenações* definem-lhes a competência e alçada e ainda o procedimento. Impõe-lhes, inclusive, o tempo limite para iniciar e concluir as inquirições devassas relativas aos “malefícios” e “malfeitorias” ocorridas na cidade, vila ou seu termo: dois ou três dias para principiá-las e trinta para findá-las⁽⁴²⁾.

No caso do Donatário, a definição genérica de sua acção está contida no título da Lei “Em que maneira os Senhores das terras usarão da jurisdição, que por El-Rei lhe fôr doada”⁽⁴³⁾.

41 - “Apelação é o pedido dirigido a juiz superior para que julgue de novo o caso sentenciado por outro submetido à sua jurisdição [...]. Pode apelar aquele que alegar ter sofrido lesão do seu direito, um agravo: o lesado é, pois, um agravado. Mas cedo começa [...] a empregar-se o termo «agravo», não só no sentido de lesão ou ofensa que legitima o recurso, como na acepção do próprio recurso. O agravado pode-se agravar para o rei ou para os seus juízes, isto é, interpor o recurso destinado a obter a reparação da ofensa recebida [...] A tendência será, pois, para o emprego dos termos «agravar» ou «agravo» no sentido genérico de «recorrer» e de «recurso», compreendendo a apelação, a simples queixa e a suplicação”. Caetano, *op. cit.*, pp. 585-586. Sobre os dois conceitos, António Manuel Hespanha esclarece: “Quanto à distinção entre apelação e agravo, dir-se-á simplificando, que a primeira era um recurso das sentenças definitivas, normalmente por razões de fundo, enquanto que o segundo é um recurso de decisão interlocutória, baseado em razões de forma”. *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Livraria Almedina, Coimbra, 1982, nota 565, p. 301.

42 - *Ord. Man.*, I, 44, preâmb. e § 1.

43 - *Ord. Fil.*, II, 45.

Esse é um dos títulos que se constrói, directamente, a partir do fundamento básico da soberania real. O *Rei*, para estabelecer e firmar o conteúdo e limite das doações por ele realizadas, declara que, mesmo no caso de delegação de “largas” jurisdições, cível e crime, sempre lhe ficará reservada “a mais alta superioridade e Real Senhorio que ele tem em todos os seus súbditos e naturais, e estantes em seus Reinos”⁽⁴⁴⁾. Esta reserva ou este estatuto reivindicado é incompatível com doações ilimitadas de direitos. Se assim não fosse, os donatários tornar-se-iam *iguais* ao *Rei* em estatuto político, o que é contraditório à ideia de soberania.

Na qualidade de soberano, o *Rei*, pela lei geral, limita e inferioriza os donatários na medida em que os priva de determinadas atribuições. Priva-os, por exemplo, do direito de emitir cartas de seguro⁽⁴⁵⁾ e de perdão⁽⁴⁶⁾, e de julgar crimes em última instância⁽⁴⁷⁾. Tratava-se de direitos de jurisdição suprema, por via dos quais o *Rei* podia manter-se sempre ligado aos seus súbditos e naturais, a despeito de qualquer senhor imediato⁽⁴⁸⁾.

Formas e graus diferentes de ingerência do Poder Real na esfera de jurisdição dos corpos encontram-se subjacentes a cada acto regulamentado. E se é certo que, quando se trata dos seus funcionários, a acção que desenvolvem passa, tanto *a priori* como *a posteriori*, por um estreito controle da realeza, também no que concerne aos outros corpos, não obstante lhes serem reconhecidos espaços reservados à actuação própria, eles não escapam de todo a um controle similar. O *Rei* marcará a sua presença no quotidiano desses corpos, quer pela simples existência de agentes seus que actuam em áreas comuns, quer por se acharem os membros desses órgãos, em determinados momentos, sujeitos a serem avaliados no seu desempenho, pelos oficiais e tribunais régios. Isto sem falar do real poder de arbítrio de que o monarca é portador e que pode manifestar-se, inclusive, no emprego extraordinário das estruturas

44 - *Ord. Fil.*, II, 45, preâmb.

45 - *Ord. Fil.*, II, 45, § 45; *Ord. Af.* II, 40, §§ 5 e 12.

46 - *Ord. Fil.*, II, 45, § 40.

47 - *Ord. Fil.*, II, 45, § 49.

48 - A “jurisdição suprema, traduzida sobretudo nos direitos de julgar em apelação e de criar tribunais colectivos (relações), de perdoar crimes, [...] de conceder cartas de segurança”. Hespanha, *História das Instituições*, p. 321.

desses órgãos para a realização de funções naturalmente adstritas ao oficialato régio⁽⁴⁹⁾.

Tal ingerência, como atrás fica dito, não se realiza apenas através do monarca ou seus oficiais. Há áreas ou instâncias de execução dos corpos (como mais adiante se verá) em que a intervenção do soberano não se faz directamente, mas sim via um membro de um outro corpo a quem delega certas competências. Queremos dizer com isto que a limitação da autonomia dos corpos passa, também, por uma estratégica hierarquização de funções entre eles próprios. Melhor dizendo ainda, o controle que o *Rei* exerce sobre cada uma das entidades, ele consegue-o, também, pela outorga de poderes a uma frente às outras.

A intervenção do *Rei* através dos seus oficiais está cristalizada na norma que impõe ao Donatário a obrigação de acatar a correição (inspecção) que o corregedor da comarca deveria fazer, “duas vezes ao ano ao menos”, em terras sob jurisdição donatarial⁽⁵⁰⁾.

49 - Citemos duas situações bem concretas em que isto se verifica: a disposição de D. Afonso V, inserta na Carta de Privilégios de 1466, de serem os capitães de Santiago a fazerem as vezes do agente da fazenda régia (recebedor ou almoxarife) enquanto este oficial não fosse instituído (ANTT, *Chanc. de Afonso V*, liv. 14, fl. 104, in *História Geral de Cabo Verde, Corpo Documental*, vol. I, Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa 1988, doc. 4, 19-Jun-1466); a ordem régia aos juizes da Câmara da Ribeira Brava de São Nicolau (1743) no sentido de tirarem uma devassa na ilha de Santo Antão para apurar as desordens e negócios ilícitos praticados pelas autoridades e habitantes locais. Tratava-se, obviamente, de uma opção estranha, merecedora (ingloriamente) de recomendação diversa do governador que entendia ser melhor “que se esperasse pela correição que o ouvidor-geral oportunamente ali fizesse”. Cf. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, *A Ilha de São Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*, Centro de História de Além-mar, Lisboa, 2004, pp. 35-36, fundado nos seguintes docs: AHU, CV, cx. 19, doc. 62; cx. 20, doc. 51; CU, cód. 486, fl. 348; AHN, SGG, A1/0001, fls. 86v-87 e A1/0002, fl. 270.

50 - *Ord. Af.*, II, 63, §§ 11 e 12. A excepção é feita apenas às rainhas e infantes a quem se faculta o direito de “fazer correição” em suas próprias terras. Cf. *Ord. Af.*, II, 40, § 5. Em Cabo Verde, a regra de excepção aplicou-se, com certeza, a D. Manuel e, muito possivelmente, a D. Fernando que foram donatários de todas as ilhas do arquipélago. A guarda dessa prerrogativa por D. Manuel é indicada na carta em que este infante donatário concede a Rodrigo Afonso a capitania da banda norte de Santiago. Aí lê-se: “Porém, sem embargo da dita jurisdição [i.é, da que transmitia ao seu capitão] a mim praz que todos meus mandados e correição sejam aí cumpridos, assim como em cousa minha própria”. O documento que tem a data de 14-Jan-1485, foi publicado em várias obras. Entre elas, na de Senna Barcellos, *op. cit.*, Parte I, pp. 41-43. Essa prerrogativa não

Ora, se essas terras ficavam sujeitas a correição régia, bem pode notar-se a ingerência no poder delegado, sendo aliás uma das principais incumbências do corregedor em correição averiguar se os donatários ou seus representantes usavam, de modo abusivo, os seus direitos e as suas jurisdições⁽⁵¹⁾.

O controle sobre a organização donatarial estendia-se, para além do mais, a uma prestação final de contas a que os ouvidores dos senhores eram submetidos, ao término dos seus mandatos. Tomava-se-lhes «residência» como a qualquer oficial régio da mesma categoria, avaliando-se retroactivamente os seus actos durante todo o tempo que tivessem servido o ofício⁽⁵²⁾.

O corpo eclesiástico, mau grado o reconhecimento da sua autonomia interna, não estava isento de um controle semelhante. Determinam as *Ordenações* que, no caso em que algum ministro da Igreja incorresse em delito ou não usasse bem dos seus ofícios, a atitude do corregedor deveria ser a seguinte: primeiramente exigir que o bispo ou outro superior eclesiástico “estranhe” ou “castigue” o clérigo malfeitor. Mas se assim não procedessem, prevenia o *Rei*, mediante aviso do oficial... “Nós e Nossas justiças faremos sobre isto o que é mais serviço de Deus, e assossego da Terra” ⁽⁵³⁾.

Este exemplo mostra uma clara e inequívoca intervenção do *Rei* sobre o clero. Num primeiro momento, utilizando em seu favor a própria ordem hierárquica do corpo eclesiástico. O bispo deveria reprimir ou castigar os membros transgressores da sua organização, não só por uma questão de disciplina interna mas porque o *Rei* o intimava a fazê-lo. Fazia-o por mandado e pressão régios. Esta forma de ingerência representa um sacrifício da liberdade de acção do corpo sobre si mesmo. A autonomia de que dispõe para punir os seus

excluía, no entanto, a hipótese de o monarca poder enviar, às mesmas terras, um sindicante para tratar de assuntos de interesse da Coroa. O envio de Pero Lourenço a Santiago, em 1481, deve ser entendido nesse sentido. V. Barcellos, *op. cit.*, pp. 39-40.

51 - *Ord. Fil.*, I, 58, § 15.

52 - *Ord. Fil.*, I, 60. Neste título, o comentador define assim a *Residência*: “exame ou informação que se tirava do procedimento do Juiz ou Governador a respeito da maneira por que procedia nas cousas de seu Ofício, durante o tempo que residia na terra onde o exercia. Dar sua residência, i. é., dar conta de sua vida e acções. Tirar residência, i. é., informar-se do procedimento de outrem”.

53 - *Ord. Af.*, I, 23, §§ 41 e 42.

membros não é considerada bastante e suficiente. Por isso, a ordem interna é assegurada pela ingerência externa e régia. Numa situação limite, quando esta modalidade de coacção não se mostrasse eficaz, o *Rei* então poderia, legal e directamente, punir os transgressores sem instrumentalização dos cabeças da organização (bispo, arcebispo, vigário). Neste caso, estamos perante uma situação de intervenção directa do *Rei* sobre o clero, já de forma mais assumptiva.

Os guardiães e propagadores oficiais da fé, apesar de pertencerem a uma organização que ultrapassava os limites do Estado, eram também súbditos do reino de Portugal. Súbditos especiais na medida em que constituíam um dos pilares básicos para a afirmação da soberania real. A obediência e conformidade com a sua própria ordem interna e com a vigente no espaço em que actuavam era, no fundo, uma questão que dizia respeito também ao *Rei*. Dizia-lhe respeito sobretudo porque a acção do clero envolvia os demais súbditos do reino a quem o *Rei* deveria guardar e garantir a justiça. Este fundamento jurídico básico é que confere ao soberano a faculdade de validar a autonomia do clero e, ao mesmo tempo, restringi-la, intervindo quando necessário. Reside na definição jurídica da origem das especificidades da relação *Rei* / Clero.

Sobre as Câmaras, este tipo de intervenção fica mais evidenciado. Basta dizer que a competência dos corregedores locais abrangia, quer os «feitos de justiça», quer o «vereamto da terra», sendo-lhe previsto estatutariamente “inquirir da actividade dos juizes ordinários” e, também, da dos vereadores ⁽⁵⁴⁾. Ao corregedor cabia saber se os juizes “cumprem e guardam aquilo que lhes é mandado” e “requerer o que fizeram os vereadores de cada lugar” ⁽⁵⁵⁾.

Convém sublinhar, no entanto, como observou o Prof. Hespanha, “que esta superintendência do corregedor sob o conjunto da vida político-administrativa da Câmara se exerce, na maior parte dos casos, sob a forma de tutela, e não sob a de um verdadeiro poder hierárquico. Tanto em relação à actividade das Câmaras, como à dos oficiais cuja inspecção lhe competia, o corregedor apenas podia verificar se ela decorria de acordo com os respectivos regimentos. Mas não podia,

54 - António Manuel Hespanha, *História das Instituições*, p. 252. *Ord. Af.*, I, 23, 26 e 27.

55 - *Ord. Af.*, I, 23, § 30 e 32.

em contrapartida, dar-lhes instruções ou substituir-se-lhes, salvo nos casos em que isto era permitido por lei” (56).

Bem equacionados os exemplos, o reparo que aqui foi feito em termos da intervenção do poder régio sobre o corpo camarário pode ser estendido aos das outras instituições que tratámos anteriormente. Também aquelas mantinham a sua independência enquanto agissem, respeitando as normas pré-estabelecidas. A intervenção do *Rei*, insistimos, não se dá em prejuízo da autonomia legítima dos corpos, mas visando contê-los nos limites das suas competências e jurisdições. Por isso, em situações normais ela manifesta-se mais como um controle fiscalizador, só assumindo a forma de intervenção *activa* para corrigir os desvios à norma.

As duas modalidades de intervenção - a fiscalizadora e a *activa* - são complementares e contribuem, cada uma a seu tempo e modo, para a manutenção da soberania régia.

A fiscalização, não obstante a sua natureza de reserva e mediata, revela-se numa forma crucial de intervenção, já que é pelo seu exercício que o *Rei* assegura o controle e o domínio sobre os corpos autónomos. Vigando-os e aferindo constantemente o seu desempenho e a sua conduta, é que consegue avaliar o quanto os corpos se afastam das normas e onde e quando é necessário intervir punitivamente para que voltem a agir em conformidade. A acção fiscalizadora do *Rei* serve, para além do mais, para minimizar, à partida, os desvios dos corpos, pois, achando-se sob a eminente possibilidade de serem punidos ou de sofrerem algum tipo de intervenção, tendem a actuar conforme as definições pré-estabelecidas.

Em relação às Câmaras Municipais, o *Rei* poderia ainda controlá-las, lançando mão de um recurso bastante peculiar e que cumpre simultaneamente as duas modalidades de intervenção acima assinaladas. Poderia nomear “juizes de fora” para o concelho, em substituição dos juizes eleitos pelos homens bons da terra (57). Tratava-se de um controle por *enquistamento*.

56 - A. M. Hespanha, *As Vésperas do Leviathan, Instituições e Poder Político - Portugal séc. XVII*, vol. I, Ed. do Autor, Lisboa, 1988, p. 279.

57 - Desde cedo, em Portugal, designavam-se por «homens bons» ou «vizinhos» as pessoas que possuissem no concelho bens de raiz e que aí habitassem. “Nos séculos XVI, XVII e XVIII, a expressão mantém o mesmo sentido (‘os mais ricos, os mais poderosos’) mas ganha o sentido suplementar de ‘os que andam na governança’ (i.é, os membros das famílias que costumam ocupar os cargos municipais)”. Hespanha, *História das Instituições*, p. 244, nota 460.

Instituídos a pretexto de melhorarem a justiça local ⁽⁵⁸⁾, os juízes de fora que tinham, em princípio, atribuições iguais às dos juízes ordinários, possuíam maior alçada e sobre eles não cabia a inspecção do corregedor. Isto devido à sua formação letrada, atributo que, aliás, os distinguia dos seus pares do concelho ⁽⁵⁹⁾.

Em Cabo Verde, no entanto, esta solução não constituiu regra, havendo apenas notícias de um único juiz de fora enviado, em meados do século XVI, ao concelho da Ribeira Grande, capital e núcleo sócio-económico mais importante das ilhas, que passava, por aqueles anos, por alguma conturbação política ⁽⁶⁰⁾.

A prerrogativa que o *Rei* tem sobre os corpos inclui, como fica evidente em algumas passagens do tópico que vamos desenvolvendo, a punição dos seus membros. Fixemo-nos um pouco neste ponto para verificar, mais atentamente, algumas situações em que a lei determina penas limite aos componentes dos corpos auxiliares: a suspensão dos seus ofícios ou cargos ou, até mesmo, a sua privação.

A norma que estabelece aos juízes ordinários o tempo regulamentar para a realização das inquirições prevê este tipo de penalização. Primeiro, a lei recomenda: “procedam contra os culpados com grande diligência sem tardança”; depois, instrui-os acerca de quando devem iniciar e concluir as inquirições; finalmente, ocupa-se em estabelecer a pena em caso de incumprimento dos procedimentos declarados:

58 - Idem, *ibidem*, p. 268. Luís Miguel Duarte, referindo-se a este preciso cargo “do qual se não sabe muito” confirma a natureza da nomeação dos juízes de fora para diferentes localidades: “Estes magistrados [afirma] são enviados, quase sempre, a localidades onde reina a agitação, onde há bandos e partidos, ou resistência a oficiais régios”. *op. cit.* pp. 245-246.

59 - Cf. Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, p. 272. “Quando o rei nomeia um juiz de fora para uma terra, confere-lhe plenos poderes, no cível, no crime, no “vereamento, guarda e percebimento” da terra – ou seja, em todos os níveis da justiça e da administração”. Luís Miguel Duarte, *op. cit.*, p. 245. Sobre a origem e atribuições dos juízes de fora ou *juizes de fora parte*, consultar ainda Ernesto Fernandes e Anibal Rego, *História do Direito Português - súmula das lições proferidas pelo Exmo Prof. Doutor Marcelo Caetano no curso do 1º ano Jurídico de 1940-41 na Faculdade de Direito de Lisboa*, Imprensa Baroeth, Lisboa, 1941, pp. 250-251.

60 - Trata-se do licenciado Francisco Pires Picão destacado em 1566 para servir naquele concelho, durante três anos. Não chegou a cumpri-los pois em 1568 faleceu “na dita ilha”. ANTT, *Chanc. D. Sebastião e D. Henrique*, Doações, livs. 17, fl. 302 vº. e 22, fl. 251 vº.

“E qualquer juiz que não tirar inquirição devassa em cada um dos sobreditos casos, ou a começar de tirar, e não acabar nos tempos aqui declarados, seja degredado por dois anos para Ceuta sem remissão, e pague cinco mil reais”⁽⁶¹⁾.

Aos donatários e seus agentes estão também previstas suspensões ou privações das suas jurisdições. Suspensos seriam os senhores das terras, “até nossa mercê” se usassem de outra jurisdição que não aquela que lhes fosse outorgada, se pusessem qualquer impedimento à execução dos mandados ou sentenças reais ou se levassem em suas terras mais foros, tributos ou direitos do que o devido pelas suas doações⁽⁶²⁾; privados das jurisdições (e senhorio) quando embargassem ou tolhessem a entrada dos corregedores em suas terras que a elas fossem em correição⁽⁶³⁾. Por seu lado, os ouvidores, coniventes com as irregularidades praticadas pelos seus senhores ou que as cometessem por sua própria iniciativa, além de serem privados para sempre desse e de outros ofícios, eram penalizados com multa e degredo⁽⁶⁴⁾.

A justiça régia não era menos dura para com os membros do corpo eclesiástico que, incorrendo em “malefício”, não fossem “direitamente” punidos pelos seus superiores. Nas *Ordenações Manuelinas* encontram-se definidas as penas que, no *Código* anterior, não mereceram mais do que a vaga menção de que “faremos sobre isto o que é mais serviço de Deus e assossego da Terra”⁽⁶⁵⁾. Se os clérigos infratores não fossem julgados e punidos “como por direito e justiça devem ser” pelo Eclesiástico, o *Rei*, “lhes tirará moradias, e tenças, [...] e os lançará de seus moradores, se cumprir”⁽⁶⁶⁾. Lançá-los dos seus moradores pode ser interpretado como privá-los, temporária ou definitivamente, do exercício do ofício divino no local em que o realizavam. A explicitação do que havia sido cautelosamente omitido na Lei de D. Afonso V careceu, todavia, de uma justificativa que sustentasse, ao menos na aparência, o franco arbítrio do poder temporal.

61 - *Ord. Man.*, I, 44, preâmb. e § 1.

62 - *Ord. Fil.*, II, 45, §§ 7, 5 e 34.

63 - *Ord. Fil.*, II, 45, § 8.

64 - *Ord. Fil.*, II, 45, § 54.

65 - *Ord. Man.*, II, 2. *Ord. Fil.*, liv. II, tit. 3, preâmb.

66 - *Ibidem*.

O monarca estava legitimado a aplicar essas penas aos membros do corpo eclesiástico “não como juiz mas como Rei e seu senhor”⁽⁶⁷⁾.

A capacidade de suspensão ou de privação dos ofícios e cargos era um meio de realização da estratégia régia: garantir a funcionalidade dos órgãos associados da administração, segundo o princípio de soberania.

Mas o controle régio sobre os corpos exerce-se também, como já temos afirmado, por interposição, ou seja, por meio de um outro corpo.

Atenhamo-nos, acerca disso, à seguinte recomendação endereçada aos juizes ordinários: “não consintam a Bispo nem Arcebispo que tomem nossa jurisdição, nem vão contra nossos direitos fazendo os leigos perante si responder os casos que não devem; que consentindo o contrário, e não no-lo fazendo saber, nós nos tornaremos a eles e lho estranharemos gravemente nos corpos e bens”⁽⁶⁸⁾. Quer dizer, se os juizes não salvaguardassem a jurisdição *d’el-Rei* frente à comunidade eclesiástica, ficariam eles próprios sujeitos a serem penalizados por esta falta.

Por analogia à primeira modalidade de intervenção régia atrás identificada, a acção dos juizes deveria ser meramente fiscalizada. Já sobre eles recairia a punição sumária (segunda modalidade) se não observassem as normas que os impeliam à fiscalização dos actos do clero.

A relação expressa neste último exemplo não é, como no caso da intervenção directa, dual. Ela envolve três elementos que se acham em posições diferentes mas que devem concorrer para a mesma realização. Quando o *Rei* ameaça punir os juizes pelo incumprimento da fiscalização sobre o clero, o que visa conseguir é que sejam realizadas, por intermédio daqueles, as prerrogativas definidas entre ele (elo inicial) e o clero. A autoridade que se exerce

67 - *Ord. Fil.*, II, 3, preâmb. (nota 1). A propósito de tal distinção, António Manuel Hespanha, faz o seguinte comentário: “Para justificar o seu poder de castigar os clérigos, o rei não podia invocar a sua jurisdição, pois a ela escapavam os eclesiásticos. Daí que seja obrigado a justificar-se pelo exercício do poder económico ou, mesmo, do poder político”. «Justiça e Administração entre o Antigo Regime e a Revolução», in *Hispania. Entre derechos propios Y derechos nacionales. Atti dell’incontro di studio*, Firenze, 1990, p. 144.

68 - *Ord. Af.*, I, 26, § 41.

sobre os juízes não se constitui, por isso mesmo, numa acção que tenha aí o seu termo. Transcende e ultrapassa este ponto. Busca-se, pela coacção dos juízes, que o clero aja em conformidade com o que lhe foi estabelecido pelo *Rei*.

Mas, para além da fiscalização que haviam de exercer sobre o clero, há momentos em que a Lei faculta aos juízes uma intervenção mais activa em matérias consagradas à jurisdição eclesiástica. Norma típica é aquela que prevê que “se o clérigo por sentença do seu Juiz [i.é, eclesiástico] é excomungado, e anda denunciado por excomungado, e ele de tal sentença não apelou, como devia, pode ser citado perante o Juíz leigo, e por ele julgado, preso e retido em prisão até que pague a pena, em que incorreu depois que anda excomungado”⁽⁶⁹⁾.

Neste caso, muito embora a acção dos juízes sobre o clero, em extremo, envolvesse punição, também não eram eles a estabelecer o critério e os moldes da pena. Não eram os juízes que detinham, de facto, o poder deste arbítrio. Eram levados a exercê-lo por delegação e para salvaguardar uma relação, entre o *Rei* e o clero, que lhes era exterior. Quando os juízes julgavam, prendiam e retinham algum membro do clero na prisão, era o *Rei* que o fazia por seu intermédio.

Esses mesmos juízes ordinários, a quem se confiava a defesa da jurisdição régia, eram os principais sustentáculos da justiça local. Eram, fundamentalmente, juízes de primeira instância pois em recurso, isto é, por apelação e agravo, só julgavam as questões relacionadas com a violação das posturas concelhias, já antes sentenciadas pelos almotacés⁽⁷⁰⁾.

Como juízes de primeira instância - e aqui reside o ponto que agora pretendemos desenvolver - as suas sentenças tinham de ser também submetidas à apelação e ao agravo. O juiz superior, a quem competia julgar de novo o caso sentenciado, era, em terras sob jurisdição donatarial, o ouvidor instituído pelo seu senhor.

A estes, a lei regula que só poderiam conhecer os feitos dos lugares que a eles viessem dos juízes das terras, por apelação⁽⁷¹⁾; e ainda que,

69 - *Ord. Af.*, III, 15, § 23.

70 - *Ord. Af.*, I, 28, § 19.

71 - *Ord. Af.*, II, 63, § 4.

das sentenças que proferissem em segunda instância, haveriam de dar novamente apelação e agravo aos tribunais superiores da Corte (nos feitos cíveis, dependendo da iniciativa da parte e nos crimes, sendo o novo recurso obrigatório)⁽⁷²⁾.

O que importa aqui considerar é a prerrogativa de julgar em segunda instância como um meio através do qual o *Rei* condiciona a acção dos juízes da terra. Detendo-a os juízes do donatário, as sentenças dos ministros camarários ficavam dependentes da sua validação. Isto significa que, no que se refere a julgamentos, por haver uma divisão de competências, prescritas e delegadas pelo *Rei*, os juízes donatários achavam-se numa posição hierarquicamente superior à dos juízes ordinários. Era uma prerrogativa que exerciam de modo a limitar e cativar a acção dos juízes da terra.

Mas, também neste caso, não se trata de uma relação particular entre os dois corpos. O donatário é aqui munido dessa faculdade, a fim de transmitir o controle régio sobre a Câmara. Os feitos julgados em segunda instância eram conhecidos e controlados por uma instância ainda superior que era a do *Rei*. Ora, se os juízes da Câmara se achavam dependentes da justiça donatária, esta estava-o também em relação aos juízes régios. O controle do donatário sobre a Câmara era, também ele, controlado. A relação entre esses dois organismos aparece-nos, portanto, como um ponto intermédio de controle Rei-Câmara.

O Professor António Manuel Hespanha classificou a jurisdição donatária de “intermédia”. E explica: “os senhores por um lado só poderiam julgar por si ou pelos seus ouvidores as causas que a eles viessem por apelação - ficando-lhes, portanto, vedado substituir-se aos juízes das terras, julgando em primeira instância ou avocando a si as causas; e, por outro, das suas sentenças, haveria sempre a apelação para o Tribunal da Corte”. Mais à frente acrescenta: “A jurisdição dos ouvidores era, como já se disse, uma jurisdição de recurso (e só das apelações e não dos agravos)”⁽⁷³⁾.

A caracterização feita por Hespanha, tendo por objectivo não a definição dos limites da acção dos juízes da terra mas sim da

72 - *Ord. Man.*, II, 26, §§ 12 e 32.

73 - Hespanha, *História das Instituições*, pp. 285 e 301.

justiça donatarial, possibilita uma compreensão mais completa e relacional da “jurisdição intermédia”. O que o autor põe em evidência é a prioridade dada aos juízes camarários para avocar ou julgar os feitos primeiramente. Visto sob este ângulo, subentende-se, desde logo, que havia, por parte do *Rei*, o interesse claro de salvaguardar a autoridade dos juízes da terra frente à dos senhores⁽⁷⁴⁾. Portanto, se esses, pela sua capacidade de exercer o juízo em segunda instância, podiam limitar e cativar a acção daqueles, encontravam-se, pelo mesmo motivo, dependentes das decisões da instância inferior.

A definição das competências deve ser vista, por isso, como algo que gera o equilíbrio entre os corpos, o que parece ser do máximo interesse do *Rei*. Este, ao precisar as competências, cria uma dependência recíproca entre os organismos que pode ser lida como uma forma de intervenção indirecta sobre ambos.

No caso específico de Cabo Verde, onde os donatários mantinham como seus representantes um capitão que, por via de regra, desempenhava cumulativamente a função de ouvidor, para bem aquilatar a relação firmada entre o órgão concelhio e o donatarial é preciso considerar a escassa legislação avulsa que define a jurisdição dessa figura administrativa. E já agora, entramos no domínio das normas particulares que, não raras vezes, chegam até a concorrer com as gerais.

Uma carta de 1520 acerca do “modo em que os capitães das Ilhas, cada um em sua capitania havia de usar da jurisdição nas ditas Ilhas”⁽⁷⁵⁾, é, sem dúvida, uma boa amostra da importância que pode assumir tal instância normativa para o ajuste ou a (re)definição das atribuições, neste caso, do principal agente do corpo administrativo donatarial. A carta, que começou por ser um instrumento de lei facultado ao capitão do Funchal, é, nesta altura (1520), estendida a outros, entre os quais, os estantes em função no arquipélago cabo-verdiano⁽⁷⁶⁾.

74 - Cf. Idem, *ibidem*, p. 283.

75 - ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 49, fl. 223, in *História Geral de Cabo Verde* - CD, vol. I, doc. 109, 13-Mar-1520.

76 - Esta prática, de generalizar para outras ilhas do Atlântico uma norma primeiro assentada para a Madeira, vigorou com alguma frequência. A carta de doa-

A solução do reajuste normativo “para todos os capitães das Ilhas” [portuguesas e Atlânticas] se por um lado revela o real desejo de padronização da norma para o conjunto dos capitães insulares, indica, por outro, o desenvolvimento social e institucional alcançado, nesta época, pelas capitanias estabelecidas em Cabo Verde, mormente as situadas em Santiago e no Fogo, ilhas de colonização mais antiga e insertas num circuito comercial propiciador, a todos os níveis, de uma evolução mais acelerada⁽⁷⁷⁾.

Assim, de acordo com as exigências da nova conjuntura, tiveram os ditos capitães, pela carta de 1520, alçada para julgar em última instância, ou seja, sem apelação nem agravo, os feitos cíveis e crimes até um certo valor (15.000 reais) e de proceder, aplicando as penas correspondentes. Concedeu-se-lhes ainda o direito de dar cartas de seguro “a todos os crimes de quaisquer qualidade que sejam” e de degredar, no máximo por dez anos e para os *lugares d’Além*. Todavia, foi-lhes expressa e reiteradamente proibido punir com a morte ou talhamento de membro. De outra parte, estipulou-se que, quando os crimes ou delitos não fossem devidamente provados, implicassem maior alçada ou outras penalizações que não aquelas que poderiam sentenciar, os capitães seriam obrigados, mesmo sem requisição das partes, a dar apelação e agravo às justiças do Reino⁽⁷⁸⁾.

Todo o poder e alçada conferidos aos capitães, declara o monarca, seria “enquanto for nossa mercê”, “enquanto eu ou meus sucessores não mandarmos o contrário”, o que queria dizer que, a qualquer

ção da capitania da Ribeira Grande a D. Branca de Aguiar, é um dos inúmeros exemplos disso. Nela, fica logo firmado que no tocante à jurisdição, haveria de ser conforme e “da maneira” àquela que, fora dada aos capitães da ilha da Madeira (ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 10, fl. 62, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 38, 8-Abr-1497). Repete-se o feito no documento de 1520 e em muitos casos mais. Todavia, a precedência aqui é de somenos. Fosse ou não fosse a lei outorgada antes para a Madeira, tratava-se, no mesmo, de uma norma particularizada por exceder (e aqui em muito) àquelas tidas como gerais.

77 - A carta de doação da capitania dos Alcatrazes a Rodrigo Afonso (“capitania da metade setentrional da ilha de Santiago”), levada a efeito por D. Manuel, duque de Beja e depois confirmada pelo mesmo, já como rei (ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 29, fl. 6-6vº, in *HGCV-CD*, doc. 17, 14-Jan-1485) é indicativa desta evolução. Confrontada com a de 1520, a ideia com que se fica é a da precisão e limitação crescente das atribuições dos capitães.

78 - Cf. ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 49, fl. 223, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 109, 13-Mar-1520.

tempo ou momento, o *Rei* poderia torná-los a si sem os tradicionais constrangimentos⁽⁷⁹⁾.

A lei de 1520, não obstante redefinisse as competências dos capitães (donatários), não alterou fundamentalmente a natureza da relação institucional entre os juízes concelhios e os donatários: permaneciam aqueles de primeira instância e estes, de segunda, não corrompendo em nada a ideia de que o *Rei*, por mediação, mantinha sob controle os juízes da terra. Controle, aliás, também evidente nos casos onde a norma a seguir tenha sido os juízes, vereadores e capitão decidirem conjuntamente⁽⁸⁰⁾.

Mas, a par da existência de uma variedade de leis que na nossa classificação aparecem indistintamente como de segundo nível, há que frisar, uma vez mais, a importância da *Carta de Doação* como instrumento enformador do campo de jurisdição donatário. É a carta e não outra lei qualquer que circunscreve, a nível imediato, a jurisdição do donatário. E é em função dessa jurisdição, estipulada mais estreitamente pelo *Rei*, que se fundamenta, até segunda ordem, o comportamento dos agentes do donatário.

Em Cabo Verde é possível distinguir, *grosso modo*, dois tipos de doação: um mais abrangente, que envolve o *senhorio* das ilhas e se refere à “toda a jurisdição” e “direito de por quaisquer foros e tributos em as ditas Ilhas” (doação das ilhas ao Infante D. Fernando e posteriormente ao seu filho D. Manuel)⁽⁸¹⁾; e outro (efectuado, primeiramente, pelo grande donatário e, depois, pelo próprio rei quando da evolução daquele a tal condição) mais restritivo e onde o objecto de doação é uma parte apenas do espaço do arquipélago (capitania), mantendo-se o agraciado sempre debaixo da correição régia (ou antes, também, do grande donatário identificado com as doações de primeiro tipo)⁽⁸²⁾.

79 - *Ibidem*.

80 - A obrigação desse procedimento verifica-se, por exemplo, no acto régio de concessão, às justiças da terra, do direito de aplicação da sentença de morte sobre “os negros forros e captivos”. ANTT, *Gavetas*, 3-10-8, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 69, [Mai-1510].

81 - ANTT, *Chanc. de D. Afonso V*, liv. I, fl. 61 - *Místicos*, liv. 2, fl. 151-152 vº; Gav. 17-9-21 - *Místicos*, liv. 2, fls. 117-117 vº, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. I, docs. 59 (19-Set-1462) e 87 (30-Mai-1489).

82 - Doações das capitânias do Fogo, Santo Antão, Alcatrazes e Ribeira Grande (de Santiago) e das ilhas Brava, Sal, Santa Luzia e ilhéus Branco, Raso e Rombo; in Barcellos, *op. cit.*, pp. 94-95; 125-127; 41-43; 51-52; 120-122. No caso de Santo

Atente-se que, em qualquer dos dois casos, a outorga de jurisdição, nos termos das cartas de doação, nunca dava direito, ao concessionário, de aplicar a pena de morte ou de talhamento de membro.

A doação de uma capitania em Cabo Verde compreendeu, como como nos termos de concessão das ilhas, na sua totalidade, o *mero e misto império*⁽⁸³⁾ e, assim sendo, o donatário podia ainda ser explicitamente investido de faculdades especiais interpretadas como inerentes a este tipo de jurisdição⁽⁸⁴⁾. Neste caso, encontram-se os donatários da ilha de Santo Antão. A eles, foram atribuídos, de forma expressa, os direitos de “confirmar juízes que forem eleitos por eleição”; de “dar por suas cartas os ofícios de tabeliães e quaisquer outros ofícios de justiça que forem necessários”; e de conhecer os seus ouvidores, “dos agravos que saírem dentre os juízes e oficiais dela assim e da maneira que o faria o meu corregedor que à dita

Antão e de Alcatrazes, o direito de correição régia fica explicitado nas cartas de doação dessas capitanias.

- 83 - Segundo o *Elucidário*, chamavam “senhor de barão e cutelo ao que tinha, em algum território, todo o mero e misto império , ou todo o alto e baixo império”. “O mero ou alto império era o poder ou jurisdição alta e suprema para obrar tudo que fosse a benefício da República, e sem particular interesse do imperante, e, particularmente, no criminal, em que decidia sobre a vida ou membros dos vassalos, desterro ou confiscação de todos os seus bens; e por isso se chamava senhor de cutelo. Verdade é que não podia exorbitar as leis, uma vez estabelecidas na sua comarca ou respectivo território, porque isto só é do sumo imperante da República ou Nação e nos casos, que o domínio alto lhe permite. O império misto ou baixo, a que também chamaram jurisdição média, era um poder, que se não estendia à pena de sangue e que, ordinariamente, versava tão-somente nas causas civis, assim e daquele modo que pelo senhor do médio império lhe era cometido. O magistrado desse império misto recebia alguns interesses e gajes por administrar justiça às partes. Estes dois impérios ou poderes são os que hoje chamamos civil e criminal: o primeiro, entendido pelo barão, se estendia à prisão e sequestro das temporalidades até condigna satisfação dos acredores ou queixosos; o segundo, representado no cutelo, se estendia até a mesma morte natural ou civil [...] Porém, o tempo mostrou aos nossos religiosíssimos soberanos, que o direito da vida, e da morte se não devia alienar da coroa; sendo a saúde e indemnidade do Povo a Lei suprema. E, por isso, foram coarctando estas jurisdições, reduzindo-as a mais estreitos limites”; in Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases* (...), Edição crítica, 2º vol., Porto-Lisboa, 1966, pp. 163-165. No tempo da colonização das ilhas, de há muito que o *mero império* não incluía a pena de morte e de talhamento de membro.

- 84 - Em nota, esclarece o Prof. Hespanha que o *mero e misto império* correspondia grosso modo “à jurisdição crime e cível e à dada de ofícios”. *História das Instituições*, p. 159, nota 264.

ilha fosse [...] e também das apelações, [tendo] nisso a alçada que tem o seu ouvidor na ilha das Flores”⁽⁸⁵⁾⁽⁸⁶⁾.

Senhores da ilha e detentores de “largos poderes” desde 1548, os donatários de Santo Antão nem por isso estavam autorizados a exercer, de forma discricionária, as prerrogativas que lhes tinham sido concedidas. Também nesses casos, atendendo-se ao princípio de soberania régia, havia normas a observar. Quanto à dada de ofícios⁽⁸⁷⁾, por exemplo, os parâmetros impostos pelas *Ordenações* eram os seguintes: “o donatário não poderia prover senão os ofícios vagos (poderia dar ou apresentar oficiais, mas não criar os ofícios); não os poderia prover temporariamente; não os poderia tirar, nem dar as suas serventias; nem passar cartas de lembrança para os ofícios a vagar. Do mesmo modo, estavam impedidos de vender ou arrendar os ofícios, pelo menos, sem licença régia”⁽⁸⁸⁾. Essa e as outras capacitações atrás mencionadas não estavam, portanto, isentas de medidas, havendo os contemplados de ter de conformar-se com as limitações intrínsecas a cada uma das prerrogativas. O controle régio, por conseguinte, estava presente mesmo em doações passadas *tão largamente*.

De mero e misto império, de forma expressa e declarada, foi também a outorga de jurisdição ao conde de Penela (e a seus descendentes), quando lhe foi doada, em 1528, a capitania da

85 - Essa amplitude dos privilégios conferidos a Gonçalo de Sousa (1548), tiveram lugar, muito provavelmente, a uma conjugação de factores dos quais salientamos três: a coincidência de ser o agraciado sobrinho e filho de dois distintos fidalgos da Casa *d’el-Rei* (já mortos) aos quais se pretendia recompensar pelos serviços prestados à Coroa (respectivamente, na Índia e em África); o facto de seu pai e antes mesmo o seu avô terem já recebido Santo Antão como donataria (não se sabe com que poderes); o isolamento desfrutado pela ilha e a sua relativa marginalização face o tráfico. Sobre os donatários ultramarinos que, por concessão régia, puderam usufruir da mesma prerrogativa, v. António Vasconcelos de Saldanha, *op. cit.*, pp. 122-123.

86 - Cartas de doação da ilha de Santo Antão a Gonçalo de Sousa (13-Jan-1548) e a D. Francisco de Mascarenhas (17-Set-1593), in Barcellos, *op. cit.*, pp. 125-127 e 174-175.

87 - No que concerne à faculdade de o donatário poder prover certos ofícios, a carta de 1593, mais precisa do que a 1548, nomeava os que poderiam ser dados “por suas cartas”: escrivães da câmara e almotaçaria e tabelião do judicial e notas. V. Barcellos, *op. cit.*, pp. 125-127, 174-175.

88 - Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, p. 538. *Ord. Man.*, II, 26, §§ 20 a 29; *Ord. Fil.*, II, 45, §§ 15 a 24, e I, 97, § 7.

ilha do Fogo⁽⁸⁹⁾. Mas esta não implicou direitos tão exuberantes como aqueles de que passaram a usufruir os donatários de Santo Antão. Próxima da ilha principal e, por razões muito particulares, já dispoñdo de instituições administrativas semelhantes, a autoridade do capitão havia de ser combinada com a dos outros corpos instalados localmente, e mesmo com a dos criados para Santiago, com função regional. Daí, a referência, nesta carta de 1528 (o que não encontramos naquela de vinte anos depois), aos “moradores” e ali estantes ou mesmo aos “almoxarifes, juízes e justiças da dita ilha do Fogo”, a quem se recomenda dar posse “da dita capitania, com toda a sua jurisdição, rendas foros e direitos”, ao conde de Penela⁽⁹⁰⁾.

Pela importância desta ilha, que subsidiava com o seu algodão a actividade mercantil desenvolvida com a costa africana, sobretudo a partir de Santiago, importava à Coroa estabelecer uma autoridade que, em troca de um certo número de privilégios económicos e jurisdicionais “governasse” e defendesse o Fogo mas já nos mesmos parâmetros definidos aos capitães de Santiago. Por isso, a determinação régia: “os quais tributos, rendas, foros e direitos, privilégios e liberdades e jurisdição me praz que o dito conde haja e use delas assim e tão inteiramente como os capitães da ilha de Santiago os hão e usam deles”⁽⁹¹⁾.

Assim como aos donatários do Fogo estipulou-se, mais tarde, aos de Santo Antão a observância da carta, estendida em 1520, aos capitães da ilha de Santiago⁽⁹²⁾. Daí concluir-se que o *mero e misto império*, explicitamente outorgado nas duas doações fundadoras, ter sofrido, consoante o desenvolvimento das capitánias, os ajustes necessários para uma melhor preservação da soberania régia.

Mas mais do que podem sugerir os casos acima tratados, a soberania régia sobre o espaço cabo-verdiano e a autonomia do corpo administrativo senhorial devem ser pensadas à luz das doações feitas

89 - Carta de 20-Abr-1528, in Barcellos, *op. cit.*, pp. 94-95.

90 - Idem, *ibidem*.

91 - Idem, *ibidem*.

92 - A Gonçalo de Sousa, capitão da ilha de Santo Antão, confirmou-se a carta de 1520, “para conforme ela haver de usar da jurisdição na dita ilha”. ANTT, *Confirmações Gerais*, liv. 4, fl. 184, doc. 2, 10-Abr-1576).

a D. Fernando e, posteriormente, a D. Manuel⁽⁹³⁾. É aí, e por motivos óbvios, que este tipo de ponderação ganha maior relevo.

Tratando-se de membros muito próximos da realeza⁽⁹⁴⁾, e cabendo-lhes, por isso, maiores graças e mercês nas concessões, o infante e este seu sucessor houveram as ilhas todas do arquipélago em regime de donataria “com toda a jurisdição civil e crime”, salvo o direito de aplicar as célebres penas de morte e mutilação. Ainda que não explícita nas cartas, cremos estar perante as mais genuínas dadas de jurisdição de *mero e misto império* que Cabo Verde conheceu.

Com efeito, à exceção daquela única reserva guardada de há muito como prerrogativa do soberano, toda a jurisdição lhes foi transferida. De forma tão ampla que a soberania régia, mantida **de direito**, adquiria, **de facto**, um carácter precário, não só pelos poderes jurisdicionais, como pelos benefícios fiscais e económicos, da mesma forma alienados aos donatários.

Foram, no entanto, doações excepcionais, ajustadas a um momento preciso da expansão marítima, mas que não teriam lugar já numa fase mais avançada da colonização. Quando foi possível e imprescindível à monarquia lusa assumir o empreendimento sem este tipo de intermediário, pôs-se fim à figura desta espécie de donatário⁽⁹⁵⁾.

Mas, enquanto donatários do arquipélago de Cabo Verde, D. Fernando e D. Manuel concederam as capitânias Norte e Sul de Santiago a certos indivíduos⁽⁹⁶⁾, entendidos, a partir de então, como donatários das capitânias de cada uma das bandas da ilha. Confiando-se-lhes a defesa do espaço correspondente a cada uma das doações, esses agen-

93 - V. Cartas de doação de 19-Set-1462 e de 30-Mai-1485, in Barcellos, *op. cit.*, pp. 14-15 e 45-46.

94 - Respectivamente, irmão e sobrinho de D. Afonso V, que a este também adoptou.

95 - A sua eliminação não se deu, no entanto, de forma traumática, pois houve um factor circunstancial que fez com que a passagem se realizasse “naturalmente”: D. Manuel, que era donatário das ilhas, tornou-se rei de Portugal. E, como também era o mestre da *Ordem de Cristo*, a Coroa passou a concentrar em suas mãos, não só a temporalidade como o poder espiritual sobre as ilhas.

96 - Como era de praxe homenagear os “descobridores”, entregando-lhes (e confirmando a seus descendentes) a capitania dos lugares por eles descobertos, coube a António da Noli e a Diogo Afonso tal mercê. Àquele, por ter “achado” as cinco primeiras ilhas do arquipélago (Santiago, Fogo, Maio, Boa Vista e Sal) e a este por ter descoberto as restantes (Brava, São Nicolau, São Vicente, Santa Luzia, Santo Antão e ilhéus). V. Barcellos, *op. cit.*, pp. 14-15 e 17.

tes senhoriais foram igualmente investidos de poderes jurisdicionais e passaram, da mesma forma, a usufruir de alguns direitos económicos. A cadeia aqui descrita não permaneceu, como se sabe, para além da aclamação de D. Manuel, em 1495, ano em que os referidos capitães passaram a sê-lo, não mais pela mediação de um senhor distinto do monarca, mas sim por delegação do próprio. Nesta condição, ou seja, na de capitães nomeados directamente pelo monarca, é que já mereceram ser chamados de “discretos funcionários do rei”⁽⁹⁷⁾.

Sendo assim, há que reconhecer, no caso de Santiago, alguma *nuança* na relação que admitimos existente entre o *Rei*, o órgão concelhio e o donatário. Já aqui, no que toca à presença do poder hegemónico, preferimos falar menos de uma intervenção régia por meio de um outro corpo e mais de um controle sobre os órgãos concelhios exercido pelos “discretos funcionários *d’el-Rei*”. Encontramo-nos, portanto, perante uma forma *sui generis* de controle indirecto onde o *Rei* intervém nos corpos mais livremente (no caso, no poder local constituído)⁽⁹⁸⁾.

Da breve explanação acerca dos poderes jurisdicionais expressos nas cartas de doação, chega-se à importância das normas particulares para o controle dos corpos administrativos. Pela “carta” e pelos outros instrumentos de lei que se lhe seguem, o *Rei*, sempre em benefício da sua soberania, prossegue, actualizando os poderes e as responsabilidades do donatário, prévia e genericamente assentados, também por ele, na primeira instância normativa.

A este mesmo nível, em relação à administração concelhia, o *Foral*, que há-de fixar o direito público local⁽⁹⁹⁾, pode ser dado como uma norma analogamente equivalente à *Carta de doação*.

Em Cabo Verde, concretamente, só se conhece como foral a carta de privilégios de 1466⁽¹⁰⁰⁾ que, na classificação de Marcello Caetano, adquire o estatuto de uma “carta de povoação destinada a atrair habitantes para desbravar uma terra erma” e, sendo assim, de um “foral

97 - A expressão é de António Correia e Silva.

98 - O facto de serem esses capitães *donatários* das suas capitânias não deve invalidar esta afirmação podendo-se encontrar alguma similitude entre os “donatários” das capitânias e os “proprietários” dos ofícios.

99 - Espanha, *História das Instituições*, pp. 152-153. V. Também Marcello Caetano, *op. cit.* pp. 236-238.

100 - ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 14, fl. 104; *Livro das Ilhas*, fl. 10, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 4, 12-Jun-1466.

originário”⁽¹⁰¹⁾. Na sua sequência, houve, certamente, para além da rectificação ocorrida em 1472⁽¹⁰²⁾, a necessidade de confirmá-lo, completá-lo e ampliá-lo, dando lugar a um outro, ou a uma sucessão de forais “ampliativos” mais adequados às necessidades locais de cada momento.

Tratando-se, em todos os casos, de instrumentos de lei emitidos pelo poder central em favor de uma colectividade entendida como potencialmente apta a organizar a administração local, não se pode negar o valor do foral enquanto documento normativo de segunda instância, definidor de certas competências e capacidades do núcleo camarário. Este valor fica, aliás, evidente numa petição de 1510⁽¹⁰³⁾, em que os representantes do concelho da Ribeira Grande solicitam *d’el Rei* que lhes sejam confirmados “a jurisdição do Privilégio, que tinham e usavam” e “ainda outros” relacionados, inclusive, com o poder e a autoridade dos juízes e vereadores locais. Sublinhe-se os limites jurisdicionais da instituição camarária face ao poder régio.

Há que fazer, por fim, referência às leis de segundo nível consagradas ao corpo eclesiástico actuante em Cabo Verde. Não podendo ser desvinculada, qualquer que seja a norma aqui reportada, da instituição do Padroado Régio, um exemplo que nos parece dotado de algum significado porqu emanado da capacidade régia de apresentar, dignidades e ofícios eclesiásticos locais, tem a ver com a determinação de se privilegiarem, em Cabo Verde, os homens da terra para preenchimento dos lugares. Assim é que, num alvará de 1608, o monarca anuncia que “vagando na dita ilha alguns benefícios de propriedade e havendo pessoas naturais dela que os pretendam, que sejam de partes, qualidades, suficiência e serviços, e mostrando disso justificação, passada pelo capitão e Camara, que as tais pessoas sejam preferidas na provisão dos ditos benefícios a todas as outras que os pedirem”⁽¹⁰⁴⁾.

A carta, derivada do amplo direito de prover encerrado no Padroado Régio, acusa duas coisas: em primeiro lugar, a influência alcançada

101 - Marcello Caetano, *op. cit.*, pp. 236-237.

102 - ANTT, *Livro das Ilhas*, fl. 2 vº., in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. I, doc. 67, 8-Fev-1472.

103 - ANTT, *Gavetas*, 3 - 10-8, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 69, [Mai-1510].

104 - ANTT, *Chanc. da Ordem de Cristo*, liv. 17, fls. 297- 297 vº, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. IV, doc. 84, 04-Ago-1608.

pela comunidade local que consegue fazer valer o seu direito de se candidatar, com alguma vantagem, ao preenchimento dos benefícios vagos; em segundo, o reconhecimento e a aceitação, por parte da realeza, da existência, naquele preciso lugar, de potencialidades humanas para tal fim. Neste caso, queremos pôr em evidência o peso que podem sempre ter as comunidades atingidas pelas leis gerais na elaboração de normas que, ainda que não contrariem o genérico da Lei, atendam ao específico reivindicado por cada uma delas.

III A ADMINISTRAÇÃO RÉGIA: CRIAÇÃO, COMPOSIÇÃO HIERÁRQUICA E EXTENSÃO

Primeiro assentou-se o almoxarife e, na sua esteira, o escrivão do almoxarifado para a *Ilha do Cabo Verde*.

Muito tempo depois, para lá de cem anos, o primeiro Governador-geral instituído prestava *preito e menagem* por todas aquelas Ilhas “e seu Distrito”.

Percebida, numa abordagem mais genérica e menos imediata, como resultante da estratégia da Coroa portuguesa de penetração comercial na alta costa da Guiné ⁽¹⁰⁵⁾, a constituição do funcionalismo régio em Cabo Verde, tal como o seu crescimento e a sua evolução, obedeceram a condicionantes ditadas pela situação dos diferentes núcleos insulares em momentos sequenciados da história da colonização das ilhas. Se por um lado o início da construção do quadro particulariza Santiago pela sua dupla condição de núcleo mais próximo da Costa e simulta-

105 - Cf. António Correia e Silva, «Cabo Verde e a geopolítica do Atlântico», in *História Geral de Cabo Verde*, vol. II (coord. Maria Emília Madeira Santos), IICT-Lisboa / INAC-Praia, 1995, pp. 3 e segs.

neamente mais bem dotado de recursos naturais para a implantação dos homens e das primeiras estruturas institucionais na região, por outro, o crescimento vertical e o alastramento dos órgãos pelas ilhas e área continental adstrita⁽¹⁰⁶⁾ seguem e obedecem a necessidades estruturais derivadas de pressões várias.

Da combinação de elementos de uma evolução que lhes é exterior com outros mais vinculados à dinâmica interna das ilhas, os órgãos vão sendo instituídos num ritmo que parece mais ou menos célere no começo - quando se multiplicam em Santiago e se estendem pela ilha vizinha do Fogo – mas que arrefece e se mantém dormente por quase duas centenas de anos até o início da sua difusão pelas outras ilhas. Assim, com base nos elementos que nos parecem decisivos para marcar a construção dos órgãos de gestão régia em Cabo Verde (e no seu Distrito), quais sejam, a abrangência espacial das primeiras estruturas, o enorme desfazamento que há entre a construção destas e a proliferação dos órgãos pelos restantes núcleos insulares, a sua extensão pela Costa e ainda o crescimento vertical e o alcance das unidades cimeiras locais, propomos algumas balizas para assinalar os momentos correspondentes à tal evolução.

Reconhecem-se, pois, no período cronológico com o qual nos ocupamos (finais do séc. XV até a primeira metade do XVIII), uma fase de implantação da administração régia nas ilhas; outra em que o grande investimento recai sobre a criação dos órgãos administrativos cimeiros mais especializados e que podiam conferir uma maior autonomia regional; uma terceira de estabilização das estruturas em Santiago e no Fogo e de ramificações para a Costa; e por fim (e muito mais tarde), a de implementação de alguns órgãos nas outras ilhas. A nós bastará, para este estudo uma caracterização das fases centrada nos órgãos sediados nas Ilhas, projectando-se, para uma investigação específica, a evolução detalhada daqueles criados para a Costa.

106 - Se, inicialmente, não houve uma formulação clara acerca da unidade existente entre essas ilhas e os Rios de Guiné, com o incremento do tráfico e a acção dos habitantes do arquipélago na costa do continente fronteiro, foi-se tornando evidente a indissociabilidade destas duas áreas, passando as mesmas a ser entendidas como pertencentes aos mesmos limites jurisdicionais. Sobre os passos desta evolução v. Zelinda Cohen, «Administração das ilhas de Cabo Verde e seu distrito no segundo século de colonização (1560-1640)», in *HGCV*, vol. II, pp. 191 e segs.

No entanto, mesmo com tal opção, impôs-se desprezar ainda, por exiguidade de dados, às vezes, ou mera economia de tempo, as frequentes pequenas alterações ocorridas no quadro do funcionalismo que se pretende caracterizar em cada uma das fases. Não nos ocuparemos dos órgãos ou das funções que se mostraram muito esporádicos ou efêmeros e nem mesmo chegaram a criar tradição nas ilhas, pois, não sendo relevantes para o que se pretende, ao fim ao cabo, um esforço suplementar para caracterizá-los, a par daqueles com peso real dentro da estrutura, revelar-se-ia inócuo e inoperante.

Assim, considerando essas limitações, poder-se-á dizer que o que se visa neste capítulo, é mais uma caracterização geral do quadro com o qual se há de contar para um justo entendimento dos conceitos inicialmente esboçados e que se querem ver aplicados numa realidade muito concreta. Uma caracterização que nos permita perceber a dimensão e, em traços gerais, a articulação interna entre as diversas componentes da estrutura do funcionalismo, mais do que a sua descrição exaustiva e minuciosa.

a) a implantação da administração régia em Cabo Verde através das ilhas de Santiago e do Fogo

Inaugurada com a nomeação do primeiro almoxarife para a ilha de Santiago, em 1471⁽¹⁰⁷⁾, podemos considerar como limite natural desta primeira fase de construção da organização régia em Cabo Verde o momento que imediatamente antecede ao da fundação das instituições cimeiras da administração local: as Provedorias *dos Órfãos*, *dos Defuntos* e *da Fazenda régia*, o *Governo* e a *Ouvidoria geral* das ilhas. Até lá, a tendência foi, não obstante alguns recuos, a de prover

107 - ANTT, *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 133 vº., in João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses (1461-1500)*, vol. III, Edições do Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1988, doc. 68, 12-Mar-1471.

os dois núcleos insulares em processo de colonização com os órgãos administrativos que se mostrassem necessários ao novel e promissor estabelecimento da Coroa, firmado em terras peri-africanas. Quer no sector da Fazenda, quer no da Justiça régia, aí sediada logo nos inícios de quinhentos, as “peças” foram sendo postas consoante a dinâmica estabelecida e as exigências do empreendimento. A um mesmo passo, a fixação do tabelionato e de outros órgãos com função de curadoria iam definindo o quadro do aparelho administrativo erigido nas ilhas, a partir de Santiago e do Fogo, em cada uma das sedes das capitânias então criadas.

Reflexo incontestável das relações comerciais desenvolvidas entre europeus e africanos na alta costa da Guiné, o desenvolvimento do aparelho administrativo nesses dois núcleos do arquipélago, incluindo os cimeiros e as ramificações que houve de ter na *terra firme* será, no sentido inverso, estimulador dessas mesmas relações.

Da implantação da organização no espaço insular não se pode deixar de assinalar, como factor decisivo para o impulsionamento do processo já em curso, o momento de reintegração do arquipélago no património régio. A data de 1495 afigura-se-nos, com efeito, como um marco de importância vital para a complexificação, por um lado e, expansão, por outro, dos órgãos de administração régia, mantidos até então, por força do teor das doações efectuadas, circunscritos a certas áreas e, assim mesmo com funções relativamente reduzidas. Sublinhamos, como inovações de maior impacto, numa e noutra direcção, as seguintes:

1^a) a extensão (ou complexificação) da função dos almoxarifados;

2^a) a estruturação, a par da autoridade dos órgãos danatarial e camarário, de uma instância de justiça régia no local.

O momento a destacar a seguir, porque também de importância para o incremento do quadro de oficiais com lugar nas ilhas, é o da elevação da vila da Ribeira Grande a cidade. A nova condição, decorrente da decisão de se erigir um bispado em Cabo Verde e do implícito compromisso, assumido pela entidade soberana, de satisfação de algumas exigências institucionais para que o lugar da sua sede tomasse “feição”, demandava, como é óbvio, o alargamento de certas

estruturas implantadas e a criação de outras. Exigências, de resto, não difíceis de satisfazer, dado o crescimento sócio-económico atingido pela comunidade insular já na segunda década de quinhentos e que jogava, convergentemente, em favor da ampliação, aperfeiçoamento e especialização do aparelho administrativo existente. Barcellos, aliás, com base no argumento utilizado na bula de constituição do novo bispado (Clemente VII / 31 de Janeiro de 1533), chamou atenção para isto. Etribado no texto papal, assinala a facilidade com que se pode atender ao requisito da Igreja quanto à elevação de uma cidade em Cabo Verde que pudesse servir de sede do bispado, “porque a vila da Ribeira Grande tinha já esses fóros”⁽¹⁰⁸⁾.

Promovido com a aclamação de D.Manuel I e impulsionado com a erecção do bispado, o quadro administrativo implantado em Cabo Verde teve o seu desenho mais acabado com o advento dos Filipes. A criação de um Governo e de uma Ouvidoria gerais para as ilhas, levado a efeito logo após a União Ibérica, vêm a ser, de facto, um outro divisor importante neste capítulo da sua história, por constituírem-se tais instituições nos órgãos consolidantes de uma centralização já esboçada⁽¹⁰⁹⁾. Iniciado o processo com a concentração de poderes nos corregedores e com a instituição das Provedorias, cumpriria aos reis espanhóis completar o intento com a nomeação, no final de quinhentos, dos mais altos representantes da administração régia para aquele espaço colonial. Entra-se aqui, segundo os nossos critérios, na segunda fase da história institucional das ilhas, correspondente à da maturidade do aparelho administrativo ali instalado por uma organização sediada no longínquo centro metropolitano.

108 - Barcellos, *op. cit.*, p. 105.

109 - O que se verifica em Cabo Verde não constitui numa medida isolada. Antes será uma tendência da nova ordem política iniciada em 1580. Com base na experiência dos Açores, afirma Avelino de Freitas de Meneses: “O acréscimo da centralização administrativa constitui a principal novidade da acção filipina”. «A Administração filipina nos Açores: mudança, permanência e circunstância», in *A União Ibérica e o Mundo Atlântico* (coord. Maria da Graça M. Ventura), Edições Colibri, Lisboa, 1997, p. 88.

a.a.) os órgãos da fazenda e os seus oficiais

As fontes disponíveis indicam, o que aliás parece lógico em termos da estruturação do funcionalismo régio para as Ilhas, ter sido a Fazenda o primeiro sector da administração a ser visado pelo poder central ⁽¹¹⁰⁾.

Com efeito, se já na carta de privilégios aos moradores de Santiago (1466) D. Afonso V anunciava a instituição de um recebedor ou almoxarife “para por nós haver de requerer e arrecadar nossos direitos” ⁽¹¹¹⁾, poucos anos volvidos (1471) eram nomeados Diogo Lopez ⁽¹¹²⁾ e João Correa ⁽¹¹³⁾ para as respectivas funções de almoxarife e seu escrivão. O exercício do comércio na costa africana preconizado na *Carta* e que devia servir de motor para a edificação de mais um espaço colonial português, na medida em que activava a tributação régia, impunha a criação destes postos, seguidos de muitos outros mais que, consoante o povoamento das ilhas e necessidades estratégicas do centro decisor, iam-se mostrando indispensáveis à realização da prerrogativa régia.

Com o almoxarife e o “escrivão de seu ofício” e ainda mais o contador “da Ilha de Santiago” designado em seguida (1480) ⁽¹¹⁴⁾, estava constituída a espinha dorsal do aparelho da Fazenda régia em

110 - Com base na experiência cabo-verdiana não se pode recusar a tese que vê na problemática fiscal-financeira o “ponto detonador” do processo de dissolução da antiga estrutura institucional representada, no nosso caso, pela capitania-donatária. Cf. António Manuel Hespanha, *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*, Colectânea de textos, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984, p. 14.

111 - ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 14, fl. 104; *Livro das Ilhas*, fl. 10, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 4, 12-Jun-1466.

112 - ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 16, fl. 133 vº., in João Martins da Silva Marques, *op. cit.*, doc. 68, 12-Mar-1471.

113 - ANTT, *Chanc. D. João II*, liv. I, fl. 55 vº., D. 3, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 18, 20-Mar-1486. Não sendo esta a carta de sua nomeação mas sim a de seu sucessor para “escrivão do almoxarifado para a Ilha do Cabo Verde”, invoca-se, contudo, o nome de João Correa sob a alegação de que “o dito ofício tinha e ora se finou”.

114 - ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 32, fl. 55 vº., in Silva Marques, *op. cit.*, vol. III, doc. 145, 24-Abr-1480.

Cabo Verde, instalada com a missão precípua de controle do tráfico e recolha dos impostos sobre as transacções de Guiné. Um controle que se pretendia exercer não somente no porto insular de cobrança dos tributos e de fixação do almoxarifado (que num primeiro momento se resume à Ribeira Grande), mas ainda nos pontos de resgate para onde seguiam os escravos que cumpria ao almoxarife nomear para cada navio, que de lá partisse, com destino ao comércio da *Costa* ⁽¹¹⁵⁾.

A ampliação das funções iniciais desse pequeno núcleo de agentes, resultante imediata da integração de Cabo Verde ao património da Coroa, acompanharia o progresso económico da comunidade local, fundado no aumento e diversificação das suas actividades. Na medida da exploração agro-pecuária das ilhas e do desenvolvimento das relações comerciais, viradas também para a Europa e América, novos e análogos encargos, relacionados com a arrecadação tributária e o armazenamento de mercadorias, iam sendo assumidos por esses funcionários que também se achavam encarregues da redistribuição do produto de sua recolha ⁽¹¹⁶⁾: “o almoxarifado catalizava uma variedade múltipla de produtos que redistribuía depois em função das necessidades locais ou das ordens da metrópole. Dinheiro ou géneros iriam (sic!) canalizados para o reino ou ficariam na terra, onde seriam vendidos aos moradores ou utilizados no pagamento de salários, consumidos internamente” ⁽¹¹⁷⁾.

Na posição de autoridade tutelar seguia, o contador, todas essas operações realizadas pelos almoxarifados das ilhas, devendo cada um dos almoxarifes instituídos prestar-lhe contas de tudo o que anualmente tivesse arrecadado e dispendido ⁽¹¹⁸⁾, em parte das situações,

115 - Tratavam-se, evidentemente, de escravos especiais a cujo encargo ficava o registo de todos os acontecimentos e operações comerciais realizadas pelos moradores de Santiago nas “ditas partes de Guiné”. V. ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 14, fl. 104; *Livro das Ilhas*, fl. 10, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 4, 12- Jun-1466.

116 - Cf. Ângela Domingues, «Administração e Instituições: transplante, adaptação, funcionamento», in *História Geral de Cabo Verde*, vol. I (coord. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos), Instituto de Investigação Científica Tropical / Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa, 1991, p. 69 e segs.

117 - Idem, *ibidem*, p. 71.

118 - ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 32, fl. 55 vº., in Silva Marques, *op. cit.*, vol. III, doc. 145 (24-Abr-1480).

por seu próprio mandado. Neste último caso incluem-se, por exemplo, os gastos relacionados com assistência prestada aos navios de inúmeras carreiras que iam ter a Santiago para fazer *aguada* ou mesmo reparações ⁽¹¹⁹⁾ e as despesas extraordinárias que se impusessem para combate à pirataria nas ilhas ⁽¹²⁰⁾.

Constituída como um órgão independente, e preservando esta sua condição durante os primeiros tempos da sua existência, a contadoria tendeu, no entanto, a ser reunida, por acúmulo de funções do seu titular, primeiro à corregedoria e depois à feitoria de Santiago. Cedendo lugar ao contador-corregedor e na sequência deste, ao contador-feitor, o contador, que, antes mesmo destas junções, já possuía atribuições “de justiça” no domínio do controle do tráfico, alcança, a partir de 1517 - ano da promulgação do regimento do corregedor e contador da ilha de Santiago acerca do comércio na Costa⁽¹²¹⁾ - uma redobrada autoridade sobre este campo, pelo que absorve de um e de outro órgão que à ela se encontrou acoplada⁽¹²²⁾. Em todos os casos retenha-se aqui a ideia da existência, no plano das causas “que interessassem à Fazenda real”, de prerrogativas jurisdicionais próprias, presentes na função de contador e que se tornam ainda mais latas considerando as opções do centro de fixar num único agente a titularidade da contadoria e da corregedoria

119 - Cf. Ângela Domingues, «Administração e Instituições: transplante, adaptação, funcionamento», in *HGCV*, vol. I, pp. 70-71; ANTT, CC, II-194-80 (16-Jul-1527); CC, II-142-87 (18-Jul-1527).

120 - ANTT, CC, II-141-179 (29-Jul-1527); CC, II-145-61 (26-Out-1527). Cf. Ângela Domingues, «Administração e Instituições: transplante, adaptação, funcionamento», in *ibidem* pp. 90-91.

121 - ANTT, *Leis e Regimento de D. Manuel*, fl. 33v-34vº, in *HGCV-CD*, doc. 101, 16-Dez-1517.

122 - Com base no texto de 1517, Ângela Domingues faz a seguinte síntese acerca das atribuições dos titulares da contadoria: “O certo é que, pelo menos a partir desta data, este indivíduo [quer dizer, o contador-corregedor] procede no sentido de proibir a transação de mercadorias defesas e da ida de navios a lugares defesos, de supervisionar o desembarque dos produtos trazidos ou levados, de conhecer sobre a existência de lançados e de executar o confisco dos bens, assim como de verificar os capitães enviados nas armações”. Cf. «Administração e Instituições: transplante, adaptação, funcionamento», in *ibidem* p. 82. As competências deste agente no mesmo domínio (estendidas ao controle das transacções realizadas internamente no circuito Fogo-Santiago, pelo Regimento do feitor), verificam-se ainda na função que terá de juiz de casos cíveis das pessoas que servissem o trato e feitoria, não moradores da Ilha. *V.* pp. 85-86; 76; 88-89.

das ilhas e acto sequente, da feitoria de Santiago. O comércio era, com efeito, uma área de “jurisdição privilegiada”. Pertencente a um juízo especial, não estava, por isso, submetido ao aparelho da justiça ordinária ⁽¹²³⁾.

Da estrutura inicial do aparelho da Fazenda, mínima no que toca aos órgãos instituídos mas mesmo assim sem equivalência no quadro dos agentes disponíveis (veja-se o caso da contadoria nos seus primeiros tempos e do escrivão que deveria assisti-la)⁽¹²⁴⁾, chegar-se-ia, passadas algumas décadas, a um número respeitável de ofícios e de oficiais, tendente à estabilização.

Mantidas inicialmente para salvaguardar um direito de tributação jamais alienado pela Coroa – a alfândega –, essas células pelos estímulos sócio-económicos advindos do tráfico, viram-se logo com acrescidas funções, incitadoras, no sentido vertical e horizontal, à criação de um quadro mais extenso e abrangente, conducente a um corpo administrativo alternativo àquele que mais antigamente se encontrava em função. Prenunciam por assim dizer, o fim das estruturas de gestão donatarial no mesmo espaço. De facto, a presença régia que começou por ser uma promessa apenas ao tempo da outorga dos privilégios, em breve teria grande impacto sobre a estrutura donatarial que veria o seu campo de realização não só reduzido como minado no seu fundamento. E se, de início, era o próprio rei a declarar que seria ele a servir-se das instituições donatarias enquanto os seus oficiais não se encontrassem “pres-

123 - Acerca dos campos de exercício da justiça privilegiada e da sua coexistência com a justiça ordinária V. António Manuel Hespanha, *Poder e Instituições no Antigo Regime – Guia de Estudo*, p. 41 e segs.

124 - Cf. «Quadros de Oficiais régios até 1562» elaborados por Ângela Domingues e Iva Cabral, in *HGCV*, vol. I, pp. 436-437. Ao que parece, a função de escrivão junto ao contador ficou, durante os primeiros tempos, ao encargo do escrivão do almoxarifado da Ribeira Grande. Mandados do contador das ilhas escritos pelo escrivão do almoxarifado da Ribeira Grande em época em que não é feita nenhuma alusão ao cargo de “escrivão dos contos e almoxarifado” induzem a esta ideia. V., por exemplo, o mandado do contador Rui Lopes ao almoxarife Álvaro Dias, feito pelo escrivão Manuel Lopes (13-Nov-1513), ou o encerramento da conta que o mesmo tomou ao segundo (30-Jun-1519), cujo registo ficou ao encargo de Salvador de Boym “que ora serve d’escrivão dos ditos ofícios”. ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 757, in *História Geral de Cabo Verde, Corpo Documental*, vol. II, Instituto de Investigação Científica Tropical / Direcção- Geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa, 1990, pp. 66-67 e 295.

tes” para o recebimento e guarda dos seus direitos⁽¹²⁵⁾, no futuro, o que se pode observar, é a absorção progressiva de certas funções administrativas, antes nas mãos do senhor.

Isto, é claro, também no que diz respeito à Justiça, que a breve tempo passou a ser igualmente compartilhada pelas instituições da organização central erigidas no local.

Na primeira das ilhas, cuja vocação para servir de centro do arquipélago logo se fez sentir, urgiu antes do mais (duas décadas e pouco da dimidação efectiva da capitania⁽¹²⁶⁾ e talvez, até, antes de o órgão da contadoria ser dotado de um escrivão próprio), desdobrar em dois o almoxarifado “da Ilha de Santiago”. Assim, cada uma das capitanias da ilha passou a contar com uma estrutura específica para a realização dos negócios da Fazenda régia. Negócios que tinham a ver com a recolha dos impostos (alfandegários e oriundos da produção interna) mas também com a redistribuição local da parcela dos rendimentos da Coroa destinados à sustentação dos *filhos da folha* e órgãos de administração régia.

Ao almoxarifado “da ilha de Santiago”, implantado na Ribeira Grande e que também começou a ser conhecido como tal, veio somar-se o almoxarifado da vila dos Alcatrazes dotado de oficial e escrivão próprios. Lopo Vaz e João d’Abreu, estantes em função no ano de 1501, são os nomes que mais antigamente se ligam aos cargos de

125 - O que *el-Rei* ordena, efectivamente, é que, em caso de “ausência” dos oficiais “que lá mandaremos pôr”, que lhes façam as vezes “o que tiver cargo da governança e capitania da dita ilha, [...] os quais direitos ele terá em si até nós mandarmos por eles, do que nos o dito governador ou capitão, quando tal caso acontecer, avisará por sua carta.” ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 14, fl. 104; *Livro das Ilhas*, fl. 10, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 4, 12-Jun-1466.

126 - Mesmo que a doação dos Alcatrazes tenha sido anterior a 1473 (ano em que pela primeira vez se faz menção a esta capitania e a Rodrigo Afonso como seu donatário), não é crível que antes desta data tenha existido real interesse em fixar uma segunda capitania na ilha. No entanto, a carta de confirmação desta doação a Rodrigo Afonso (1485) faz alusão a dois antecessores: “Diogo Afonso ... E por seu falecimento João, seu filho, já finado” (ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 29, fl. 6-6 vº., in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 17, 14-Jan-1485). A hipótese que parece certa é a que toma os Alcatrazes como resultante de uma divisão da capitania de Santiago, também chamada nos primeiros tempos como a “capitania d’António”. ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 22, fl. 107 v., in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 10, 09-Abr-1473. V. Charles Verlinden, «António da Noli e a Colonização das Ilhas de Cabo Verde», in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III série, nº 7, 1963, pp. 39-40 e segs.

“almoxarife d’el-Rei [...] em a vila dos Alcatrazes” e de “escrivão do dito almoxarifado por mandado especial do dito senhor”⁽¹²⁷⁾.

Como razões imediatas dessa duplicação anote-se, a par do grande acontecimento político de 1495 - que há de infundir uma nova dinâmica no processo de extensão da organização régia no território arquipelágico -, o florescimento da capitania do Norte. Trinta anos se passaram da edificação do primeiro almoxarifado na “capitania d’António” até a fixação do seu congénere na “parte de Rodrigo Afonso”. O primeiro, ficará associado ao tempo dos grandes donatários e o segundo, à época em que a Coroa já havia dispensado tal mediação. A existência de massa colectável nos limites desta outra circunscrição, criada para a ilha de Santiago, havia de justificar a iniciativa da Coroa. Os sinais de prosperidade eram claros: aquando da instituição do almoxarifado dos Alcatrazes, tal como havia acontecido com a outra banda da ilha, a localidade já se tinha elevado a vila e erigido câmara⁽¹²⁸⁾.

O novo órgão, à semelhança do que se tinha fixado na Ribeira Grande, serviria à Coroa, tanto no caso de querer ela própria recolher os tributos que lhe eram devidos como nos períodos em que, ao invés, optasse por arrendar a terceiros a sua cobrança⁽¹²⁹⁾. Questionamos, agora, à vista do contrato de arrendamento elaborado em 1501⁽¹³⁰⁾, precisamente no ano em que se sabe da existência de um almoxarife e de um escrivão do almoxarifado na vila dos Alcatrazes, o quanto o recurso a este expediente, que obrigava a uma séria vigilância régia, teria servido de pretexto para abreviar o estabelecimento do referido órgão.

127 - ANTT, CC, II-4-97, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 45, 28-Jun-1501.

128 - ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 29, fl. 15; *Livro das Ilhas*, fl. 71-71vº, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 39, 30-Jun-1497

129 - Nestas alturas, como já se afirmou, “o almoxarife vê a sua função de superintendência e responsabilidade sobre a cobrança e guarda dos tributos ser substituída por uma mera acção de inspecção e vistoria ... No entanto, a percepção do tributo é da responsabilidade do rendeiro para quem reverte”. Ângela Domingues, «Administração e Instituições: transplante, adaptação, funcionamento», in *op. cit.*, p. 73. Sobre o papel dos almoxarifes na altura dos arrendamentos, V. ainda, Zelinda Cohen, «Os contratos de arrendamento para a cobrança das rendas e direitos reais das ilhas de Cabo Verde (1501-1560)», in *Stydia*, nº 53, Lisboa, 1994, p. 361 e segs.

130 - Zelinda Cohen, Idem, *ibidem*, p. 336 e segs.

Sito por alguns anos na vila dos Alcatrazes, o almoxarifado desta banda da ilha deslocar-se-ia para a Praia de Santa Maria, acompanhando a mudança da sede da capitania de Rodrigo Afonso, pelos anos de 1515⁽¹³¹⁾. Por esta razão é que apartir daí, ao invés da documentação continuar a referir-se ao oficialato dos Alcatrazes, começa a registá-lo como pertinente à capitania da Praia de Santa Maria. Gaspar Dias e Diogo Brandão são os sujeitos que encontramos, pela primeira vez, como almoxarife e escrivão do almoxarifado “em esta vila da Praia”⁽¹³²⁾.

Anos mais tarde, não muitos mais ao da erecção daquelas duas unidades em Santiago, criar-se-ia o terceiro e último órgão congénere de que se tem notícia nesta fase: o almoxarifado da ilha do Fogo. Instituído por volta de 1506, que é a data à qual se pode associar o provimento de um primeiro indivíduo para o ofício “d’ almoxarife da ilha do Fogo” - um tal de Mosqueira - este organismo só deve ter entrado em funcionamento algum tempo depois, aquando da nomeação de um morador da própria ilha que estivesse, de facto, disposto a assumi-lo⁽¹³³⁾. Caberia, por isso, a António d’Espíndola, provido em 1513 para ofício até então “vago”, a inauguração de mais este estabelecimento régio consagrado aos negócios de sua Fazenda⁽¹³⁴⁾.

Mas em relação ao Fogo, cujo início da exploração remonta, ao que se sabe, a finais de quatrocentos⁽¹³⁵⁾, qual teria sido a razão para o desfasamento que encontramos entre o período em que as suas rendas já se haviam constituído em objecto de arrendamento (desde 1501)⁽¹³⁶⁾ e o da activação do seu almoxarifado?

131 - É por volta desta data que começamos a encontrar indicações acerca da entrada de navios pelo porto da Praia de Santa Maria, onde, aliás, passam a ser quartejadas e dizimadas as mercadorias que chegavam a capitania do Norte (ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 757, in *HGCV-CD*, vol II, p. 168 e 176). Mau grado as razões da mudança permaneçam obscuras, as condições do porto da Praia, muito superiores às dos Alcatrazes, terão sido um factor determinante na decisão.

132 - ANTT, *CC*, II-89-100 e *CC*, II-89-121, in *HGCV-CD*, vol. I, docs. 111 (18-Mai-1520) e 112 (18-Mai-1520).

133 - ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 42, fl. 118 vº, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 82, 04-Ago-1513.

134 - Idem, *ibidem*.

135 - V., a propósito da colonização desta ilha, Zelinda Cohen, «Algumas Reflexões sobre a colonização da Ilha do Fogo», in *Magma*, nº 5/6, Mindelo, 1990, pp. 27-30.

136 - Pelo contrato de 1501-1504, mantiveram-se arrendadas as rendas e direitos das ilhas de Santiago e do Fogo. V. Zelinda Cohen, «Os contratos de arrendamento

Aqui, o descompasso parece ter a ver com o facto de esta ilha ser encarada, inicialmente, como uma espécie de dependência de Santiago, de onde, aliás, teriam partido os seus primeiros povoadores⁽¹³⁷⁾. Aceitando-se a hipótese de que a busca de novos espaços cultiváveis para “agricultura de tráfico” [portanto, algodoeira] teria feito dos agricultores de Santiago grandes proprietários do Fogo⁽¹³⁸⁾, não será de estranhar a conjectura de que, numa fase primeira, fossem os oficiais do almoxarifado da Ribeira Grande a preencher o vazio institucional da ilha vizinha. Já Barcellos se referia, não sabemos se com base em documentos que a nós não sobreviveram, aos tempos em que os moradores do Fogo “pagavam em Santiago aos almoxarifes e contadores os direitos dos produtos exportados”⁽¹³⁹⁾. O imperativo de a ilha de São Filipe contar com um órgão próprio para a gestão de sua fazenda surgiria depois, quando a sua produção passou a ser, de facto, decisiva para o tráfico com a costa africana e esta actividade começou a exigir um maior controle da Coroa.

Assistido regularmente por um escrivão - o quanto se sabe teria sido Diogo Álvares o primeiro a preencher o lugar em data anterior a 1515⁽¹⁴⁰⁾ -, o almoxarifado da ilha do Fogo, assim como os outros dois estabelecidos em Santiago, devem ser considerados células de importância capital para o aparelho da Fazenda régia montado nas ilhas. Acima deles encontrava-se o contador que, ocupando o topo da hierarquia do funcionalismo nesta área, exercia o papel de supervisor e coordenador das actividades desenvolvidas por cada uma daquelas unidades⁽¹⁴¹⁾.

O contador que tinha ainda por função vigiar as contas e acompanhar todas as acções praticadas pelos almoxarifes e de-

para a cobrança das rendas e direitos reais das ilhas de Cabo Verde (1501-1560)», in *Stvdia*, nº 53, p. 336 e segs.

137 - V. Zelinda Cohen, «Algumas reflexões sobre a colonização da ilha do Fogo», in *Magma*, nº 5/6, pp. 27-29.

138 - António Correia e Silva, «A formação histórica do espaço do arquipélago de Cabo Verde - séc. XV-XVI - uma tentativa de abordagem», in *Magma*, nº 5/6, p. 22.

139 - Barcellos, *op. cit.*, p. 57.

140 - ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 24, fl. 15 vº., in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 89, 30-Jan-1515.

141 - Sobre o leque de competências do contador consultar o capítulo de Ângela Domingues «Administração e Instituições: transplante, adaptação, funcionamento», in *HGCV*, vol. I, pp. 75 e segs.

signá-los até, em caso de necessidade imediata⁽¹⁴²⁾, a certa altura, pelo menos a partir da década de vinte de quinhentos, começou a ser coadjuvado por um escrivão próprio. Era o “escrivão dos contos e almoxarifado” que é como começa a assinar, entre finais de 1526 e inícios de 1527, Simão Fernandes⁽¹⁴³⁾ e outros que se lhe seguem.

Mas os almoxarifados, em virtude das funções que lhes são inerentes⁽¹⁴⁴⁾ - especialmente no caso das unidades estabelecidas em Santiago e do Fogo que para além do mais confundiam-se com as alfândegas dessas ilhas⁽¹⁴⁵⁾ –, não podiam subsistir, se não contassem com um certo número de colaboradores sem os quais não seria possível nem a arrecadação nem a guarda, até seguirem o seu destino, dos impostos colectados. Referimo-nos aos guardas e “homens do almoxarifado”⁽¹⁴⁶⁾, de cuja existência na Ribeira Grande nos fala inusitadamente o *Livro da Receita da Renda das Ilhas de Cabo Verde de 1513 a 1516*⁽¹⁴⁷⁾. Gaspar Mendes é quem,

142 - Alguns exemplos: o provimento de Álvaro Dias para almoxarife dos Alcatrazes, pelo contador Rui Lopes (ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 757, in *HGCV-CD*, vol. II, pp. 206-207, 26-Jan-1515); de Lopo Fernandes (ANTT, *CC*, I-140-148, 08-Mai-1527) e de Rui Lopes de Almeida (ANTT, *CC*, I-67-92, 22-Mai-1540) para almoxarife da ilha do Fogo, pelo contador André Rodrigues dos Mosquitos.

143 - ANTT, *CC*, II-187-97. Barcellos, todavia, baseado na carta de nomeação de Gonçalo Pires para este cargo (1530), afirma ter sido João André (que aí mesmo é apontado como renunciante ao ofício), o primeiro indivíduo a servir de escrivão dos contos das ilhas de Santiago e Fogo (*op. cit.*, p. 97). Lendo a carta não pudemos chegar à mesma conclusão de ter sido João André a inaugurar o posto (v. ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 47, fl. 23 vº, 26-Mai-1530).

144 - Sobre a função dos almoxarifados em termos genéricos, consultar a entrada “Almoxarifado” de Ruy d’Abreu Torres, in *Dicionário de História de Portugal* (dir. de Joel Serrão), vol. I, pp. 121-122.

145 - CF. Ângela Domingues, «Administração e Instituições...» in *op. cit.*, p. 70.

146 - Com base nos estudos que tem feito para a Madeira, Suzana Münch Miranda define, o que parece ser igualmente válido para o caso de Cabo Verde, a actuação dos homens do almoxarifado: “A estes oficiais competiria o desempenho de tarefas múltiplas de apoio ao serviço do almoxarifado e provavelmente também da alfândega. Estas tarefas compreendiam o transporte de mercadorias e a vigilância do cumprimento das disposições régias”. *A Fazenda Real na Ilha da Madeira - Segunda metade do século XVI*, Centro de Estudos de História do Atlântico / Instituto de História de Além-Mar, Funchal / Lisboa, 1994, p. 121.

147 - ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 757, in *HGCV-CD*, vol II.

pelos anos de 1514-15, aparece nesta dupla função, de “guarda e homem do almoxarifado”⁽¹⁴⁸⁾.

A ausência de qualquer referência sobre funcionários similares sediados na outra jurisdição da mesma ilha para nós é indicativo de, numa fase inicial, terem sido os próprios guardas e homens do almoxarifado da Ribeira Grande a prestar assistência aos Alcatrazes e vila da Praia, quando se mostrasse necessário. Mas isto, só nos primeiros tempos, pois a busca, cada vez mais frequente, deste porto alternativo para a descarga dos navios importaria a coroa uma vigia mais constante do litoral da “capitania dos herdeiros de Pero Correia”⁽¹⁴⁹⁾ avaliada, no ano de 1547, como um local de grande movimento portuário mas também, e em razão da influência dos “poderosos”, de escandalosa fuga aos impostos reais⁽¹⁵⁰⁾.

Será o indivíduo nomeado para o recém-criado ofício de guardamór da ilha de Santiago a chamar atenção para o facto, fazendo-nos crer na já existência, mesmo que precária, de tais estruturas naquela capitania. Este novo cargo, que deveria abranger toda a ilha, queixava-se Ambrósio Fernandes de não o poder exercer plenamente já que lhe haviam tirado “a fóra” a jurisdição da Praia, na sua razão, precisamente, “por terem mais lugar de roubar os direitos que à sua fazenda pertencem”. A alusão que faz à impotência de alguns guardas em deter os tais poderosos nas suas transacções do porto da Praia é o único registo (e diga-se, vago) indicador da presença desses oficiais na referida circunscrição⁽¹⁵¹⁾.

De qualquer forma, não obstante aquele impedimento inicial (quem sabe até, levado a efeito à margem das determinações régias) assinala-se, para os finais da primeira metade do séc. XVI, a criação de mais este ofício do aparelho da Fazenda régia, nomeadamente para a assistência “aos despachos dos navios”, em uma e outra jurisdição da ilha de Santiago⁽¹⁵²⁾.

Pela função que lhe era dado a exercer junto aos guardas por-

148 - Idem, *ibidem*, 304, 230 e 326.

149 - Pero Correia é, como se sabe, filho e sucessor de Rodrigo Afonso na capitania do Norte de Santiago.

150 - ANTT, CC, I-79-86, de 21-Set-1547.

151 - Idem, *ibidem*.

152 - Idem, *ibidem*.

tuários da Ribeira Grande e da vila da Praia e pelas condições que reivindicava *d’el-Rei* para poder praticar o seu ofício⁽¹⁵³⁾ no quadro da hierarquia existente, o guarda-mór devia situar-se próximo dos oficiais elevados da ilha. No entanto, situação que fica por esclarecer é o por que de Ambrósio Fernandes realizar as suas funções com três escravos seus e dois homens forros “sem ordenado algum”⁽¹⁵⁴⁾.

Estando a acção do guarda-mór limitada à ilha de Santiago, à escala do Fogo não encontramos mais do que um único indivíduo a servir de alcaide do mar e homem do almoxarifado da mesma ilha⁽¹⁵⁵⁾. Foi assim com João de Gouveia e com Jorge Fernandes que lhe sucedeu em 1532⁽¹⁵⁶⁾.

O ofício de alcaide do mar a quem, competia “coordenar o serviço marítimo, organizando as operações de transporte das mercadorias dos navios até às casas da alfândega”⁽¹⁵⁷⁾, encontramos-lo, pela mesma época, na ilha de Santiago. António Mendes é quem o exercia em 1530⁽¹⁵⁸⁾, atestando, com a existência do posto, o considerável investimento da organização em oficiais portuários. A clara dependência das ilhas em relação ao comércio externo não deixava outra opção senão a de privilegiar, na organização do quadro, a criação de ofícios que pudessem facilitar as transacções que tinham por base este mesmo comércio.

Com a implantação de uma feitoria régia em Santiago e de outra que a viria subsidiar na ilha do Fogo, entre as décadas de vinte e trinta do século XVI, regista-se não somente um investimento na especialização de certas funções na área da Fazenda régia como um

153 - Para além do pedido de licença para “trazer vara” e de usá-la nas duas jurisdições da ilha, Ambrósio Fernandes requereu à Coroa que lhe fizesse também mercê de uma casa “d’onde seja aposentado” e de mais de vinte cruzados “para cavalgaduras para ir aos despachos dos navios de uma jurisdição a outra” (ANTT, CC, I-79-86, 21-Set-1547).

154 - ANTT, CC, I-88-14, de 28-Abr-1552.

155 - Entre outras funções, responsabilizava-se o alcaide do mar pelo “fornecimento de barcos para descarga de mercadorias”. Suzana Münch Miranda, *A Fazenda Real na Ilha da Madeira – Segunda metade do século XVI*, p. 66.

156 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 16, fl. 62 vº. e 65 vº. Cf. Barcellos, *op. cit.*, pp. 97-98.

157 - Suzana Münch Miranda, *op. cit.*, p. 127.

158 - ANTT, CC, III-10-32 (20-Nov-1528). A data exacta em que aparece no ofício é 16-Jan-1530.

reforço ainda maior do pessoal do serviço de sentinela e operações portuárias. Encabeçadas pelo feitor “do trato” e pelo feitor “dos algodões”, respectivamente, as feitorias vêm abrir uma nova fase no capítulo da exploração económica dessas duas ilhas.

Os novos órgãos, criados com a finalidade de viabilizar a estratégia régia de aproveitamento de Santiago e do Fogo para a sua própria empresa de armar⁽¹⁵⁹⁾, aparecem como instituições um tanto atípicas. Accionadas ou desactivadas segundo os diferentes contextos económicos apresentados pelas ilhas, as duas feitorias (e não só estas), devem ser especialmente consideradas no quadro dos órgãos do aparelho da Fazenda.

Em Cabo Verde, no seu pleno funcionamento, contavam estas feitorias, para além dos respectivos feitores, com uma série de outros oficiais mantidos sob a sua direcção. Afora os já aludidos alcaides do mar e, a seu tempo, ainda mais outro para a Praia de Santa Maria⁽¹⁶⁰⁾, com dois escrivães para Santiago (segundo o Regimento dado a Afonso Lopes d’Avila, primeiro feitor da ilha)⁽¹⁶¹⁾ e um para o Fogo. Francisco Lopes⁽¹⁶²⁾ e Nicolau Testado⁽¹⁶³⁾, por um lado, e João do Porto⁽¹⁶⁴⁾, por outro, são os nomes que ficam associados ao

159 - “A feitoria é, em última instância, a instituição administrativa pela qual a Coroa visava o exercício directo da actividade comercial, tornando-se um agente empreendedor e interveniente, e impondo-se como armadora ao lado de outros armadores: os vizinhos de Santiago” (Ângela Domingues, «Administração e Instituições: transplante, adaptação, funcionamento», in *HGCV*, vol. I, p. 83). A sua função, assegura Virgínia Rau, “era representar o comércio e o Estado português, bem defendido e regularizado, junto do comércio local, evitando-lhe sujeições a altas de preços, ou a carências de mercadorias, que a urgência de partida ou a permanência forçada das naus tornariam inevitáveis, caso as compras e encomendas não estivessem preparadas de antemão”. «Feitores e feitorias «instrumentos» do comércio internacional português no século XVI», in *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Editorial Presença, Lisboa, 1984, p.154

160 - Não obstante desconhecermos a data do estabelecimento de um alcaide do mar para a vila da Praia, o cargo é dado como existente em um rol, elaborado no início do século XVII, acerca dos officios régios e das respectivas remunerações em cada uma das circunscrições administrativas das duas ilhas. V. Arquivo Histórico Ultramarino, *Cabo Verde*, caixa 1, doc. 26, 13-Jul-1613.

161 - Ordena-se efectivamente, sejam providos “dois escrivães” para aquela feitoria. ANTT, *Leis e Regimentos de D. Manuel*, fl. 121 vº - 126, in *HGCV-CD* vol. I, doc. 107, 13-Jan-1520.

162 - ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 873, Alvará de 11-Jan-1520.

163 - *Ibidem*, 16-Jan-1520.

164 - ANTT, *CC*, II-182-54, 05-Mar-1533.

provimento inicial para essas funções. Os primeiros, por nomeações que datam de 1520, o mesmo ano da criação da “feitoria do trato da Ilha de Santiago”, e o último, enquanto “escrivão dos algodões na ilha do Fogo”, no ano de 1533.

Essa diferença de cerca de dez anos encontrada nos registos relativos aos escrivães das duas feitorias, a mesma que se verifica entre as nomeações de Afonso Lopes d’Avila e Duarte Fernandes, primeiro feitor instituído para a ilha do Fogo⁽¹⁶⁵⁾, indica os diferentes momentos de instalação destes dois organismos.

O complexo foi criado em dois tempos e, à custa da almejada autonomia financeira e realização de todas as suas potencialidades, a feitoria de Santiago funcionou mais de uma década sem o apoio, no Fogo, do órgão semelhante que lhe garantisse o abastecimento regular de grandes quantidades de algodões para os resgates na Costa africana. Quando finalmente se proporcionou existirem como unidades coordenadas⁽¹⁶⁶⁾, o volume de negócios realizados entre as duas feitorias e a de Santiago com o exterior impôs a este estabelecimento a criação de mais um cargo: o de “recebedor da feitoria do trato de Guiné”. Francisco Fernandes é quem o exercia pelos anos de 1527-1529⁽¹⁶⁷⁾.

Erigidas como estruturas paralelas à contadoria e almoxarifados instalados em ambas as ilhas⁽¹⁶⁸⁾, as feitorias vêm-lhes subtrair, mais ou menos conforme o caso e a época, algumas das funções que aqueles órgãos guardavam originalmente. Nas instituições assentadas na ilha principal, em dois aspectos esta transferência de atribuições é por demais notória: na função de apoio prestado às armadas reais que iam ter a Santiago em busca de géneros ou de aparelhamento dos seus navios⁽¹⁶⁹⁾; e ao nível da cobrança dos quartos e vintenas

165 - Em 1531 Duarte Fernandes servia de “feitor pelo dito senhor”, na ilha do Fogo (ANTT, CC, II-195-20 14-Fev-1534). A data do seu provimento deve, no entanto, situar-se entre 1528-29. (ANTT, CC, I- 57-27, in Brásio, MMA, 2ª série, vol I, doc. 76, 22-Mai-1532).

166 - Sobre a articulação entre os dois organismos V. Maria Manuel Torrão, «O algodão da ilha do Fogo: uma matéria-prima de produção afro-europeia para uma manufatura africana», in *Magma*, nº 5/6, 1990, pp. 47-50.

167 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 35, fl. 14-14 vº, 23-Dez-1544.

168 - Cf. Ângela Domingues, «Administração e Instituições: transplante, adaptação, funcionamento». in *HGCV*, vol. I, p. 83.

169 - Cf. Id., *ibid.*, pp. 70-71 e 90.

que aí se fazia⁽¹⁷⁰⁾. Tratando-se, antes, de campos de jurisdição dos almoxarifados e contadoria, estes encargos transitam para o domínio da feitoria⁽¹⁷¹⁾, cujo recebedor “do trato” passa a ser, simultaneamente, “dos quartos e vintenass”, a partir de 1534⁽¹⁷²⁾. Garcia Cerveira, a quem *el-Rei* declara que daí em diante haveria os ofícios que até então andavam “repartidos em dois recebimentos, a saber, o da feitoria e trato em uma pessoa e o dos quartos e vintenass em outra pessoa”, é o indivíduo que, pela primeira vez, os serve conjuntamente⁽¹⁷³⁾.

No que ao Fogo diz respeito, embora os dados não sejam tão evidentes, indícios há da ocorrência de um processo de absorção semelhante, denunciado, inclusive, pela ausência sistemática de almoxarifes para o respectivo lugar⁽¹⁷⁴⁾. Mas, há que contar também com o facto de ser a feitoria a instituição responsável pelos despachos dos navios oficiais que, de Lisboa ou de Santiago, iam ter à ilha em busca de algodão para os resgates de Guiné⁽¹⁷⁵⁾. Essa função de alfândega que, afinal de contas, acabava sendo exercida também pelo almoxarifado do Fogo quando se tratasse da exportação do algodão dos seus moradores “para o Reino de Flandres ou para qualquer parte de cristãos”⁽¹⁷⁶⁾, fora desempenhada, em tempos, unicamente por esta última instituição.

A “repartição” da alfândega por esses dois órgãos – almoxarifado e feitoria – acabava por implicar, ou a nomeação de novo pessoal para os serviços portuários e de armazenagem das mercadorias transaccionadas por esta nova instituição; o simples remanejamento ou, então, a junção de competências. Para Santiago passa-se a nomear por

170 - ANTT, CC, III-12-21, 23-Ago-1533; CC, I-58-67, 23-Mar-1537.

171 - V. ANTT, CC, III-10-32, 20-Nov-1528; CC, I-46-27, in Brásio, MMA, 2ª série, vol. II, doc. 69, 25-Nov-1530.

172 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 7, Doações, fl. 59, 19-Mar-1534.

173 - Idem, *ibidem*. Cf. Barcellos, *op. cit.*, p. 107.

174 - Ângela Domingues reparou os períodos de “vazio” do cargo e a dificuldade sentida para provê-lo. «Administração e Instituições: transplante, adaptação, funcionamento», in *HGCV*, vol. I, pp. 102-103.

175 - Sobre os circuitos dos navios régios providos pela feitoria do Fogo v. Maria Manuel Torrão, «O algodão da ilha do Fogo: uma matéria-prima de produção afro-europeia para uma manufactura africana», in *Magma*, nº 5/6, pp. 47-50.

176 - ANTT, *Leis e Regimentos de D. Manuel*, fl. 121 vº - 122, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 107, 13-Jan-1520.

isso, ao invés de um “guarda e homem do almoxarifado”, o mesmo como “homem do almoxarifado e guarda dos navios da feitoria”. Em 1524, Gonçalo Velho é provido nos ditos ofícios já com esta última designação⁽¹⁷⁷⁾.

O número de guardas da feitoria de Santiago, não sendo mais do que um durante os primeiros tempos, viria a duplicar-se por duas vezes. Assim é que, em finais dos anos vinte de quinhentos, deparamos com dois nomes diferentes associados à mesma função: o do já citado Gonçalo Velho⁽¹⁷⁸⁾ por um lado, e de Gonçalo Rodrigues⁽¹⁷⁹⁾ por outro. Lá pelos inícios do século seguinte passariam a quatro os guardas da feitoria de Santiago⁽¹⁸⁰⁾.

No capítulo da fazenda há que apontar, por último, a indicação de ter-se criado para o Fogo (e somente para esta ilha) o ofício de fiel do peso. Constante apenas em duas listas de oficiais, elaboradas em 1613⁽¹⁸¹⁾ e 1652⁽¹⁸²⁾ respectivamente, esses registos, limitando-se a assinalar o montante do ordenado anual do fiel do peso - 4.000 réis em ambos os casos -, não nos fornecem quaisquer dados acerca da exacta função desses agentes nem tão pouco sobre as pessoas providas para o lugar. No entanto, parece tratar-se de um ofício com ligações ao almoxarifado e feitoria da ilha, vocacionado especialmente para o controle do peso do algodão adquirido pela fazenda régia a título de compra ou de imposto.

177 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 37, Doações, fl. 78, 24-Nov-1524.

178 - ANTT, CC, II-146-81.

179 - ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 528.

180 - Cf. AHU, *Cabo Verde*, cx 1, doc. 102, 11-Jul-1619.

181 - *Ibidem*, cx 1, doc. 26, 13-Jul-1613.

182 - *Ibid.*, cx 4, doc. 36, 24-Jun-1652.

a.b.) as instituições e os agentes da justiça régia

Implantada a um compasso diferente e a uma ordem diversa da que caracterizou o percurso do aparelho da real Fazenda em Cabo Verde e dotada de uma organização só aparentemente mais simplificada, a justiça régia, enquanto instituição ordinária e sediada no local, estabeleceu-se a partir do cimo da sua estrutura.

Foi, de facto, com a corregedoria e não com outro órgão de menor envergadura que ela veio fixar-se à terra, lá pelos inícios do século XVI, depois de um período de experiências pontuais em que magistrados eram destacados do Reino para realizarem, em Santiago, missões específicas e de duração variável, relacionadas primeira e particularmente com as actividades de comércio ali praticadas, que se pretendiam sob rígido controle régio. Tratava-se, neste instante preliminar, que não excede a 1495, do exercício da real autoridade sobre um espaço de jurisdição jamais abdicado pela Coroa, mesmo ao tempo dos grandes donatários. Seguir-se-iam, com a aclamação de D. Manuel, as afamadas “correições” régias, praticadas no comum das circunscrições donatarias com o fito de vigilância e de correcção da administração da justiça local ⁽¹⁸³⁾. Na sequência dessas acções, realizadas por corregedores mais ou menos esporádicos e, ao que parece, sem a latitude das atribuições que viriam ter depois ⁽¹⁸⁴⁾, é

183 - “As correições, como processo de fiscalização [explica António Vasconcelos de Saldanha], tinham, naturalmente, objectivos práticos: a correcção dos desvios verificados e, quando disso fosse caso, a punição dos responsáveis, inclusive os próprios Capitães”. *As Capitánias*, p. 253.

184 - António Manuel Hespanha fala-nos, a título geral, deste carácter dos corregedores: Criada no séc. XIV, afirma o autor, essa magistratura possuía inicialmente “jurisdição apenas delegada ou comissarial, abrangendo os assuntos e a área territorial contida na carta régia de delegação”. *As Vésperas do Leviathan*, pp. 276-277. Luís Miguel Duarte, assegura-nos, por sua vez, em relação aos mesmos oficiais que, “ainda no final do século XV, à parte de quatro ou cinco obrigações que todos iam cumprindo, melhor ou pior, o homem era a função [...] O conteúdo funcional do cargo de corregedor dependia por vezes mais de quem o ocupava do que do articulado do respectivo regimento”. «Órgãos e Servidores do Poder Central: Os “Funcionários Públicos” de Quatrocentos», in *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XII-XV)*, Ciclo de Conferências, UAL Editora, Lisboa, 1999, p. 138. Sem que esta realidade tenha mudado de todo com a instituição da corregedoria nas ilhas, parece certo ter havido uma evolução em prol da definição funcional do cargo.

que, efectivamente, teria sido implantada, como instituição regular, a corregedoria nas ilhas.

Para compor o histórico dessas intervenções fixemo-nos, em primeiro lugar, naquela que a documentação acusa como inaugural e que, por incidir numa área “privativa”, como era o caso da fazenda, não se achava normalmente abrangida pela acção de um corregedor⁽¹⁸⁵⁾. Aqui, ao invés, caberia, presumivelmente, a um ouvidor dos feitos d’el-Rei receber a missão, por ser este o oficial a quem competia “despachar e julgar tudo o que dissesse respeito à fazenda real, às questões suscitadas pelas propriedades da coroa, à cobrança das despesas régias, aos funcionários do fisco e pessoas sob protecção”⁽¹⁸⁶⁾.

Sublinhe-se essa particularidade do aparelho da justiça régia fundada no princípio genérico que veda à corregedoria, em qualquer das modalidades em que é exercida, competência para se intrometer em matérias de fazenda. Tal qual como é entendido, o corregedor só havia de conhecer tais assuntos quando “a lei expressamente o determinasse ou nas faltas de provedor”⁽¹⁸⁷⁾. Mas se estas excepções podem ser percebidas nas diferentes iniciativas régias que inauguram em Cabo Verde a presença da sua justiça, terão também lugar nas instituições que encontrarão aí correspondência. Quer isto dizer que, no caso cabo-verdiano, no que se refere às atribuições dos agentes para lá enviados, o que se verifica em grande parte dos casos é o alargamento das suas prerrogativas, em função das lacunas institucionais ou das conveniências de cada momento⁽¹⁸⁸⁾.

Mas situemos primeiro a acção do mais antigo delegado *d’el-Rei*, a Cabo Verde, em missão de justiça: Pedro Lourenço, um sindicante, que, no ano de 1481, exactamente um mês após à aclamação de D. João II, chegava a Santiago munido de amplos poderes para justificar todos aqueles que, de uma forma ou de outra,

185 - Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, pp. 278-281.

186 - Ruy d’Abreu Torres, «Ouvidores», in *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), vol. IV, p. 504.

187 - António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, nota 271, pp. 278-279.

188 - A este propósito, Ângela Domingues chega mesmo a afirmar que “o corregedor desempenha em Cabo Verde uma acção que excede em muito as atribuições que lhe são confiadas”. «O aparelho judicial de Santiago (1462-1524)», in *Stvdia*, n° 50, 1991, p. 189.

estivessem envolvidos com o comércio ilícito nos *Rios de Guiné*. Instruído para pôr cobro a todas as transgressões comerciais então praticadas pelos moradores e estantes na “ilha do Cabo Verde”, o agente trazia Regimento para “tirar inquirições e haver verdadeira informação” dos culpados, os quais deveria sentenciar e executar “sem mais apelação nem agravo”, condenando-os em penas pecuniárias e “de cadeia e degredo e perdimento de capitánias, ofícios e bens e fazendas” e em quaisquer outras mais “que a ele bem parecer”⁽¹⁸⁹⁾. Os poderes do oficial são realmente extensos e a actividade mercantil é, mais uma vez, o móbil que desencadeia a intervenção régia. Desta vez, na área da justiça, e inaugurando a política ofensiva do novo monarca⁽¹⁹⁰⁾.

Referenciado como “ouvidor”⁽¹⁹¹⁾, Pedro Lourenço fora também encarregue de cuidar de alguns interesses particulares da Coroa devendo, enquanto procurador “bastante e suficiente” *d’el-Rei*, “tratar e contratar acerca de haver para nós algodões e quaisquer mercadorias que a nosso serviço forem necessárias”⁽¹⁹²⁾.

O carácter desta missão coloca, antecipadamente, o problema de reajustamento do modelo de justiça implantado em Cabo Verde nos primórdios da colonização. O aumento do tráfico e o desregramento das acções praticadas em volta desta actividade, aliado à intenção régia de garantir-se como concorrente activa neste comércio prenunciava para as ilhas mudanças institucionais importantes e que a este passo, a par da criação do órgão da contadoria um ano antes, se viam apenas ensaiadas na nova área de intervenção.

Não sendo especialmente abundante a documentação acerca da passagem de Pedro Lourenço pelas Ilhas, as notícias que se seguem

189 - Carta de 30-Set-1481, in Barcellos, *op. cit.*, pp. 38-40.

190 - Justiça num estrito domínio, já que Pedro Lourenço “Não tem poder para se imiscuir na administração judicial da ilha, mas apenas no que tem a ver com o desrespeito pelos direitos que o monarca detém sobre o arquipélago: o comércio”. Ângela Domingues, «Administração e Instituições: transplante, adaptação, funcionamento», in *HGCV*, vol. I, pp. 81-82.

191 - Em uma carta de perdão passada, posteriormente, por D. João II ao “piloto, morador na ilha do Cabo Verde” de nome Vasco Rodrigues, argumenta-se que “Pero Lourenço, ouvidor que foi na dita ilha”, havia tomado ao agraciado, por uma armação feita irregularmente para Guiné, 150.000 rs. ANTT, *Chanc. D. João II*, liv. 5, fl. 27 vº - 28, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 30, 22-Abr-1492.

192 - Carta de 30-Set-1481, in Barcellos, *op. cit.*, pp. 40-41.

relativas ao envio de agentes similares ou mesmo de corregedores régios, a Cabo Verde, pecam por ser muito mais exíguas ainda. Das poucas referências com que se podem contar, uma diz respeito ao corregedor Francisco Soares, “que em a dita ilha faleceu” nos inícios do XVI, muito provavelmente em função⁽¹⁹³⁾, outra, a Gil Álvares, que também “aí esteve” por corregedor, ainda na primeira década do mesmo século⁽¹⁹⁴⁾, e a terceira, a Afonso Lopes de Mariz, que teria desempenhado o mesmo cargo em período anterior a 1513⁽¹⁹⁵⁾. Um documento, alusivo à missão realizada por dois outros agentes régios (1504) – António Barbosa, inquiridor, e Lopo Rodrigues, provavelmente escrivão⁽¹⁹⁶⁾ –, intercala-se com os demais. Fica-se por aí, sem, no entanto, deixar de sugerir-se, retroactivamente, o número elevado de corregedores, que as ilhas já haviam conhecido até ao adentrar da segunda década de quinhentos. Das matérias com que se ocupam uns e outros, sabe-se quase nada. Do oficialato de apoio e do tempo de permanência de cada um deles, menos ainda.

Rejeitados, de uma maneira geral, pela sociedade e entidades político-administrativas locais e tidos como elementos estranhos e nocivos à terra, esses corregedores, se algum sucesso logravam alcançar em suas missões, era sempre à custa de muita hostilidade⁽¹⁹⁷⁾. Uma das expressões mais agudas dessa rejeição, encon-

193 - Em uma devassa que tirou em Santiago, consta que Francisco Soares “corregedor”, chegou a prender Guiomar Fernandes, moradora da ilha, acusada de “alcoviteira de negras e feiticeira”. ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 46, fl. 70-70 vº, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 48, 20-Out-1501.

194 - Em exposição dos moradores de Santiago a el-Rei, chegam a alegar que, quando Gil Álvares aí estivera por corregedor, “por não achar na dita camara nenhum privilégio [...] mandou sob certa pena que não usassem de nenhuma jurisdição até que não confirmassem o privilégio de que usavam por Vossa Alteza”. ANTT, *Gavetas*, 3-10-8, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 68, [Maio de 1510].

195 - ANTT, *CC*, I-12-120, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 80, 22-Mai-1513.

196 - António Barbosa chegara, efectivamente a Ribeira Grande com “poderes de V. Alteza” para: 1) inquirir acerca de certos casos, sendo o mais grave o do arroído e morte em que se achavam implicados o meirinho (então preso), o contador e o respectivo irmão; 2) tirar uma devassa geral. ANTT, *CC*, I-4-49 in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 51, 06-Jan-1504.

197 - Esta reacção negativa aos corregedores, já foi objecto de interpretações. Ângela Domingues, em «O aparelho judicial de Santiago», chega à seguinte conclusão: “Enquanto personagem alheia à vida da comunidade, e porque os poderes que lhe são confiados fazem com que se torne um elemento enfraquecedor da autonomia e da esfera jurisdicional dos órgãos locais, o

tramo-la numa carta dos oficiais da Câmara da Ribeira Grande a *el-Rei*, escrita sob o choque da notícia de estar a preparar-se, na Corte, naquele ano de 1512, o remetimento de mais um daqueles oficiais para as ilhas, quem sabe até, já com carácter de permanência, a ser rendido a cada três anos.

“Senhor [clamam os signatários], nos é dito que sua alteza [...] quer mandar corregedor a esta terra, o que será pouco serviço de Deus e seu se tal se fizer, porque os corregedores que já cá vieram, todos deram de si mau testemunho, e uns morreram, outros foram de cá emprazados, outros presos por mandado de sua alteza e outros todos foram por mal cabo, cousa que fizeram nunca veio a lume, mas antes danaram esta terra e desrespeitaram o povo em tal maneira que puseram a terra em muita estreiteza ⁽¹⁹⁸⁾”.

A denúncia da má adaptação e do péssimo comportamento dos corregedores, feita com a intenção de interceptar o envio de mais um representante da justiça régia àquela terra e, muito provavelmente em inovado regime, não deve ter tido o impacto desejado. Para além do já visível empenho do centro em fixar uma corregedoria nas ilhas, devia parecer-lhe demasiado óbvia a parcialidade da acusação. O queixume dos oficiais camarários indicava não estarem os moradores da ilha, dos quais se apresentavam como legítimos representantes, dispostos a aceitar outra autoridade de justiça que não aquelas que, por serem da terra, partilhassem de interesses comuns e solidários. Esta interpretação mostrar-se-ia, de facto, coincidente com o que, depois, veio alegar a parte

corregedor depara com uma oposição mais ou menos velada dos moradores, que o consideram uma ameaça”, in *Stvdia*, 50, p. 189. A rejeição a estes magistrados não foi, porém, uma actitude exclusivamente cabo-verdiana nem desta época específica. No Reino, “De acordo com as informações recolhidas por Humberto Barquero Moreno [a citação é feita por Amélia Aguiar Andrade] os concelhos queixavam-se frequentemente dos corregedores, a quem consideravam impreparados para o exercício do cargo acusando-os ainda de um elevado número de abusos entre os quais referiam a opressão dos humildes, a extorção de dinheiro às vereações ou a interferência nas eleições locais”, «Estado, Territórios e ‘Administração Régia Periférica’», in *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XII-XV)*, p. 169. Consulte-se, a este mesmo propósito, o rosário de acusações que recaíram sobre eles, entre 1385 e 1490, elaborado por Luís Miguel Duarte, «A imagem dos corregedores», in *op. cit.*, pp. 230-242.

198 - ANTT, CC, I-12-23, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 77, 25-Out-1512.

ofendida, contrapondo, em carta ao monarca, a má reputação imputada aos corregedores à prepotência de alguns dos “principais” de Santiago:

“Creia Vossa Alteza [declarava, Pero Guimarães] que nesta ilha há pessoas que dizem que se o corregedor que V. A. a ela mandar que não fôr de suas vontades que com mui boas testemunhas falsas as farão sair mais que de passo⁽¹⁹⁹⁾”.

O contra-ataque do corregedor conduzia a uma outra versão acerca do sucesso dos pares que por ali tinham estado: maltratados pelos “maus” da terra, argumentava, e vitimados pela má fé dos que não lhes queriam por perto, “os outros corregedores que a esta ilha vieram [...] nenhum a ela não veio que pudesse acabar de vos servir seis meses do ano porque com estas cousas que lá vão dizer [i.é, na Corte], fazem causa para V. A. os mandar ir”⁽²⁰⁰⁾. Quer dizer, as intrigas urdidas pelos moradores da ilha e não propriamente a má conduta dos oficiais tinham sido, até aí, a principal causa da interrupção das missões dos corregedores em Cabo Verde. A explicação era simplesmente invertida pela parte adversária.

É bem provável que, a par do interesse em instituir, para aquela região, um oficial de justiça permanente, o centro metropolitano tenha mostrado ainda maior determinação em fazê-lo após ter verificado, na carta que lhe chegou em 1512, tamanha resistência dos oficiais camarários em aceitar a medida. Tanto é que o próximo corregedor que a população de Santiago teve de acolher chegou tão rapidamente e com instruções tão fundamentais sobre o regimento da terra que é lícito pensar tratar-se, então, de um objectivo irreversível para o poder central, a criação de uma corregedoria para as Ilhas ⁽²⁰¹⁾. Uma das incumbências do novo enviado, a de contabilizar o número de vizinhos existentes em Santiago e no

199 - ANTT, CC, I-36-93, 06-Mai-1517.

200 - *Ibidem*.

201 - Trata-se de Pero de Guimarães, que terá chegado às ilhas entre fins de 1512 e início de 1513. Entre as várias incumbências que tinha destacam-se: o conhecimento de práticas irregulares existentes na terra tais como a posse ilícita do dinheiro dos defuntos, o uso de pôr o dinheiro dos órfãos a ganho e a exportação de peles das ilhas de Santiago e do Fogo para lugares fora do Reino; o levantamento do número de vizinhos das ilhas e a proibição do emprego de marinheiros e pilotos estrangeiros nas armações de Guiné. ANTT, CC, I-12-120, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 80, 22-Mai-1513.

Fogo, talvez estivesse directamente relacionada com a verificação da capacidade local de suportar mais este órgão da administração régia⁽²⁰²⁾.

A conjuntura revelava-se, de facto, propícia à afirmação da nova estrutura judicial, cujo expoente máximo se encontrava especialmente vocacionado para a inspecção da prática dos juizes camarários no mesmo domínio e conhecimento dos “feitos em que, pelo poder das partes, os juizes se pudessem sentir coactos”⁽²⁰³⁾. O desenvolvimento do tráfico com a consequente efervescência social daí resultante, impunha, a manutenção de uma autoridade deste tipo, em carácter permanente. O corregedor vinha, de resto, coroar um processo de intervenção institucional cada vez mais intenso em que a Coroa tentava, por várias vias, chamar a si o controle sobre a sociedade insular em geral e a sua elite, em particular, cujos interesses nem sempre se mostravam coincidentes com os da Metrópole. O intento conjugava-se, aliás, com o enfraquecimento paulatino das instituições donatarias, o que havia de concorrer, certamente, para o mesmo desejo de fixar um corregedor para aquelas ilhas.

Até onde as investigações nos permitiram ir, não nos é dado afirmar ter sido Pero de Guimarães o primeiro dos inúmeros corregedores que iam ter assento em Cabo Verde como oficiais ordinários, regularmente instituídos. Todavia, se bem interpretamos a documentação relativa à sua missão, iniciada entre 1512-1513, teremos mais razão em o considerar o elo de transição entre duas fases do exercício da corregedoria em Cabo Verde: de uma em que os corregedores eram destacados para as ilhas na condição de comissários eventuais, para outra em que estes oficiais e os que com eles assistiam passam a filhos da folha, ou seja, a ocupantes de cargos permanentes da estrutura periférica da justiça régia. Isto, admitindo, mesmo assim, ter havido, intercalarmente, alguma tentativa frustada da Coroa de superação da primeira fase.

A hipótese alicerça-se no facto de não fazerem parte, ainda nesta época, o corregedor e os oficiais que com ele haviam de servir, da relação dos cargos que haviam de vencer ordinárias, pelos rendimentos das ilhas.

202 - Idem, *ibidem*.

203 - Das atribuições do corregedor no que toca às matérias de justiça e outras, V. António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, p. 277 e segs. e Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal*, tomo XI, p. 171 e segs.

O pagamento do “corregedor Pero de Guimarães e Afonso Nogueira meirinho e três homens seus, e João Peçanha, escrivão da correição”, não obstante figurar na lista de despesas efectuadas pelo almoxarife da Ribeira Grande, da qual aliás, também se achavam debitados os custos com a embarcação que os havia transportado “de Portugal a esta ilha”, é feito à parte, em virtude de certos alvarás régios e excede, em muito, o valor declarado sob a rubrica “ordinárias...desta ilha de Santiago”⁽²⁰⁴⁾.

Na mesma linha de conta há que considerar o montante diminuto do salário que pretende fixar-se aos corregedores das ilhas, a partir de Pero de Guimarães: primeiro cinquenta⁽²⁰⁵⁾ para se chegar a sessenta mil réis anuais⁽²⁰⁶⁾, contra os “oitenta mil somenos” vencidos pelos antecessores⁽²⁰⁷⁾. É possível que a decisão de remunerar os futuros magistrados mais modestamente tenha a ver com a ideia de passá-los a quadros regulares do funcionalismo, o que em outras palavras quererá dizer, a filhos da folha daquela circunscrição.

Por fim, não há que desprezar o facto de o mesmo corregedor ter instruções para que “entregasse a vara” de justiça a João Alemão, morador de Santiago, quando, pela segunda vez, teve de interromper a missão e seguir para a Corte para livrar-se de “novos capítulos” dados contra ele⁽²⁰⁸⁾. Aqui se regista a vontade régia de manter o cargo ocupado ininterruptamente. Uma vontade que não haveria de demover-se⁽²⁰⁹⁾, nem com todas as acusações que recaíam sobre João Alemão, nem com o facto de ele ser, na altura, “capitão e rendeiro da capitania desta vila da Ribeira Grande”⁽²¹⁰⁾.

A implantação da corregedoria em Cabo Verde, se de facto teve

204 - ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 757, in *HGCV-CD*, vol. II, pp. 308-309.

205 - ANTT, *CC*, I-12-120, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 80, 22-Mai-1513; os mesmos 60.000 réis anuais, teve-os Leonis Correia antes de ser acrescentado em mais vinte mil (ANTT, *CC*, II-146-81, 22-Jan-1528); já com Gaspar de Videira ficou-se por aquele montante de base (ANTT, *CC*, II-188-62, 28-Ago-1527).

206 - ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 757, in *HGCV-CD*, vol. II, p. 309.

207 - ANTT, *CC*, I-12-120, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 80, 22-Mai-1513.

208 - ANTT, *CC*, I-36-93, 6-Mai-1517; *CC*, III-9-85, 28-Mai-1517.

209 - De facto, caberia a João Alemão a sucessão de Pero de Guimarães, no ofício de corregedor das ilhas (1517-1520) V. Maria Emília Madeira Santos e Iva Cabral, «O nascer de uma sociedade através do morador-armador», in *HGCV*, vol. I, p. 395, nota 87.

210 - ANTT, *CC*, I-36-93, 06-Mai-1517; *CC*, III-9-85, 28-Mai-1513.

o seu processo firmado, entre 1512-1513, com Pero de Guimarães, aquando do provimento de Gaspar da Videira para a mesma função (28-8-1527)⁽²¹¹⁾ já se achava completamente superada a fase dos corregedores esporádicos para aquelas ilhas.

Os termos da carta de nomeação deste último apontam neste sentido e se acham conformes com certa documentação, emitida em período próximo, acerca do “meirinho dante o corregedor da Ilha do Cabo Verde”⁽²¹²⁾, e do escrivão da correição e chancelaria⁽²¹³⁾. Estes oficiais, como se sabe, haviam de constituir o *staff* qualificado do corregedor que, como titular do órgão não podia prescindir de um colaborador que se ocupasse especialmente com a captura dos malfeitores - caso do meirinho⁽²¹⁴⁾ nem tão pouco de um oficial letrado - o escrivão da correição (e da chancelaria) - que cuidasse de “lavar as cartas e escrituras feitas pelo corregedor, registar as sentenças deste magistrado e escrever os autos e certidões”, assim como da “escrituração da cobrança das penas pecuniárias que pertenciam ao fisco e eram impostas pelas justiças da comarca”⁽²¹⁵⁾.

Tanto num caso como no outro a impressão que se tem é de não haver provimentos regulares para estes ofícios até a instituição de João Rodrigues (1524) e de Heitor Mendes (1518), sendo eles, mesmo que só para efeito de nomeação e não de exercício⁽²¹⁶⁾, os primeiros indigitados para as vagas então criadas em Cabo Verde. O mesmo se poderá dizer com relação a Diogo Rodrigues, referenciado, em 1528, como

211 - ANTT, CC, II-188-62, 28-Ago-1527.

212 - ANTT, CC, II-154-71, 23-Fev-1524 e 05-Jun-1524.

213 - V. Ângela Domingues e Iva Cabral, «Quadros de oficiais até 1562», in *HGCV*, vol. I, p. 435.

214 - Cf. Henrique da Gama Barros, *op. cit.*, tomo XI, p. 168.

215 - Ângela Domingues, «Administração e Instituições...», in *HGCV*, vol. I, p. 116; Henrique da Gama Barros, *op. cit.*, tomo XI, p. 209.

216 - A João Rodrigues, “nosso porteiro da camara e apontador dos moradores da nossa casa” *el-Rei* fez mercê do ofício de “meirinho dante o corregedor da Ilha do Cabo Verde”, concedendo-lhe, em seguida, licença para “pôr nele uma pessoa autá que o por ele sirva”. Quem, de facto, acabou exercendo em seu lugar foi Álvaro Gonçalves que se apresentou conformemente (ANTT, CC, II-154-71, 23-Fev-1524 e 3-Jun-1524). No caso de Heitor Mendes, moço de estribeira *d’el-Rei*, provido escrivão da correição, em 1518, o mesmo veio a ter licença (1540) para renunciar e vender o ofício juntamente com o de escrivão da chancelaria do qual também tinha carta (ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 40, fl. 199 vº, 11-Out-1540).

chanceler da correição⁽²¹⁷⁾, ofício que viria a ser exercido conjuntamente com o de escrivão da correição e da chancelaria. Sublinhe-se a importância do chanceler enquanto responsável pela cobrança das penas pecuniárias impostas pelas justiças da comarca⁽²¹⁸⁾.

Com igual estatuto e análogos encargos aos do meirinho da correição que, com a ajuda dos “seus três homens”⁽²¹⁹⁾, havia de ocupar-se com a captura e apresamento dos infractores dos núcleos urbanos, instituir-se-ia, um pouco mais tarde, (1534) e especialmente para fazer face ao banditismo rural⁽²²⁰⁾ o meirinho da serra. A remuneração deste oficial, assim como a dos dois homens “que com ele hão de servir”, havia de ser suportada, em partes iguais, pela Fazenda Régia e pelas “rendas do concelho da dita ilha”⁽²²¹⁾. Tomé Falcão foi o primeiro a ter carta do ofício em Cabo Verde, para o exercer à semelhança dos oficiais correspondentes providos para São Tomé⁽²²²⁾.

O meirinho da serra, frequentemente designado meirinho da serra de Cabo Verde e cidade de Santiago⁽²²³⁾, fazia parte do grupo de oficiais que auxiliava as diferentes justiças existentes na terra⁽²²⁴⁾. Daí os custos com a sua manutenção serem submetidos à cooparticipação de diferentes entidades administrativas ou transitarem de uma para outra.

A importância de que se revestem esses ofícios para o funcionamento da corregedoria, leva-nos à seguinte questão: antes da sua criação com que recursos humanos contariam os corregedores para a plena realização dos actos que lhe eram confiados? Em primeiro lugar, com um ou outro oficial que o acompanhasse do Reino para

217 - Diogo Rodrigues exercia o cargo nesse ano, com o de escrivão do almoxarifado da Ribeira Grande. ANTT, CC, II-149-109, 30-Jun-1528.

218 - Cf. Gama Barros, *op. cit.*, tomo XI, p. 209.

219 - ANTT, CC, II, 154-71, 03-Jun-1524.

220 - Da importância deste ofício para o mundo rural, das motivações da sua criação e das características da função V. António Correia e Silva, «Sociedade Agrária, Gentes das Águas: Senhores, Escravos e forros», in *HGCV*, vol. II, pp. 286-287.

221 - ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 7, fl. 106 vº, 21-Mar-1534.

222 - *Ibidem*.

223 - ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 26, fl. 139 vº (26-Jun-1539); liv. 67, fl. 63 e 63 vº (29-Ago-1548).

224 - Cf. Ângela Domingues, «Administração e Instituições: transplante, adaptação, funcionamento», in *HGCV*, vol. I, pp. 115-116.

a referida missão. Em segundo, com elementos dos dois corpos já estruturados: o donatário e o camarário. Pelo comprometimento dos capitães-donatários com a justiça local e pelas faculdades daí decorrentes de manutenção de um corpo próprio para o efeito, parece-nos mais ou menos óbvia, a requisição, por parte dos corregedores mais remotos, de tal suporte para as suas ações. Lembremos que, para além do direito que tinham os capitães-donatários de instituir um ouvidor (quando não se entregassem eles próprios à função judicial⁽²²⁵⁾), supunha-se, “numa escala descendente”, o estabelecimento de outros funcionários necessários ao mesmo exercício (meirinho, escrivão, carcereiro, etc.), sem os quais se tornaria impraticável a sua execução⁽²²⁶⁾. Com as câmaras municipais, não seria muito diferente. Na carta a Pedro Lourenço, o apelo ao concurso das autoridades locais para a prisão e degredo dos infractores comerciais, acusa a prática de aproveitamento das estruturas existentes na realização das missões régias⁽²²⁷⁾.

O “meirinho” que aparece preso e submetido à inquirição régia em Santiago, levada a efeito em 1504⁽²²⁸⁾, parece corresponder a uma destas estruturas pré-existentes e dispostas, sempre que necessário, ao serviço da realza. Outra, a do carcereiro, mantido em cada uma das capitânias à custa da redízima dos respectivos capitães⁽²²⁹⁾, antes de ser incluído na folha de pagamento da Fazenda Régia⁽²³⁰⁾. Domingos *Carcereiro* e Francisco Afonso são os primeiros nomes que pudémos relacionar com este ofício que, como alguns outros, não se achava especialmente integrado na estrutura régia. Exerceram-no, na Ribeira Grande e na ilha do Fogo, por volta de 1519⁽²³¹⁾ e de 1537⁽²³²⁾. Do primeiro, também conhecido como Domingos Menino, sabe-se tratar-se de um “homem preto”⁽²³³⁾ e, do segundo, um “homem preto forro”⁽²³⁴⁾.

225 - Cf. António Vasconcelos de Saldanha, *op. cit.*, pp. 141 e segs.

226 - Cf. Idem, *ibidem*, p. 153.

227 - Barcellos, *op. cit.*, p. 38-40.

228 - V. ANTT, CC, 01-4-49, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 51, 06-Jan-1504.

229 - V. ANTT, CC, II-84-130, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 105, 09-Set-1519.

230 - AHU, *Cabo Verde*, cx 1, doc. 13 (15-Jun-1612).

231 - ANTT, CC, II-84-130, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 105, 09-Set-1519.

232 - ANTT, *Chanc. D. João III*, P. e L., liv. 7, fl. 121 vº - 122, 17-Set-1548.

233 - ANTT, CC, II- 94-169, 28-Fev-1521.

234 - ANTT, *Chanc. D. João III*, P. e L., liv. 7, fl. 121 vº - 122, 17-Set-1548.

No âmbito da justiça, o único ofício do qual a organização régia parece não ter querido prescindir da sua nomeação, desde o primeiro momento, é o de contador (dos feitos). E neste caso, também, de inquiridor, por terem sido estas funções, em Cabo Verde, sempre exercidas por uma mesma pessoa. Houve-os em Santiago, “na parte d’António”, Lopo Dias, sucedendo-lhe, a partir de 1503, por motivo de renúncia, Nuno Pais “escudeiro morador na ilha de Santiago”⁽²³⁵⁾. Para além de contador e distribuidor, Nuno Pais havia de servir, segundo a mesma carta e em conformidade, presume-se, com a do antecessor, de “promotor da justiça em ambas as capitânias da dita ilha”⁽²³⁶⁾. Não encontraríamos aí forma embrionária de fixação da justiça régia em Cabo Verde?

O ofício de distribuidor “dos feitos e escrituras”, que, mais tarde, vimos encontrar também vinculado ao de contador e inquiridor compõe finalmente a tríade de funções que andarão sempre anexadas, o que quer dizer, “nas mãos” de um único oficial, em cada uma das capitânias dotadas. Gonçalo Cardoso é o primeiro indivíduo provido para tal. Estando já falecido em 1538, nomeia-se Pero de Castro “contador, inquiridor e distribuidor da cidade de Santiago”⁽²³⁷⁾. No Fogo, é Gaspar Álvares que se mantinha, em data muito próxima (1534), como contador, inquiridor e distribuidor da dita ilha⁽²³⁸⁾.

Estes ofícios, a par dos outros atrás mencionados representavam o quadro de apoio constante, aos diversos níveis, de toda a estrutura judicial das ilhas.

Menos óbvias do que a função de carcereiro ou de escrivão,

235 - ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv.º 35, fl. 42 vº, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 50, 28-Ago-1503. Barcellos, que atribui a Lopo Dias a categoria de “antigo morador, desde a divisão das duas capitânias”, afirma, também, datar dessa época “a nomeação régia do primeiro magistrado”, *op. cit.*, p. 60.

236 - ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv.º 35, fl. 42 vº, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 50, 28-Ago-1503. A função exacta do “promotor da justiça”, para nós, ainda permanece obscura.

237 - Na mesma altura, revelando uma situação de vários ofícios acumulados num mesmo indivíduo, Pero de Castro é provido tabelião do público e judicial, escrivão dos órfãos e da almotaceria (ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 49, fl. 33 vº, 08-Mar-1538).

238 - ANTT, CC, II-195-20, 14-Fev-1534; *Chanc. D. João III*, liv. 33, fls. 124-124 vº, 30-Jun-1546.

“os contadores são os oficiais encarregados de contar as custas dos processos”; os inquiridores, de “inquirirem as testemunhas”; cabendo, aos distribuidores, “distribuir as escrituras ou os feitos entre os vários tabeliães do concelho, para evitar que a concorrência entre eles promova formas de angariação de clientes, contrárias à deontologia e ao interesse geral”⁽²³⁹⁾.

Na verdade, para além da hipótese que tinham os antigos corregedores (ou outros enviados de justiça) de solicitar das instituições locais os serviços do seu pessoal (para completar ou não o *staff* oriundo do Reino), podia mostrar-se conveniente, o recrutamento de pessoas comuns (investidas extraordinariamente de alguma função), para realização ou conclusão de certas missões. A este expediente houve de recorrer Lopo Rodrigues que, juntamente com António Barbosa, fora destacado, em fins de 1503 para realizar algumas “inquirições” em Cabo Verde. Morrendo este último, a menos de um mês de estarem em Santiago, Lopo Rodrigues teve logo de buscar “um homem que houve por notícia ser bom e de bom viver e boa consciência para ser inquiridor e me ajudar a tirar e acabar as testemunhas que ainda ficavam por perguntar”⁽²⁴⁰⁾.

Mas voltemos a Gaspar da Videira, primeiro corregedor “com alçada por *el-Rei* nosso senhor em todas estas ilhas do Cabo Verde”⁽²⁴¹⁾. Gaspar da Videira teve também carta para servir de contador das Ilhas⁽²⁴²⁾, o que vem acentuar a diferença de estatuto com os antigos corregedores que, quando muito, haviam de ter, como Pero de Guimarães, apenas a competência alargada aos assuntos dos órfãos, defuntos e fazenda régia em geral⁽²⁴³⁾.

Embora ainda não fosse um corregedor com preparação académica, Gaspar da Videira viria a ter como sucessores, quase que exclusi-

239 - António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, p. 249.

240 - ANTT, CC, I-4-49, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 51, 06-Jan-1504.

241 - Cf. ANTT, CC, II-154-71, 06-Mar-1528 e 16-Jun-1528. Leonis Correia, corregedor a quem Gaspar da Videira viria a suceder, é referenciado apenas como “corregedor com nossa alçada nessa ilha”. V. ANTT, CC, II-146-81, 22-Jan-1528.

242 - ANTT, CC, II-154-71, 16-Jun-1528.

243 - V. ANTT, CC, I-12-120, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 80, 22-Mai-1513; CC, I-36-93, 06-Mai-1517; CC, III-9-85, 28-Mai-1517.

vamente⁽²⁴⁴⁾, indivíduos formados em Direito, levando o título de bacharel ou de licenciado⁽²⁴⁵⁾. O novo requisito, surgido em função de um arrastado movimento deflagrado no centro metropolitano em favor da nomeação de corregedores letrados⁽²⁴⁶⁾, acabou por servir, não se sabe até que ponto, por coincidência ou exigência pura, ao mais antigo desses oficiais enviado a Ribeira Grande quando esta já havia sido elevada à categoria de cidade⁽²⁴⁷⁾.

Consequências práticas da graduação dos principais representantes da justiça régia nas Ilhas serão, de certo, muitas, não deixando de ser sintomático o relativo apaziguamento das continuadas ofensivas das autoridades da terra sobre os novos corregedores, às quais não haviam escapado nem Pero de Guimarães como vimos, nem os seus dois sucessores imediatos: Leonis Correia, que chegou a ser preso e remetido para o Reino, pelo juiz ordinário da Ribeira Grande, António Vaz (1524)⁽²⁴⁸⁾ e o próprio Gaspar da Videira, este agora, igualmente preso mas a mando de Gomes Balieiro, capitão da vila da Praia de Santa Maria⁽²⁴⁹⁾.

Com os mesmos sessenta mil réis anuais, pagos à custa da Fazenda régia, o bacharel Estevão de Lagos seguia para Cabo Verde, em 1534, para lá exercer o cargo de corregedor das ilhas⁽²⁵⁰⁾.

244 - A excepção só vem confirmar a regra. Jorge Pimentel, provido no ano de 1550 para o cargo de corregedor, era fidalgo da Casa Real (ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 66, fl. 42- 42 vº, 15-Mar-1550).

245 - A não exigência de tal qualificação até a data parece ter a ver com “a sua reduzida intervenção directa em tarefas judiciais” já que não estavam os corregedores autorizados “a avocar as causas da competência dos juizes locais a não ser que as circunstâncias da causa (nomeadamente, a qualidade social dos réus) fizessem temer que o juiz se sentisse coacto para decidir”. Cf. António Manuel Hespanha, *História das Instituições*, pp. 429-430.

246 - Idem, *ibidem*, p. 430, nota 917 inclusive.

247 - Relembremos que foi no ano de 1533, por altura em que o papa Clemente VII, “separou da diocese de Funchal a área de Cabo Verde e Guiné e constituiu o novo bispado, com sede na povoação da Ribeira Grande, [que esta] foi elevada à categoria de cidade, condição indispensável para ser a capital de uma diocese”. João Barreto, *História da Guiné*, (1418-1918), Lisboa, Edição do Autor, 1938, p. 76. Sobre o mesmo assunto, V. Barcellos, *op. cit.*, p.104 e segs.

248 - ANTT, CC, II-146-81, 22-Jan-1528 e *Chanc. D. João III*, P. e L., liv. 9, fl. 224, 19-Jun-1533.

249 - ANTT, *Chanc. D. João III*, P. e L., liv. 8, fl. 69 vº, 01-Fev-1541.

250 - ANTT, *Chanc. de D. João III*, liv. 7, fl 177, in Brásio, MMA, 2ª série, vol. II, doc. 86, 15-Set-1534, ou Barcellos, *op. cit.*, pp.108 e 109.

Do Regimento que levou, “com poderes e alçada” dilatados⁽²⁵¹⁾, não se pode duvidar do interesse do poder central em aniquilar, por completo, o antigo cargo de ouvidor⁽²⁵²⁾, já de longa data instituído em função da prerrogativa donatarial de exercer a justiça. Esta orientação política, não obstante visasse especialmente a capitania da Ribeira Grande, onde de resto continuariam a ter assento as autoridades de relevo, havia, obviamente, de fazer repercutir-se sobre os órgãos judiciais da outra capitania da ilha e mais atenuadamente sobre os do Fogo. Comparada a competência judicial dos corregedores nomeados a partir de então com aquela reafirmada aos agentes donatários que empunhavam a vara de justiça, isto se torna evidente⁽²⁵³⁾. A questão que surge imediatamente, e que a este passo dos estudos só é possível resolver em parte, diz respeito à compatibilização dos poderes e alçada destas duas autoridades num mesmo espaço.

O que parece certo é que em detrimento da capacidade antes conferida aos capitães de cada uma das circunscrições donatárias, o corregedor chama a si o direito de julgar, sentenciar e punir, nos mesmos moldes que o tinham e exerciam, até então, os titulares da justiça intermédia, mas com muito mais prerrogativas ainda. Neste aspecto, o ítem do Regimento que lhe faculta poderes para conhecer “todas as apelações e agravos da dita Ilha, assim das que saírem dante os juizes ordinários como dos órfãos e de quaisquer

251 - Não fosse o preâmbulo da Carta a anunciar “que nas cousas da justiça” teria o bacharel mais “poderes e alçada” que aqueles que pelas Ordenações “são dados ao dito officio de Corregedor”, bastaria comparar o texto das referidas Leis com o do Regimento para certificarmos-nos do alcance dos poderes concedidos a este oficial. ANTT, *Leis Extravagantes* (Casa-Forte), liv. 3, fls. 218-219, in Brásio, MMA, 2ª série, vol. II, doc. 87, 15-Set-1534.

252 -Por desconhecermos os termos e a extensão de um Alvará emitido, cerca de uns dez anos antes, “para que o capitão da dita ilha [i. é, Santiago/ Ribeira Grande] não tomasse conhecimento de nenhuma causa da justiça”, não re- cuamos ainda mais a data para esta nossa hipótese. ANTT, CC, III-8-99, 15-Out-1524.

253 - ANTT, *Leis Extravagantes* (Casa Forte), liv. 3, fls. 218-219, in Brásio, MMA, 2ª série, vol. II, doc. 87, 15-Set-1534; *Conf. Gerais*, liv. 4, fls. 184-185, 13-Mar-1520, 22-Mar-1536. V. também a tabela comparativa entre o Regimento dado aos capitães com o que levou para as ilhas o corregedor Pero Moniz, em 1541. Zelinda Cohen, «Administração das ilhas de Cabo Verde e seu distrito no segundo século de colonização (1560-1640)», in *HGCV*, vol. II, p. 213.

outros oficiais de justiça da dita Ilha”, há de ser significativo⁽²⁵⁴⁾. Mas os ganhos desta autoridade revigorada ascendem também às penas que passam a poder aplicar em cada um dos estratos sociais, conforme determina a lei, e que se estende até à “morte natural inclusive, [...] e em cortamento de membros” no caso de certos crimes cometidos por negros cativos⁽²⁵⁵⁾.

Se bem interpretamos essas novas faculdades inscritas nos sucessivos Regimentos do seu ofício, o corregedor que agora se apresenta subverte totalmente o modelo adoptado para realização da justiça nas diferentes capitanias. O seu campo de acção vem confrontar-se não somente com o dos ouvidores donatários como com o dos próprios juizes camarários já que por “nova aução” é-lhe facultado o conhecimento “daqueles casos de que a camara da dita ilha pode conhecer”.

Munido, de forma crescente⁽²⁵⁶⁾, de poderes muito mais latos o corregedor, para além da maior alçada que adquire nos feitos cíveis e crimes, alcança, pela mesma “aução nova”, outras capacidades legais conducentes a uma maior autonomia da justiça nas ilhas. Por exemplo,

254 - ANTT, Ms. 870 (Livreria), fls. 55-56 vº, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 102, 20-Dez-1541.

255 - Idem, *ibidem*. Essa prerrogativa já vinha do tempo do corregedor Estevão de Lagos, cujo Regimento é aberto com o seguinte item: “Primeiramente nos casos crimes vos dou todo o poder e alçada sobre os negros cativos das ditas ilhas, que os possais condenar em toda [a] pena criminal, até morte natural inclusive, fazendo eles e cometendo tais casos porque segundo minhas ordenações lhe seja dada expressa pena de morte”. ANTT, *Leis Extravagantes* (Casa-Forte), liv. 3, fls. 218-219, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 87, 15-Set-1534. O tempo em que a pena de morte vigorou sobre os negros cativos não é possível determinar. No entanto, sabemos-la suspensa aquando do envio do corregedor Amador Gomes Raposo às Ilhas (1588) que, no tocante a este particular, teve por Regimento o seguinte: “...vos dou toda a alçada sobre escravos cativos em todos os crimes que cometerem, tirando casos de morte natural e nos outros em que não couber a dita pena de morte natural, dareis vossas sentenças e execução sem apelação nem agravo, e sendo os tais casos de furtos os podereis degredar para as galés por quatro anos”. ANTT, *Leis*, liv. I, fls. 180-182 vº, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. III, doc. 62, 17-Mar-1588 (também em Barcellos, *op. cit.*, pp. 163-166).

256 - Compare-se, por exemplo, o Regimento dado ao corregedor Estevão de Lagos (1534) com o que levou posteriormente Pero Moniz (1541). ANTT, *Leis Extravagantes* (Casa-Forte), liv. 3, fls. 218-219, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 87, 15-Set-1534; ANTT, Ms. 870 (Livreria), fls. 55-56 vº, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 102, 20-Dez-1541.

a que lhe confere poder para estipular quantias de fiança em dinheiro, dependendo dos casos e das pessoas⁽²⁵⁷⁾.

Neste quadro, em que a nova configuração apresentada pelo expoente máximo da justiça régia nas ilhas mexe directamente com a posição e o desempenho das demais instâncias aí existentes, considera-se o ano de 1550 como um outro marco no processo de intervenção régia no mesmo domínio. Até à data, a corregedoria, que começou por ser uma instituição esporádica e de acção bastante circunscrita, firmou-se na regularidade, arreigou-se à terra e absorveu muitas das funções dos órgãos da justiça local, nomeadamente as do capitão-donatário da Ribeira Grande o que, ao que tudo indica, se viu privado do exercício da ouvidoria.

Consequência natural dessa evolução foi a criação (ou absorção, em benefício do aparelho da justiça régia, de um quadro próprio de oficiais supralocais do qual o escrivão da correição é parte integrante. O corregedor, como alto representante dessa estrutura, era nomeado “com poderes e alçada” sobre todas as ilhas de Cabo Verde, o que na prática queria dizer, de facto, sobre Santiago e Fogo e só pontualmente sobre alguma das outras ilhas. Em determinadas cartas até, como a que recebeu Pero Moniz⁽²⁵⁸⁾, a nomeação das duas ilhas como área submetida à autoridade do corregedor, ocorre mesmo em substituição à do conjunto, facto que não deixa de ser revelador. Em qualquer dos casos era um oficial das ilhas assim como o eram o escrivão e o meirinho da correição (com os seus três homens) que, não obstante estarem sempre sediados na Ribeira Grande, deveriam acompanhar o corregedor nas missões que fizesse na circunscrição da Praia, Fogo ou, quem sabe até, por mandato especial, em algum dos outros núcleos periféricos do arquipélago.

257 - ANTT, *Ms.* 870 (Livraria), fls. 55-56 vº, in Brásio, *MMA*, vol. II, doc. 102, 20-Dez-1541.

258 - Idem, *ibidem*.

a.c.) o tabelionato e os órgãos de curadoria

Talvez tenha sido o próprio Bras Lopez⁽²⁵⁹⁾, redactor e assinante, de um público instrumento destinado à legitimação da filha de um dos maiores armadores da ilha de Santiago dos inícios do XVI (1500)⁽²⁶⁰⁾, o primeiro indivíduo a exercer a função de notário em Cabo Verde. Na sua qualidade de “público tabelião em a vila da Ribeira Grande”, Bras Lopez pertencia à categoria desses oficiais vulgarmente designados de *tabeliães das notas*. Distintos, dos *tabeliães do judicial*, por gozarem de jurisdição própria⁽²⁶¹⁾, os tabeliães das notas destacavam-se pela relativa autonomia mantida no exercício da função. Enquanto os pares “exerciam o cargo como subordinados do juiz” (que é quem, neste caso, “assegurava ao acto a fé pública e a força executória”)⁽²⁶²⁾, os tabeliães das notas haviam de ter “casa apartada, onde deviam permanecer a fim de que houvesse um lugar certo em que as pessoas que precisassem de fazer lavrar e autenticar quaisquer contratos ou instrumentos encontrassem sempre algum tabelião”⁽²⁶³⁾. “Todos os instrumentos extra-judiciais que carecessem de fé pública (testamentos, inventários, contratos, procurações, cartas de dívida e de quitação, renúncias, desistências e composições, instituições de morgados e de capelas, etc.)” eram lavrados por eles, guardando-se aos tabeliães do judicial “a elaboração da generalidade das peças dos processos judiciais (querelas, depoimentos de testemunhas, traslados, procurações, sentenças, instrumentos de apelação e agravo, execuções e penhoras, etc.)”⁽²⁶⁴⁾.

259 - ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 17, fl. 86 vº, in *HGCV-CD*, vol. I, 15-Set-1501.

260 - Trata-se de João Vidão (Joham Vidall) que, segundo declaração lavrada por Bras Lopez “em a vila da Ribeira Grande aos 30 de Dezembro de 1500”, requeria a legitimação de sua filha Isabel, nascida na cidade de Lisboa (ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 17, fl. 88 vº, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 46, 15-Set-1501). Da condição desse grande armador e proprietário rural de Santiago V. Maria Emília Madeira Santos e Iva Maria Cabral, «O Nascer de uma sociedade através do morador-armador», in *HGCV*, vol. I, p. 400.

261 - Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, tomo VIII, p. 364.

262 - Idem, *ibidem*.

263 - Idem, *ibid.*, p. 431.

264 - António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, pp. 244-246.

No plano concreto, porém, a divisão de tarefas fundada nas distintas autoridades e competências, nem sempre ocorria, pois, a par da separação formal estabelecida entre os diferentes tabeliães, “havia uns que reuniam as duas qualidades”⁽²⁶⁵⁾. Esta prática, muito comum nas terras pequenas do Reino⁽²⁶⁶⁾, encontrará lugar em Cabo Verde, onde a regra será o estabelecimento de tabeliães que, pela sua ambivalência, merecerão a designação de *tabelião do público e judicial*, *público tabelião de notas e do judicial* ou mesmo de *escrivão do público judicial e notas*. Simão Jorge já é assim nomeado, por altura em que é provido para a recente cidade da Ribeira Grande (1534) ⁽²⁶⁷⁾.

Da carta em que se lhe confere o ofício, instituído “novamente além dos outros que ora aí há”⁽²⁶⁸⁾, infere-se não somente a existência de outros tabeliães para a mesma circunscrição como o aumento do seu número, através da criação, “de novo”, de mais este lugar. Isto acontece no momento em que Ribeira Grande é elevada a cidade e acaba de ser erigido o bispado de Cabo Verde. É caso para sublinhar o contexto pois, sabendo-se da importância do tabelião já para a antiga vila, esta mudança de estatuto, com todas as implicações daí decorrentes, só vinha acentuar a procura de semelhantes oficiais, cujos registos, como já se chegou a afirmar, “constituíam simultaneamente, a base de trabalho imprescindível ao exercício de todas as magistraturas, o veículo de contacto entre os diferentes níveis e instituições intervenientes no processo administrativo e o comprovativo indispensável de todas as acções desenvolvidas”⁽²⁶⁹⁾.

Sem que tenhamos podido conhecer, ao certo, a quantidade de tabeliães estabelecidos na capital das ilhas, nesta fase inicial da sua história, sabe-se totalizarem quatro, desde, pelo menos, os inícios do século XVII⁽²⁷⁰⁾. O contraste com as outras duas circunscrições, dispondo quase sempre de um tabelião apenas, cada uma delas, é por demais notório.

265 - Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, tomo VIII, p. 364.

266 - Cf. António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, p. 246.

267 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 7, fl. 178 vº, 23-Set-1534.

268 - *Ibidem*.

269 - Amélia Aguiar Andrade, «Estado, Territórios e Administração Régia Periférica», in *op. cit.*, pp. 178-179.

270 - ANTT, *Cartório Notarial I*, liv. 1608, Abr. 15-Jan.23, fls. 95 vº-98, 30-Jan-1608.

Na Praia de Santa Maria e no Fogo, à semelhança do que havia de suceder também na Ribeira Grande, os tabeliães arcarão, ainda, com os encargos de outros ofícios que servem cumulativamente. Veja-se o caso de Brás Fernandes, primeiro tabelião do público e judicial que conseguimos detectar para a Praia (1536),⁽²⁷¹⁾ que também servia de escrivão da câmara e dos órfãos da mesma vila⁽²⁷²⁾. Um dos seus sucessores, Diogo Homem da Costa, acrescentava ainda àqueles os ofícios de escrivão dos defuntos e de escrivão do almoxarifado⁽²⁷³⁾. Na mesma situação encontrava-se Antão Afonso, tabelião do público judicial do Fogo, em 1529⁽²⁷⁴⁾, mas também referenciado como escrivão da câmara, almotacaria e ainda mais “dos órfãos” da mesma ilha⁽²⁷⁵⁾.

Na cidade, por seu turno, aparece-nos, pelos anos de 1538, Pero de Castro, nos ofícios de tabelião do público e judicial, escrivão dos órfãos e da almotaçaria e contador, inquiridor e distribuidor da Ribeira Grande, provido em lugar de Gonçalo Cardoso “por cujo falecimento vagaram os ditos ofícios”⁽²⁷⁶⁾. Sendo apenas um entre os demais tabeliães estabelecidos para a capital, as conclusões a que se pode aqui chegar, a propósito da concentração de vários ofícios num mesmo indivíduo, não serão exactamente as mesmas das que nos sugerem os casos precedentes, onde não se esconde a fraca demanda de serviços de uma população relativamente diminuta.

Mas a regra, circunstancialmente, conhece excepções. No Fogo, por exemplo, há momentos em que se captam diferentes tabeliães para as notas e para as matérias judiciais⁽²⁷⁷⁾, ou ainda o exercício em separado dos outros ofícios (escrivão da câmara, dos órfãos e almotaçaria) normalmente assumidos pelo notário da vila⁽²⁷⁸⁾.

271 - ANTT, CC, II-212-31, 14-Jul-1536.

272 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 33, fl. 191-191 vº, 22-Set-1545.

273 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Privilégios, liv. 12, fls. 54 vº - 55, 27-Fev-1579.

274 - ANTT, CC, II-140-148, 13-Jan-1529.

275 - ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 41, fl. 147 vº- 148, 11-Mar-1549.

276 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 49, fl. 33 vº, 08-Mar-1538.

277 - Em 28-Fev-1572 mantinham-se como tabeliães da vila de São Filipe, respectivamente do público e do judicial, Fernão Soares e Adrião Vicente. V. ANTT, *Cartório Notarial 7A*, liv. 1577, Fev. 25-Abr. 2, fls. 117 vº - 120 vº, 20-Mar-1577.

278 - Pela morte de António Rodrigues (1604) que reunia em si todos os ditos ofícios, Francisco Alvarez da Costa foi provido escrivão da câmara e dos órfãos do

Os tabeliães, pelas qualidades que lhes são exigidas para exercer a função, nomeadamente saber ler e escrever e conhecer o ordenamento jurídico em vigor⁽²⁷⁹⁾, haviam de ocupar, assim como os escrivães em geral, um lugar especial dentro de uma sociedade pouco alfabetizada mas constantemente impelida, para a satisfação dos seus interesses, a recorrer aos recursos ditados pelo direito escrito e oficial. Saliente-se o papel estratégico da sua função no universo da organização administrativa no qual se situam. Um universo em que o tabelião se integra não exatamente como um filho da folha, que por definição não chega a ser, mas pela relevância dos seus serviços entre os que conservam aquele estatuto. Figura necessária à constituição, formalização ou validação de diversos instrumentos escritos produzidos em função das necessidades de cada órgão, o tabelião há-de ser, talvez, o oficial dotado de maiores meios para avaliar a prática e a saúde das células do aparelho administrativo periférico. Todas as matérias ou actos considerados importantes, quer pela periferia, quer pelas instituições centrais, tendem a depender dos seus serviços. Matérias e actos, quase sempre seguidos e anotados, anos a fio, por um mesmo oficial, que consegue, por isso, deslindar sequências importantes.

Com base nas extensas e assentadas carreiras desses oficiais, já se considerou o tabelionato como “a mais estável das magistraturas sob o ponto de vista espacial e temporal”⁽²⁸⁰⁾. Em Cabo Verde, tal como no Reino, essa particularidade de um mesmo indivíduo manter-se na função por décadas ininterruptas, e na mesma circunscrição, terá permitido a estes oficiais “uma especial familiaridade com o espaço, as gentes, os conflitos e as correlações de poderes da sua área de acção, o que transformava [ou transforma] os seus livros de notas [...] na memória indiscutível de uma região, das suas gentes e das suas instituições”⁽²⁸¹⁾.

Fogo, porquanto os de tabelião do público e judicial, *el-Rei* tinha já feito mercê a Manuel Pais a quem também mandara passar carta. ANTT, *Chanc. D. Filipe II*, Doações, liv. 14, fl. 148, 18-Nov-1604.

279 - Cf. António Manuel Hespanha, «O Notariado e o pluralismo jurídico em torno de uma experiência histórica», in *Revista do Notariado* nº 10/11, pp. 38-39.

280 - Amélia Aguiar Andrade, «Estado, Territórios e 'Administração Régia Periférica'», in *op. cit.*, p. 179.

281 - Idem, *ibidem*, pp. 179-180.

Erigidos com base no fundamento comum de que “ao poder competia a protecção daqueles que, em virtude de *capitis deminutio* ou de condições sociais concretas, não estavam em condições de assumir pessoalmente a defesa dos seus interesses”⁽²⁸²⁾, os chamados órgãos de curadoria também tiveram lugar para se estabelecer em Cabo Verde.

No caso concreto, esta vocação materializou-se em três diferentes instituições voltadas, respectivamente, para a administração do património deixado pelos defuntos e ausentes, para a tutoria dos órfãos e gestão dos respectivos bens e, ainda, para o resgate dos vassalos cativos nas guerras com os muçulmanos.

Contando com uma função mais simples e talvez por isso tenha sido edificada primeiramente, a *mamposteria da rendição dos cativos* cuidava da arrecadação local de toda e qualquer contribuição, inclusive procedente de certas multas⁽²⁸³⁾, destinada à libertação dos prisioneiros cristãos do Norte d’África. Da existência do órgão em Cabo Verde, as primeiras notícias que nos chegam são exíguas, e surpreendentes. Correspondem a uma única carta, sem qualquer sequência, em que João Fernandes, escudeiro, morador em a ilha do Fogo, é nomeado por D. Manuel I para o ofício de *mamposteiro-mór da rendição dos cativos* da mesma ilha⁽²⁸⁴⁾. Surpreende-nos duplamente esta nomeação: pelo facto de ser para a ilha do Fogo e não para Santiago, como era lícito esperar; por contrariar a ideia de que o mamposteiro-mór havia “um em cada sede de bispado”⁽²⁸⁵⁾. É que ao tempo desta ocorrência, as ilhas esperariam ainda por mais de década e meia para conquistarem tal estatuto⁽²⁸⁶⁾.

282 - Diz-se dos “incapazes, pessoas colectivas, pobres, viúvas, órfãos, dementes, pródigos, ausentes e até, defuntos”. António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, p. 251.

283 - ANTT, *Ms.* 871, fls. 166-171, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 161, 21-Set-1567.

284 - ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 24, fl. 119, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 87, 04-Nov-1514.

285 - Paulo Drumond Braga, «Da protecção aos desfavorecidos na Madeira no tempo de D. João II e D. Manuel: cativos e órfãos», in *Revista Islenha*, nº 13, Jul-Dez 1993, Funchal, 1993, p. 75.

286 - No entanto, considerando a pertença da diocese de Cabo Verde à do Funchal até a erecção do novo bispado, em 1533, e sabendo-se da instituição deste ofício

De fins de 1514⁽²⁸⁷⁾, data do referido provimento, até à década de quarenta de quinhentos nada se sabe a respeito da evolução do cargo que, no entanto, irá ressurgir em Santiago, na figura de António Pires⁽²⁸⁸⁾. Daí para a frente, o silêncio absoluto das fontes com relação à permanência de um mamposteiro da rendição dos cativos na ilha do Fogo há-de contrastar com uma série de sucessores para a Ribeira Grande onde, aliás, por força da condição de capital do arquipélago e da região em que se insere, alcançarão o estatuto de *mamposteiro mór da dita rendição das Ilhas e Rios do Cabo Verde*⁽²⁸⁹⁾.

A ter em conta a função deste órgão, a área em que devia actuar e o número de auxiliares normalmente necessário para levar a arrecadação a bom termo, é de se concluir não estarem as fontes disponíveis a acusar a totalidade do pessoal pertencente à mamposteria sediada na Ribeira Grande. Para além do imprescindível escrivão, que pode identificar-se na documentação⁽²⁹⁰⁾, o mamposteiro mór havia, com certeza, de ser assistido por alguns mamposteiros “pequenos” ou “menores” encarregues de realizar os peditórios nos importantes pontos daquela circunscrição administrativa⁽²⁹¹⁾. Trata-se aqui, no entanto, de uma mera hipótese não confirmável por ausência de fontes.

Mas, se se mostrou importante constituir em Cabo Verde um órgão dedicado ao salvamento dos cristãos cativos em terras do Norte d’África, muito mais razão houve para instituir outras organizações voltadas para a resolução de problemas directamente relacionados com a sociedade local. O encaminhamento do património dos mortos, a quem coubesse o espólio, a protecção dos órfãos e salvaguarda dos seus bens e interesses motivaram, como em outras partes, o assentamento de órgãos, nesses domínios, considerados de interesse

para a ilha da Madeira desde 1484 (Paulo Drumond Braga, «Da protecção aos desfavorecidos na Madeira ...», in *op. cit.*, p. 75), poder-se-á interpretar tal nomeação para Cabo Verde (não propriamente para a ilha do Fogo), à luz destes dados.

287 - ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 24, fl. 119, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 87, 04-Nov-1514.

288 - ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 60, fl. 67, 22-Set-1548.

289 - Idem, *ibidem*.

290 - V. ANTT, *Chanc. D. Filipe I*, Doações, liv. 18, fl. 57, 15-Jan-1588; liv. 31, fl. 113, 28-Set-1595; *Chanc. D. Filipe II*, Doações, liv. 20, fl. 46, 14-Mar-1608.

291 - V. Ruy D’Abreu Torres., «Mamposteiros ou Pedidores», in *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), vol. IV, p. 148.

público. E, assim mesmo, cuidou-se extensivamente do provimento dos hospitais, das capelas, confrarias e gafarias erigidas no mesmo espaço.

Ao que parece, o empenho régio em intervir nestas áreas, em particular na da curadoria dos defuntos e órfãos, só se veio a manifestar com o avolumar das denúncias acerca do extravio dos bens de muitos dos que faleciam em Santiago e no Fogo e igualmente daqueles que, nestas duas ilhas, se viam, em tenra idade, privados para sempre dos seus progenitores. Até lá, cabendo às outras instituições presentes a maior responsabilidade social nestes assuntos, a participação do poder central, não excedeu em muito o plano de algumas medidas pontuais.

Do pouco que se conhece a respeito deste período prévio, duas determinações manuelinas deverão ser mencionadas. A primeira, de 1497, referindo-se a confiscação do património dos que morriam em Santiago, sem deixar herdeiros, para a manutenção de um hospital que se pretendia erguer na ilha⁽²⁹²⁾; a segunda, já de 1519, reafirmando a exclusiva autoridade dos pilotos e capitães dos navios aportados em Cabo Verde para encaminhar, para o Reino, os bens dos indivíduos que tivessem falecido a bordo⁽²⁹³⁾.

Estas medidas isoladas não se pretendiam, no entanto, fora das órbitas da gestão camarária e donatarial, pois se a primeira delas previa para administrador do hospital um “homem de bem e abonado e eleito pelos Capitães e homens bons das camaras da dita ilha, d’ambas ditas capitánias”⁽²⁹⁴⁾, na segunda, o que tenta impedir-se é que os “capitães, corregedores, juízes e justiças”, lançassem mão das fazendas dos que tivessem falecido a bordo de algum navio oriundo de Guiné⁽²⁹⁵⁾.

De facto, seguindo a lógica que em outro ponto tivemos a oportunidade de apontar, muitas das instituições régias, não sendo as que foram instaladas em função de necessidades totalmente inéditas decorrentes da dinâmica da colonização, tiveram a sua origem na subtracção

292 - ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 29, fl. 15, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 39, 30-Jun-1497.

293 - ANTT, *Ms 871*, fls. 148 vº-149, in Brásio, *MMA*, 2ª série, , vol. II, doc. 51, 23-Nov-1519.

294 - ANTT, *Chanc. D. Manuel*, Lº 29, fl. 15, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 39, 30-Jun-1497.

295 - ANTT, *MS 871*, fls. 146 vº-149, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 51, 23-Nov-1519.

de algumas das funções asseguradas anteriormente pelas entidades camarária e/ou donatária. É o caso dos órgãos vocacionados para a curadoria dos órfãos e dos defuntos que, antes de existirem como tais, no quadro da organização da Coroa, a função que lhes caberia, ter-se-ia constituído em atribuições das entidades precedentes às quais deviam estar associados particulares com algum prestígio local.

Mas fosse porque os capitães e “justiças” locais se deixassem facilmente corromper, fosse por não conseguirem afirmar-se como verdadeiros responsáveis pela execução de tais serviços comunitários, na altura em que o corregedor Pero de Guimarães esteve nas ilhas as autoridades até então incumbidas dos assuntos dessa natureza já se encontravam totalmente desacreditadas. O próprio corregedor, enviado a Cabo Verde para “que fizesse nesta ilha principalmente as cousas dos defuntos e órfãos e cousas do hospital”⁽²⁹⁶⁾, não deixou de alertar para “a muita confusão” em que se achavam as “cousas dos defuntos e órfãos”⁽²⁹⁷⁾.

O caos havia-se instalado, dizia ele em suas cartas, devido a uma série de procedimentos oportunistas praticados pela gente da terra que se mantinha no costume antigo de “levar mão posta” nos bens dos estrangeiros ou naturais do Reino que, estando em suas casas como hóspedes, aí viessem a falecer. Acusações sobre outras formas de apropriação ilícita, roubo e do emprego “a ganho” do dinheiro dos defuntos e dos órfãos vinham a seguir. Segundo o depoimento do corregedor esta situação arrastava-se “de cinquenta anos a esta parte” e com a agravante de não haver a mínima possibilidade de se saber “o modo e maneira que alguns moradores tiveram em levarem o dos ditos defuntos”⁽²⁹⁸⁾. Da lista dos implicados não se excluía nem pessoas comuns nem autoridades, tendo já, muitas delas, desaparecido⁽²⁹⁹⁾.

A intervenção régia, que somente pelos alegados motivos encontraria razão de ser, terá coincidido com a estratégia do centro em ir expandindo o seu quadro de agentes em função das necessidades geradas pelo crescimento daquela localidade. A criação de novos órgãos justificava-se ainda, no caso dos órfãos e dos defuntos, pelo

296 - ANTT, CC, I-36-93, 06-Mai-1517.

297 - ANTT, CC, III-9-85, 28-Mai-1517.

298 - ANTT, CC, I-36-93, 06-Mai-1517; CC, III-9-85, 28-Mai-1517.

299 - ANTT, CC, I-12-120, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 80, 22-Mai-1513; CC, I-36-93, 06-Mai-1517; CC, III-9-85, 28-Mai-1517.

interesse pela gestão de um conjunto de bens, de valor cada vez mais significativo, que a Coroa, tinha destinado a servir de fonte de financiamento de algumas de suas obras assistenciais.

A primeira medida prática com vista a estruturar aqueles sectores na nova moldura consubstanciou-se na criação do cargo de tesoureiro dos dinheiros dos defuntos das “ilhas de Santiago e do Fogo do Cabo Verde e em Guiné”⁽³⁰⁰⁾. Coube a António Pires⁽³⁰¹⁾ inaugurar o ofício, em 1529, sendo ele, portanto, a formalizar a instituição do órgão que o havia de integrar como peça fundamental⁽³⁰²⁾. Assistido regularmente por um escrivão, ora nomeado “escrivão da receita e despesa do tesoureiro dos defuntos”⁽³⁰³⁾, ora simplesmente “escrivão dante o tesoureiro dos defuntos do Cabo Verde”⁽³⁰⁴⁾, o tesoureiro teve a sua complexa tarefa descrita num Regimento de 1561 dedicado não somente a ele mas a todos os oficiais régios das fazendas dos defuntos do Brasil, São Tomé e Cabo Verde⁽³⁰⁵⁾.

A transformação desta tesouraria em duas, não sendo algo de imediato, houve de ser projectada anunciando-se já no Regimento de 1561, que, a par do oficial com assento na Ribeira Grande, haveria, na ilha do Fogo, “outro Tesoureiro das fazendas dos defuntos que nela falecerem”. No plano de desdobramento do órgão, a ideia de conexão hierárquica entre as duas unidades ficava logo evidente, uma vez que se impunha ao tesoureiro do Fogo, depois de retirada a sua comissão pelos serviços efectuados, o envio, ao titular da Ribeira Grande, de todo o procedente da sua arrecadação⁽³⁰⁶⁾.

Se a intenção chegou a concretizar-se por inteiro é facto que a documentação não esclarece, perdendo-se por aqui, ou seja, no plano da projecção, este novo elemento acerca da extensão da organização

300 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 41, fl. 61 vº, 10-Abr-1529.

301 - Parece ser a mesma pessoa atrás referida como *mamposteiro mor da rendição dos cativos*. O documento, de 1548, em que aparece associado à mamposteria, é o instrumento em que se formaliza a sua destituição do ofício em favor de Vicente Annes Ires, cavaleiro da Casa d'El-rei, então provido em seu lugar. ANTT, *Chanc. D. João*, Doações, liv. 60, fl. 67, 22-Set-1548.

302 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 41, fl. 61 vº, 10-Abr-1529.

303 - V. ANTT, *Chanc. D. Filipe I*, Doações, liv. 17, fl. 157, 24-Set-1587.

304 - V. ANTT, *Chanc. Filipe I*, Doações, liv. 31, fl. 9, 04-Jun-1594.

305 - V. ANTT, *Ms. 871*, fls. 157-165 vº, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 148, 01-Jan-1561.

306 - Idem, *ibidem*.

régia nesta área específica. O silêncio das informações só chega a ser quebrado com uma única indicação sobre a existência de um escrivão da fazenda dos defuntos na vila de São Filipe pelos anos de 1575. Trata-se de Ambrósio de Sousa, dado, naquela altura, em pleno exercício do ofício⁽³⁰⁷⁾.

Esta notícia, conjugada com outra, acerca dos vários ofícios conservados por Diogo Homem da Costa na vila da Praia, entre os quais o de escrivão dos defuntos⁽³⁰⁸⁾, leva-nos a pensar se, de facto, por constrangimentos vários, não teriam sido estes escrivães (o de São Filipe e o da Praia) os únicos oficiais das fazendas dos defuntos sediados permanentemente nas outras duas capitânias. E, assim sendo, só há que apontar, uma vez mais, a precariedade das estruturas do oficialato régio, instaladas na região periférica da Ribeira Grande.

Mantendo-se com o seu escrivão, o Tesoureiro da fazenda dos defuntos com assento na capital das ilhas tenderá a acumular, juntamente com este seu coadjutor, os cargos da mamposteria dos cativos. Assim é que Cristóvão Correia, por dois Alvarás de lembrança emitidos quase que em simultâneo (1578), concentraria em si a serventia dos ofícios de Tesoureiro dos defuntos da *cidade de Santiago e ilha do Cabo Verde* e de mamposteiro mór dos cativos na *ilha do Cabo Verde*.⁽³⁰⁹⁾ A todos que se lhe seguem é feita a mesma mercê ficando os dois ofícios anexados definitivamente.

Com os escrivães assistentes passava-se o mesmo. Providos para uma e outra função, propenderão a acompanhar a solução encontrada para os tesoureiros / mamposteiros. Vejam-se os casos de Sebastião da Mota e do seu sucessor Pero Correia, aos quais é feita a mercê dos ofícios de escrivão dante o tesoureiro das fazendas dos defuntos e mamposteiro mór dos cativos da ilha do Cabo Verde, nos anos oitenta do século XVI⁽³¹⁰⁾. As nomeações seguintes hão de comprovar a permanência desta disposição que, há de constituir-se em regra.

307 - ANTT, *Cartório Notarial 7A*, liv. 1577, Fev. 25, Abr. 2, fls. 117 vº-120 vº, 20-Mar-1577.

308 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Priv., liv. 12, fl. 54 vº - 55, 27-Fev-1579.

309 - Os Alvarás de lembrança estipulavam que Cristóvão Correia só havia de assumir estas serventias na vagante dos provido. ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 42, fl. 33 vº, 13-Fev-1578; fl. 34, 14-Abr-1578.

310 - ANTT, *Chanc. D. Filipe*, Doações, liv. 18, fl. 57, 15-Jan-1588.

De criação um pouco mais tardia, o Juizado dos órfãos, que durante muito tempo esteve assegurado pelos juízes ordinários de cada uma das circunscrições da ilha de Santiago, transformou-se em órgão régio em fins de 1545⁽³¹¹⁾. André Calvo da Costa foi o primeiro Juiz dos Órfãos com alçada em toda a Ilha, havendo de servir “uma semana em uma jurisdição e outra semana na outra”. Nesta condição é que se lhe impôs a obrigatoriedade de ser assistido por dois escrivães do ofício, não sendo permitido a feitura dos autos respeitantes a cada uma das capitanias senão “com o escrivão dos órfãos da jurisdição dos órfãos a que pertencer”⁽³¹²⁾.

As informações acerca da implementação desta última medida nem sempre, porém, se acham em sintonia pois, havendo de facto períodos em que se encontrava provido um escrivão dos órfãos para cada uma das capitanias ⁽³¹³⁾, outros haverá em que a mesma pessoa é dada como escrivão dos órfãos da Ribeira Grande e vila da Praia⁽³¹⁴⁾. Estas variações, ditadas, certamente, por factores cunstances, não alteravam, em qualquer das formas a conquista, já (e mesmo anterior a criação do juizado correspondente), de promoção do o sector com instalação desta escrivania. Os registos de João Cordeiro como escrivão dos órfãos [na vila da Ribeira Grande] (1529)⁽³¹⁵⁾ e de Brás Fernandes na vila da Praia (antes de 1545), assinalam

311 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 33, fls. 1 vº-2, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 116, 28-Nov-1545. De facto, era “muito frequente, pelo menos nas terras pequenas”, que os juízes ordinários servissem também de juízes dos órfãos. Porém, as *Ordenações* dispunham “que em todas as terras com mais de quatrocentos vizinhos, houvesse magistrados encarregues da cura dos interesses dos órfãos”. António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, p. 243 e p. 251. A norma, é igualmente referida por Timothy J. Coates (*Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela Coroa no império português - 1550-1755*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1998, pp. 196-197), deve ter sido mantida para Cabo Verde, não se justificando a criação de uma instituição própria para os órfãos, antes da mencionada data.

312 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 33, fls. 1 vº - 2, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 116, 28-Nov-1545.

313 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 11, fl. 9, 16-Jan-1562; liv. 29, fl. 111, 08-Fev-1569; liv. 42, fl. 136, 17-Out-1577; *Privilégios*, liv. 4, fl. 97 vº - 98, 21-Out-1563.

314 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 55, fl. 191, 03-Set-1549; liv. 1, *Privilégios*, fls. 223 - 223 vº, 20-Abr-1553; *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 31, fl. 257, 07-Out-1572, *Chanc. D. Filipe I*, Doações, liv. 17, fl. 122, 20-Nov-1587.

315 - ANTT, CC, II-153-41, 12-Fev-1529.

o momento anterior ao da transformação do referido juizado em instituição régia⁽³¹⁶⁾.

No tocante à ilha do Fogo, cuja data exacta de criação do mesmo Juizado não é possível avançar, contamos somente com a notícia de que João de Resende, “que o dito ofício tinha” por carta *d’el-Rei*, já se encontrava morto em 1552⁽³¹⁷⁾. Falecido também, mas alguns anos antes, era o já mencionado Antão Afonso a quem entre os ofícios que chegou a “ter”, aponta-se o de escrivão dos órfãos da dita ilha do Fogo”. Coube a João Mendes suceder-lhe, neste e nos demais cargos que veio acumular, em fins de 1548⁽³¹⁸⁾.

“Manter um registo dos nomes e dos bens de todos os órfãos sob sua jurisdição” e conduzir, para um cofre especial, “fechado com três chaves” o dinheiro pertencente aos ditos menores, que havia de ficar sob a sua guarda, estavam entre as importantes atribuições dos juizes dos órfãos. A lei lhes impunha, pela natureza das suas responsabilidades, contarem com mais de trinta anos de idade.⁽³¹⁹⁾ O órgão, dedicado à “supervisão geral de menores e dos seus haveres”, apoiado nos tutores (a que os respectivos juizes tinham competência para nomear), canalizava a sua acção para a defesa dos interesses dos órfãos, propriamente ditos, mas igualmente dos “menores cujos pais houvessem sido condenados a degredo para toda a vida, por serem considerados daquela condição⁽³²⁰⁾.”

316 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 33, fls. 191- 191 vº, 22-Set-1545.

317 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 57, fl. 120 vº, 09-Out-1554.

318 - ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 70, fls. 147 vº- 148, 11-Mar-1549.

319 - Timothy J. Coates, *Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela Coroa no império português - 1550-1755*, pp. 196-199.

320 - Idem, *ibidem*, pp. 196-197.

b) rumo a uma fase superior da organização administrativa: a criação dos órgãos cimeiros de gestão pública

Decorridos cerca de sessenta anos após a nomeação do primeiro almoxarife régio para Santiago, a capitania da Ribeira Grande, transformada em subcentro das ilhas e da região em que se inseria, já se encontrava apta para suportar, de contínuo, autoridades administrativas de maior peso e capazes de conferir uma maior autonomia ao arquipélago como um todo. A constituição de uma corregedoria para as ilhas, no compasso atrás descrito e contornos finalmente assumidos de órgão arreigado e supralocal marcava, no plano institucional, a tendência do processo em curso.

Da evolução verificada e necessidades sociais daí advindas, que também se tornaram políticas pelas exigências “da cidade”, impuseram-se novas extensões que, no âmbito dos órgãos dedicados à curadoria, se viram traduzidas em duas provedorias distintas: a dos órfãos, erigida no ano de 1531⁽³²¹⁾ e a dos defuntos, em 1548⁽³²²⁾. A primeira, estabelecida antes mesmo da transformação do juizado correspondente em uma instituição régia dotada de um magistrado próprio, com a particularidade de, a este tempo, supervisionar a actuação das entidades camarárias encarregues, até então, das questões dos órfãos. Dos órfãos “com haveres” mantidos sob a guarda de diferentes tutores escolhidos e controlados pelos aludidos juízes dos órfãos e dos órfãos enjeitados e despossuídos, dos quais normalmente se haviam de encarregar os “hospitais” centrais e posteriormente as Misericórdias⁽³²³⁾.

O cargo de provedor dos órfãos das ilhas de Cabo Verde nunca chegou a ser exercido isoladamente, pois, desde o momento da nomeação do seu primeiro oficial – Francisco d’Araujo, provido, em 1531, contador [e] juiz dos resíduos e provedor dos órfãos, hospitais, capelas, confrarias e gafarias das Ilhas de Cabo Verde⁽³²⁴⁾ –, optou-se

321 - ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 16, fl. 181 vº, 30-Jan-1531.

322 - ANTT, *Chanc. D. João III*, , liv. 67, fl. 51, 01-Mar-1548.

323 - Cf. Paulo Drumond Braga, «Da protecção aos desfavorecidos na Madeira ...», in *op. cit.*, p. 77.

324 - ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 16, fl. 181 vº, 30-Jan-1531. Mencionado também por Barcellos, *op. cit.*, p. 97.

por designar uma só pessoa para a provedoria de todas aquelas áreas. A base sobre a qual deveria actuar este oficial é bastante alargada, não se sabendo, ao certo, a verdadeira correspondência, à época, das instituições nomeadas sob a sua supervisão. As gafarias, por exemplo, geralmente instituídas pelas autoridades concelhias para recolhimento dos leprosos⁽³²⁵⁾, não nos foi possível apurar se a este tempo, já teriam sido fundadas em Santiago e/ou no Fogo. O mesmo se poderá dizer no tocante às confrarias⁽³²⁶⁾, associações de grande importância para a vida comunitária de então, acerca das quais a documentação só mais tarde se torna reveladora⁽³²⁷⁾. Mas, contando ou não com a totalidade destas instituições (e mau grado a falta de referências, é de pensar que sim), a provedoria se erigia em consonância com as exigências do novo estatuto que se anunciava para as ilhas.

Dotada inicialmente de um único escrivão, que havia de prestar assistência ao provedor em cada uma das suas funções específicas, terá sido Martim Afonso Coelho, dado “ora novamente por escrivão dante os hospitais e capelas e contador dos resíduos das ilhas do Cabo Verde”, o primeiro a ter carta para estes ofícios, em 1533⁽³²⁸⁾.

Quinze anos depois desta primeira experiência de extensão vertical na área dos órfãos cuidava-se em instituir a provedoria dos defuntos. Igualmente encimado por um provedor, o novo órgão, tal qual aquele, teve ao seu encargo um conjunto de outras instituições pelas quais devia também responder. André Calvo da Costa, já antes provido juiz dos ór-

325 - Sérgio Luís de Carvalho, *Assistência e Medicina no Portugal Medieval*, Edição do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, s/d, p. 39. As gafarias, segundo este autor, podiam ser fundadas também por particulares (geridas por um benemérito) ou pelo clero.

326 - “Em rigor, [...] uma confraria não é unicamente uma instituição assistencial. Uma confraria é uma associação de devotos que entre si estabelecem ‘uma forma de parentesco artificial’ (daí o termo “confrates ou confrades”), visando não só a prestação de auxílios mútuos nos campos material, caritativo e espiritual, mas também propiciar um local onde se ‘propagam e praticam as virtudes cristãs da caridade entre os iguais e para com os pobres’, forjando assim ‘solidariedades horizontais de oração e caridade entre vivos para com os mortos’”. Idem, *ibidem*, p. 27.

327 - Cf. Maria Emília Madeira Santos e Maria João Soares, «Igreja, Missionação e Sociedade», in *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, pp. 468-473.

328 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 7, Doações, fl. 223, 06-Nov-1533.

fãos da ilha de Santiago, foi o primeiro a ocupar o posto, em 1548⁽³²⁹⁾. Constituíam-se, com isso, em mais um exemplo de que a criação de novos órgãos para as ilhas não havia de implicar, de imediato, o aumento do número de oficiais para a organização régia. A prática de um mesmo indivíduo conservar dois ou mais ofícios era comum, com particular incidência em se tratando de funções de algum modo, relacionadas. Isto aplicava-se, ao caso dos órfãos e dos seus “haveres” que, antes de o serem legalmente, dispunham-se como potenciais herdeiros de bens ou fazendas de parentes defuntos.

Mantida, posteriormente, nas mãos dos capitães-corregedores, a provedoria dos defuntos das ilhas, que havia também de ser dos ausentes, resíduos e capelas⁽³³⁰⁾, passou a contar, a partir da nomeação de Manuel Dias Calheta (1588)⁽³³¹⁾, com um oficial exclusivo. Há que reparar na inclusão da superintendência das capelas, instituição vincular de grande importância para realização de obras pias e religiosas⁽³³²⁾, inicialmente adstrita à jurisdição da provedoria dos órfãos.

Tal como a Provedoria dos órfãos, também a dos defuntos não podia prescindir de um escrivão próprio e, por isso, na mesma data em que fora provido o seu titular (1548), Vicente Annes Eres era nomeado para o ofício (igualmente criado de novo) de escrivão do provedor dos defuntos da ilha de Santiago⁽³³³⁾. O agraciado acumulava, nesta altura, o ofício de escrivão dos órfãos para toda aquela ilha⁽³³⁴⁾.

Assistido por este escrivão e auxiliado pelos Tesoureiros – que com as respectivas estruturas cuidavam da arrecadação da fazenda dos defuntos nas ilhas de Santiago e do Fogo –, o Provedor, que tinha também jurisdição sobre os bens dos falecidos nos *Rios de Guiné* e mortos a bordo dos navios integrados no circuito das “Ilhas e seu Distrito”, havia, obviamente, de contar com outros apoios para a cobertura de toda a área de sua abrangência. Neste aspecto a cooperação dos feitores da *Terra firme* e dos já mencionados capitães e pilotos

329 - ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 67, fl. 51 - 51 vº, 01-Mar-1548.

330 - ANTT, *M.C.O.*, liv. 32 do Registo de Consultas, fl. 66, 24-Jan-1632.

331 - ANTT, *Chanc. D. Filipe*, Doações, liv. 17, fl. 141 vº, 05-Fev-1588.

332 - Acerca desta instituição V. António Correia e Silva, «Espaço Ecologia e Economia Interna», in *HGCV*, vol. I, p. 204 e segs.

333 - ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 55, fl. 58, 01-Mar-1548.

334 - ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 55, fl. 191, 03-Set-1549.

dos navios que faziam a ligação Santiago-Guiné se mostrava imprescindível. Tanto assim é que, para além dessas estruturas de apoio, a presença da Provedoria fora dos limites das ilhas não excederia à de “uma pessoa [...] com outra pessoa por seu escrivão” anualmente designadas para irem à Costa “a fazer arrecadação da fazenda dos defuntos que nos ditos *Rios* falecerem”⁽³³⁵⁾. Interessante é, todavia, notar a direcção em que se verifica o primeiro desdobramento da organização régia assentada em Santiago (e no Fogo). Quer dizer, antes de novos órgãos terem lugar no seio do próprio arquipélago, de a organização se ver estendida pelos demais núcleos insulares, houve de ramificar-se, mesmo que precisamente, pela Região de *Guiné*. Esta é uma característica importante a reter.

A última das provedorias instituídas, a da Fazenda régia, do ponto de vista do quadro institucional das ilhas excedia, em importância, às outras duas já implantadas. “O ofício de provedor da Fazenda nas Ilhas de Cabo Verde [chegou a afirmar alguém que se auto-intitulava ‘pessoa zelosa e desinteressada’], é de maior importância ao serviço de S. Alteza have-lo, que outro algum dos que assistem na dita Ilha”⁽³³⁶⁾. Talvez por isso, tenha sido, tantas vezes, motivo de disputa entre o governador e o ouvidor geral e a quem *el-Rei* geralmente, por cúmulo de funções, confiou este cargo.

Expressão mais aguda do lento mas irreversível processo de falência do regime administrativo donatário em Santiago (visivelmente em recuo desde os últimos anos de quatrocentos), a provedoria surge num quadro em que se entendeu necessário dotar os órgãos da Fazenda régia, até então instituídos, de uma instância superior de execução. E dentro desta mesma lógica impor-se-iam, mais tarde, as alterações definitivas introduzidas no campo da justiça e da governança da terra, já na época, dois sectores largamente assumidos pelo corregedor das ilhas.

Já apontámos, aqui, evidências de tal evolução observada, sobretudo, no envio ordinário de corregedores com “poderes e alçada” para Cabo Verde. A substituição, mesmo que circunstancial, da autoridade donatária por esses corregedores acabou por prenunciar a fase de

335 - ANTT, Ms.871, fls. 166-171, in Idem, *ibidem*, doc. 161, 21-09-1567.

336 - AHU, *Cabo Verde*, cx 6-A, doc. 129, 24-Mar-1678.

“agonia” da instituição pioneira, que se viu cada vez mais concorrida nas suas funções originais⁽³³⁷⁾. Quando da suspensão do capitão da Ribeira Grande, João Correia de Sousa, em 1550⁽³³⁸⁾, a morte capitania-donataria já se mostrava visível. Os sucessos ulteriores trataram de acentuar o declínio e de consumir a falência.

Nomeado capitão, enquanto o titular estivesse livrando-se na corte das acusações que haviam motivado o afastamento, Jorge Pimentel, foi, na mesma altura, incumbido do cargo de corregedor das ilhas e ainda do de provedor da Fazenda Régia que aí se inaugurava⁽³³⁹⁾. Quer dizer, o capitão-donatário, já antes subtraído das suas faculdades judiciais, encontrava-se agora, mesmo que em carácter provisório, completamente eclipsado pelo corregedor a quem também se transferia o “poder de apresentar ouvidor que conheça de todos os casos crimes e cíveis”⁽³⁴⁰⁾. Conservando as capitânias da Praia, do Fogo “e de todas as outras ilhas e povoações do Cabo Verde” como área de sua corregedoria (escusando-se-lhe apenas a da Ribeira Grande por ir aí por capitão)⁽³⁴¹⁾, Jorge Pimentel afirmava-se, como uma autoridade régia bastante fortalecida.

No que à Provedoria da Fazenda diz respeito, tratava-se, inclusive, de delegar no corregedor, a função de contador das ilhas, já que o órgão recém-criado deveria abranger o precedente⁽³⁴²⁾. Por esta via elevava-se o nível de competência local em matéria de finanças da Coroa⁽³⁴³⁾. Suprimia-se a contadoria enquanto organismo autónomo, mas, em

337 - V. a este respeito Zelinda Cohen, «Administração das ilhas de Cabo Verde e seu Distrito no segundo século de colonização (1560-1640)», in *HGCV*, vol. II, pp. 207 e segs.

338 - ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 66, fl. 42-42 vº, 15-Mar-1550.

339 - Idem, *ibidem*. Sobre as atribuições do Provedor da Fazenda em outras áreas coloniais mas que não diferem substancialmente das que tinha o provedor em Cabo Verde v. Suzana Münch Miranda, *A Fazenda real na ilha da Madeira*, pp. 58-61 e ainda Graça Salgado, *Fiscais e Meirinhos. A administração no Brasil colonial*, (coord.), Editora Nova Fronteira, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1985, pp. 155-156.

340 - ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 66, fl. 42-42 vº, 15-Mar-1550.

341 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 69, fls. 45-45 vº, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 126, 20-Mar-1550. Também in Barcellos, *op. cit.*, pp. 128-129.

342 - ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 66, fl. 42 vº, 20-Mar-1550. Passa-se o mesmo com a Madeira, “considerando que as atribuições do provedor foram acrescentadas ao já existente cargo de contador”. Suzana Münch Miranda, *op. cit.* p. 99.

343 - Cf. Suzana Münch Miranda, *A Fazenda real na ilha da Madeira*, pp. 58 e segs.

compensação, esboçava-se, com a nova instituição, um ocupante do topo da hierarquia administrativa local com vocação de governo, devido às múltiplas e alargadas funções. Estas, começando pelas que vinham da contadoria, deviam estender-se, inclusive, à “tutela sobre áreas que extravasavam o domínio da fazenda real, nomeadamente resíduos, órfãos e concelhos”⁽³⁴⁴⁾.

O fortuito da exoneração do capitão da Ribeira Grande acabou por vingar como solução definitiva, pois o banido, se chegou a retomar o seu posto, foi por pouco tempo⁽³⁴⁵⁾, e o sucessor, D. Constantino, não tendo mostrado verdadeiro interesse pela concessão, acabou por desobrigar-se da mercê. O primeiro morreu na Corte, em 1564, enquanto cuidava do seu *livramento* e o segundo que, sem demora alguma, recebeu carta de capitão-donatário da Ribeira Grande, depois de umas quantas negociações, largou a “capitania, jurisdição e rendimentos dela” contra os seiscentos mil reais anuais que exigiu serem-lhe pagos no Reino⁽³⁴⁶⁾. Estava-se no ano de 1572⁽³⁴⁷⁾.

Até à data, por se encontrarem esses capitães-donatários numa posição de recuo apenas “circunstancial”, não se havia procedido nem à alteração formal do regime, nem do expediente adoptado. Assim, salvo um pequeno interregno que se seguiu à prematura morte de Jorge Pimentel, o qual não se conhece bem⁽³⁴⁸⁾, continuaram os corregedores das ilhas, também tornados os seus provedores, a serem eles mesmos a assumir o cargo de capitães da Ribeira Grande. Foi

344 - Idem, *ibidem*, pp. 58 e segs.

345 - Em uma carta de Frei João de Monserate a *el-Rei*, (12-Nov-1551), o mesmo acusa, não só ter encontrado o capitão João Correia em funções, como “vir agora provido da casa da Índia de provedor da vossa fazenda”, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 127. Se, de facto, João Correia esteve novamente na posse do seu cargo, deve ter sido, como se depreende de outra documentação, por muitíssimo pouco tempo.

346 - Sobre a sequência dos acontecimentos desta fase e dos actores nela envolvidos V. Zelinda Cohen, «Administração das ilhas de Cabo Verde e seu Distrito no segundo século de colonização (1560-1640)», in *HGCV*, vol. II, pp. 208 e segs.

347 - V. ANTT, *Chanc. D.Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 30, fl. 63, 20-Fev-1558.

348 - Sabe-se que, em fins de 1551, encontrando-se Jorge Pimentel já falecido, João Afonso de Cedofeita, desconhece-se a que título, esteve encarregue de prosseguir na resolução de certas questões de justiça e fazenda antes nas mãos do malogrado corregedor. Teria sido o mesmo nomeado para os cargos de Jorge Pimentel? Cf. ANTT, *CC*, I-87-21, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 128, 20-Nov-1551, e Barcellos, *op. cit.*, pp. 130-133.

assim com os dois doutores João Rodrigues Cardoso⁽³⁴⁹⁾ e Manuel d'Andrade (nos seus dois mandatos)⁽³⁵⁰⁾, e com os licenciados Luis Martins Evangelho⁽³⁵¹⁾, Gregório Martins Caminha⁽³⁵²⁾ e Bernaldo d'Alpoem⁽³⁵³⁾. A substituição do modelo “combinado” não se verificaria, de facto, antes de D. Constantino.

Livre do último concessionário o centro metropolitano, que resolveu não manter mais a capitania em semelhante regime, continuou, no entanto, a nomear os capitães para a cidade-capital. Esses novos oficiais, providos também para os cargos de corregedor e provedor das ilhas, foram sendo mantidos e confirmados (e agora com mais preeminência ainda), como um misto de oficial local e geral, de autoridade da Ribeira Grande e à escala e dimensão das ilhas ou mesmo para além delas.

A inovação desta nova fase, a que chamaremos “de transição” para o estabelecimento de um governo e de uma ouvidoria geral para as ilhas, não parece muita. Digna de nota será, talvez, a introdução, desde a altura do primeiro mandato do doutor Manoel d'Andrade, da prática de se dignificarem estes agentes, quando já não possuísssem, de antemão, essa categoria, com o grau de desembargador⁽³⁵⁴⁾. Esta condição, que lhes facultava gozar e usar inteiramente “de todos os privilégios e liberdades, graças e honras e preeminências que de mim têm e gozam e podem gozar e usar os desembargadores das casas da suplicação e do cível”⁽³⁵⁵⁾, os punha em pé de igualdade aos mais eminentes Juízes da Corte.

O salário e o número de acompanhantes estipulados a este oficial polivalente e que bem poderiam ser também indicativos da sua recente

349 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, P. e L., liv. 26, fls. 340-341, 25-Set-1567.

350 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 65, fl. 3, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 135, 21-Nov-1555. Também em Barcellos, *op. cit.*, pp. 135-136; *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 27, fl. 149, 26-Set-1570.

351 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, liv. 3, fl. 372, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 145, 08-Dez-1558. Também em Barcellos, *op. cit.*, p. 140.

352 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 7, fl. 71 vº, 03-Jul-1560.

353 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 10, fl. 80, 17-Jul-1562.

354 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 65, fl. 3, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 135, 21 - Nov-1555; *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 3, fl. 379, 18-Set-1558; *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 8, fl. 96 vº, 03-Jul-1560; *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, liv. 10, fl. 81, 11-Jul-1562; *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Priv., liv. 8, fl. 245, 15-Set-1570; *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 42, fl. 161, 30-Jan-1579; *Chanc. D. Filipe I*, Doações, liv. 7, fls. 147-147 vº, 12-Mar-1583.

355 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 3, fl. 379, 18-Set-1558.

valorização, não foram, porém, alterados. Mantiveram-se-lhes os trezentos mil réis anuais que os outros já vinham vencendo anteriormente e foi-lhes conservado, o mesmo direito de trazerem consigo, “para o acompanharem” enquanto servissem os dois cargos, os doze homens, à razão de quinze mil réis anuais a cada um⁽³⁵⁶⁾.

O fundamental da inovação talvez não esteja também no facto de os novos capitães-corregedores acumularem mais um cargo ainda - o de provedor dos defuntos e resíduos⁽³⁵⁷⁾ - mas sim de lhes incumbirem certas missões – como a de se deslocar aos *Rios de Guiné*⁽³⁵⁸⁾ – já mais condizentes com o novo estatuto de capitão e governador das ilhas. Este, aliás, é um tratamento que não lhes faltará amiúde⁽³⁵⁹⁾, apesar de ainda não corresponder formalmente à situação destes oficiais.

Com o último dos capitães desta fase “de transição”, o doutor Diogo Dias Magro, pomposamente aludido como “capitão mór da cidade da Ribeira Grande da ilha de Santiago do Cabo Verde que a ela e as mais ilhas do Cabo Verde e conquista dos Rios de Guiné [veio] com alçada administrar justiça e prover em sua fazenda e nas dos defuntos. E a outras cousas de seu serviço etc”.⁽³⁶⁰⁾, a evidência de não se tratar mais de um mero corregedor das ilhas com funções adicionais, é ainda maior⁽³⁶¹⁾.

356 - ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 65, fls. 3 vº - 4, 21-Nov-1555; *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 3, fls. 373 - 373 vº, 27-Set-1558; *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 7, fls 72 - 72 vº, 01-Jul-1560, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 10, fl. 78 vº, 17-Jul-1562, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 41, fls. 196 vº - 197, 08-Fev-1579; *Chanc. D. Filipe I*, liv. 4, fl. 179 vº, 11-Fev-1583. Somente ao tempo do envio do licenciado Francisco Pires Picão como juiz de fora da Ribeira Grande, é que foi subtraído do corregedor, em favor deste outro oficial, a metade dos 12 homens que tinha para o acompanhar. ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 20, fl. 311 vº, 09-Nov-1566.

357 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Priv., liv. 8, fl. 245, 15-Set-1570; *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 42, fl. 173-174, 18-Fev-1579; *Chanc. D. Filipe I*, Doações, liv. 4, fls 179-179 vº, 11-Fev-1583.

358 - A. Teixeira da Mota, *A primeira visita de um governador das ilhas de Cabo Verde à Guiné (António Velho Tinoco, c. 1575)*, Junta de Investigações do Ultramar, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, série Separatas, nº 32, Lisboa, 1968, p.3.

359 - ANTT, *Cartório Notarial 7A*, liv. 1572, Abr-10-Jul-4, fls. 136 vº - 137, 01-Jul-1572; liv. 1580, Abr-29-Out-15, fls. 111 - 112, 20-Abr-1580; liv. 1583, Jan-19-Mar-15, fl. 35 vº - 37, 31-Jan-1583.

360 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 13, 13-Fev-1584.

361 - Referindo-se a estes capitães já com poderes de governadores, diz o Anónimo de 1784: “No princípio da povoação (sic!) destas ilhas tiveram aqueles que as governavam o nome de capitães, e não de Governadores”. António Carreira

No entanto, a honra de carregar as insígnias, de receber regimento condigno e de prestar *preito e menagem* pelo cargo de capitão e governador de Cabo Verde estava reservado não aos doutores mas sim aos fidalgos da Casa Real. Jurou-o, pela primeira vez, no ano de 1587, Duarte Lobo da Gama⁽³⁶²⁾. A partir desta nomeação, com a qual “se processa a unificação política e administrativa da Capitania”⁽³⁶³⁾, o cargo passa a ser provido por três anos, não tendo mais estes oficiais, agora adstritos à gestão civil e militar do arquipélago, responsabilidades específicas com o exercício da justiça naquela circunscrição.

De facto, nos termos da nova divisão dos campos, caberia aos letrados manterem-se como os maiores expoentes da justiça nas ilhas e, por acréscimo, passado o interregno dos primeiros tempos do governo instituído, como titulares da provedoria da Fazenda⁽³⁶⁴⁾.

Herdeiro da continuidade naquele domínio, o licenciado Amador Gomes Raposo foi o último dos corregedores das ilhas. A sua nomeação, realizada em simultâneo com a do primeiro capitão-governador⁽³⁶⁵⁾, fez com que se retardasse, por alguns anos, a instituição da ouvidoria geral que acabaria por suceder, definitivamente, à antiga corregedoria.

(Apresentação, notas e comentários), *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde...*, Edição do Instituto Caboverdeano do Livro, Lisboa, 1985, p. 62.

362 - ANTT, *Chanc. D. Filipe I*, liv. 12, fls. 333 vº-334 vº, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. III, doc. 59, 07-Ago-1587; *Chanc. D. Filipe I*, Doações, liv. 15, fl. 416, 11-Nov-1587.

363 - António Carreira (Apresentação, notas e comentários), *Notícia corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde...*, p. 62.

364 - Mantida inicialmente pelos corregedores, a função de provedor da Fazenda passou, a seguir, para governadores que se conservaram no seu exercício até o mandato de Nicolau de Castilho. Foi então que *el-Rei*, e não sem resistência de Nicolau de Castilho, mandou publicar um Alvará determinando que, doravante, haveria de ser o ouvidor de Cabo Verde e não o governador a servir “juntamente o cargo de provedor da Fazenda”, ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 22, fl. 19, 21-Mar-1615; AHU, *Cabo Verde*, cx. 2, doc. 3, também citado por Barcellos, *op. cit.*, p. 208. Acerca do agravo do governador a este Alvará que, aliás, recusou-se a publicar, V. AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, docs. 46, 47 e 48 (01 e 02-Jul-1615).

365 - Ao mesmo tempo em que se nomeia o licenciado Amador Gomes Raposo para ir servir de corregedor às ilhas de Cabo Verde (ANTT, *Leis*, liv. I, fls. 182 vº - 184, 27-Jul-1587), é feita mercê a Duarte Lobo da Gama, fidalgo da Casa Real, do cargo de “capitão das ilhas do Cabo Verde” (ANTT, *Chanc. D. Filipe I*, liv. 12, fls. 333 vº-334 vº, 07-Ago-1587). Ambas as cartas foram publicadas pelo Pe. Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. III, docs. 57 e 59, respectivamente, encontrando-se ainda aquela em Barcellos, *op. cit.*, pp. 161-163.

O atraso, no entanto, não excederia ao tempo do segundo governador. Seguindo a vontade régia, manifestada em 1592, de, daí por diante, deverem as cousas de justiça correr pelos ouvidores mandados do Reino e não mais pelos corregedores⁽³⁶⁶⁾, antes do findar da década o designio já começaria a ser cumprido. Primeiramente com a *feitura*, levada a efeito pelo próprio capitão-governador, de Manuel Dias da Calheta – cavaleiro fidalgo da Casa Real e morador de Santiago – “Ouvidor em todas estas ilhas do Cabo Verde e limites de Guiné”⁽³⁶⁷⁾. Logo depois, com a instituição de letrados para o mesmo cargo, a partir da nomeação do bacharel Luis Álvares da Nóbrega⁽³⁶⁸⁾.

Também o mandato destes últimos, tal qual o dos capitães-governadores, estava previsto para um triénio “e além deles o que mais eu houver por bem”⁽³⁶⁹⁾. Começariam com duzentos mil réis anuais, à custa da Fazenda real⁽³⁷⁰⁾, contra os trezentos mil que teriam aqueles⁽³⁷¹⁾.

366 - ANTT, CC, I-112 –131, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. III, doc. 83, 18-Out-1592. O que se pode ler, literalmente, nesta carta *d’el-Rei* ao capitão-governador Brás Soares, é o seguinte: “hei por bem que por ora se escusem nessas ilhas Corregedores, e que a administração das cousas da justiça corra por vós e pelo ouvidor que servir convosco, que se vos enviará deste Reino”.

367 - ANTT, CC, II-290 - 210, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. III, doc. 105, 10-Jun-1598.

368 - ANTT, *Chanc. D. Filipe II*, Doações, liv. 18, fl. 110, 02-Mar-1606.

369 - *Ibidem*.

370 - *Ibidem*.

371 - ANTT, *Chanc. D. Filipe I*, liv. 12, fls. 333 vº - 334 vº, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. III, doc. 59, 07-Ago-1587.

C) para lá do pólo de eleição: a extensão dos órgãos de gestão régia pelas outras ilhas

“São cinco as ilhas povoadas que há sem administração de justiça, nem forma dela pertencentes ao governo e correição desta ilha de Santiago: a ilha de Santo Antão, a ilha de São Nicolau, a da Boavista, ilha de Maio e a ilha Brava”⁽³⁷²⁾. Assim começava um importante relatório elaborado pelo ouvidor geral das ilhas, no ano de 1731, em satisfação da ordem que lhe havia chegado, via o *Conselho Ultramarino*. Nesta altura, informava o desembargador José da Costa Ribeiro, São Nicolau já contava com 260 vizinhos (concentrados na Ribeira Brava) e Santo Antão, a julgar pelos 360 fogos registados para a povoação da Ribeira Grande, com um número de moradores muito superior àqueles. No juízo do ouvidor, possuíam “ambas [...] suficiente capacidade de se criarem vilas com juízes ordinários, vereadores e mais oficiais de câmara e outros a ela concernentes”⁽³⁷³⁾. As ponderações feitas, em seguida, acerca da “qualidade” dos indivíduos que compunham os referidos núcleos populacionais apontavam para a sustentabilidade dos recursos humanos face os cargos e ofícios a criar⁽³⁷⁴⁾.

Da proposta esboçada, é possível extrair três ideias preliminares: Que, da descoberta até os anos 30 do século XVIII, apenas as ilhas de Santiago e do Fogo – os ditos pólos de eleição – tinham sido dotadas de estruturas administrativas camarárias e régias⁽³⁷⁵⁾, não parece haver dúvidas. O que não pode haver também quanto ao facto de, do conjunto das restantes ilhas – ditas periféricas do subcentro local – somente duas delas estarem, e somente no segundo quartel de setecentos, aptas a constituírem câmaras e a albergar um certo

372 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 14, docs. 27 e 28, 16-Abr-1731.

373 - *Ibidem*.

374 - No ponto seguinte, exploraremos a questão.

375 - Quer dizer, à exceção da câmara da Ribeira Grande de Santo Antão, ao que parece, já “ensaiada” em fins dos anos 20 (cf. Zelinda Cohen, «A Administração das Ilhas de Cabo Verde Pós União Ibérica: Continuidades e Rupturas», in *HGCV*, vol. III, (coord. Maria Emília Madeira Santos), Instituto de Investigação Científica Tropical (Lisboa) / Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde (Praia), Lisboa, 2002, pp. 147-148) e dos fatores régios instituídos em algumas das ilhas periféricas, como veremos adiante.

número de órgãos da administração régia. A esse tempo, e esta é uma constatação literalmente assinalada, tanto estes como os restantes núcleos mencionados mantinham-se como “pertencentes ao governo e correição” de Santiago.

O corpo institucional proposto para as ilhas de Santo Antão e de São Nicolau era, face às necessidades e constrangimentos verificados, o mais diminuto possível: “duas vilas com juízes ordinários e mais oficiais da câmara como há na ilha do Fogo”, bastando “que o escrivão da câmara seja juntamente do público, judicial e notas, e almotaceria, como acontece em muitas vilas do Reino, que o alcaide seja carcereiro, que um dos juízes o seja dos órfãos, porém o escrivão separado, e a pessoa mais capaz e abonada que houver no povo”⁽³⁷⁶⁾.

A ideia era, portanto, atendendo às características dos dois povoados, dotar as novas vilas de estruturas mínimas para a sua gestão e governo. Estruturas mínimas (de cariz camarário e régio) mas que mesmo assim haviam de funcionar com um quadro humano mais diminuto ainda, apelando-se para a tradicional prática de cúmulo de funções numa mesma pessoa para peenchimento de todas as vagas. Retenha-se, todavia, nesta proposta para as duas ilhas, a criação dos seguintes cargos e ofícios afectos à administração régia: um escrivão do público judicial e notas (e da câmara), um alcaide-carcereiro, um juiz dos órfãos e um escrivão dos órfãos (e almotaceria).

Um feitor “como agora há [em cada uma dessas ilhas] com seu escrivão próprio”, estritamente dependentes da Provedoria instalada na Ribeira Grande de Santiago, haviam de completar o quadro. Estimava-se serem estes órgãos, assim constituídos, suficientes para as cousas da fazenda de cada uma das duas ilhas⁽³⁷⁷⁾.

Para a Boavista, Maio e Brava, com populações bastante menos expressivas, a proposta, muito mais modesta ainda, passava pela criação de “lugares” com um juiz anual em cada um deles, “com seu alcaide e escrivão do judicial e notas”. Tratar-se-iam, com efeito, de “três lugares” submetidos ao termo da Ribeira Grande em os quais, por ocasiões de querelas ou de devassas, poder-se-iam inquirir testemunhas e fazer os autos necessários para posterior remetimento

376 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 14, docs. 27 e 28, 16-Abr-1731.

377 - *Ibidem*.

à Ouvidoria das ilhas “para se pronunciarem e passarem as ordens necessárias contra os culpados”. Deste grupo, só para a Boavista se previa também “um feitor com seu escrivão”, ficando a cargo do juiz das outras duas ilhas o que houvesse “pertencente” à fazenda das mesmas⁽³⁷⁸⁾.

No quadro da edificação desses novos órgãos – e da consequente extensão do poder central periférico pelo interior insular – as correições, que os ouvidores haviam de realizar em todas aquelas ilhas, “ao menos de três em três anos”, eram agora sublinhadas como actos obrigatórios e extremamente importantes para o controle e fiscalização ordinários das novas estruturas. Por isso, instava o desembargador à sua imprescindibilidade, convicto que estava de que “sem esta correição que deve ser infalível, ficará frustrado todo o trabalho deste estabelecimento e criação”⁽³⁷⁹⁾.

Tal era o projecto que havia de preencher o vazio ou quase vazio institucional permanente na maior parte das ilhas cabo-verdianas até o início do segundo quartel de setecentos. E melhor se dirá “quase vazio”, por se tratar de uma realidade genericamente comum, em que em qualquer dos casos e não obstante a diversidade das soluções adoptadas para a exploração dos diferentes núcleos, marcada, no plano institucional, por ínfimas e/ou esporádicas presenças de representantes dos corpos intervenientes na administração desses espaços.

No plano régio, que é o que nos interessa particularmente, esta presença, em tempos mais recuados, há-de assinalar-se, por não mais do que um escrivão, destacado de tempos em tempos para ir à Boavista, ao Maio ou à Brava, aquando da matança do gado pelos seus donatários ou rendeiros do mesmo⁽³⁸⁰⁾. Assim o exigia a cobrança dos impostos sobre a criação: pagos em espécie e, quan-

378 - *Ibidem*.

379 - *Ibidem*.

380 - Boavista: Barcellos, *op. cit.*, pp. 49-50 (1496); Maio: Barcellos, *op. cit.*, p. 61 e AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 13 (1612) e 102 (1619); Brava: ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 26, fls. 260 vº (1509). Cf. Zelinda Cohen, «A Administração das Ilhas de Cabo Verde Pós União Ibérica: Continuidades e Rupturas», in *HGCV*, vol. III, pp. 133-135. André Pinto Teixeira fala ainda da deslocação, «durante alguns anos», de escrivão semelhante à ilha de São Nicolau, para fim de registo dos abates realizados, in *A Ilha de São Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*, p. 74.

do possível⁽³⁸¹⁾, contabilizados no local para a maior segurança *d’el-Rei*. Em tal contexto, o *escrivão das matanças* será, talvez, e durante muito tempo, a única “peça solta” de uma estrutura que só muito mais tarde haveria de ter realmente corpo em algumas das ilhas da periferia insular ⁽³⁸²⁾. De permeio, mas isto já por altura da reversão da maior parte destes núcleos para a Coroa (últimos anos de seiscentos), é que seriam indigitados os aludidos feitores com os seus *escrivães*, em substituição, aliás, dos que anteriormente haviam sido designados pelos donatários, para a arrecadação da sua fazenda e gestão dos seus negócios.

Na época aqui apontada como “de viragem” (1731) estes feitores, no caso de São Nicolau e da Boavista já vinham exercendo, por acumulação, o cargo de capitão de cada uma daquelas ilhas. Manuel Duarte Cidade, o primeiro a receber carta patente de capitão feitor da ilha de S. Nicolau, com poderes «para ‘governar a dita ilha, guardar e arrecadar tudo o que toca à Fazenda Real’» é um nome a reter nesse processo⁽³⁸³⁾. A sua nomeação, dada em 1729, ocorre, aliás, no mesmo ano em que se haveria de ensaiar, na figura do capitão-mór de Santo Antão, a função de capitão regional. O titular deste posto, Sebastião de Mendonça e Zuniga, após um breve trecho de indefinição acerca do título que havia de levar e do raio de sua jurisdição, exhibirá, com efeito, a patente de *capitão mor da ilha de Santo Antão, São Nicolau e São Vicente* por um período de três anos ⁽³⁸⁴⁾.

A opção por um capitão-mor para o *Barlavento*, submetido ao governador geral da *Capitania*, sediado na Ribeira Grande de Santiago, parecia ter todo o sentido num quadro em que a criação dos novos

381 - Existem, entretanto, referências a despachos dos podutos oriundos destas ilhas, feitos em Santiago. Para o Maio, V. AGS, *Guerra Antigua*, maço 122, e segs., in Brásio, *MMA*, vol. III, p. 98; Boa Vista, V. ANTT, *Cart. Not.*, 11, liv. 29, 1596; AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, docs. 10 e 11, 1641; São Nicolau, ANTT, *Cart. Not.* 7A, liv.º 1580, fls. 53-56 vº.

382 - Este ofício, segundo André Pinto Teixeira, «foi extinto em 1690, «dado que era desnecessário e já alguns anos não era provido», in *A Ilha de São Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*, p. 74.

383 - Maria José Lopes, *Surgimento de Câmaras Municipais nas ilhas do Norte: Santo Antão, S. Nicolau e S. Vicente : Notas para o seu Estudo*, Colecção Monografias, Instituto do Arquivo Histórico Nacional, Praia, 2005, p. 54. Cf. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, *op. cit.*, p. 31.

384 - AHU, CV, cx. 13, doc. 21 30-Mar-1729.

órgãos de administração pelas ilhas não encontrava equivalência nos recursos disponíveis pelo subcentro local para assentar e controlar, exclusivamente por si, esta nova realidade. Assim, com base na solução institucional muito antes encontrada para a sub-região dos *Rios de Guiné*, procedeu-se, com este estabelecimento ⁽³⁸⁵⁾, a um novo ajuste com o intuito de promoção de um melhor governo e articulação dos núcleos barlaventistas com a sede da *Capitania*. O Regimento, “arrancado” à força dos argumentos do novo capitão de Santo Antão e concedido a título provisional, conferia a esta nova figura de poder capacidade para governar “assim no militar, civil e político, como na administração da justiça e fazenda real”⁽³⁸⁶⁾. Tal latitude terá, por certo, no caso das outras ilhas estantes sob a sua jurisdição, influenciado a concentração, numa mesma pessoa, dos cargos de feitor e de capitão, pois em todas essas esferas, sem prejuízo da instância maior instituída para a *Capitania*, seria o capitão-mór a autoridade imediata.

Mas apesar de aparentemente lógica e promissora esta estratégia acabou por não vingar. A posterior proposta de Costa Ribeiro, face à prematura falência desse modelo experimental do capitão regional⁽³⁸⁷⁾, aponta para uma solução que não passa pela instituição desse tipo de autoridade intermédia para o *Barlavento*. Nestes termos é que projecta para São Nicolau, tal como para Santo Antão, um capitão-mór com função exclusivamente militar e circunscrito à defesa de cada uma dessas ilhas. Dois capitães-mores, portanto, que, no caso das demais ilhas, encontrariam a equivalência nos capitães-cabo, instituídos para “exercer as mesmas obrigações que naquelas duas devem ter os capitães-móres”⁽³⁸⁸⁾.

385 - O Regimento que recebeu Sebastião de Mendonça e Zuniga era idêntico ao do capitão-mór de Cacheu. V. AHU, CV, cx. 12, doc. 48, 03-Out-1727.

386 - AHU, CV, cx. 12, doc. 39, 19-Mar-1729 e cx. 13, doc. 21, 30-Mar-1729.

387 - V. Zelinda Cohen, «A Administração das Ilhas de Cabo Verde Pós União Ibérica: Continuidades e Rupturas», in *HGCV*, vol. III, pp. 147-148. André Pinto de Sousa Dias Teixeira arrola os inúmeros desmandos, abusos e ifracções praticados por Sebastião de Mendonça e Zuniga, o que teve como consequência a sua prisão, seguida de evacuação para o Reino, onde havia de ser castigado. V. *A Ilha de São Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*, p. 32.

388 - Esses capitães, por razões de ambição pessoal e/ou relacionadas com certas fragilidades apresentadas pelas estruturas implantadas nestas ilhas tenderiam, na prática, a ultrapassar o âmbito de jurisdição que, originalmente era previsto lhes confiar.

As cinco ilhas, a este tempo, sob pleno domínio da Coroa - por terem sido para ela revertidas – tinham, no passado, conhecido soluções diversas e em certos casos até – falámos de Santo Antão e da Brava - realizado percursos marcados por uma evolução menos linear⁽³⁸⁹⁾. Sendo ambas concedidas em capitánias-donatárias somente em 1548⁽³⁹⁰⁾ e 1545⁽³⁹¹⁾ (e depois de terem conhecido outras formas de exploração), a dada de jurisdição que tal regime implicava, previa a fixação, pelo concessionário, de certas estruturas necessárias à gestão desses espaços. Essa faculdade conferida aos capitães-donatários de Santo Antão e da Brava, e supostamente também aos da ilha do Maio (doadas em capitania desde os mais remotos tempos⁽³⁹²⁾), marca a diferença com o regime de exploração utilizado para a Boa Vista, São Vicente e São Nicolau em que, o carácter das doações realizadas - não da capitania destas ilhas mas só do gado bravo existente em cada uma delas – não implicava a instalação de qualquer estrutura de gestão pública.

Na prática porém, tal diferença, fundada no direito (e dever) jurisdicional dos capitães-donatários só havia de concretizar-se se nessas ilhas surgissem concentrações populacionais que justificassem a criação de tais instituições. Quer dizer, concentrações com um percentual significativo de homens livres, tributáveis, capazes de “formar camara” e de exercer outras funções socialmente pertinentes às respectivas comunidades. Caso contrário, haviam de permanecer como as outras, sem dada de jurisdição, como meros espaços de exploração dos seus senhores.

Ora, os dados disponíveis acerca da evolução social destas ilhas, até o século XVIII, não são suficientes para uma caracterização satisfatória do processo de humanização ocorrido em cada

389 - No item do meu capítulo da *HGCV*, vol. III, a que chamei “A pré-história das capitánias da Brava e de Santo Antão”, tentei traçar a trajectória destas ilhas até a constituição de ambas em capitánias-donatárias, cf. Zelinda Cohen, «A Administração das Ilhas de Cabo Verde Pós União Ibérica: Continuidades e Rupturas», in *HGCV*, vol. III, pp. 131-133.

390 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 70, , fl. 29 vº, 13-Jan-1548, in Brásio, *MMA*, vol. II, pp. 390-391.

391 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 66, fls. 160-160 vº 22-Out-1545 in Brásio, *MMA*, vol. II, pp. 381-383.

392 - Barcellos, *op. cit.*, p. 61-62,

um dos pontos periféricos da *Capitania*. E como é óbvio, muito mais carentes ainda se mostram de indicativos que apontem para as necessidades institucionais daí decorrentes. No entanto, mesmo que parcos, avaros, até, uma coisa parece certa: em se tratando dos núcleos mantidos mais ou menos à margem das rotas atlânticas, o que ditou a formação paulatina de contingentes humanos e de um potencial suporte demográfico para a edificação de instituições públicas numa ou noutra ilha foram antes as características naturais de cada uma delas do que o regime de concessão em que se mantinham. Estará aí a razão do descompasso observado entre São Nicolau e São Vicente, nos inícios do século XVIII (estando ambas, até a data, sob o mesmo regime) e concomitantemente da evolução disparada daquela ilha em relação à do Sal, por exemplo, onde houve, em conjunto com a ilha Brava, dada de jurisdição.

As observações feitas pelo ouvidor geral, em 1731, assinalam uma realidade humana desigual entre as ilhas periféricas, elevando algumas delas ao patamar de segundo grupo dotado de condições (ou a caminho delas) para formar câmara e albergar outras instituições de cariz administrativo. Na liderança deste grupo, encontravam-se Santo Antão e São Nicolau onde se reconheciam suficientes capacidades para o salto organizativo. Atrás, trilhando o mesmo caminho mas guardando alguma distância, apareciam a Boa Vista, o Maio e a Brava.

Mas Santo Antão, não obstante estar à cabeça do conjunto ascendente, por circuntâncias muito particulares, tornar-se-ia um caso à parte. É que contrariamente aos outros núcleos, em que o regime donatário se encontrava, de facto, natural e irreversivelmente extinto, nesta ilha o “encampamento” pela Coroa e a instituição de um capitão-mór para governá-la, em 1727, tinha obedecido à necessidade imediata de bloqueio e anulação de certos actos do donatário, considerados perigosos à soberania portuguesa⁽³⁹³⁾. A dúvida suscitada quanto ao título a adoptar para a autoridade recém nomeada (governador ou capitão-mor?) denuncia o carácter ines-

393 - Acerca deste processo V. Zelinda Cohen, «A Administração das Ilhas de Cabo Verde Pós União Ibérica: Continuidades e Rupturas», in *HGCV*, vol. III, pp. 130-140.

perado da medida e o grau ainda incipiente da sua ponderação⁽³⁹⁴⁾. Santo Antão distinguir-se-ia por tal contingência mas também por já possuir, na altura, em função da capacidade detida pelos senhores da ilha para confirmar juízes e nomear certos oficiais, alguma experiência no domínio da instituição de alguns órgãos de administração pública. Há indícios de existirem dois juízes e três almotacés no local constando, para além deles, os seguintes meirinhos, também em número de três: Domingos Fernandes Lopes, Manuel Branco e Manuel da Cruz Ventura⁽³⁹⁵⁾. Ignoremos, por ora, quaisquer questionamentos acerca do funcionamento dos órgãos estabelecidos debaixo do poder donatário assim como, da adaptação por que tiveram de passar, com o advento do período de “governo” da Coroa, aqui apontado⁽³⁹⁶⁾.

A nova fase, inaugurada com a nomeação de Sebastião de Men-

394 - Cf. Idem, *ibidem*, p. 147. O contrato, estabelecido com os ingleses e que a ser levado adiante faria deles “senhores [absolutos] do comércio das Costas da Guiné e Minas” representava, de facto, um grande perigo à soberania portuguesa na região. Maria José Lopes lembra a este propósito, o relato do Cónego António Figueira (08-Mar-1727), escrito na sequência da escala que fizera em Santo Antão, vindo de Lisboa. O cónego teria sido “informado pelo capitão-mor e feitor português, Manuel Loureiro Henriques, de que ‘os ingleses estavam com pretensão de fabricarem [em Santo Antão] roupa de algodão de todo o género para na Costa da Guiné comprarem todos os escravos que possível fosse para com melhor modo fabricarem muito açúcar, anil, panos de algodão e criarem todo o género de gado’. Estas informações [diz a autora] foram confirmadas ‘pela confissão do mesmo feitor inglês’ [lá instalado]”. *Surgimento de Câmaras Municipais nas ilhas do Norte: Santo Antão, S. Nicolau e S. Vicente : Notas para o seu Estudo*, p. 47.

395 - Cf. Zelinda Cohen, «A Administração das Ilhas de Cabo Verde Pós União Ibérica: Continuidades e Rupturas», in *HGCV*, vol. III, p.141.

396 - As observações do Prof. Artur Teodoro de Matos acerca do funcionamento da justiça nessa ilha apontam para a precaridade dos meios utilizados pelo juizes eleitos ao tempo do Marques de Gouveia. Estes, conforme escrevia o ouvidor-geral de Cabo Verde “‘ou por falta de papel’ ou, o que lhe parecia mais provável, por ‘inabilidade das pessoas que servem de juízes’, costumavam ‘sentenciar as partes sem formar os processos’, causando ‘dano irreparável ao povo’. Por isso o mesmo ouvidor determinava em 1727 que não se deixasse de registar por escrito – ‘ao menos na parte substancial e precisa’ – os depoimentos das testemunhas, para melhor se ajuizar da veracidade das suas afirmações, e até porque era o ‘único acto judicial’ que tais juízes praticavam”. «Santo Antão de Cabo Verde (1724-1732): da ocupação inglesa à criação do regime municipal. Mutações políticas, recursos económicos e estruturas sociais», in *Anais da II Reunião Internacional de História de África: A Dimensão Atlântica da África*, Rio de Janeiro, 1996, p. 193.

donça de Zuniga, para “governar a ilha” (1727), estender-se-ia por pouco mais de dez anos, aos quais ficariam também ligados os nomes de Cláudio Roquete da Silva, segundo capitão-mor provido em 1731, e de José Vieira da Silva que, nomeado na sequência deste, não chegaria à posse, por ter morrido em São Nicolau, a caminho de Santo Antão ⁽³⁹⁷⁾. A devolução posterior do senhorio desta ilha aos seus tradicionais detentores (1739) ⁽³⁹⁸⁾, interromperia o processo, mal conhecido, é certo, de actualização das estruturas de gestão daquele espaço, pomovido pelos poderes régios. Um processo que só seria retomado vinte anos mais tarde, aquando da reversão definitiva da ilha para a Coroa ⁽³⁹⁹⁾.

Mas o que importa aqui reter são, de facto, as inovações efectuadas ao nível da administração das ilhas periféricas, conducentes, um certo número delas, a de espaços socialmente organizados. Tal novidade, mesmo contando com o passo atrás, dado, a meio percurso, por Santo Antão, mudará substancialmente o cenário administrativo das ilhas caracterizado, até então, pela fraca expansão das instituições de gestão régia pelos diversos núcleos do arquipélago e, não só em consequência disto, por um débil controle da Ribeira Grande de Santiago, subcentro local da organização, sobre as unidades integrantes do grupo. Mantido, quase que intocado por cerca de dois séculos e meio, este cenário, predominantemente arcaico e pouco consubstanciador da ideia de *Capitania* que, todavia, definia juridicamente o espaço arquipelágico no seu todo (e mais até do que ele), será subvertido pela nova ordem anunciada por Costa Ribeiro.

Com a instituição dos órgãos e corpo de oficiais previstos para as cinco ilhas “povoadas”, mau grado a economia das novas estruturas, o ganho, do ponto de vista da organização régia, será

397 - AHU, CV, cx. 14, doc. 40; 16, doc. 49. Cf. Idem, *idem*.

398 - O conde mordomo-mor, D. José de Mascarenhas, irmão do donatário destituído, foi, desta vez, o contemplado. A doação, feita em carácter unicamente pessoal e não hereditário, acusa a intensão régia, de não querer perpetuar a doação. AHU, CV, cx. 18, doc. 17. Cf. Idem, *ibidem*.

399 - Registe-se, contudo, ao tempo do assinalado recuo, o facto de não se abolir a figura do capitão-mor, instituído no momento precedente. Com a reedição da experiência donatarial, o capitão-mor mantém-se, mas agora, como sujeito posto pelo donatário e aos cuidados, sobretudo, dos seus interesses.

imenso. Em primeiro lugar, pela extensão propriamente dita e “cobertura” interna que a mesma encerra. Uma extensão que, para além do anunciado, incluirá meirinhos e guardas das alfândegas no *staff* das feitorias instaladas em Santo Antão, em São Nicolau e na Boavista.⁽⁴⁰⁰⁾ Em segundo, pelo ensaio de novas formas de articulação entre os núcleos, em que, no campo das unidades periféricas se admite e se incentiva, senão a constituição de uma autoridade regional com competências alargadas sobre um subconjunto de ilhas do arquipélago (como foi o caso da *capitania – mor de Santo Antão, São Nicolau e São Vicente*), alguma ascendência de certas ilhas sobre as suas vizinhas⁽⁴⁰¹⁾. Isto, aliás, é o que desde finais de seiscentos já vinha acontecendo com o Fogo em relação à Brava, com a sujeição desta ao capitão e sargento-mór daquela ⁽⁴⁰²⁾.

Os anos quarenta e cinquenta seguintes seriam de consagração desta nova tendência, verificando-se em ambos os grupos de ilhas (sotaventista e barlaventista) iniciativas denunciadoras da estratégia de governo das ilhas periféricas então “povoadas”. A nomeação de Caetano de Melo e Albuquerque para o posto de capitão e sargento-mór do Fogo (1745) e o seu propósito com relação à Brava são, neste aspecto, bastante reveladores. Além de ser ele a tratar da organização militar desta ilha, pretendia “pôr nela um feitor da fazenda real ou almoxarife com escrivão, e meirinho para a cobrança de direitos que lá houverem de navios que aportam por vezes lá, e remetem a esta Provedoria [i.é, do Fogo], e juntamente para a cobrança dos dízimos reais”. Feitor (ou almoxarife), escrivão e meirinho para o sector da fazenda e ainda, “um juiz com o seu escrivão e meirinho para acudir as

400 - Cf. António Carreira, «Alguns Aspectos da Administração pública em Cabo Verde no século XVIII», in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº 105 do ano XXVII, Bissau, 1972, p. 160.

401 - Anote-se, a tal propósito, as instruções do governador a Sebastião Mendonça e Zuniga, acerca dos cuidados que deveria ter com os rendimentos da ilha de São Nicolau e da Boavista pois sendo ambas vizinhas de Santo Antão “e há lanchas com que se comunicam, fica a vossa mercê obter este cuidado de advertir os feitores cuídem na sua arrecadassão, pois em a ilha de Santiago que fica distante e não tem embarcações que se comuniquem com elas e não posso dar remédio que desejo [...] para que delego em vossa mercê toda a minha jurisdição para este efeito” AHU, CV, cx. 12, doc. 47, cit. por Maria José Lopes, in *op. cit.*, pp. 49-50.

402 - Cf. Zelinda Cohen, «A Administração das Ilhas de Cabo Verde Pós União Ibérica: Continuidades e Rupturas», in *HGCV*, vol. III, p. 154.

causas dos ditos moradores, e tirar as devassas de mortes e ferimentos; e o mais que se oferecer, o qual pode sair todos os anos no pelouro que se faz nesta vila [ou seja, de São Filipe] das novas justiças”(403).

No *Barlavento*, em que se vive uma nova dinâmica, a política segue o mesmo sentido. Na sequência do retorno de Santo Antão ao regime donatário, a aposta será na única ilha do grupo que, a par daquela, poderia assumir, no subconjunto, uma posição destacada. Especiais incumbências dadas às autoridades de São Nicolau (relacionadas com uma devassa que deveria ser feita em Santo Antão e com a nomeação de um feitor régio para ela)(404) a par de um grande investimento na organização dos múltiplos sectores da ilha, acusam o estatuto especial que a mesma vai alcançando face às suas vizinhas(405). Incontestavelmente sobre as ilhas do Sal, de Santa Luzia e ilhéus Branco e Raso, que ficavam na sua dependência (daí a responsabilidade do feitor em cuidar da sua vigia e na indicação de dois guardas ou “*feitores comissários*” para se ocuparem das actividades económicas desenvolvidas nesses núcleos),(406) e menos pacificamente sobre a ilha de São Vicente, continuamente exposta à cobiça das autoridades de Santo Antão, não obstante o feitor para lá enviado devesse também responder perante o de São Nicolau(407).

403 - AHU, CV, cx. 20, doc. 39.

404 - V. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, *A Ilha de São Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*, pp. 35-36.

405 - V. Luiz de Bívar Guerra, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos às Ilhas de Cabo Verde em 1753 e o regimento que deixou à Ilha de São Nicolau», in *Revista Studia*, nº 2, Julho 1958, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Portugal, 1958.

406 - André Pinto de Sousa Dias Teixeira, *A Ilha de São Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*, p. 66 e pp. 86-87.

407 - Idem, *ibidem*, pp. 64-65.

IV O CONTROLE NO QUADRO DO FUNCIONALISMO RÉGIO INSULAR

“El funcionario publico, dependiente del Estado, no actúa nunca en nombre propio ni por cuenta propia, es la administración pública la que actúa a través de él, en virtude del principio de representación orgánica”

Ramón Fraguas (*)

a) o controle prévio: a triagem a.a.) os valores de exclusão

Em fins de 1520, Álvaro Rodrigues, escrivão do almoxarifado da ainda vila da Ribeira Grande mas que também servira, interinamente, de almoxarife do mesmo órgão, viu-se acusado de uma série de “erros”

* Ramón Fraguas, “La independencia e imparcialidad del notario”, in Revista do notariado, (dir. Carlos Chagas), nº 10/11, p. 28.

que se dizia ter praticado no exercício de ambos os ofícios. No leque das irregularidades que então se lhe imputavam e que haviam de redundar, salvo provado o contrário, na destituição do ofício de que era possuidor, alegava-se, em primeiro lugar, o facto de “que a carta do dito ofício não tinha nas costas assento como lhe fora dado juramento pelo escrivão da chancelaria segundo costume e regimento”⁽⁴⁰⁸⁾.

O juramento aos Santos Evangelhos, seguido do respectivo registo comprovativo, posto no verso da carta de nomeação dos oficiais, constituía-se, na verdade, no primeiro procedimento de importância e que devia expressar a submissão do novo agente à organização a que doravante passava a pertencer. Como tal, a sua não efectivação, em parte ou no todo, era apontada como falta grave e que podia pôr em causa a validade do provimento. Não será, por isso, por acaso, levarem todas as cartas de ofício, a título de arrematamento dos seus termos, a indicação de que o sujeito em questão já havia jurado na chancelaria régia, nela juraria ou, então, que antes de ser metido em posse, a autoridade local indicada deveria dar-lhe, primeiro, o juramento dos *Santos Evangelhos*.

De registo obrigatório, significando uma espécie de *rito de passagem* para o estado de oficial régio, o juramento era entendido como a primeira das cláusulas contratuais a ser, previamente, acatada pelo novo oficial. Eivado da grande carga simbólica que encerra, constituía-se no preciso acto em que o sujeito admitido pela organização selava o seu compromisso para com a salvaguarda do real serviço e direito do “povo”. Na sua forma mais comum, ou ao menos aquela que se consagrou nos documentos de nomeação dos reinóis providos para os ofícios em Cabo Verde, salvo uma ou outra alteração ligeira, estabelece-se nos seguintes termos: ... e fulano de tal “jurou em a nossa Chancelaria aos Santos Evangelhos que bem e directamente use e obre do dito ofício, guardando a nós nosso serviço e ao povo seu direito”⁽⁴⁰⁹⁾.

Já neste primeiro nível de exigência da organização para com o seu novo integrante, fundado no importante valor social do cristia-

408 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 47, fl. 132, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 116, 14-Nov-1520.

409 - ANTT, *Chanc. D. João II*, liv. 8, fl. 128 vº, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 19, 12-Dez-1486.

nismo, é possível apontar para um quesito, em qualquer dos casos não dispensado a nenhum oficial e que, por isso mesmo, há-de ser utilizado para a exclusão ou inibição da candidatura dos sujeitos que não se mostrassem conformes. Ser cristão era, de facto, a condição que enchia de sentido o juramento de admissão proposto sobre o *Livro Santo*, logo, uma “opção” religiosa a ser comungada por todos os integrantes do quadro.

Os oficiais deviam ser cristãos mas, ainda assim, “velhos”, o que nos códigos da época queria dizer “legítimos”, de conversão não recente e ascendência comprovada. A este valor acrescentado, que circunscrevia ainda mais o número de indivíduos virtualmente admissíveis na organização, proclamava-se “limpeza de sangue”⁽⁴¹⁰⁾. Os atributos cristão e “limpo” eram tidos como complementares e se o primeiro deles visava o afastamento de mouros e judeus das candidaturas, a segunda das exigências o que pretendia, especialmente, era impedir também o ingresso de cristãos-novos nos ofícios. Um terceiro grupo, finalmente, havia de completar, pela mesma razão de ideias, a lista dos escusos. Os negros e os de sua procedência, logo conotados como não possuidores das “partes e qualidade necessárias” para as funções figurariam, a seu tempo, como outros potenciais opositores não desejáveis às hostes da organização.

Ser branco, cristão e sem qualquer indício de ascendência de diversa cor ou religião eram, sem sombra de dúvida, condições elementares para se pretender algum ofício no quadro do oficialato régio⁽⁴¹¹⁾. Qualquer suspeita sobre a origem étnica de um candidato, ou de um oficial já em exercício, podia comprometer a aspiração de um e a carreira do outro. Veja-se, a propósito, o processo desencadeado, em meados do século XVII, para o provimento da propriedade do ofício de escrivão da correição de Cabo Verde *e mais anexos* que andava há muito em serventia, cabendo ultimamente a Atanásio da Fonseca,

410 - Parece mais ou menos claro que estamos a falar de um universo unicamente masculino guiado pela concepção de que “os traços psicológicos da mulher são perigosos para tudo o que exige siso”. Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459 – 1481)*, pp. 177-178.

411 - Aqui há que excluir o ofício de carcereiro (ou semelhante) para o qual foram sempre admitidos negros ou mulatos (V. ANTT, CC, II, 94-169, 28-Fev-1521; *Chanc. D. João III*, P. e L., liv. 7, fl. 121-122, 17-Set-1548).

entretanto dado como cristão-novo e casado com uma mulata ⁽⁴¹²⁾. Competindo ao *Conselho Ultramarino* a escolha e o preenchimento da vaga⁽⁴¹³⁾, com base nas referências colhidas do governador das Ilhas, dignou-se o mesmo fazer o seguinte pronunciamento acerca da candidatura de alguns *naturais da terra* àquele preciso lugar:

“De todos os quatro pretendentes referidos se pediu informação ao governador Pedro Ferraz Barreto [...], a que respondeu [...], que João Rodrigues Freire é tido, e havido por cristão-novo e oficial de ourives com tenda na mesma ilha, que João Gomes do Couto é homem criminoso, [...] e que Fernão Rodrigues da Silva, é negro, e lhe faltam as partes, e qualidade necessárias, para servir este ofício, a que também são anexos e compatíveis o de escrivão da chancelaria e chanceler”⁽⁴¹⁴⁾.

Depois, a propósito dos novos opositores inscritos num segundo tempo, destacou o mesmo organismo: “E por de Manoel Serra haver também informação que não é limpo, se deixa de votar nele”⁽⁴¹⁵⁾.

A recusa dos candidatos ou a perseguição dos oficiais em exercício, por motivos religiosos e/ou racionais, longe de ser um acto isolado, traduzia o lugar reservado pela sociedade portuguesa àqueles que, apesar de fazerem parte da comunidade nacional, viviam sempre sob o estigma de não terem o sangue “limpo” ou de lhes faltarem “as partes”. Os judeus, os cristãos-novos e os negros, para não falar também dos mouros cuja presença em Cabo Verde não é conhecida, compunham essa categoria de indivíduos marginalizados de uma série de instituições e actividades entendidas como monopólio do grupo de portugueses considerados sem qualquer mácula sanguínea ou religiosa⁽⁴¹⁶⁾.

412 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 5, doc. 36, 20-Abr-1659.

413 - A respeito da competência do Conselho Ultramarino nesta área, v. Zelinda Cohen, «O Provimento dos oficiais da justiça e da fazenda para as ilhas de Cabo Verde», in *Studia*, nº 51, pp. 147 e segs.

414 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 5, doc. 84, 22-Out-1657.

415 - *Ibidem*.

416 - O estudo de Sérgio Luís de Carvalho fornece-nos dois exemplos extremos deste tipo de exclusão étnica a que não escapavam nem mesmo as entidades hospitalares. Se no hospital escalabitano de João Afonso (ou Jesus Cristo) o rigor religioso a que se achava submetido chegava “ao ponto de não admitir médico não-cristão” pois “ainda que os não houvesse, era aí interdita a entrada a médico judeu ou mouro, mesmo em caso de necessidade”, no de Nossa Senhora, em Leiria, exigia-se “a ‘limpeza de sangue’ de quem o frequentava, que não podia ser (segundo se crê) judeu ou mouro”, *op. cit.*, p.20.

A documentação que nos chega relativa à evocação dos atributos “limpeza de sangue” e “qualidade e partes” sugere a força destes valores enquanto argumento acusatório. Utilizados, muitas vezes, contra aqueles a quem se queria desacreditar ou incriminar pelos mais variados motivos, a simples suspeição lançada sobre um oficial de não ter o “sangue limpo” ou de lhe faltar “qualidade”, podia funcionar como uma falha de muito peso imputada a alguém que se queria punido ou lançado fora da organização.

Muitos pretendentes ao lugar ocupado por um determinado oficial, convictos da eficácia de tal revelação, não deixavam de apontar o “defeito congénito” do titular quando acontecia almejem a sua destituição em favor próprio. Tal foi o procedimento de António Peres de Souto que, não tendo ganho o concurso para a propriedade dos ofícios de contador, distribuidor e inquiridor da Ribeira Grande (1647), decidiu, um ano mais tarde, pedir a revogação da mercê concedida ao seu concorrente, Domingos Dias, que, para além do mais, não passava de um “homem mulato, filho bastardo havido de uma mulher preta, e ele, suplicante ser um homem branco, português, nascido de legítimo matrimónio, natural deste Reino, de Vila Viçosa, limpo”⁽⁴¹⁷⁾.

Assim fez António Peres de Souto mas muito antes dele ainda, Francisco Pereira, quando resolveu solicitar para si os ofícios de escrivão dos órfãos e dos defuntos em Santiago, de que era provido Diogo Barasa. Na petição constituída para este fim e em que fala dos muitos erros cometidos pelo titular no exercício dos tais ofícios, antes de enumerá-los, de facto, de forma a sustentar a ausência de probidade do oficial, como que sugerindo, subrepticamente, uma relação de causa e efeito entre os dois factores, apelava, o peticionário, para a “fraqueza” de nascença daquele oficial.

“...Diogo Barasa, [escrevia ele, em 1559] cristão-novo, natural de Fronteira, homem que fora cardador de lãs [...] tinha cometido muitos erros nos ditos ofícios”⁽⁴¹⁸⁾.

A acusação de carácter étnico mostrava-se estratégica para quem tinha como objectivo realçar, antes de qualquer incorrecção ou irregularidade praticada, a incompatibilidade natural do sujeito para com

417 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc. 79, 14-Dez-1647.

418 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 1, fls. 278 vº - 280; 13-Mar-1559.

aqueles ou quaisquer outros ofícios públicos. Neste exemplo recuado recorre-se, aliás, como em outros casos semelhantes, a uma associação bastante frequente, sendo os visados de origem judaica. Expressar, em tais casos, a actividade antes desempenhada pelo sujeito que se queria ver exposto, de modo a evidenciar o seu estado de origem, não tinha outra intenção senão vincar, definitivamente, a total falta de condições desse indivíduo para ingressar numa organização propensa a não admitir, para as suas fileiras, gente oriunda de certos grupos sociais minoritários que podiam ser identificados, inclusive, pela sua tradicional ligação a certas profissões. Fragilizava-se o concorrente pelo aspecto julgado naturalmente incontornável para a sua admissão ou permanência no ofício.

Mas essa atitude de combinar acusações que tinham a ver com o pretenso mau desempenho do funcionário com outras de carácter étnico não se mostrou exclusiva dos pretendentes aos mesmos cargos ou ofícios. Envolveu também oficiais com funções que se rivalizavam e que em matéria de interesses a defender, viam-se em lados opostos. Repare-se a astúcia com que o capitão da Ribeira Grande, em carta dirigida a *el-Rei* datada de 1544, critica a actuação do corregedor das Ilhas:

“Pero Moniz, que V. A. tem cá por corregedor, já lhe tenho escrito quão prejudicial foi e é ao serviço de Deus e de V. A. nesta terra, porque lhe certifico que um lobo num fato d’ovelhas não pode fazer mor dano do que ele tem feito nesta terra, por serem suas cousas tão enormes que me pejo escreve-las a V. A.; se V. A. nisso não põe cobro e não manda castigar e ir este homem, será causa para nosso Senhor ser mais desservido do que foi até aqui, porque como soube que V.A. mandava lá tirar devassa dele e saber de sua vida, determina de se vingar desses poucos de cristãos velhos que aqui somos, para se acolher e ir-se rindo de todos, com seis ou sete mil cruzados que tem roubados neste povo”⁽⁴¹⁹⁾.

Para além de “comer a renda” da capitania, Pero Moniz, insinuatamente sugerido como não cristão velho, era ainda acusado pelo mesmo capitão, António Correia de Sousa, de ser injusto para com os que prendia, não lhes concedendo o direito de defesa e, finalmen-

419 - ANTT, CC, I-75-85, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 112, 30-Out-1544.

te, de trazer “favorecidos” uma “multidão de cristãos novos” que, pelas muitas mercadorias que lá levavam, estavam a pôr a perder o comércio de Guiné⁽⁴²⁰⁾. A subtileza com que se introduz no texto a questão, à mistura com alegadas faltas no exercício da função e não se afirmando, directamente, ser o corregedor um cristão-novo mas sim protector destes, faz-nos pensar no carácter estratégico desses pronunciamentos, mesmo que proferidos com alguma cautela.

As incriminações, comprováveis ou não, sempre haviam de fragilizar quem as sofria. Feitas, por vezes, debaixo de aparente “neutralidade”, condicionavam em muito os actos dos suspeitos, tornados, nesta conta, reféns da sociedade, em geral, e das justiças, em particular. Ambrósio Fernandes, guarda-mór da Ribeira Grande (1547), ao assim proceder quis “apenas” registar o facto de ser ele a única autoridade no local a possuir os quesitos necessários para a defesa da fazenda régia. Em carta dirigida a *el-Rei*, com boa dose de malícia, lamentava o oficial:

“... porque V.A. não tem nesta ilha quem por sua fazenda olhe, salvo minha pessoa que agora presente cheguei o qual eu farei certo porque o contador desta ilha não ousa a fazer justiça a quem lha requer, porque é cristão-novo e que se alguma cousa quer executar logo os poderosos desta terra ordenam de o prender, dizendo que tem culpas de Inquisição...⁽⁴²¹⁾”.

Sem, no entanto, ficar por aí e mostrando-se crescentemente ofensivo na estratégia de desvalorização dos demais oficiais locais, adiante, acrescentava o guarda-mór: “E os outros oficiais escrivães desta feitoria e almoxarifado e almoxarife da jurisdição dos herdeiros de Pero Correia é (sic!) cristão-novo e pela mesma maneira trata e ajuda sonegar e conluía os ditos direitos que a V. A. pertencem⁽⁴²²⁾”.

Pese-se a maior elaboração do argumento apresentado acerca dos ditos “actos omissos” do contador – alegadamente condicionado mais pelo medo de ser denunciado do que pela sua presumível condição de cristão-novo –, fica evidente tratar-se aqui de um recurso engenhoso do relator para chamar a atenção para a mesma *impureza* impeditiva a

420 - Idem, *ibidem*.

421 - ANTT, CC, I-79-86, 21-Out-1547.

422 - *Ibidem*.

que se refere, depois, já sem qualquer artifício, quando fala dos outros oficiais da Ribeira Grande e da vila da Praia. A impureza frequentemente aludida pelos queiram fazer crer) serem os erros, praticados por tais pessoas, consequência natural do referido estado. De resto, como se vê, não escusando o guarda-mór de assinalar essa relação de incompatibilidade *óbvia e evidente* dos cristãos-novos para com os ofícios, apostará, contudo, numa ponderação mais detalhada acerca dos efeitos desdobrados dessa mesma condição.

A verdadeira ambição de Ambrósio Fernandes – a de sacar do poder central vantagens adicionais que lhe pudessem conferir maior latitude na execução – percebe-se, todavia, nas entrelinhas da exposição. Para atingir o intento lança-se, o guarda-mór, ao ataque dos oficiais de quem pensava poder subtrair alguma autoridade. O primeiro golpe desferido contra eles deve condicionar os demais. Por isso, sublinha-se o *defeito de fundo* que, na perspectiva inversa, mesmo que não haja um apelo aberto baseado na diferença, há-de evidenciar a inquestionável superioridade do acusador face àqueles que constituem o seu alvo. Raras não serão as vezes, em que a *fraqueza* dos outros (ou o que se entende como tal), é manipulada em função de um desejo de alcançar, face às instâncias decisoras, uma maior credibilização. É a autopromoção pela negativa e ela pode ser urdida tanto em desfavor de um oficial apenas como de um conjunto deles.

Os vereadores de Santiago, já antes do guarda-mór, tinham optado também pela acusação colectiva indicando no grupo dos suspeitos, alguns oficiais da alfândega que podiam ser identificados como cristãos-novos:

“...quatro partes dos que aqui moramos e dos que mais mandam [n]a terra especialmente na alfândega são cristãos-novos como o contador, almoxarifes, escrivães dos contos almoxarifados, do público e do judicial e outros, muitos ricos e poderosos com o favor dos quais muitos plebeus vivem como quem não temem a Deus [...] nem temem justiça”⁽⁴²³⁾.

Quer dizer, antes de serem apontados como reféns dos grandes da terra, constituíam-se os mesmíssimos oficiais, eles próprios, vistos numa outra óptica, nos poderosos de Santiago, protectores dos seus

423 - ANTT, *Inquirição de Évora, Livro de Denúncias*, 1544-1550, carta de 1546.

semelhantes. Seriam os indivíduos visados protagonistas destas duas realidades aparentemente contraditórias? Certamente que sim. Os comportamentos aqui expressos haviam de ser reacções comuns e previsíveis dos sujeitos estigmatizados. Movidos pelo medo de serem a qualquer hora punidos pela sua condição, distribuía uns, “favores” para silenciar os ameaçadores e entregavam-se outros, talvez os mais bem defendidos, a actos de solidariedade para com a sua gente.

Mas, por um lado ou por outro, a mensagem essencial dos emissores era uma só: os cristãos-novos não reuniam as condições necessárias para servirem os ofícios, com isenção. Nos valores em vigor, esta era, de facto, uma verdade bastante e que havia de justificar, por si mesma, a recusa dos *impuros* ou o apelo à destituição daqueles que, incautamente, já haviam sido admitidos pela organização. O mesmo se há-de dizer dos negros, mulatos e pardos, a quem a sorte havia de reservar destino semelhante e, em algumas circunstâncias, pior até, tendo em conta as características fenotípicas, na maior parte das vezes, bem mais denunciadoras da diferença.

Em ambos os casos, porém, o que se verifica paradoxalmente - e um número grande de exemplos vem dar conta disto - é que, apesar dos pesares a organização em Cabo Verde achou-se sempre polvilhada de indivíduos pertencentes aos dois grupos de exclusão. Mesmo que a contragosto da organização, mesmo que de maneira não muito pacífica, muitos foram os que conseguiram entrar para o quadro de funcionários régios fosse como serventuários apenas, fosse como proprietários dos diferentes ofícios⁽⁴²⁴⁾. Factores de ordem histórica, relacionados com a configuração social que se foi delineando nas ilhas, estarão, na prática, na raiz da alteração dos critérios de categorização racial justificadora dos ajustes conducentes ao ingresso.

Na primeira metade do século XVII, a mestiçagem já se achava tão generalizada na terra que, talvez, somente alguém de fora, um reinol não amalgamado e imbuído de valores colhidos exclusivamente na vivência metropolitana, fosse capaz de observar, com a devida distância, essa original feição social tão genuinamente representada nos órgãos de gestão local e tão bem denunciadora do processo de

424 - Acerca da propriedade e serventia dos ofícios em Cabo Verde, v. Zelinda Cohen, «O Provimento dos oficiais da justiça e da fazenda para as ilhas de Cabo Verde», in *Stdia*, nº 51, pp. 145 e segs.

contínua e crescente assimilação de identidades diversas daquela que se queria manter hegemónica.

Um dos que tiveram tal olhar, o Padre jesuíta Sebastião Gomes, afirmava em 1627:

“A gente desta Ilha /i. é, de Santiago/ é mui pouca, e se entre todos os moradores dela se acharem vinte homens da governança que de todo sejam brancos não será pouco e destes não raro são os que não sejam da nação”⁽⁴²⁵⁾.

Um século depois, era o ouvidor das ilhas, recém empossado, quem confirmava, com uma descrição muito mais expressiva ainda, a irreversível tendência miscigenante, com algumas de suas consequências no plano da administração pública. Em carta de 1724, dirigida a *el-Rei* D. João V, Sebastião Bravo Botelho procedia ao seguinte informe:

“Consiste a República desta ilha em trinta homens brancos, pouco mais ou menos, alguns de Portugal, mas poucos e ruins por ser gente que a desgraça ou pobreza ou infâmia aqui lançou, e os mais da terra, e já se sabe que destes serão muito poucos os que forem bons. Abaixo deles há uns homens pretos a que chamam brancos por andarem calçados e terem a sua fazendinha, e todos os mais são escravos e pretos vadios”⁽⁴²⁶⁾.

Convergindo, mais à frente, para os assuntos de administração, desenvolvia assim, aquela ideia: “Pode V. M. propor-me, sem objecção, uma grande dúvida, e vem a ser, que referindo eu haver na ilha somente trinta homens brancos, como há quatro ou cinco vezes em dobro os postos, cargos e ofícios? Respondo a V. M. que só trinta homens brancos, pouco mais ou menos, haverá na ilha e ainda destes, os mais são mulatos a que chamam de brancos e há mais de quatro ou cinco vezes em dobro os postos, cargos e ofícios, incluindo os da guerra, justiça e governança porque os capitães tenentes e alferes que há infinitos, são negros e tão pobres que andam descalços. E os mais postos lá se multiplicam e repartem de sorte que o que é escrivão, distribuidor, guarda, tesoureiro, procurador da Coroa e requerente das auditorias é juntamente capitão-mór, sargento-mór e outros mais cargos multiplicados”⁽⁴²⁷⁾.

425 - ARSI, *Lus*, cód. 83, fls. 316-321 e 401-405, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. V, doc. 56, 30-Mai-1627.

426 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 10, doc. 95, 18-Nov-1724.

427 - *Ibidem*.

Quer dizer, para além de ser ínfimo o número de brancos em Santiago, nesta categoria já se achavam incluídos os mulatos, sendo que mesmo com estes, aliás, percentualmente maioritários no grupo, não era possível cobrir todas as vagas.

De uma descrição a outra fica-nos, contudo, a ideia de ter havido, do ponto de vista dos grupos que se impuseram como alternativos nas funções do Estado, a substituição de um por outro, ou seja, em detrimento da gente da nação (já, talvez, razoavelmente assimilada), os que passam a reivindicar mais os lugares, constituindo-se, ao mesmo tempo, nos particularmente visados, são, a partir de um certo momento, os mestiços.

Imagine-se, agora, a fragilidade do já diminuto número de brancos quando submetido, como a restante população das ilhas, a um forte surto epidémico, o que, aliás, ciclicamente ocorria, em função das secas seguidas das fomes. Dos registos existentes, que, directa ou indirectamente, acusam o impacto destas calamidades sobre os corpos de oficiais instituídos, há um, escrito na sequência de uma dessas crises pelo ouvidor José da Costa Ribeiro, que se sobressai pela expressividade. Em fins de 1732, afirmava ele, acerca do estado geral da população da ilha de Santiago:

Agora, “está tão diferente, como não haver hoje existente nesta cidade mais de que o escrivão da correição e um do judicial, nem oficial da câmara mais do que um vereador, porque de Janeiro para cá se averigua morrerem quase 2.000 pessoas entre as quais muita parte da gente principal e governança, e alguns destes que há está fora na sua fazenda com o motivo de queixa própria ou de sua família”⁽⁴²⁸⁾.

Compunha-se, o canário para que se viesse cumprir o que o ouvidor, um ano antes, já em plena crise, ousara vaticinar “e virá pelo tempo futuro a ser ainda pior, porque mortos 40 ou 50 homens brancos, que há pela ilha, e a maior parte destes de mais de 50 anos, que assistem por fora nas suas fazendas, virão a ser todos os ofícios ocupados por pretos”⁽⁴²⁹⁾.

A tendência à diminuição da reserva de brancos, para ocupação dos postos de governo e administração, mostrava-se, de facto, irre-

428 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 15, doc. 1, [ant. 12-Jan-1733].

429 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 14, docs. 27 e 28, 16- Abr-1731.

versível. Por morte do pequeno contingente ainda existente e já idosa; pela não renovação do grupo, com novas levas de colonos oriundos do Reino e pelo refúgio, dos poucos que restavam, pelo interior da Ilha. Todos os factores identificados como geradores da crise vivenciada pela sociedade insular desde meados do século XVII vinham tendo particular impacto sobre a gente de origem europeia, em termos numéricos (e não só) cada vez mais inexpressiva. Fenómeno dramático para a governança e administração das ilhas atendendo aos persistentes valores presentes no recrutamento dos quadros.

Marcadas por muitos condicionalismos, as ilhas impunham, de facto, ao centro decisor, alguma flexibilização nos critérios difundidos acerca da “limpeza de sangue” e “partes e qualidade” das gentes que queria ver no quadro do oficialato local. A relativa tolerância quanto ao estabelecimento em Cabo Verde da “gente da nação” e a inevitável miscigenação ocorrida entre europeus e africanos, enfim, a criouliização da comunidade daí surgida, teve, para todos os efeitos, de ser ponderada pela administração nos seus critérios de admissão. E se isto não era possível acontecer a um nível mais formal, conduzindo à superação dos princípios de etnicidade e rácicos vindos de trás, foi-se admitindo operacionalmente, de forma envergonhada e nunca assumida totalmente, com toda a resistência e preconceitos próprios da época, o ingresso dos *escusos* no funcionalismo régio.

A “gente da Ilha”, a que se refere o jesuíta na exposição de 1627, compunha-se especialmente das pessoas aí nascidas (exceptuando-se a escravaria, é claro, não contabilizável nestes termos) e, por isso mesmo, desde logo identificadas como os “naturais da terra”. Constituíndo-se no segmento da população livre de há muito majoritário e dominante nas instituições locais, tiveram, naturalmente, de ser atendidos em muitas das reivindicações de carácter social e político que faziam chegar à Corte, quase sempre por intermédio das organizações camarárias.

Um dos seus ganhos significativos, e que há-de comprovar a personalidade política que ia desenvolvendo face às estratégias e interesses metropolitanos, traduziu-se na promulgação das leis de 1608, pelas quais ficava logo reconhecido o direito dos naturais a ocuparem os postos vagos na sua própria terra.

Em outro passo, já tivemos a oportunidade de referir o diploma promulgado no aludido ano, em atenção à preferência que havia de dar-se aos *naturais da terra* quando se tratasse de prover os benefícios de propriedade que se encontrassem vagos na dita ilha⁽⁴³⁰⁾. Ora, esse direito concedido na esfera do eclesiástico, fora igualmente requerido para os ofícios leigos aos quais os mesmos *naturais* aspiravam, também neste caso, poder contar com igual vantagem de serem priorizados na escolha, quando se tratasse de preencher alguma vaga. Assim, ponderando-se, a este título, os inconvenientes “que resultam dos oficiais da dita Ilha se prove-rem em pessoas que não são naturais”, quase que em simultâneo, proclamou o soberano:

“Hei por bem e me praz [...] que vagando na dita Ilha alguns ofícios de propriedade, havendo pessoas naturais delas que os pretendam que sejam de partes, qualidade, suficiência e serviços, mostrando disso justificação passada pelo capitão e câmara, que as tais pessoas sejam preferidas na provisão dos ditos ofícios a todas as outras que não forem naturais da dita Ilha”⁽⁴³¹⁾.

Atente-se, agora, na caracterização feita destes *naturais da terra*, em primeiro lugar, pelo padre Sebastião Gomes e, depois, por um dos ouvidores gerais de Cabo Verde, o licenciado Pero do Canto Pacheco.

No ano de 1617, a propósito do projecto de construir um Colégio da *Ordem* na Ribeira Grande e a título de esclarecimento da realidade social com a qual havia de confrontar-se, escrevia o missionário, ao Padre geral da Companhia de Jesus:

“... digo que há aqui quatro sortes de gente, *scilicet* crioulos, que são os naturais da terra, cristãos-novos, clérigos da terra e de Portugal, e alguns cristãos velhos de Portugal, mas muito poucos”⁽⁴³²⁾.

O depoimento do magistrado, emitido anos mais tarde, vinha sublinhar, ainda mais, as características e o peso social que ia adquirindo essa nova classe de homens conhecida como os *naturais da terra*. Intimado pelo poder central a pronunciar-se acerca da *qualidade* dos

430 - V. nota 104.

431 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc. 20, 04-Dez-1608.

432 - ARSI, *Lus.*, cód. 74, fls. 141 - 143 vº., in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. IV, 27-Jun-1617.

presumíveis beneficiados com a lei de 1608, respondia este ouvidor, em carta de 1643:

“Vossa Magestade mandou informasse de algumas pessoas naturais desta ilha para provimento de alguns ofícios e na informação, da qualidade, quando digo que são naturais desta Ilha mostro bem que são gente preta pelos naturais o serem todos e porque me sobreveio esta dúvida quis explicar minha tenção porque há mui poucos homens neste lugar do Reino”⁽⁴³³⁾.

O embaraço manifesto de Pero do Canto Pacheco que logo se apercebeu do descompasso dos pressupostos da lei de 1608 com a realidade sobre a qual pretendia incidir, revela a grande contradição com que tiveram de lidar os poderes decisórios, responsáveis, em qualquer dos casos, por garantir o funcionamento da organização em toda a periferia colonial. A articulação entre os dois termos, isto é, da posição de princípio para com as minorias e o compromisso assumido com a comunidade local, não se mostrava fácil. Mesmo considerando a ressalva acerca das *partes, qualidade e suficiência* exigidas aos naturais aos quais se prometia prioridade na escolha, era impensável negar à maioria, por não estar de acordo com os requisitos de base, o ingresso no funcionalismo.

Entre uma solução e outra, ficou-se pelo meio termo. Nem os critérios de admissão foram clara e formalmente alterados, nem se derogou a lei de 1608 e nem se deixou de prover os *escusos* nos diversos ofícios. Poderando-se caso a caso, frisando sempre que possível a conveniência que havia em se recrutar, para este ou aquele ofício, naturais do Reino por ser “coisa essencial para ser mais respeitado”⁽⁴³⁴⁾, os brancos, cada vez mais escassos na ilha, e os de fora mostrando-se menos disponíveis, foram cedendo lugar à população *crioula* que, também por via dos ofícios, reforçava a identidade no seu curso de afirmação política.

A resolução apresentada pela organização que, no máximo da sua cedência, admitiu poder-se “prover nos melhores não indo providos do Reino”⁽⁴³⁵⁾ indica, naturalmente, o relativo recuo quanto ao princípio

433 - AHU, *Cabo Verde*, cx 3, doc. 24, 15-Jun-1643.

434 - AHU, *Cabo Verde*, cx 5, doc. 19, 21-Mai-1654.

435 - AHU., *Cabo Verde*, cx 3, doc. 24, 15-Jun-1643.

de etnicidade. Mas não deixa de apontar também para a resistência em aceitar, pacificamente, a integração dos naturais da terra no quadro do oficialato régio local. Fixando-nos ainda na hipótese de, mesmo entre os “providos do Reino” não terem faltado alguns cristãos-novos, dos quais se viria a ter ou não conhecimento, dependendo dos actos ou das conveniências, fica ainda mais reforçada a dialética da acção enunciada.

A ideia, de que tanto melhor se fosse o oficial oriundo do Reino de que havendo reinóis ou brancos legítimos para recrutar, preferível seria que fossem eles, ao invés dos pardos ou brancos da terra, a ocupar os lugares na administração pública ou, é expressa inúmeras vezes e de variadas formas. Em 1666, por exemplo, o mesmo discurso há-de aparecer numa resolução do *Conselho Ultramarino* relativa ao processo da sucessão de Manoel Quaresma nos ofícios de almoxarife e feitor da Fazenda Real da Ribeira Grande.

Não havendo de contar com mais do que um único candidato, que quiz responder aos éditos publicados pelos clássicos quinze dias⁽⁴³⁶⁾, ponderaram os conselheiros presentes que *el-Rei* deveria fazer mercê dos ditos ofícios ao próprio Gonçalo Soares da Costa, natural de Braga, entre outras coisas, por “não convir que por não haver quem o vá servir deste Reino, o proveja o governador em gente da terra, que de ordinário são homens pardos e nunca vem dar contas no reino na forma do regimento”⁽⁴³⁷⁾.

A persistência no tempo é uma das características deste tipo de entendimento. No segundo quartel do século XVIII, quando já se constituía em imperativo a criação de câmara e a dotação de certos órgãos públicos para as ilhas de Santo Antão e São Nicolau, mau grado a evidência da realidade social lá encontrada (muito menos propensa ainda à existência do homem-tipo idealizado pela organização), tocava-se na mesma tecla. No limite das considerações tecidas à volta das necessidades institucionais das duas ilhas barlaventistas, o desembargador José da Costa Ribeiro não hesitaria em fazer o aconselhamento de praxe. Vejamo-lo no crescente das suas reflexões:

“E ainda que se possa dizer não há homens brancos do Reino, [afir-

436 - Cf. Zelinda Cohen, «O Provimento dos oficiais da justiça e da fazenda para as ilhas de Cabo Verde», in *Stvdia*, n° 51, p. 148.

437 - AHU, *Cabo Verde*, cx 6, doc. 15, 08-Fev-1666.

mava ele, referindo-se às populações de Santo Antão e São Nicolau] e sim brancos da terra, como cá lhe chamam e propriamente sejam mulatos, e muitos pretos, respondo que segundo a qualidade da gente da terra, assim a governança dela”. O exemplo de Santiago, onde aquele género de brancos dominava todos os cargos “e principalmente os ofícios de justiça e fazenda” e onde se podiam encontrar “ainda pretos, como são os guardas da alfândega, procuradores do auditório, carcereiro, porteiro, etc.” era então trazido à colação, para reforço da ideia de não ser esta realidade, embora defeituosa, obstáculo bastante “para se deixarem de criar dois Concelhos” naquelas duas ilhas. “Acautelando-se somente [o remate é deveras significativo] que se atenda nos provimentos, e eleições dos homens brancos que houver”⁽⁴³⁸⁾.

É evidente que, em se tratando do topo da hierarquia assente na capital cabo-verdiana, composta pelos governadores, ouvidores gerais, feitores e provedores, o acesso dos naturais a estes postos foi muito mais dificultado. Não somente pelas qualificações ou atributos exigidos a tão altos servidores - aliás, raramente reconhecíveis na gente da terra - como pela responsabilidade debitada àqueles que haviam de responder como principais implementadores e garantes da política traçada pela Metrópole para aquela Colónia.

Que esta última motivação, a de carácter político, tenha sido, de facto, a decisiva para efeito da não admissão dos ilhéus naquelas funções, não parece haver dúvidas. No entanto, mesmo a este nível do oficialato, encontraremos excepções: Manuel Dias da Calheta, vizinho e procurador da cidade de Santiago no qual se reconhecem “partes e qualidades” para ser instituído provedor dos defuntos, em 1588⁽⁴³⁹⁾; Pedro Semedo Cardoso, natural de Santiago e governador das Ilhas pelos anos de 1650⁽⁴⁴⁰⁾; Pedro de Barros, “cidadão e morador na Ilha”, nomeado Provedor da Fazenda de Cabo Verde, em 1661⁽⁴⁴¹⁾.

Em contrapartida, a propósito da malograda candidatura de um outro Pedro de Barros, natural de Cabo Verde, para o cargo de Governador das Ilhas, em 1736, o pronunciamento de dois dos membros

438 - AHU, *Cabo Verde*, ex. 14, docs. 27 e 28, 16-Abr-1731.

439 - ANTT, *Chanc. D. Filipe*, Doações, liv. 17, fl. 141 vº, 05-Fev-1588.

440 - António Carreira (Apresentação, notas e comentários) *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde...*, p. 67.

441 - AHU, *Cabo Verde*, cx 5-A, doc. 97, 24-Mar-1661; cx 6, doc. 3, 21-Abr-1665.

do *Conselho Ultramarino* ficaria assim registado: “parece não propor a V. Magestade a Pedro de Barros para este governo porque na sua pessoa não concorrem circunstâncias que o habilitem para ele, e por ser natural da Ilha de Cabo Verde e assistente nela”⁽⁴⁴²⁾. Preferiu-se, na altura, nomear para a vaga então existente, ao invés de Pedro de Barros, cavaleiro professo da *Ordem de Cristo* e com um *curriculum* de serviços prestados na Ilha que remontavam ao ano de 1696, no qual se destacava o cargo de capitão da vila da Praia “de que deu boa residência” e a experiência que se lhe proporcionou ter como “adjunto do governo por falta do provedor”, o sargento-mór José da Fonseca Barboza⁽⁴⁴³⁾, natural de Setúbal⁽⁴⁴⁴⁾, “atendendo aos seus serviços, merecimentos e capacidade”⁽⁴⁴⁵⁾.

442 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 16, doc. 32, 26-Mar-1736.

443 - *Ibidem*.

444 - José C. Carlos de Chelmicki e Francisco Adolfo de Varnhagen, *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geográfico-Histórica da Província das Ilhas de Cabo-Verde e Guiné*, tomo II, Typografia de L. C. da Cunha, Lisboa, 1841, p. 219.

445 - AHU, *Cabo Verde*, cx 16, doc. 32, 26-Mar-1736.

a.b.) entre os seleccionáveis: os atributos tidos na escolha

Para maior precisão na análise e melhor conformidade com o sentido expresso pelas fontes aqui utilizadas para compôr o quadro dos valores positivos proclamados para o funcionário moderno, é preciso, antes do mais, admitir a existência de exigências conflituais, e até contraditórias, projectadas para os candidatos aos diversos officios régios. Percebe-se, durante o longo período de tempo aqui abarcado, o dilema vivido pela organização que almeja, a um tempo, preservar alguns critérios vindos de trás no recrutamento dos homens que ela há-de empregar, e assim mesmo, conseguir um grau de eficácia dos seus eleitos nem sempre alcançável com aqueles valores.

Alguém, a propósito, numa abordagem que pretende explicar o fenómeno do descompasso verificado entre os critérios de admissão e as expectativas vigentes no campo do oficialato régio, teria avançado com uma tese, a que resolveu classificar como “uma aquisição fundamental da recente historiografia”⁽⁴⁴⁶⁾. De facto, não parecendo estar Vicens Vives enganado na formulação que faz, talvez não tenha, nesse seu texto, chegado aos limites da reflexão acerca do verdadeiro ponto nevrálgico responsável por tal estado de coisas. O autor constata:

“Enquanto que o Estado moderno evolui para novas formas de administração sob a influência das contingências económicas, sociais e bélicas, que se desenvolvem no século XVII, a maior parte das pessoas que ocupam o cargo mantêm uma mentalidade totalmente medieval. Certamente que os tratadistas falam de “função pública” no princípio do século XVII, mas aqueles que desenvolvem essa função entendem-na como uma vantagem pessoal de carácter patrimonial”⁽⁴⁴⁷⁾.

Quer dizer, o desajustamento entre as novas necessidades do Estado e a mentalidade predominante nas pessoas que haviam

446 - J. Vicens Vives, «A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII», in *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime* (org. António Manuel Hespanha), p. 221.

447 - Idem, *ibidem*, p. 221.

de estar ao seu serviço explica a “dificuldade de adaptação do oficial medieval ao modelo do funcionário moderno” ⁽⁴⁴⁸⁾. Sem discordar de Vivens naquilo que observa e comunga com outros autores, devemos, contudo, investir numa formulação que exceda a que aqui se reproduz, fincada apenas na contradição exógena aos termos aqui expostos.

Para nós, que procuramos equacionar o mesmo fenómeno mantendo o olhar fixo na organização, a conflitualidade também é percebida endogenamente, ou seja, no interior do próprio aparelho. É aí que vamos encontrar explicação para a vigência e a manutenção, por um período tão longo, de requisitos díspares para a constituição do corpo. Senão, como ponderar o comprometimento da própria organização com os antigos valores não exactamente coadunáveis com a aludida noção de *função pública* estrito senso⁽⁴⁴⁹⁾? Coexistem dentro dela interesses sobrepostos e divergentes guiados, uns pelos antigos pactos sociais e pessoais que ainda cumpre preservar em nome do Rei, outros pela necessidade de assegurar para a entidade soberana, uma gestão eficaz em cada um dos espaços do extenso império então criado.

Quer-nos parecer, e isto é importante para a nossa demonstração, que a tal desconexão apontada por Vivens, vista na dicotomia dos propósitos subscritos pelos “tratadistas” com os das pessoas que “desenvolvem” a função, há-de de emergir, de forma já amalgamada e sintetizada, na documentação produzida internamente e que circula entre o centro e a periferia da organização. Os termos utilizados por esta para justificar a escolha de fulano ou beltrano e nos instrumentos em que cuida de encomendar o oficial indigitado às diversas autoridades a que deve, são prova evidente da mescla de atributos formalizados para o candidato.

Assim é que se inscreve o indivíduo em questão: proclamado vitorioso com base em critérios que nada ou pouco denunciam a presumível capacidade para exercer o ofício, dele, todavia, se espera um desempenho adequado à função. Este sentido observado nas cartas de provimento e afins, emitidas durante todo o

448 - É assim que o autor intitula o ponto em que passa a desenvolver este assunto. Idem, *ibidem*.

449 - Idem, *ibidem*.

Antigo Regime, encontramos-lo nos mais antigos documentos de nomeação para ofícios em Cabo Verde, tal qual nos exemplos que se seguem:

(1486) “Diogo Gonçalves, nosso moço d’estribeira, confiando dele que o fará bem e como a nosso serviço pertence, temos por bem e damo-lo daqui em diante por escrivão do Almojarifado da ilha do Cabo Verde”⁽⁴⁵⁰⁾.

(1486) “... confiando nós da bondade e descrição de Heitor Mendes, nosso escudeiro, que nos servirá bem e fielmente de todas as cousas de que o encarregarmos e assim por lhe fazermos graça e mercê temos por bem e o damos ora novamente por nosso almojarife da ilha de Cabo Verde”⁽⁴⁵¹⁾.

(1515) “... confiando nós de João Fernandes, escudeiro do mestre de Santiago, meu muito amado e prezado sobrinho, que nisto me servirá bem e como a nosso serviço cumpre e querendo-lhe fazer graça e mercê temos por bem e lhe fazemos do dito ofício mercê [i, é, de escrivão do almojarifado da ilha do Fogo]”⁽⁴⁵²⁾.

(1527) “... confiando eu de Gracia Pestana, escudeiro fidalgo, criado do Bispo d’Évora Dom Afonso, que Deus haja, que nisto me servirá bem e fielmente como a meu serviço cumpre e querendo-lhe fazer graça e mercê tenho por bem e me praz de lhe fazer mercê do ofício de feitor da minha feitoria da dita ilha do Cabo Verde”⁽⁴⁵³⁾.

(1558) “... hei por bem e me praz, por mo pedir o Conde de Castanheira, de fazer mercê a um dos filhos d’Antonio Tinoco, morador na vila de Castanheira, qual o dito conde nomear, do ofício de feitor da ilha de Santiago do Cabo Verde...”⁽⁴⁵⁴⁾.

Os cinco excertos de cartas aqui trazidos – meramente a título de amostra, já que os termos em referência tendem a repetir-se mesmo em documentos elaborados mais tarde –, indicam os valores priorizados na escolha de grande parte do oficialato. Fidelidade ao soberano,

450 - ANTT, *Chanc. D. João II*, liv. I, fl. 56 vº, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 18, 20-Mar-1486.

451 - ANTT, *Chanc. D. João II*, liv. 8, fl. 126, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 19, 12-Dez-1486.

452 - ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 24, fl. 15 vº., in *HGCV-CD*, vol. I doc. 89, 30-Jan-1515.

453 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 30, fl. 128 vº, 03-Ago-1527.

454 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 3, fl. 335 vº., 29-Jun-1558.

condição ou estatuto social do sujeito e ainda os préstimos que ele ou alguém de sua família tivesse oferecido ao príncipe (ou aos seus) estarão sempre na linha de conta para a obtenção de graças e mercês realizadas no campo dos ofícios públicos. A identificação do encarado, feita com base no título do indivíduo ou estribada em algum laço de parentesco ou de ligação pessoal importante com alguém a quem se desejava *honrar* com um ofício, assinala a preponderância dos valores relevados na selecção. A partir deles, ou seja, dessas premissas bastante subjectivas quanto à capacidade ou aptidão do sujeito para exercer o ofício do qual se lhe dá carta, é que se avança no crédito, esperando-se então, do agraciado, “que bem diretamente use e obre do dito ofício, guardando a nós nosso serviço e ao povo seu direito”⁽⁴⁵⁵⁾.

Só a especificidade de algumas funções tais como a de escrivão, tabelião, corregedor (a partir de uma certa época) ou de ouvidor geral, na sequência deste, é que havia de impôr, antecipadamente, a alteração ou, quando não, uma consideração mais equilibrada dos quesitos dispostos, geralmente, em primeiro e segundo planos. Desnecessário será evocar as razões desta inversão por parecerem demasiado óbvias: a consciência de nada valer, no novo contexto expansionista, um escrivão bondoso ou fiel, discreto e prestável mas analfabeto ou um alto oficial da justiça régia que nada entendesse de leis. Nestes casos, os atributos técnicos, digamos assim, não deviam ser inferiorizados face os interesses *sócio-políticos* tidos normalmente na escolha. Requerendo-se dos primeiros o saber ler e escrever e, para além disso, um certo domínio da praxe judicial e da arte notarial⁽⁴⁵⁶⁾, aos oficiais de justiça passou-se a não dispensar a correspondente habilitação académica, seguida do respectivo reconhecimento do Desembargo do Paço⁽⁴⁵⁷⁾.

Esse imponderável, de ter-se de admitir, em certos casos, qualidades de instrução e competência antes da consideração de quaisquer outros valores, até que pudesse afirmar-se plenamente, conheceu,

455 - ANTT, *Chanc. D. João II*, liv. 8, fl. 126, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 19, 12-Dez-1486.

456 - V. António Manuel Hespanha, *História das Instituições*, p. 276.

457 - Zelinda Cohen, «O Provimto dos oficiais da justiça e da fazenda...», in *Stvdia*, nº 51, pp. 161-162.

no entanto, as exceções que o tempo de “encaixe” do novo critério reclamava. Isto é particularmente visível na moderna exigência de “exame da leitura de bacharéis” a que José Subtil tão bem situou como correspondendo o século XVI “à fase de montagem desta instituição disciplinar” e o XVII, ao de sua afirmação⁽⁴⁵⁸⁾.

O exemplo que anotámos a seguir, e que parece apontar para o carácter inicialmente titubeante da observância da “indispensabilidade” do tal exame que se passou a exigir dos pretendentes aos altos postos de justiça, mostra-se interessante pela mescla de valores que o mesmo vem pôr em evidência. É assim que, com base no desempenho de um certo magistrado, o contador André Rodrigues, resolve criticar a falta de capacitação do corregedor para as funções que lhe eram cometidas:

“E avendo três anos que V. A. não proveu de corregedor nestas ilhas, veio a prover um Pero d’Araújo, que nunca foi procurador, nem menos teve algum cargo de julgar, sendo homem muito pobre de fazenda, e sua mãe, que mora na ilha da Madeira, muito mais, e as tais necessidades não são para corregedores para tão longe. E falo a V. A. verdade que os omiziados são os que privam mais com ele. E a razão não escrevo a V. A. por não ser necessário.

E mais digo a V.A. que dizem ser bom músico de flauta e de viola, d’arco e de uma guitarra, e por aqui pode crer o que deve saber. E não falo em trazer cinco anéis nos dedos e duas cadeias de ouro ao pescoço, uma com uma rosa ao cabo e outra com uma peça d’ambar.

V.A tardou em prover de corregedor e bem acertar em prover um corregedor como este. De todos os ofícios se examinam e um corregedor para tão longe se havia melhor de examinar e mandá-lo fazer a audiência um mês no Juízo dos corregedores do cível na vossa corte, porque ali se veriam as suas letras e a ordem que tinha de ouvir partes”⁽⁴⁵⁹⁾.

Como se vê, embora o acento da crítica tenha recaído na presumível falta de observância do exame técnico para a admissão do oficial, as considerações do contador acabam por derivar para uma outra ordem de

458 - José Subtil, «Modernidades e Arcaísmos do Estado de Quinhentos», in *A Gé-nese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval*, p. 333.

459 - ANTT, CC, II-24-104, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 120, 27-Mar-1549.

valores mais ligada ao elenco de “qualidades” ou requisitos tradicionalmente requeridos e que tinham a ver com questões de origem, de posses e de comportamento social ⁽⁴⁶⁰⁾. É assim que Pero d’Araújo, por essas duas ordens de razões, fica duplamente reprovado pelo contador.

No caso da selecção dos governadores – se bem que aqui não se trate de nenhuma negação das determinações em vigor – os atributos priorizados pela organização não escondem também uma certa desfazagem entre o perfil adoptado e as expectativas quanto ao desempenho da função. Se o bom *curriculum* de serviços militares era uma exigência perfeitamente coadunável com o cargo de capitão-general das ilhas, do qual o governador se via investido, no tratamento de questões da governança civil, em que se lhe guardavam também responsabilidades, de que haviam de lhe valer os anos acumulados de feitos e glórias nos campos de batalha? E será também para se questionar se o foro de fidalgo que, de recomendação passou a requisito indispensável⁽⁴⁶¹⁾, constituía-se, de facto, num indicativo de talento para o posto? Já em 1604, a propósito dos nomes propostos para o o governo de Cabo Verde, posicionava-se o soberano:

“Porque importa muito a meu serviço autorizarem-se e qualificarem-se as capitánias e governos ultramarinos da Coroa desse Reino com as prover em fidalgos principais e de qualidade, os quais servindo nela se habilitem para outras de maior importância e confiança [/] particularmente a do Cabo Verde para que me nomeastes pessoas em carta de [...] por estar aquela ilha tão exposta arriscada aos incursos dos inimigos como a experiência tem mostrado: Vos encomendo muito que com brevidade e particular aplicação me torneis a nomear

460 - No plano das posses, Duarte chama atenção para a convicção generalizada da necessidade de determinados oficiais possuírem bens suficientes para que não fossem tentados a “buscar riqueza” através dos cargos. Daí ser “de toda a utilidade que o candidato viva com algum desafogo económico e tenha bens próprios, já para não ser tentado a enriquecer à custa de quem lhe sofre o poder, já para, se causar danos a terceiros, ter meios de satisfazer emendas e corregimento”, in *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1451)*, pp. 182-183.

461 - Existe uma referência a uma resolução régia de 23-Jan-1651 na qual se ordena “que as pessoas [que] se lhe houvessem de consultar para os governos, fossem fidalgos, conhecidos e de merecimentos”. AHU, *Cabo Verde*, cx 6-A, doc. 171. V. a propósito, Zelinda Cohen, «O Provimto dos oficiais da justiça e da fazenda...», in *Studia*, nº 51, p. 155-156.

as que entenderdes que conforme a este intento, tem todas as partes e qualidades que se requerem para o cargo ser bem provido”⁽⁴⁶²⁾.

A estratégia adoptada para a escolha do governador aponta para uma das racionalidades imperantes na organização. Qual seja, a que vê, na condição social dos indivíduos que ela emprega, o fundamento da sua legitimação. A fidalguia, que no entendimento do Conselho Ultramarino é “qualidade que convém que tenha, quem ocupar aquele governo [i. é, de Cabo Verde], para ser mais respeitador”⁽⁴⁶³⁾ é de entre os atributos, aquele que há-de conferir maior credibilidade ao expoente máximo da estrutura régia criada para as ilhas. E tal qual os escudeiros, cavaleiros das Ordens e os moços d’estribeira ou da câmara *d’el-Rei*, o fidalgo será um garante do prestígio da organização.

Este tipo de exigência, a par de outras submetidas à mesma lógica, como a que assenta sobre os “merecimentos” dos opositores, tão fortes e arraigadas se mostravam para a selecção do corpo de oficiais que, ainda em meados do século XIX, é possível perceber a marca desses valores no quadro geral dos critérios válidos para a organização. José Conrado Carlos de Chelmicki é um autor que deixa entrever na sua obra, publicada em 1841⁽⁴⁶⁴⁾, a sobrevivência deles. Num dos capítulos da *Corografia Cabo-Verdiana*, dedicado aos governadores, Chelmicki assinalava:

“Não é de pouca monta a atenção que devêra conservar o Governo na escolha dos Governadores das Possessões Ultramarinas: além dos merecimentos, e suas capacidades ou habilitações, olhando ainda para a sua posição social e gráo que nela ocupam”⁽⁴⁶⁵⁾. A persistência dos tais requisitos, para lá ainda do período compreendido neste estudo, fica patente nas considerações do autor. Tratando-se, porém, de valores que se vão fazendo acompanhar por novas exigências mais condizentes com a funcionalidade dos órgãos e eficácia dos agentes, a tendência que se impõe é a da inversão da prioridade dada aos quesitos mais conservadores. Avançaremos para os sinais mais evidentes desta inversão mas não sem antes acrescentar mais um dado de carácter conceptual para o balanceamento das duas racionalidades concorrentes.

462 -AGS, *Secretarias Provinciales*, Libro 1491, fl. 12, 31-Ago-1604.

463 - AHU, *Cabo Verde*, cx 4, doc. 7, 02-Jun-1649.

464 - Chelmicki e Varnhagen, *op. cit.*

465 - Idem, tomo 2, p. 237.

Conforntam-se, efectivamente, na organização, duas concepções distintas, definidas, a primeira, como “patrimonialista” e a outra, como “comissarial” dos ofícios⁽⁴⁶⁶⁾. Digamos, sucintamente, que, enquanto para esta o cargo público é encarado como função, ou seja, como um serviço especial e específico que, para além de requerer exacta aptidão do oficial, comporta algumas regras inalienáveis e adstritas ao próprio ofício, a concepção patrimonialista, ao contrário, amparada por valores que já tivemos aqui a oportunidade de mencionar, tenderá a considerar o ofício como um património, ou seja, algo que depois de se “ter”, pode ser vendido, arrendado ou deixado aos filhos, por herança⁽⁴⁶⁷⁾.

Os ofícios criados para Cabo Verde, tal qual os existentes no Reino, encontraram-se, na sua generalidade, submetidos à lógica do patrimonialismo. Bem poucas foram as peças da organização, nomeadamente as correspondentes ao alto escalão da Capitania, que não chegaram a reger-se de todo pelos parâmetros desta concepção. Ao contrário dos governadores, capitães-mores, feitores e ouvidores gerais, sempre providos para os seus cargos por um determinado tempo (ao fim do qual cessava o vínculo com a função), em grande parte dos casos, o regime admitiu a existência de “proprietários” para os ofícios. Constituíam-se os proprietários nas pessoas a quem eram feitas tais mercês em carácter vitalício e com todas as vantagens que o estatuto acarretava.

Ainda que o conceito de “proprietário” de um ofício para Cabo Verde só se venha afirmar no decorrer da segunda metade do século XVI, podemos observar, na evolução dos exemplos que se seguem, como, antes de se constituir plenamente e de se consagrar com tal nomenclatura, esta figura se vai esboçando:

(1542) Carta de almoxarife das rendas e direitos reais da “ilha do Cabo Verde” a Fernão de Lugo, cavaleiro fidalgo da Casa Real: *el-Rei* lhe faz mercê do ofício, “em dias de sua vida [...] assim e da maneira que o foi Álvaro Dias por cujo falecimento fiz do dito

466 - Cf. José Subtil, «Os poderes do centro», in *História de Portugal* (dir. José Matoso), 4º vol., Círculo de Leitores, Ltda. e Autores, Lisboa. 1993, pp. 187 e segs. Para uma visão mais abrangente, Hespanha, *História das Instituições*, pp. 386 e segs.

467 - Cf. Hespanha, *História das Instituições*, pp. 386 e segs. Também José Subtil, «Os poderes do centro» pp. 187-188.

ofício a Jorge Fernandez, criado do Infante D. Luís, meu muito amado e prezado irmão, o qual por minha licença renunciou ora no dito Fernão Fiel”⁽⁴⁶⁸⁾.

(1546) Carta dos ofícios de tabelião do público e judicial da cidade da Ribeira Grande a Fernão Gomes, morador em Lisboa: é-lhe feita a mercê “assim e da maneira que o ele deve ser e o era Bastião de Palhais que os ditos ofícios tinha e se finou por cujo falecimento eu fiz mercê a Maria Fialha sua filha para a pessoa que com ela casasse; e por ela casar com Diogo Dias o qual por ser lavrador e não saber ler nem escrever eu houve (sic!) por bem de dar licença à dita Maria Fialha que pudesse vender os ditos ofícios a uma pessoa auta pelo qual o dito Diogo Dias marido da dita Maria Fialha vendeu e renunciou os ditos ofícios no dito Fernão Gomes”⁽⁴⁶⁹⁾.

(1549) Alvará a Gonçalo Fernandez: “hei por bem que por falecimento de Gonçalo Fernandez meu almoxarife da ilha do Fogo fazer mercê do dito ofício a uma de suas filhas qual ele nomear para a pessoa que com ela casar sendo auta para o servir e querendo-o ele em sua vida trespassar na pessoa que casar com a dita sua filha hei por bem que o possa fazer”⁽⁴⁷⁰⁾.

(1598) Carta de mercê a Fernão Novais de Querioga, tesoureiro da Sé de Cabo Verde: Em virtude dos serviços por ele prestados “d’alguns negócios do Santo Ofício”, *el-Rei* há por bem de lhe fazer mercê “para o seu irmão Baltazar de Macedo da propriedade do ofício de escrivão do almoxarifado do Cabo Verde”⁽⁴⁷¹⁾.

(1616) Carta a Domingos de Carvalho na qual se declara que por respeito às suas “partes” e considerando que Francisco Lopes Monteiro que era provido do ofício de escrivão da fazenda dos defuntos e ausentes de Cabo Verde “renunciou” nas mãos *d’el-Rei*, é-lhe feita mercê da propriedade do mesmo.⁽⁴⁷²⁾

Outros exemplos podiam ser aqui arrolados na sequência destes. Mas como a questão da “propriedade” dos ofícios há-de voltar sob novos pretextos, mais à frente, se poderá aferir a sua

468 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 38, fl. 84 vº, 23-Mar-1542.

469 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 67, fls. 165-166, 06-Jun-1546.

470 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. II, Privilégios, fl. 256, 06-Dez-1549.

471 - ANTT, *Chanc. D. Filipe II*, Doações, liv. 7, fls. 46 vº - 47, 18-Jun-1598.

472 - ANTT, *Chanc. D. Filipe II*, liv. 39, fl. 134, 30-Set-1616.

perpetuação no tempo. Para já, o que convém reter são alguns dados do enunciado que se viram aqui confirmados. São eles os que dizem respeito à renúncia e venda dos ofícios e à sua transmissão por dote, herança ou mesmo por doação. Qualquer desses actos, desde que com a devida licença régia, mostrava-se possível aos proprietários de ofício.

À figura de “proprietário” de um ofício, contrapunha-se a de “serventuário”, sendo este, em grande parte das vezes, quem havia de estar, de facto, identificado com a função. Essa possibilidade de descoincidência dos actores, derivada da própria noção patrimonialista dos ofícios públicos, efectivava-se, em primeiro lugar, pelo direito alcançado pelos proprietários de serem eles a apresentar um sujeito que pudesse servir o ofício, em seu nome. Na prática, tratava-se de um consentimento implícito ao arrendamento dos cargos. Agindo assim, o proprietário não somente conservava a *honra* que lhe tinha sido feita ao se lhe atribuir o ofício como havia de se beneficiar da renda paga pelo “serventuário” para poder exercê-lo.

Do ponto de vista da organização, esta solução, propensa à satisfação dos valores constantes em uma e outra racionalidade nela imperante, havia de apresentar-se como oportuna, pois se garantia, por um lado, a funcionalidade desejada, por outro, permitia preservar alguns símbolos ainda importantes para a ordem vigente.

Na senda deste equilíbrio contavam, ainda, os provimentos de serventuários para os ofícios que, circunstancialmente, se achassem sem proprietários. Esta acção podia ser levada a efeito tanto pelos organismos centrais (por onde haviam de passar os candidatos a proprietários dos ofícios), como pela mais alta autoridade existente em Cabo Verde. Tratava-se, no primeiro caso, de uma modalidade opcional para o provimento das vagas e, no segundo, de um expediente de recurso, mas sempre sujeito a validação do centro decisor. Os exemplos que se seguem correspondem a uma e a outra situação.

(1551) Alvará a Manuel Rodrigues, cavaleiro da Casa Real, em que, por respeito aos seus serviços, se lhe faz mercê “da serventia do

ofício de almoxarife da vila da Praia de Santa Maria da Ilha do Cabo Verde por tempo de quatro anos”⁽⁴⁷³⁾.

(1566) Carta d’*el-Rei* ao corregedor das Ilhas, acerca da petição de Manoel Fernandez Gigante, morador na vila de São Filipe da ilha do Fogo, para: “que ele sirva os ofícios de tabelião do público e judicial e escrivão da câmara da dita ilha que diz que vagaram por falecimento de João Mendes e isto por espaço de tres anos somente, sem embargo de terdes provido da serventia dos ditos ofícios a Fernão Soares [...] que os não pode servir por ser escrivão do almoxarifado da dita ilha e o dito Manoel Fernandez foi examinado e havido por auto para servir os ditos ofícios”⁽⁴⁷⁴⁾.

(1608) Carta de mercê a Manuel Correia, morador da Ilha do Cabo Verde, por respeito à boa informação que se teve das suas partes e qualidades e ainda “de como o tempo que serviu o cargo de provedor das fazendas dos defuntos nas ditas partes o fez com muita satisfação e proveito dos herdeiros”; é-lhe concedida a serventia do dito ofício “por tempo de três anos”⁽⁴⁷⁵⁾.

(1609) Carta de confirmação a João Mendes, estante na Ilha do Cabo Verde, na qual se declara que havendo respeito aos seus serviços e o capitão e governador o ter provido na serventia do ofício de escrivão da fazenda e da feitoria, e ter dado boa informação sobre ele, que o mesmo há de manter-se na dita serventia “enquanto durar a ausência e impedimento de António da Costa de Siqueira, proprietário do dito ofício”⁽⁴⁷⁶⁾.

(1616) Carta a António Carvalho, natural da ilha de Santiago, na qual se lhe faz mercê da serventia dos ofícios de alcaide e carcereiro da Ilha “enquanto durar o impedimento de Manoel Paes, proprietário deles” que está ausente, por lhe fugir uma mulher que estava condenada à morte. É-lhe feita a mercê, em atenção aos serviços prestados na mesma Ilha: empregando-se, como cumpre, em algumas serventias; acudindo aos rebates que se ofereceram, com as suas armas, escravos e à sua custa; servindo, com satisfação, de sargento de uma Companhia.

473 - ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 66, fls. 204-204 vº, 26-Jul-1551.

474 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 19, fls. 168-168 vº, 03-Out-1566.

475 - ANTT, *Chanc. D. Filipe II*, Doações, liv. 11, fl. 338 vº, 29-Ago-1608.

476 - ANTT, *Chanc. D. Filipe II*, Doações, liv. 23, fl. 153 vº, 03-Out-1609.

(1645) Em consulta ao Conselho Ultramarino para provimento do ofício de juiz dos órfãos da cidade da Ribeira Grande, que se achava vago, há anos, por falecimento do seu último proprietário, Manuel de Almeida, considerou-se a petição de Valentim Fernandes Lucas, cidadão da dita cidade, na qual requer a propriedade do ofício “o qual se serve por provimento dos governadores da dita Ilha”. Alega em seu favor ter ele suplicante “servido de ouvidor geral e provedor da fazenda de Vossa Magestade na mesma Ilha e juiz ordinário, e tem serviços feitos como capitão da vila da Praia em todas as ocasiões de guerra que se tem oferecido”. Resolução: “[...] V. Mgde deve fazer mercê da propriedade do dito ofício à filha do proprietário para a pessoa que com ela casar, e da serventia dele ao suplicante Valentim Fernandes para o servir enquanto não casar”⁽⁴⁷⁷⁾.

Se, na generalidade dos casos, o recrutamento dos serventuários também não se pautava por critérios exclusivos de competência para a função, não há que negar, porém, os dados modernizantes nos provimentos deste tipo. Em primeiro lugar, o estabelecimento de um tempo certo para a manutenção do ofício, sugerindo-se, com isto, a ideia de comissão e não a da aquisição de um cargo como patrimônio. Além disso, o vínculo funcional que a própria designação propõe (serventuário há-de ser, logicamente, quem serve o ofício e não quem o *tem* ou é o seu *dono*), contraria a ambiguidade do termo “proprietário”. Depois, pressupõe-se, mormente em se tratando de oficiais nomeados pelas altas autoridades da terra, uma escolha fundada em critérios muito mais consentâneos com a prática do ofício do que baseada em atributos alheios ao seu exercício. Certas informações, fornecidas ao centro, para efeito de confirmação do oficial recrutado pela autoridade periférica, certificam, aliás, a boa *performance* do sujeito nomeado que, na ponderação de quem já o elegera estará, no comum das vezes, “servindo bem” a sua função.

Levados muitas vezes a concorrer à serventia de um ofício para vir a adquiri-lo, depois, em regime de propriedade, esses oficiais tenderão a infundir na organização uma dinâmica tal que, a nível do seu funcionamento, há-de revelar-se extremamente positiva. Nos

477 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc.40, 15-Abr-1645.

exemplos abaixo, veremos como a própria organização cuida em acenar para alguns serventuários com a possibilidade de alcance deste outro estatuto, ou como eles mesmos se valem da experiência para a conquista da propriedade do ofício que se acham exercendo.

(1568) Carta em que *el-Rei* encarrega o corregedor das Ilhas de prover a Fernão Soares, morador do Fogo, da serventia dos ofícios de tabelião do público e judicial e de escrivão da câmara daquela Ilha, por cinco anos, desde que o mesmo se mostre “auto” para tal e com declaração de que no fim do tempo “com certidão de como serviu poderá requerer a propriedade dos ditos ofícios”⁽⁴⁷⁸⁾.

(1577) Carta em que *el-Rei* encarrega o corregedor das Ilhas de prover, por dois anos, a Diogo Homem da Costa, “natural e morador na dita Ilha de Santiago do Cabo Verde jurisdição da vila da Praia” nos ofícios de tabelião do público e judicial, escrivão da camara e almotaceria e dos órfãos da dita ilha, desde que o mesmo se mostre “auto para servir”, com declaração de que mediante “vossa informação de como tem servido bem e não cometeu erros poderá requerer a propriedade dos ditos ofícios”⁽⁴⁷⁹⁾.

(1611) Carta de tabelião do público judicial e notas da ilha de Santiago a Lucas da Silva de Lião, que se encontra no exercício do dito ofício, por provimento do governador das Ilhas, desde o falecimento do sogro, Belchior Dias, que o servia. “Havendo respeito ao dito Lucas da Silva o estar servindo com verdade e inteireza, e à informação que se teve de suas partes e suficiência”, *el-Rei* lhe faz mercê da propriedade do dito ofício para que o sirva em sua vida⁽⁴⁸⁰⁾.

(1679) Petição de Manoel Garcia na qual requer a propriedade do ofício de meirinho do mar da Ilha de Santiago de Cabo Verde que se encontra vago “por falecimento de Domingos Dias, que foi o último proprietário dele, de quem não ficaram filhos”. Apresentando, em seu favor, alguns papéis relacionados com os serviços militares que tem prestado na dita Ilha acrescenta, ainda, como argumento adicional, “haver servido por espaço de alguns anos

478 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 24, fl. 249 vº, 16-Nov-1568.

479 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 42, fl. 136 vº, 17-Out-1577.

480 - ANTT, *Chanc. D. Filipe II*, Doações, liv. 20, fl. 263 vº- 264, 08-Jan-1611.

de guarda da alfândega daquele cidade com toda a satisfação e zêlo, dando boa conta de tudo que se lhe encarregou; por cujo respeito foi provido pelo Governador Manoel da Costa Pessoa, em Setembro de 678, na serventia do dito ofício de meirinho do mar, que actualmente está exercitando, procedendo com inteireza, e limpeza, fazendo as diligências que lhe encarregam com muita brevidade e segredo”⁽⁴⁸¹⁾.

Quase que afrontando os antigos critérios de selecção, alguns novos valores vão sendo introduzidos, pela organização, na avaliação dos seus quadros. Neste processo, em que a aptidão e a boa execução passam, de um jeito ou de outro, a ser considerados atributos importantes para o provimento dos ofícios, não deixa de perceber-se, aliás, a crescente valorização das experiências a fins no *curriculum* dos opositores. Se, para ser bem cotado, o candidato não podia deixar de exhibir os papéis comprovantes do seu bom desempenho como soldado de alguma companhia para ali criada, começa a desenhar-se também, como relevante, a experiência apresentada no âmbito do ofício requerido. Daí a uma clara priorização da capacidade do oficial em detrimento de outros valores e mesmo dos serviços militares, o caminho, ao menos em alguns casos, não parece ter sido tão longo. Um parecer do Procurador da Coroa, datado de 1727, aponta para a nova hierarquia de valores que havia de prevalecer nas escolhas dos oficiais:

“Ao governador se deve ordenar não mande passar provimento algum de ofício da justiça sem pedir informação do ouvidor sobre a capacidade do provido, e fazendo o contrário dêem os ouvidores conta a este Conselho; e declara-se-lhe que para a serventia dos ofícios públicos, se é de atender mais a capacidade dos providos para os exercitarem do que aos serviços militares”⁽⁴⁸²⁾.

481 - AHU, *Cabo Verde*, cx 6-A, doc. 149, 05-Out-1679.

482 - AHU, *Cabo Verde*, cx 12, doc. 45, 29-Set-1727.

b) o controle do exercício

Por mais selectiva que seja a organização, por mais que ela tente garantir, pelo recrutamento, a conformidade dos seus quadros, não será aí o maior campo de batalha para a conquista dos seus ideais. Não obstante a importância estratégica da selecção e da triagem dos elementos a recrutar, há que reconhecer a insuficiência destes mecanismos para assegurar, dos oficiais da organização régia, um comportamento conforme às normas estipuladas pelo centro decisor. A reprodução da organização, segundo o modelo normativo proposto, exige algo mais. Em complemento daqueles procedimentos prévios, deverá existir um conjunto de outros mecanismos capazes de garantir, no quotidiano, a observância das normas instituídas, evitando assim, ou melhor, corrigindo e neutralizando contínuas tendências desviantes, transgressoras e degenerativas. Quer isto dizer que a função-controle é um imperativo de estabilidade e de vida da organização.

Mas, se se pode admitir, nesta constatação, um princípio genérico e universal válido para toda e qualquer organização, independentemente da sua época, localização ou mesmo fim a que se propõe, a forma como a função-controle é realizada e institucionalizada em cada caso em especial é, no entanto, particular e histórica. Sendo assim, impõe-se-nos indagar acerca das especificidades assumidas por esta mesma função no quadro da administração régia instalada em Cabo Verde, no período que se estende do século XV à meados do XVIII.

No caso concreto, estamos perante uma organização que, dada a complexidade de fins a que se propõe (fiscais, judiciais, políticos etc.) e o âmbito territorial de sua acção, apresenta uma função-controle que é objecto de sucessiva especialização, ela também, fonte de estruturação organizacional. Nascerão oficiais, assim como órgãos e aparelhos especializados no controle e punição das acções dos oficiais régios qualificadas como transgressoras e, com eles, os mecanismos utilizados para o efeito haverão de aprimorar-se cada vez mais. Esta demarcação da função-controle, que numa organização simples se encontra difusa na polivalência dos agentes, aqui, ela espelha o

avanco da divisão técnica do trabalho, indicador seguro do grau de complexidade da organização. Nesta medida, o estudo do controle, para ser levado a bom termo, não podia prescindir da caracterização particularizada do aparelho organizacional que a ele se dedica. Trata-se de uma organização cujo fim é controlar e preservar a própria organização.

Instrumentos importantes para esse exercício vão ser exactamente os Regimentos, emitidos a partir do século XVI, primeiro como cartas casuísticas e personalizadas mas avançando paulatinamente para “moldar o desempenho político dos cargos”⁽⁴⁸³⁾. Parece evidente a importância da evolução desses documentos para a observância e controle do comportamento dos oficiais, pois, de parte a parte, ou seja, tanto da do controlador como da do controlado, as definições (ou instruções regulamentares) que aí se vão delineando, denunciam, a par das inscritas nas leis genéricas, que entretanto caminham também para a absorção daquelas, a montagem de uma nova administração assente numa lógica muito mais geral e abstrada, e por isso tendente à valorização de elementos que devem conferir um maior grau de eficácia à organização⁽⁴⁸⁴⁾.

483 - José Subtil indica os reinados de D. Manuel e de D. Filipe I, respectivamente, como o “da produção generalizada” e o “da opção sistemática” pelos regimentos enquanto “recurso regulador dos actos políticos”. Observa, todavia, que “de uma forma geral, os regulamentos produzidos ao longo do século XVI referem sempre o indigitado para o cargo, as particularidades específicas do ofício e a sua espacialidade, ou seja, uma lógica do concreto em detrimento de uma lógica geral e abstrata que, apesar de tudo, já se manifesta”. «Modernidades e Arcaísmos do Estado de Quinhentos», in *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval*, pp. 336-337.

484 - Cf. Idem, *ibidem*.

b.a.) o aparelho e os mecanismos de controle ordinários

Já em outro capítulo deste estudo, naquele em que nos foi dado a apresentar a montagem do quadro administrativo para as Ilhas, fixámos, de alguma forma, o investimento dispendido pela organização na instituição de órgãos e oficiais voltados para o controle dos actos daqueles que se achavam em posições mais baixas das respectivas cadeias hierárquicas. Na altura, porém, seguindo os objectivos do momento, dispusémo-los menos como organismos e agentes especiais de controle interno e mais como entidades superiores, criadas para os diferentes sectores da administração régia. Foi com esta perspectiva que situamos, em primeiro lugar, a criação de uma contadoria régia para Cabo Verde, imediatamente após a implantação do almoxarifado para a Ilha de Santiago.

Da carta de nomeação de Diogo Lopez para o ofício de contador da “ilha do Cabo Verde”, da qual se infere a fundação do órgão correspondente, é possível extrair, do leque das competências que então se lhe enumeram, essa faculdade específica relacionada com o controle das acções e actividades desenvolvidas no âmbito dos almoxarifados. Assim fica-se-lhe textualmente declarado que, enquanto contador de “todos” os direitos reais estabelecidos no local, “o nosso almoxarife ou Recebedor que houver na dita ilha será obrigado a lhe dar conta em cada um ano do que receber segundo fazem os outros almoxarifes nossos em esses nossos Reinos”⁽⁴⁸⁵⁾.

Esta incumbência dada pela organização, de tomar, anualmente, as contas dos almoxarifes, elevava o contador à categoria dos oficiais que haviam de compor o aparelho dedicado ao controle das instituições e agentes da administração régia, no caso específico, dos órgãos e oficiais especializados na recolha dos impostos régios.

A sua função não se esgotava, porém, num único acto. Para além, ou mesmo antes, da tomada de contas, que se constituía efectivamente num procedimento de controle a prazo, o contador achava-se apto a intervir no funcionamento regular dos almoxarifados. Podia, por exemplo, substituir o almoxarife quando constasse ter os mesmos interesses

485 - ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 32, fl. 55 vº, in Silva Marques, *op. cit.*, vol. III, doc. 145 (24-Abr-1480).

particulares na matéria sobre a qual havia de incidir a acção fiscal⁽⁴⁸⁶⁾. Aí e em outras circunstâncias de *suspeição* ou de *impedimento* podia o contador, a título precário, fazer ele próprio as vezes do almoxarife ou nomear uma outra autoridade para o substituir⁽⁴⁸⁷⁾.

Ao contador cabia, ainda, enumerar as folhas dos livros dos almoxarifados, para que se mantivessem íntegros e intactos os registos efectuados⁽⁴⁸⁸⁾ e controlar a redistribuição do produto arrecadado, que tinha por especial destino o pagamento dos vencimentos dos *filhos da folha*. Nestes e noutros casos que envolvessem despesa dos cofres régios, todas as operações efectuadas desenhavam-se por um mandado do contador ao almoxarife⁽⁴⁸⁹⁾.

Destaque-se, no mesmo sentido, o dever que tinha de supervisionar todas as transacções relacionadas com o arrendamento dos direitos reais, processadas entre os almoxarifes e os rendeiros. O controle sobre os contratos e trespasses efectuados, a cobrança das parcelas devidas e até o armazenamento da matéria colectada a este título, fazia-se pela apresentação, ao contador, de todos os registos realizados pelos almoxarifes, relativos a tais contratos de arrendamento⁽⁴⁹⁰⁾.

486 - Cite-se, para efeito de ilustração, o quartejamento da armação do navio «Santa Maria da Graça», no porto da vila Praia, em 28 de Julho de 1515. Sendo Gaspar Dias, almoxarife daquela jurisdição, também “armador e capitão do navio”, coube a “Álvaro Dias, almoxarife da Ribeira Grande que ora serve de contador” a realização da operação; o quartejamento da caravela «Nazaré», realizado na Ribeira Grande em 16 de Janeiro de 1516, por Rui Lopes contador, em função de Álvaro Dias, almoxarife ser um dos seus armadores. (ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 757, in *HGCV-CD*, vol. II, pp. 168 e 193).

487 - Veja-se o caso da armação do navio *Santa Maria da Piedade*, quartejada em 16 de Agosto de 1515 “por Fernão Tavares juiz por o almoxarife da dita vila [da Praia de Santa Maria] ser suspeito ao qual mandou o contador Rui Lopes por o juramento do seu officio”; ou, então, da caravela *Santa Catarina*, quartejada por Rui Lopes, contador em 3 de Setembro de 1515, “por o almoxarife da dita banda [i. é, Praia] ser impedido”, in *ibidem*, pp. 173 e 176.

488 - V. declarações feitas por Luís Carneiro, escrivão do almoxarifado, a propósito de terem sido contadas, por Rui Lopes, contador, as folhas do Livro de rendas de 1513-1516, in *ibidem*, pp. 194, 205, 231 e 286.

489 - ANTT, CC, II-135-5, 1-Ago-1523; *Núcleo Antigo*, nº 757, in *HGCV-CD*, vol. II, pp. 324-326.

490 - ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 757, in *HGCV-CD*, vol. II, pp. 230, 295 e 327-328; ANTT, CC, II- 135-137, 05-Set-1526 ; CC, II-138-76, 03-Jan-1527; CC, II-138-147, 21-Jan-1527. Não será demais lembrar que, no quadro desta lógica, também os rendeiros dos direitos reais haviam de responder perante os contadores do rei. Cf. Luís Miguel Duarte, *Justiça e CrimINALidade no Portugal Medieval (1459-1481)*, p. 168.

Mas a contadaria, enquanto órgão autónomo, findou-se, como sabemos, em meados do século XVI. Superando-a, pela inclusão e atribuições mais alargadas, obviamente também ao nível do controle interno, a provedoria da real fazenda erigiu-se em sua substituição.

Na falta de qualquer Regimento⁽⁴⁹¹⁾ comprovativo da extensão das atribuições do provedor da fazenda, utilizámos, como no caso dos contadores, um conjunto de documentos, plural, que permitiu inferir, sem muita destrinça do que fosse realmente novo em relação à antiga contadaria, algumas destas mesmas atribuições. Sabe-se, por exemplo, ser (ou ter sido) da competência do provedor “prover as serventias dos ofícios” que vagassem nas Ilhas⁽⁴⁹²⁾ e proceder à arrecadação de todas as antigas dívidas dos oficiais para com a Fazenda régia, cabendo-lhe trabalhar para que as mesmas fossem quitadas, ainda que tardiamente⁽⁴⁹³⁾. A tomada de contas aos almoxarifes a cada três anos tornou-se, a partir do ano de 1644, uma de suas obrigações tendo aqueles, antes disso, de se deslocar ao Reino para o efeito⁽⁴⁹⁴⁾.

Ao provedor competia estar sempre atento às acções praticadas no círculo dos órgãos da provedoria. A constante vigilância que devia exercer sobre os oficiais da fazenda fica patente nos certificados que lhe eram requeridos pelo centro decisor em abono da assiduidade dos mesmos. Só mediante as tais certidões, é que podia se dar andamento ao pagamento das ordinárias daqueles oficiais⁽⁴⁹⁵⁾. A provedoria elevava a organização periférica a um outro patamar de execução e de exercício do controle interno. Criada para sectores da curadoria, antes mesmo do que para a fazenda régia, os outros dois provedores instituídos – para *as obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias, gafarias, albergarias*

491 - Isto, não obstante em alguns documentos vir expressamente declarado que “os quais ofícios de provedor e contador assim servirá conforme o Regimento deles”, ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 10, fl. 80, 17-Jul-1562. V. também *Chanc. D. Filipe I*, Doações, liv. 7, fl. 147 vº, 12-Mar-586.

492 - ANTT, *Chanc. D. Filipe I*, Doações, liv. 31, fl. 137 vº, 07-Jun-1596; *Chanc. D. Filipe II*, Doações, liv. 9, fl. 51, 01-Ago-1600.

493 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Priv., liv. 4, fl. 109-109 vº, 15-Jun-1564.

494 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc. 34, 14-Set-1644.

495 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 23, fl. 56 vº - 57, 03-Nov-1568; liv. 19, fl. 290 vº - 291, 04-Jul-1567.

e *gafarias* (1531)⁽⁴⁹⁶⁾ e para a *fazenda dos defuntos* (1548) – ⁽⁴⁹⁷⁾, acharam-se igualmente aptos a exercer um controle similar sobre os respectivos corpos de funcionários.

Fixemo-nos primeiramente neste último, para o qual contámos com duas cartas importantes definidoras, não somente das funções do provedor, mas de cada um dos oficiais que compunham a *provedoria dos defuntos*. São elas os Regimentos de 1561⁽⁴⁹⁸⁾ e de 1567⁽⁴⁹⁹⁾, ambos de aplicabilidade supra-local, já que dirigidos a todos os oficiais das fazendas dos defuntos instituídos para Cabo Verde, Brasil e São Tomé.

Extraímos, do extenso texto regimental de 1561 e dos acrescentos que veio a ter em 1567, alguns actos consagrados aos provedores para a demonstração desta sua faceta de agente de controle interno. Esta foi apreendida em três importantes momentos das operações levadas a cabo pela provedoria: naquele em que se processa a arrecadação e escrituração dos bens dos ditos defuntos pelo tesoureiro e respectivo escrivão; no que diz respeito à guarda e segurança desses bens e, finalmente, no de balanço do que foi arrecadado e enviado para o Reino.

No primeiro destes momentos, o provedor, que devia garantir a lisura da operação e conformidade do registo, era instruído para acompanhar de perto o trabalho dos tesoueiros – de modo a que não ficasse em poder dos mesmos “dinheiro algum dos ditos defuntos” – e para cuidar ele próprio da enumeração do livro de receita, daquele oficial, que havia também de ser visado por ele⁽⁵⁰⁰⁾. Seguiu-se a fase em que era preciso manter em segurança as fazendas dos ditos defuntos, cabendo-lhe, a este título, a conservação de uma das três chaves do cofre “grande e forte [...] de três fechaduras com suas chaves de diferentes guardas” (onde as tais fazendas se achavam depositadas), a fim de evitar que o tesoureiro e/ou o escrivão, depositários das outras duas, pudessem ter, isoladamente, acesso àquele património⁽⁵⁰¹⁾.

496 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 16, fl. 181 vº, 30-Jan-1531.

497 - ANTT, *Chanc. D. João III*, Doações, liv. 67, fl. 51 e 51 vº, 01-Mar-1548.

498 - ANTT, *Ms. 871*, fls. 157-165 vº, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 148, 01-Jan-1561.

499 - ANTT, *Ms. 871*, fls. 166-171, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 162, 16-Mar-1568.

500 - ANTT, *Ms. 871*, fls. 157-165 vº, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 148, 01-Jan-1561.

501 - *Idem, ibidem*.

Por último, há que referir à tomada de contas aos tesoureiros, de obrigatoriedade anual (ou semestral, pelo Regimento de 1567) no que, dependendo do que viesse a ser apurado pelo provedor, poderia redundar na suspensão do oficial, prisão e até “penhora e execução em seus bens e fazendas”⁽⁵⁰²⁾.

A crescente especialização da provedoria dos defuntos, consagrada nestes dois Regimentos, verifica-se destacadamente nos *ítems* das cartas em que se proíbe às outras autoridades da ilha intrometerem-se “nas cousas das fazendas dos ditos defuntos, nem na arrecadação delas, por via de apelação ou agravo, nem por outra maneira que seja”. O incumprimento impunha ao provedor (e ao seu escrivão) a feitura de “autos que enviarão à Mesa do despacho das cousas da Consciência e Ordens, para serem vistos pelos deputados dela e eles mandarem disso conta e os mandar julgar como for Justiça”⁽⁵⁰³⁾. Trata-se aqui, obviamente, de um tipo de controle que, não obstante extravasar os limites do próprio órgão de pertença do oficial em questão, se exerce dentro da esfera da mesma organização.

Mas este tipo de controle, que ultrapassa o âmbito de cada um dos órgãos, nem sempre se expressa, como acima fora do quadro proposto para as ilhas. Potencia-se, por vezes, na delegação de poderes de intervenção a uma autoridade das ilhas não pertencente à cadeia hierárquica do órgão visado. Isto é o que ocorre com o corregedor, na fase que antecede à implantação da provedoria dos defuntos. Até à sua criação era ele, por exemplo, em situações de impedimento ou da ausência temporária do tesoureiro, a pôr “outras pessoas que os ditos dinheiros e fazendas recebam”⁽⁵⁰⁴⁾. Ocorre com o corregedor e dir-se-á também com o governador das ilhas, incumbido que veio a estar, posteriormente, de receber do tesoureiro da fazenda dos defuntos a fiança que este havia de dar para “o recebimento do dito

502 - ANTT, Ms. 871, fls. 157-165 vº ; fls. 166-171, in Brásio, MMA, 2ª série, vol. II, doc. 148 (01-Jan-1561) e 162 (16-Mar-1568).

503 - ANTT, Ms. 871, fls. 166 - 171, in Brásio, MMA, 2ª série, vol. II, doc. 162, 16-Mar-1568. Como medidas antecedentes V. ANTT, Ms. 871, fls. 149 vº - 155 e fls. 153 vº-154 vº, in Brásio, MMA, 2ª série, vol. II, docs. 83 (15-Out-1533) e 123 (07-Dez-1549).

504 - ANTT, Ms. 871, fls. 149 vº-155, in Brásio, MMA, 2ª série, vol. II, doc. 83, 15-Out-1533.

ofício”⁽⁵⁰⁵⁾. O estado de supremacia destes dois oficiais face ao quadro instituído fá-los propensos a intervenções de controle inscritas nesta modalidade.

A terceira das provedorias instituídas, a *das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias albergarias e gafarias das Ilhas de Cabo Verde* dentre as suas diversas componentes, apenas a referente aos órfãos possui um quadro de oficiais conhecido. Daí que, da extensa competência do oficial encarregado da provedoria de todas estas áreas, não nos compete centrar, senão num único órgão, para a avaliação dos procedimentos de controle internos.

Do Regimento a que tivémos acesso, ou melhor dos “capítulos” acrescentados, em 1587, ao (desconhecido), “Regimento que toca ao ofício de provedor e contador das ditas cousas”⁽⁵⁰⁶⁾, há dois *ítems* em que o controle exercido pelo provedor sobre os juízes dos órfãos se mostra evidente. No primeiro deles, o provedor, que, antes se via limitado a dar conhecimento ao centro das presumíveis faltas desses juízes, passa a guiar-se por uma nova ordem, que lhe permite proceder contra eles “como for justiça, sem mo mais fazerdes saber, dando apelação, e agravo nos casos em que não couberem em vossa alçada”⁽⁵⁰⁷⁾.

A nova orientação, que torna o provedor dos órfãos mais autónomo para corrigir os desvios verificados no interior da instituição a que preside, aponta para mais uma transferência de atribuições entre o centro e a periferia da organização. A tendência é comprovada em outro *ítem* do “Regimento” de 1587, onde a questão do controle interno também se coloca. Nomeadamente, naquele em que se incumbe o provedor de tomar “residência de tres em tres anos aos juízes dos órfãos das ditas Ilhas, na forma da ordenação”⁽⁵⁰⁸⁾. A medida, é claro, estendia-se ao juiz dos órfãos da Ilha do Fogo o qual também só podia renunciar ao ofício e trespassá-lo a outrem mediante uma certidão

505 - ANTT, *Chanc. D. Filipe I*, Doações, liv. 24, fl. 83 vº - 84, 21-Jan-1591. A partir de 1591 é que o governador se acha integralmente responsabilizado por tal recebimento, antes efectuado no Reino. V. ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 14, fl. 27 vº - 28, 06-Dez-1563 ; liv. 42, fl. 33 vº, 13-Fev-1578; *Chanc. D. Filipe I*, Doações, liv. 3, fl. 105, 28-Fev-1582.

506 - ANTT, *Leis*, liv. I, fl. 182 vº - 184, in Brásio, *MMA*, vol. III, doc. 57, 27-Jul-1587. Também em Barcellos, *op. cit.* pp. 161-163.,

507 - *Ibidem.*

508 - *Ibidem.*

do provedor dos órfãos “de como nele não cometeu erros porque o perdesse” e de uma declaração atestando que o sujeito apresentado pelo juiz cessante, havia sido examinado e dado como “auto para servir o dito ofício”⁽⁵⁰⁹⁾.

Mas essa evolução da competência dos provedores dos órfãos, por mais notável que fosse, não havia de dispensar, no domínio dos procedimentos de controle, a acção sobrevigante dos corregedores sobre esses mesmos juizes. No Regimento do licenciado Amador Gomes Raposo, provido corregedor das Ilhas em 1588, há de facto uma cláusula, diz a seguinte: “E nas devassas que cada ano sois obrigado tirar dos oficiais da justiça, perguntareis pelos juizes dos órfãos das ditas ilhas, sem embargo de serem obrigados a dar residência”⁽⁵¹⁰⁾.

Este tipo de acção desenvolvida pelo corregedor ou por análoga autoridade instituída para Cabo Verde, ainda que aponte para a capacidade especial de certos agentes periféricos para o exercício do controle sobre os elementos-chave do quadro de funcionários existente, processava-se dentro da esfera dos procedimentos ordinários levados a cabo pelos oficiais com assento nas Ilhas. Somado aos actos praticados no âmbito restrito dos órgãos instituídos, constituíam-se, em atribuições importantes para o funcionamento de cada um deles. Sendo muitos de carácter vinadamente preventivo, o que visavam não era propriamente o impedimento mas a contenção dos possíveis desvios dos oficiais. Veja-se, a propósito, algumas das obrigações dos governadores inscritas nos sucessivos Regimentos dados a esses oficiais. A de enviarem, por exemplo, logo que chegassem a Cabo Verde, uma relação na qual estivessem declarados “todos os oficiais de justiça, e de minha fazenda, que há nas ditas Ilhas, e quem os serve, e os que estão por mim providos e por quanto tempo; e assim os que estiverem vagos, e se servirem de serventia, e o que cada um rende, e tem de ordenado”⁽⁵¹¹⁾.

509 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 13, fls. 237-238, 01- Set-1564.

510 - ANTT, *Leis*, liv. I, fls. 180-182 vº, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. III, doc. 62, 17-Mar-1588. Também em Barcellos, *op. cit.*, pp. 163-166.

511 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 4, doc. 29-A, 10-Nov-1651 (Regimento do governador Jorge de Mesquita de Castelo Branco). V. também BAL, 51-VIII-21, fls. 176-178, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. IV, doc. 29, 09-Nov-1605 (Regimento do governador Francisco Correia da Silva) e AHU, *Cabo Verde*, cx. 6, doc. 45, 17-Jan-1671 (Regimento ao governador Manoel Pacheco de Mello); cx 6-A, doc. 101, 10-Mai-1676 (Regimento ao governador João Cardoso Pizarro).

Esta cláusula regimental, da qual se infere o vivo interesse do centro em manter-se actualizado acerca da composição do seu quadro de funcionários, é também sugestiva quanto ao controle que se esperava do governador sobre o conjunto dos oficiais instituídos. Como realizar esse controle sem se ter, preliminarmente, uma visão de conjunto do oficialato existente nas Ilhas? O mapeamento que lhe era exigido servia tanto ao centro quanto a ele próprio que, enquanto recolhia os dados, habilitava-se para o exercício da função controle. O governador tinha de conhecer bem o quadro de oficiais, por lhe caber também a responsabilidade de prover os ofícios vagos. O *ítem* do Regimento respeitante a esta sua faculdade, diz o seguinte:

“Vagando alguns ofícios da justiça, ou fazenda da dita Capitania, assim por morte dos oficiais, como por culpas, e erros que cometerem ou porque mereçam ser suspensos, podereis prover as serventias deles, em pessoas aptas e suficientes, que os sirvam, até eu prover, e os ditos oficiais serem livres das culpas. E havendo criados meus suficientes, os proveireis nos ditos ofícios, primeiros que outras pessoas; e na primeira embarcação que para este Reino partir, me enviareis certidão dos ofícios que assim estiverem vagos, e porque modo, e se for por culpas, me enviareis os autos delas, e não o cumprindo assim os providos por vós nas ditas serventias, não poderão servir mais de quatro meses, sob pena de a vós e a eles se vos darem culpa”⁽⁵¹²⁾.

Elo maior de ligação institucional do centro com a organização instalada nas Ilhas, o governador é aqui apresentado como quem havia de controlar, ordinariamente, o preenchimento dos cargos de justiça e fazenda em Cabo Verde. Esse controle, exercido, com os parâmetros ditados pelo centro, é que havia de assegurar o funcionamento regular dos órgãos aí inscritos, conferindo-lhes a estabilidade necessária para a sua manutenção. O *ítem* é deveras significativo por acusar, ainda, que toda a acção desenvolvida pelo governador a este nível (e não só) vinha ser, também, controlada pelo centro decisor.

Alvo ele próprio de controle, o governador, em quem o centro depositava um alto grau de confiança se achava, também, instruído para saber “muito particularmente como procedem os oficiais da

512 - *Ibidem*.

justiça e guerra, e de minha fazenda, que há na dita Capitania”⁽⁵¹³⁾. Esta estratégia, que o punha na condição de principal informante da conduta do oficialato nas Ilhas, pretendia ser tão abrangente que nem mesmo o governador cessante se encontrava excluído do seu raio de acção. Por isso, a título talvez de subsidiar a residência a que se achavam sujeitos e, certamente, com alguma intenção de não deixar florescer a solidariedade entre os oficiais, determinava-se que, assim que o governador tomasse posse do governo, fizesse “lançar bando e pôr editais, para que todas as pessoas que se sentirem agravadas ou tiverem queixas do governador vosso antecessor, vô-las vão declarar de que fareis fazer autos, e do que deles constar sereis obrigado a me enviar (dentro de seis meses) uma relação autêntica [...], para me dar conta, e por este modo abreviado, se poder acudir as ditas queixas e fazer-se justiça contra quem o merecer”⁽⁵¹⁴⁾.

Intimado a resgatar, através de depoimentos, os desvios do antecessor, com muito mais empenho ainda havia o governador de controlar os feitos dos oficiais que, juntamente com ele, se encontrassem no activo. Esta matéria será especialmente tratada no Regimento do governador Manoel Pacheco de Mello (1671) em que se encontram declarados os cuidados que devia ter neste particular e que se consubstanciavam no aconselhamento constante, vigilância e seguimento acirrado dos actos praticados pelos oficiais e, até, em chamadas de atenção, se necessário fosse. O *item* concernente a tais obrigações, diz o seguinte:

“Encarrego-vos muito o bom tratamento que devais fazer aos oficiais de justiça, guerra e fazenda desse governo deixando obrar aos de justiça ou fazenda na administração de uma e outra cousa na forma de seus Regimentos encomendando-lhes o como devem proceder em seus cargos, e [se por] respeito de sua parte haja omissão lho advirtireis, e continuando nela me dareis conta para

513 - *Ibidem*.

514 - Este *item*, omisso no Regimento, de Francisco Correia da Silva (1605), surge, por acrescentamento, no do governador Jorge de Mesquita de Castelo Branco. AHU, *Cabo Verde*, cx. 4, doc. 29-A, 10-Nov-1651. V. também cx. 6, doc. 45, 17-Jan-1671 (Regimento ao governador Manoel Pacheco de Mello) e cx. 6-A, doc. 101, 10-Mai-1676 (Regimento a João Cardoso Pizarro).

resolver o que for e para os negócios que tocarem a meu serviço os mandareis chamar à vossa casa todas as vezes que vos parecer, sem lhes admitir escusa⁽⁵¹⁵⁾”.

A orientação para tentar conter os problemas nos limites da periferia colonial acusa a evolução das capacidades do governador que, em tempos idos, era apenas instruído para saber, “muito particularmente”, do procedimento dos tais oficiais. Trata-se, obviamente, de mais um indício do alargamento da autonomia conferida aos órgãos periféricos, nomeadamente ao governo das Ilhas que podia, pela nova ordem, evitar que a finalização de muitos dos processos relacionados com a conduta dos oficiais tivesse de ser, necessariamente, no Reino.

Se bem que cada vez mais extensas, o alcance dessas acções inscritas nos Regimentos e que tinham a ver com o acompanhamento do exercício dos cargos no seu quotidiano era, a todos os níveis, limitado. Para efeito do controle pretendido o centro valia-se como temos vindo a registar de outros expedientes dotados de características especiais, já que efectuados de tempos em tempos e com o carácter de avaliação retroactiva do conjunto dos actos praticados pelos oficiais, durante um período previamente definido. Era este o controle a prazo materializado nas *tomadas de contas* (anuais ou trienais) e nas *residências* tiradas a determinados oficiais, ao término dos seus mandatos. Trata-se, nos dois casos, de procedimentos adoptados em tempos recuados da colonização, remontando-se aquele à altura da instituição da contadoria das ilhas (1480) e este último, pelo menos, ao período em que Pero Moniz serviu de corregedor de Cabo Verde (1541-1544)⁽⁵¹⁶⁾.

Apesar de estarem comumente associadas à conferência dos actos de alguns oficiais apenas (almoxarifes, tesoureiros, corregedores, ouvidores e governadores), as *tomadas de contas*, como as *residências*, estendiam-se contudo, para além dos oficiais assinalados. O apelo à introdução da prática de se tomar residência aos capitães nomeados para o Fogo, constante numa petição da câmara da ilha, de 1670,

515 - AHU, cx. 6, doc. 45, 17-Jan-1671.

516 - ANTT, *Chanc. D. João III*, P. e L., liv. 1, fl. 401, 19-Nov-1549. Refere-se claramente o documento a ter Pero Moniz voltado à ilha de Santiago para “dar sua residência” e em outra passagem que “acabara de dar sua residência e o corregedor acabado de lha tomar”.

denuncia essa extensão. Nela, o que se reivindica é que *el-Rei* “mandasse dar Regimentos aos capitães em que se declare a jurisdição que lhes toca, e que se devesse e tire residência dos seus procedimentos quando acabarem seus triênios, porque desta maneira andarão mais ajustados ao tempo de seus governos”⁽⁵¹⁷⁾.

Enquanto avaliação pública do desempenho do oficial, a residência inscrevia-se, de facto, entre os actos que apontavam para uma concepção mais modernizante dos ofícios. Daí ser entendida como aos novos capitães comissionados para o Fogo que já pouco tinham a ver com os originalmente postos na ilha, pelos seus donatários.

Que a decisão tenha sido levada adiante, as informações que se têm acerca da *residência* tomada ao capitão-mor da ilha, Christóvão de Gouveia, em 1689⁽⁵¹⁸⁾, constituem prova. No entanto, a todo o tempo, nem sempre ter-se-ia podido cumprir à risca a determinação. Ainda no século XVIII, as dificuldades de transporte para ultrapassar a descontinuidade das ilhas continuavam a obstaculizar o desenvolvimento desta e de outras acções implementadas a partir do subcentro local, ou seja, da capital. Silvestre Cirne da Veiga, que, na década de vinte, chegou a ocupar o posto de capitão-mor da ilha do Fogo, deixou um testemunho importante, neste sentido. Numa petição dirigida a *el-Rei*, por volta de 1728, altura em que já deveria ter prestado as contas do seu mandato, alegava o seguinte:

“...que ele suplicante, pretende despachar-se em o serviço de V. Magestade, o que não pode fazer sem lhe tirarem residência e porque esta é dificultosa, tirar-se na ilha do Fogo, por respeito de não haver embarcações, que vão para a dita ilha, e esta falta experimentam os ouvidores, porque muitas vezes passam oito e dez anos que não vão em correição à dita ilha e o suplicante esteve dois anos ao depois de lhe ir sucessor, sem ter navio para sair dela, até que se expôs com muito perigo embarcar com uma lancha, para Cabo Verde [i. é, Santiago], e como nestas lanchas vem gente da ilha do Fogo, e muita desta se acha em Cabo Verde, nesta se pode tirar a sua residência, porque d’outra sorte se lhe segue grande prejuízo na demora”⁽⁵¹⁹⁾.

517 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 6, doc. 41, 04-Set-1670.

518 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 7-A, doc. 115, 05-Nov-1689.

519 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 13, doc. 22, ant. 23-Mar-1729.

Os argumentos, neste caso, parecem ter sido eficazes. E pôde, assim, o ouvidor Joseph da Costa Ribeiro tirar a residência do capitão-mor mesmo em Santiago, onde puderam ser achadas para depôr trinta testemunhas originárias da ilha vizinha⁽⁵²⁰⁾.

A falta de embarcações que fizessem a ligação entre o Fogo e Santiago e o número elevado de moradores daquela ilha que constantemente se podia encontrar na capital faz-nos pensar não ter sido este o único caso de tomada de residência fora do local onde o oficial havia exercitado o seu posto. Confirma-nos, aliás, a documentação, ter-se vindo a adoptar o mesmo expediente para os capitães-moris cessantes de circunscrições mais periféricas ainda do que a ilha do Fogo, como era o caso de Santo Antão⁽⁵²¹⁾ e de Cacheu⁽⁵²²⁾. As alegações eram, mais uma vez, muito parecidas: dificuldades dos juizes sindicantes em se deslocarem; dispêndio que representava a viagem; existência de precedentes⁽⁵²³⁾.

Mas se alguns oficiais se mostravam, de facto, empenhados em “dar a sua residência”, mesmo que fora do local de exercício, muito mais zelosos ainda por elas haviam de estar, como indicou a petição da câmara do Fogo, de 1670, os que vivenciavam os mandatos na condição de governados. Particularmente interessados na sua efectivação encontravam-se por exemplo os homens influentes das ilhas, residentes na capital. Por razões obviamente diversas das evocadas pelas circunscrições periféricas, o senado da cidade chegou também a invocar a regularidade do acto, apontando para as graves consequências, na conduta dos governadores, do relaxamento na aplicação desse procedimento. Neste sentido, escrevia, em 1661:

“...Que convém muito ao serviço de V. Magestade que se tome residência aos governadores no fim do seu governo como se fez aos governadores passados [...] porquanto por haver alguns anos

520 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 13, doc. 29, 26-Abr-1729.

521 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 20, doc. 58, 1740 (referente ao capitão-mor de Santo Antão, Cláudio Roquete da Silva).

522 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 17, doc. 67, ant. 1739 (referente ao capitão mór de Cacheu, João Pereira de Carvalho); cx. 19, doc. 90, 1744 e cx. 20, doc. 60, post. 1745 (referentes ao capitão-mor da Praça de Cacheu, Manoel Pires Correa).

523 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 16, doc. 13, ant. 1735; cx. 17, doc. 67, ant. 1739; cx. 20, doc. 58, 1740; cx.21, doc. 8, 04-Mai-1746.

que se não faz tem dado lugar a que os governadores procedam com muita largueza, encontrando o serviço de V. Mgde e bem de sua fazenda”⁽⁵²⁴⁾.

Este parecia ser, de facto, o entendimento das autoridades da terra: uma operação que, se utilizada com a constância que se lhe requeria, havia de funcionar como dissuasora de procedimentos desviantes. A *residência* constituía-se, efectivamente, em uma medida de controle de grande utilidade e para os governantes comprometidos com o exercício isento dos seus cargos, a *residência* não podia ser encarada senão como um acto normal, potencialmente *curricular* para as suas pretensões futuras. O processo que podia redundar em uma enorme desgraça para uns tantos, com emprazamento para a Corte⁽⁵²⁵⁾ ou mesmo prisão e envio directamente para o *Limoeiro*, em Lisboa⁽⁵²⁶⁾, em caso de resultados abonatórios, anunciava-se como uma peça facilitadora da recompensa ou promoção pretendida pela maioria, ao término dos seus triénios⁽⁵²⁷⁾. Nesta conta é que vários oficiais que viam aproximar o fim dos mandatos, antecipando-se a qualquer ordem régia emitida neste sentido, solicitavam, imediatamente, que fosse instituído um oficial para lhes tomar a “sua” residência. Foi assim, com os governadores Pero Semedo Cardoso (1655)⁽⁵²⁸⁾, António Galvão (1665)⁽⁵²⁹⁾, Francisco Manoel da Nóbrega (c. 1728)⁽⁵³⁰⁾, Francisco de Oliveira Grans (1732)⁽⁵³¹⁾ e João Zuzarte

524 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 5-A, doc. 112, 13-Ago-1661.

525 - É o caso do corregedor Pero Moniz (ANTT, *Chanc. D. João III*, P. e L., liv. 1, fl. 401, 19-Nov-1549) e do ouvidor Pero do Canto Pacheco (AHU, *Cód.* 275, fl. 90 vº, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. V, doc. 166, 22-Set-1646).

526 - Foi o que aconteceu, por exemplo, com o capitão e sargento-mor da ilha do Fogo, Christóvão de Gouveia (AHU, *Cabo Verde*, cx. 7-A, docs. 115, 05-Nov-1689 e 119, 27-Jan-1690).

527 - Com base no resultado da residência que tirou ao governador Francisco de Oliveira Grans recomendava o ouvidor Joseph da Cosra Ribeiro: “me parece capaz de Vossa Magestade o ocupar no seu real serviço, fazendo-lhe mercê dos avantajados postos com que costuma ser servido premiar os que servem com igual satisfação”, AHU, *Cabo Verde*, cx. 15, doc. 38, 06-Jan-1734. V. também Zelinda Cohen, “O provimento dos oficiais da justiça e da fazenda para as ilhas de Cabo Verde”, in *op. cit.*, pp. 163-164.

528 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 5, doc. 30, 08-Nov-1655.

529 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 6, doc. 12, 03-Out-1665.

530 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 13, doc. 17-A, [ant. a 08-Nov-1728].

531 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 14, doc. 91, 10-Set-1732.

de Santa Maria (1750)⁽⁵³²⁾; com os ouvidores João Rodrigues da Serra (1674)⁽⁵³³⁾ e Sebastião Bravo Botelho (c. 1728)⁽⁵³⁴⁾ e com o já mencionado capitão-mor da ilha do Fogo, Silvestre Cirne da Veiga (c. 1729)⁽⁵³⁵⁾.

Todos os altos funcionários de Cabo Verde se achavam obrigados a tirar a sua residência, sendo este um processo de avaliação do qual nem aos mortos, nem aos fugitivos se deveria desobrigar. Em Cabo Verde, existem alguns desses casos extremos, entre os quais se anotam os nomes do ouvidor Bravo Botelho, assassinado antes de se lhe tomar a *residência* e o do governador Francisco Manoel da Nóbrega, autor do crime e que por isso logo se pôs em fuga. Examinemos o parecer do procurador da fazenda, com relação ao problema da tomada de residência a estes oficiais:

“[...] não obstante ser morto Sebastião Bravo Botelho se lhe deve tirar a residência do tempo que serviu de ouvidor de Cabo Verde, porque dela há de constar ser um dos melhores ministros que serviram no Ultramar e servirá a seus herdeiros para requererem [...] Que a do governador Francisco Manoel da Nóbrega também se deve tirar para se acumular às mais culpas, e se devem passar ordens muito recomendadas, não só para Cacheu, e mais portos de Guiné mas do Brasil para que aparecendo em qualquer deles ser preso e remetido com toda a segurança desta Corte”⁽⁵³⁶⁾.

Na situação de desaparecido encontramos ainda o governador Joseph da Fonseca Barbosa sobre quem ordenou o *Conselho Ultramarino* que se “tirasse residência do governador defunto (1739)”⁽⁵³⁷⁾.

Evidentemente que, tanto as residências como as tomadas de conta, haviam de contar com uma série de registos prévios

532 - AHU, Cabo Verde, cx. 23, doc. 31, 10-Out-1750.

533 - AHU, Cabo Verde, cx. 6, doc. 89, 05-Dez-1674.

534 - AHU, Cabo Verde, cx. 11, doc. 90 (29-Mai-1726) e 12, doc. 27 (20-Jun-1726).

535 - AHU, Cabo Verde, cx. 13, doc. 22, ant. 23-Mar-1729.

536 - A reacção do ouvidor Costa Ribeiro, quanto à execução desta ordem régia indica, no entanto, a dificuldade encontrada nestes casos. Surpreendido com as circunstâncias em que devia cumprir a resolução, optou por pedir a *el-Rei* uma confirmação da ordem. Nestes termos, escreveu: “me pareceu que por achar a um morto e outro ausente, estados mui diversos da mente da lei em tal caso, ainda das mesmas provisões, as não devia executar sem nova ordem de V. Magestade”. AHU, Cabo Verde, cx. 13, doc. 8, 28-Abr-1729..

537 - AHU, Cabo Verde, cx. 17, doc. 71, 22-Out-1739.

efectuados, a cada acto realizado, no período de exercício das funções. Contudo, se nas residências, os registos acumulados haviam de ser confrontados com os depoimentos vivos acerca da prática do oficial, nas tomadas de conta serão os mandados, os lançamentos (em receita e em despesa), os recibos, as certidões e os “conhecimentos” os principais sustentáculos da operação. É difícil supor a emissão de uma carta de quitação⁽⁵³⁸⁾ – que é o que visava qualquer oficial submetido à tomada de contas –, que não fosse fundamentada, quase que exclusivamente, em documentação autêntica e comprovativa dos múltiplos actos por ele realizados durante o tempo de exercício.

Nas residências, por elas se assentarem, prioritariamente, nos depoimentos a importância dos antigos registos não se mostrava tão absoluta. Os relatos das testemunhas inquiridas sobrepoem-se a eles pois, neste caso, serão os depoentes as melhores fontes para a reconstituição da conduta do oficial quando não também dos que, com ela, haviam servido e que, por arrastamento, digamos assim, encontravam-se sujeitos à mesma sindicância. Este foi o caso, por exemplo, do governador Francisco Martins de Siqueira (1610-1614) a quem, no fim do mandato, foi tomada a *residência* não somente dele mas de “todos os seus oficiais que com ele serviram”⁽⁵³⁹⁾. No rol dos indiciados haviam de constar o escrivão da fazenda, Jorge d’Araujo de Mogueimas, o almoxarife da Ribeira Grande, Francisco de Távora, o alcaide do mar, Manoel de Mendonça e o escrivão do almoxarifado, António Carvalho⁽⁵⁴⁰⁾.

É claro que, em se tratando de certos oficiais, cujas funções impunham lidar também com as finanças públicas, a *residência* a que se encontravam submetidos havia de comportar, em certa medida, uma “tomada de contas”. Constitui exemplo, para além do almoxarife acima citado, o ouvidor em cujo Regimento fica logo previsto que “na

538 - V., a título de exemplo, V. a carta de quitação de Afonso Anees do Campo, almoxarife “da ilha do Cabo Verde”, referente aos anos de 1491 - 93 em que “recebeu na dita ilha os quartos das caravelas que os moradores da dita ilha armaram para a Guiné”. ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 26, fl. 57 vº, ou *Livro das Ilhas*, fl. 68, 19-Fev-1496, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 35.

539 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 77, 04-Jul-1616.

540 - *Ibidem*.

residência que [...] der se lhe tomará conta do dinheiro das despesas das ditas condenações para se saber se tem mandado entregar as ditas condenações a que eram aplicadas, e as despesas que por seus mandados se fizeram se são bem feitas”⁽⁵⁴¹⁾. Ora, como apurar a observância dessa cláusula regimental na *residência* do ouvidor, dispensando o confronto dos livros respeitantes à receita e despesa efectuadas no âmbito da ouvidoria? Em outras palavras, como prescindir, na sua *residência*, de uma tomada de contas acerca desta matéria?

Mas se, no caso do ouvidor geral, esta noção se mantém presente no dos provedores da fazenda, que também se achavam submetidos à *residência*, podemos, com maioria de razão, admitir o mesmo. As notícias que temos da *residência* tomada a João Freire de Andrade, enquanto provedor que foi da fazenda régia, mesmo que sumárias, apontam para esta sobreposição de actos. Diz um documento de 1694, que este oficial havia sido preso, pelo desembargador Manoel Lopes Barros, por constar, na tomada de sua *residência*, erros cometidos relativos a descaminhos que importavam uma soma considerável, incluindo “negócios e outros delitos graves”⁽⁵⁴²⁾. A conclusão a que se chega, é a da obrigatoriedade da tomada de contas (mesmo não aparecendo com tal designação) em todas as *residências* em que o oficial em questão tivesse de lidar com receitas públicas.

Cometida geralmente a um bacharel ou licenciado em Direito, inicialmente não pertencente ao quadro de funcionários das ilhas⁽⁵⁴³⁾, a *residência* efectuava-se segundo um formulário mais

541 - Regimento do bacharel Luiz Álvares da Nóbrega (20-Jun-1606), in Barcellos, *op. cit.*, p. 195; Regimento do bacharel Pero Vaz Freire (09-Jan-1609), in *ibid.*, p. 201.

542 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 13, 23-Nov-1694.

543 - O envio de oficiais completamente estranhos ao quadro para tomar *residência* dos corregedores, ouvidores e governadores das Ilhas, foi suplantado na, segunda década de seiscentos pela nomeação dos próprios ouvidores gerais que haviam de substituir os cessantes, ou mesmo dos ouvidores ainda em função para a realização destas operações. Na documentação recolhida encontramos exemplos das tres modalidades: a) o do bacharel Lopo Dias de Góis que foi a Cabo Verde “tomar residência ao bacharel Amador Gomes Raposo do tempo que serviu de corregedor da dita Ilha” (ANTT, *Chanc. D. Filipe I*, Doações, liv. 31, fl. 109 vº, 1596) e o do licenciado Matheus de Faria enviado para tirar *residência* a Fernão de Mesquita governador “a que V. Magde hora envia sucessor” (AGS,

ou menos padronizado e que devia ser seguido no inquérito que se ia realizar.

Para a operação contava o sindicante com um *escrivão da residência* especialmente designado para este fim⁽⁵⁴⁴⁾ e, em alguns casos, nomeadamente naqueles em que a *residência* havia de ser tirada pelo ouvidor geral das ilhas, com a assistência de um adjunto que devia estar sempre presente ao tirar das testemunhas⁽⁵⁴⁵⁾. Em carta de 1661, a Câmara da Ribeira Grande cheogou a justificar esta exigência:

“E convém muito que a residência lha tome [neste caso, do gover-

Secretarias Provinciales, Libro 1476, fl. 38-38 vº, 16-Jan-1606); b) o do licenciado António Correia de Sousa que sendo “mandado por Ouvidor àquela Ilha [...] se tinha havido bem nas residências do Ouvidor, e Governador, D.Francisco de Moura, que levara a cargo tomar” (AHU, *Cabo Verde*, cx. 2, doc. 20, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. V, doc. 7, 30-Jan-1624), o do ouvidor geral de Cabo Verde Francisco Pereira que “tirou residência do tempo que serviu o mesmo cargo, o bacharel João Rodrigues da Serra” (AHU, *Cabo Verde*, cx. 6-A, doc. 116, 29-Jul-1677) e o Doutor Luiz Rodrigues Bello que foi suceder o bacharel Francisco Pereira na ouvidoria geral de Cabo Verde e que levou ordem régia para tirar a sua residência (cx. 7, doc. 35, 20-Jul-1684); c) o doutor Manoel da Costa Palma, “juiz sindicante e ouvidor geral destas ilhas de Cabo Verde” que tomou *residência* a Francisco de Figueiroa, governador geral que foi das mesmas Ilhas (AHU, *Cabo Verde*, cx. 5-A, doc. 143, 28-Jun-1663) e o licenciado Manoel Coelho Feio, ouvidor das ilhas que tirou *residência* dos procedimentos de António Galvão, governador que foi de Cabo Verde (AHU, *Cabo Verde*, cx. 6, doc. 24, 27-Ago-1667).

- 544 - Tal qual o titular da *residência*, o *escrivão* que devia acompanhá-lo podia ser oriundo do Reino e jamais vir a pertencer ao quadro dos oficiais regulares das ilhas. São exemplos: João Tavares, moço da câmara *d'el-Rei* que foi a Cabo Verde por *escrivão da residência* que o bacharel André Velho Fonseca foi tirar do governador Francisco Correia da Silva (ANTT, *Chanc. D. Filipe II*, Doações, liv. 23, fl. 182 vº, 02-Abr-1610); Joseph d'Almeida, moço da câmara *d'el-Rei*, nomeado *escrivão da residência* que o licenciado Domingos Adro de Magalhães foi tirar ao governador de Cabo Verde Francisco Martins de Siqueira (AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 77, 04-Jul-1616). Outra hipótese era o recurtamento, pontual, dos *escrivães* estabelecidos em Santiago para a realização da missão. Neste caso, encontram-se: Frutuoso de Carvalho, *escrivão* do público judicial e notas da Ribeira Grande e da *residência* que o ouvidor das ilhas, o doutor Manoel da Costa Palma, tirou do governador de Cabo Verde, Francisco de Figueiroa (AHU, *Cabo Verde*, cx. 5-A, doc. 143, 28-Jun-1663) e Amaro da Serra, *escrivão* do judicial da Ribeira Grande, nomeado *escrivão da residência* que o ouvidor geral de Cabo Verde, Manoel Delgarte da Costa, tirou do governador que foi das ilhas, Veríssimo Carvalho da Costa, no ano de 1690 (AHU, *Cabo Verde*, cx. 7-A, doc. 124, 06-Jun-1690).

- 545 - Na *residência* tomada ao governador Francisco de Figueiroa, pelo ouvidor geral das ilhas, o doutor Manoel da Costa Palma, mandou *el-Rei* que se notificasse a Pedro de Barros “para haver de assistir por adjunto ao tirar das testemunhas da dita residência”, AHU, *Cabo Verde*, cx. 5-A, doc. 143, 28-Jun-1663.

nador] o ouvidor que estiver servindo com adjunto de um dos juizes ordinários daquele ano, porque pode suceder ser o ouvidor feitura do mesmo governador ou meeiro nas mesmas culpas, e pela obrigação ou pelo mêdo queira encobrir a verdade, e sendo posto por V. Mgde dar-se-lhe-á pouco de pugnar pelo bem comum da terra. E não se poderá livrar o dito governador de dar a dita residência perante os ditos ouvidor [e] juiz”⁽⁵⁴⁶⁾.

Trata-se, efectivamente, de um recurso que poderia ser eficaz na contenção de certas alianças formadas para estancar o conhecimento dos factos mas que, no sentido oposto, serviria também para limitar o peso das tradicionais rivalidades, por ocasião da realização do acto. O governador Bento Gomes Coelho, por exemplo, acusou claramente o diferendo que tinha com o ouvidor local, na altura em que havia de se lhe tomar a *residência*. Pedindo sucessor por já ter ultrapassado os três anos do seu mandato, declarou: “e sendo V. Magestade assim servido [i.é, de lhe dar como findo o cargo], dou por suspeito para a minha residência este ouvidor, do que espero alcançar a real benignidade de V. Magestade”⁽⁵⁴⁷⁾.

Em qualquer dos casos, o oficial encarregue de tirar a residência achava-se sempre alertado para o facto de, eventualmente, poder ser dado por “suspeito”. Nestas circunstâncias, havia uma conduta a seguir, que se constituía no seguinte:

“Vindo-vos alguma pessoa com suspeição de qualquer qualidade e por qualquer respeito que seja, tomareis por adjunto algum letrado que na dita cidade houver, não sendo suspeito [...] ou pessoa da governança, não havendo letrado, com o qual continuareis no tirar da dita residência, e prosseguimentos da causa em que fordes recusado como se tal supeição vos não fora posta, e vindo com suspeição ao vosso escrivão tomareis outro que escreva com ele, enquanto a suspeição durar, e o que ambos fizerem será valioso”⁽⁵⁴⁸⁾.

As instruções fornecidas ao juiz residente fixavam, algumas regras de procedimento às quais quase não eram permitidas inovações. E, tal qual o cuidado que se tinha em definir cada passo

546 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 5-A, doc. 112, 13-Ago-1661.

547 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 16, doc. 51, 26-Out-1736.

548 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 5-A, doc. 143, 28-Jun-1663; cx. 7-A, doc. 124, 06-Jun-1690.

do oficial em caso de suspeição, previa-se, com igual minúcia, a suspensão do sindicato (caso ainda se encontrasse em funções), e o seu recolhimento a um lugar certo, assinalado pelo sindicante, situado a uma distância não menor do que seis léguas do local onde havia de decorrer a *residência* ⁽⁵⁴⁹⁾. Aí deveria quedar-se o oficial, durante os trinta dias consecutivos da decorrência da operação, sob a estrita vigilância das autoridades locais que, ao fim do período, haviam de apresentar certidão “de como assistiram nela e estiveram todo o dito tempo” ⁽⁵⁵⁰⁾. O afastamento compulsório do sindicato tinha por fundamento evitar qualquer constrangimento dos depoentes que, longe da antiga autoridade, poderiam mais livremente prestar as suas declarações, sem nenhum tipo de coacção, activa ou mesmo passiva, já que a sua simples presença, podia ser considerada inibitória.

Seguiam-se as indicações para a elaboração do inquérito, feito com base nos *capítulos*, dispostos para servir de roteiro no perguntar das testemunhas, mas tendo-se sempre em atenção as *Ordenações* e “apontamentos do regimento que se usa nas residências” ⁽⁵⁵¹⁾, bem como outras ordens próprias e particulares que se mostrassem tão úteis quanto aquelas para o desenvolvimento da acção.

Só depois de todos os cruzamentos possíveis desse material reunido em suas mãos ⁽⁵⁵²⁾ que, no entanto, podia ir sendo

549 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 77, 04-Jul-1616. Registos respeitantes à residência tomada ao governador Francisco de Figueiroa (1663) atestam, inclusive, a permissão à retirada de certos sindicados para o Reino, “deixando na dita cidade procurador que possa responder por ele, as citações que se lhe fizerem, antes de sua partida, e demandas, que por ele se lhe moverem, e fiança abonada, de pagar o em que for condenado” (AHU, *Cabo Verde*, cx. 5-A, doc. 143, 28-Jun-1663). O expediente era antigo e já tinha sido utilizado na *residência* tomada ao doutor Amador Gomes Raposo (1597). ANTT, *Catório Notarial*, nº 7-A, liv. 1596, Dez-6-1597 - Abr-12, fls. 110-111, 21-Jan-1597.

550 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 77, 04-Jul-1616.

551 - *Ibidem*.

552 - Quem parece ter realizado exemplarmente esta operação foi o ouvidor sindicante Sebastião Bravo Botelho que, em carta de 13 de Agosto de 1725, comunicava a *el-Rei* que, em conformidade com a ordem recebida, “tirei residência a meu antecessor Manoel Carneiro Ramos de todo o tempo que serviu nesta ilha e suas anexas [...] e [que] para melhor formalidade da dita residência reduzi a uma série todos os interrogatórios da ordenação, e do Regimento; e da mesma sorte reduzi a interrogatórios que juntei à mesma série toda a matéria dos papéis, cartas e

acrescentado com o desenrolar do processo, é que o agente, juntamente com o escrivão instituído, havia de dar início ao inquérito, indagando as testemunhas – trinta, ao menos –, “as quais serão as que vos parecerem necessárias e que tenham razão de saber o que se lhes perguntar de modo que se possa saber a verdade”⁽⁵⁵³⁾. Constituíam-se as declarações daí obtidas, juntamente com os depoimentos dos oficiais e principais da terra⁽⁵⁵⁴⁾ e as informações secretas que *extrajudicialmente* se recolhiam acerca “do procedimento e talento do sindicado”⁽⁵⁵⁵⁾ na verdadeira matéria-prima dessas tomadas de residência.

O apregoamento público, chamando a todos que se sentissem agravados ou que quisessem depôr contra o oficial sindicado, inaugurava a operação. Incumbido de tal, seguia o porteiro do concelho pelas ruas, lugares e praças da cidade e mesmo fora dela, bradando “em voz alta e na forma do estilo”⁽⁵⁵⁶⁾, o seguinte:

“Ouvi o mandado que manda el-Rei nosso senhor que toda a pessoa de qualquer qualidade que seja que quiser acusar ou demandar a Francisco Martins de Siqueira, governador e provedor da fazenda que foi desta cidade e Ilha de Santiago do Cabo Verde e a todos os oficiais que com ele serviram os vão acusar ou demandar dentro de trinta dias perante o sindicante, o licenciado Domingos Adro de Magalhães, que se fará inteiro cumprimento de justiça dentro do dito termo”⁽⁵⁵⁷⁾.

Do conjunto do extenso questionário a que se achavam submetidas as testemunhas inquiridas pelo juiz residente, é possível distinguir as perguntas relacionadas com a moralidade do oficial sindicado das que incidiam, mais objectivamente, sobre o seu comportamento no exercício da função. Na categoria destas últimas, sobretudo nas questões dirigidas para a avaliação dos seus actos face aos oficiais

cargos que vinham juntas à dita ordem contra o dito Manoel Carneiro Ramos, e por tudo perguntei com muita miudesa e distinção” AHU, *Cabo Verde*, cx. 11, doc. 37, 13-Ago-1725.

553 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 77, 04-Jul-1616.

554 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 5-A, doc. 143, 28-Jun-1663. V. também, cx. 7-A, doc. 124, 06-Jun-1690.

555 - *Ibidem*.

556 - *Ibidem*.

557 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 77, 04-Jul-1616 e cx. 5-A, doc. 143, 28-Jun-1663.

da mesma organização (que aqui são os que se revestem de maior significado), é que havemos de nos fixar para efeito da exemplificação do teor das indagações. Repassemos, a este título, três dos capítulos entregues aos sindicantes, para conduzir a arguição acerca da conduta dos governadores:

1) “Perguntareis [indicavam, em regra a Provisões], se impediu assim aos oficiais de justiça como de minha fazenda, fazerem seus ofícios, e se intrometeu a fazer o que a eles pertencia, e se chegou a prender ou a suspender algum, e porque causa”;

2) “...se houve a seu poder algum dinheiro de minha fazenda e tratou e negociou com ele e o tem ainda em seu poder”;

3) “...se [...] dissimulou aos ministros de minha fazenda, e da justiça, e a outros quaisquer oficiais, algumas culpas e êrros, em seus cargos, e os não repreendeu e castigou, e porque respeito”⁽⁵⁵⁸⁾;

Quer dizer, o governador que durante a vigência do seu mandato se constituía no agente com maiores prerrogativas de controle sobre os demais oficiais, ao chegar ao fim do triénio ou do tempo de exercício do cargo, não podia furtar-se à prestação de contas de cada acto praticado. O controle sobre os outros era, desta forma, também controlado, cobrando-se, na altura de render o posto, coerência para com o Regimento e Provisões que o oficial recebera em tempos para guiar a sua acção. Repare-se em como a autonomia que lhe tinha sido concedida se achava condicionada pelas jurisdições dos diferentes oficiais, não se lhe permitindo, nem a ingerência nos assuntos do foro de cada um, nem tão pouco a passividade face aos desvios praticados que tinha o dever de conhecer.

Poder-se-á mesmo afirmar que o controle que devia exercer sobre os oficiais pressupunha ponderações justas e equilibradas para que não viesse, ele próprio, o governador, a cometer algum desvio, por excesso ou por defeito. Equilíbrio particularmente difícil no que respeita ao ouvidor, a quem tinha capacidade para nomear substituto em caso de doença, impedimento ou morte, mas que não podia “tirar [...] antes de acabar o tempo porque assim o tiver provido”. A suspensão do magistrado era-lhe completamente interdita, podendo o governador, face às irregulari-

558 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 5-A, doc. 143, 28-Jun-1663; cx. 7-A, doc.127, 16-Dez-1687.

dades praticadas, não ir mais além do que avisar “por suas cartas”. Estas, quando muito, suportadas por autos judiciais “se o crime ou excesso fôr tal que lhe pareça que com razão o deve logo suspender e tirar do dito cargo”. Tratava-se, aqui sobretudo, de actos exigentes de ponderação, mesmo porque, conforme anunciava o Regimento “na residência que o capitão der se perguntará pelo conteúdo neste capítulo”⁽⁵⁵⁹⁾.

b.b.) o aparelho e os mecanismos de controle extraordinários

No capítulo dos procedimentos-controle adoptados para neutralizar e corrigir os comportamentos desviantes dos oficiais há ainda que ponderar um certo tipo de acção implementada pelos órgãos decisórios somente nas conjunturas em que houvesse fortes indícios de lesão aos objectivos da organização. São estes aqui chamados, por contraste com os outros, procedimentos de controle extraordinários.

Toda a acção criminal, individual ou coletiva, pontual⁽⁵⁶⁰⁾ ou permanente, não contida pelos mecanismos ordinários de controle e que lograsse chegar ao conhecimento das autoridades competentes era passível de ser submetida a este procedimento. Em outras palavras, estava ela sujeita a uma inquirição, uma sindicância ou a uma devassa, promovida pela informação e desencadeada pela avaliação da pertinência deste tipo de intervenção. Para tal, haviam de ser mobilizados, com carácter extraordinário e imediato, recursos materiais e humanos.

559 - Regimento do ouvidor das Ilhas de Cabo Verde, o bacharel Luís Álvares da Nóbrega (12-Mar-1606), in Barcellos, *op. cit.*, p. 195 e Regimento ao bacharel Pero Vaz Freire (09-Jan-1609), *id.*, *ibid.*, p. 201.

560 - Tenha-se, como exemplo, a ordem régia “para se tirar uma devassa sobre o procedimento que o governador de Cabo Verde João Serrão da Cunha teve em uma nau de negros que vendeu aos holandeses”, AHU, *Cabo Verde*, cx. 3, doc. 27, 07-Jan-1644.

Evidentemente que à acção a que aqui nos referimos como “devassa” distingue-se da já referenciada “devassa anual” a que os corregedores se achavam “obrigados a tirar”, aos oficiais da justiça⁽⁵⁶¹⁾. O termo, não obstante o mesmo, nos casos atrás apontados e em que são levadas a efeito com a regularidade que os Regimentos determinam, é evocado quase que com o sentido das “residências”, sendo essas como aquelas, previstas, marcadas e obrigatórias. Ordinárias, portanto. Em circunstâncias e com sentido diferentes, encontram-se as devassas desencadeadas apenas em caso de “indícios fortes” de lesão aos objectivos da organização e que se achavam inscritas no dever que os corregedores têm “de devassar sobre certos crimes graves”⁽⁵⁶²⁾. Fixar-nos-emos nestas, mesmo porque será com este sentido que o termo alcançará a sua consagração maior. A definição adoptada pelo *Dicionário de História de Portugal* confirma tal acepção. Aí, a devassa aparece como “Acto jurídico - ordenado pelo juiz, uma vez que se tratasse de crimes aos quais a lei lhe dava essa atribuição - que consistia na inquirição de testemunhas com vista a colher informações acerca de algum delito, a fim de se punir o delinquente e manter a tranquilidade pública. A devassa poderia ser geral, se incidia sobre delito incerto, ou especial, se, supondo a existência do delito, se destinava a descobrir o prevaricador⁽⁵⁶³⁾”.

Da necessidade de se actuar com o máximo de rapidez, nestes casos, faz referência uma ordem dirigida ao *Conselho da Fazenda*, em 1635, determinando o envio de um “letrado de confiança” a Cabo Verde, para a realização de algumas diligências ao serviço *d’el-Rei*, entre as quais uma devassa para apurar as irregularidades verificadas nos órgãos da fazenda régia. Dizia ela:

“O Conselho da fazenda tendo entendido o que V. Magestade resolve trate logo da embarcação em que António de Maris deve ir para que parta, sem nenhuma dilação pois é presente ao Conselho que com ela se dificultam e impossibilitam semelhantes cobranças e que tão bem em respeito das diligências de justiça importa a brevidade e desde logo se ordenarão os despachos que deve levar na

561 - São estas as “inquirições-devassas gerais anualmente tiradas nas terras”. Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*, p. 348.

562 - Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, p. 277.

563 - Ruy d’Abreu Torres, “Devassa”, in *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), vol. II, pp. 292-293.

parte que toca ao Conselho, interrogatórios porque há de devassar dos oficiais da fazenda e perguntar na residência do governador Cristóvão Cabral⁽⁵⁶⁴⁾”.

Sublinha-se a necessidade de prontidão na acção por ser o factor tempo fundamental para as averiguações e consequente reconstituição dos factos, tendo-se por certo o quanto a dilação podia conduzir à obstrução de certos registos importantes e prejudicar a memória ou as intenções das testemunhas. Parece ser, de facto, incontestável que, da celeridade com que se podia iniciar a devassa, dependia em muito o sucesso da acção pretendida. Com esta lógica é que o *Conselho Ultramarino* iria também manifestar-se (1729), quando tratava da devassa do governador das Ilhas, Francisco Manuel da Nóbrega e Vasconcelos, que havia, barbaramente, assassinado o ouvidor geral das mesmas, Sebastião Bravo Botelho:

“[...] e para que o dito sindicante vá com toda a brevidade para a dita conquista, e se não retarde o conhecer-se deste sucesso, que Vossa Magestade por benefício da dita diligência se sirva de que se frete uma embarcação em que se lhe passe a ela com toda a segurança, por conta da fazenda de V. Magestade não havendo dinheiro dos culpados de que se possa tirar a dita despesa ⁽⁵⁶⁵⁾” .

Dos processos para a constituição das intervenções extraordinárias houve, no entanto, alguns que, contrariando este princípio de rapidez na acção, caracterizaram-se pela morosidade. Uma morosidade muitas vezes intencional, como a que parece ter tido lugar, numa situação, que Senna Barcellos registou.

Diz o autor que, no ano de 1629, queixando-se o contratador das ilhas do governador João Pereira Côrte Real, “pelas insolências e despotismos por ele praticados contra o mesmo contratador, feitores e moradores [...] pediu uma devassa na qual pretendia provar que este lhe impedia tratar livremente do contracto”. E que, perante a demora do organismo central em reagir ao seu pedido, fez o requerente um enérgico protesto onde alegou mais outras atrocidades cometidas pelo mesmo governador ⁽⁵⁶⁶⁾.

564 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 2, doc. 50, 20-Set-1635.

565 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 13, doc. 45, 13-Jul-1729.

566 - Barcellos, *op. cit.*, pp. 235-236.

“O contratador André da Fonseca tanto instou pela devassa contra o governador, que o conselho ultramarino (sic!) ⁽⁵⁶⁷⁾ parecia querer escusar-se, conseguindo que dela fosse encarregado o dr. Diogo Fernandes Salema, que mostrou serem graves as culpas do governador, e que se devia fazer embargo nas suas fazendas de Lisboa, Sevilha e Cabo Verde; o conselho ultramarino (sic!), neste sentido apresentou uma consulta ao conde de Basto, governador do Reino, à qual respondeu *fiat justitia*”⁽⁵⁶⁸⁾.

O relato, permite-nos recompor os passos obrigatórios para a formalização de uma devassa: a queixa, em primeiro lugar (ou informação apenas), acompanhada ou não de um pedido formal para a realização do acto; e a ordem expressa, emitida no centro, para executá-la punham em marcha a operação. Entre uma acção e outra, o caminho podia ser mais ou menos curto, dependendo da origem e da força dos argumentos. Ou ainda, das influências... A partir de então, como vimos acima, o procedimento colocar-se-ia ao nível da eleição e do “apetrechamento” do oficial sindicante; feitura dos *capítulos* para a inquirição (quando fosse o caso de irem já feitas) e disponibilidade de um capitão de navio para envio das instruções às autoridades de Cabo Verde, quando estas não fossem transportadas, em um barco fretado, pelo próprio letrado indigitado para realizar a devassa.

Da documentação consultada, as expressões *devassa* e *sindicância*, por vezes parecem equivaler-se. Mas considere-se, ainda, o termo inquirição, que ao menos para o período inicial da colonização, poderá ter tido o mesmo valor, não obstante ser mais apropriado para a designação da técnica, utilizada naqueles (e noutros) procedimentos, de se perguntarem testemunhas para a reconstituição dos factos⁽⁵⁶⁹⁾.

567 - Trata-se, obviamente, de um engano de Senna Barcellos, já que o Conselho Ultramarino só surge em 1643. Não queria ele referir-se ao *Conselho da Fazenda*?

568 - Idem, *ibidem*, p. 236.

569 - Para além de Pero Lourenço, enviado às ilhas, em 1481, para “tirar inquirições e haver verdadeira informação de todos os que às ditas *Ordenações* trespassaram e nas ditas penas incorreram e os haver de executar [...]”, um outro exemplo que nos sugere essa possibilidade de utilização do termo *inquirição* com o significado de “devassa” diz respeito ao processo relativo ao “arroido e finimento” do irmão do meirinho da Ribeira Grande. A *inquirição* de que Lopo Rodrigues informa que andava a tirar (Jan - 1504) parece corresponder à “devassa especial” que teve ordem para ir realizar, em Santiago, acerca do delito praticado. V. Barcellos, *op. cit.*, p. 39 e ANTT, CC, I-4-49, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 51.

Algumas fontes, podem, no entanto, “dar” por devassa, o procedimento da “residência”. A confusão estabelece-se, não somente pela utilização da palavra devassa onde mais apropriadamente cabia registrar “residência”, mas ainda pela ocorrência do inverso. Nesta direcção, ou seja, na circunstância em que o termo *residência* assume o valor de *devassa*, podemos situar o parecer do *Conselho Ultramarino*, emitido no ano de 1656, e que diz o seguinte:

“Dando-se conta a V. Mgde, [...] das queixas que os oficiais da Câmara de Cabo Verde, o ouvidor geral e outras pessoas eclesiásticas, e seculares da mesma Ilha fizeram por cartas e com papéis, do governador Pero Ferraz Barreto [...] mas por ganhar tempo, e particularmente porque as queixas de Pero Ferraz vão em crescimento, e as fazem de novo os oficiais da Câmara que sucederam aos do ano passado [...]. Parece que V. Mgde deve ser servido ordenar ao Desembargador do Paço, que consulte logo a V. Magde um sindicante para em companhia do novo governador, ir tirar residência a Pero Ferraz, por ser cousa mui essencial”⁽⁵⁷⁰⁾.

Ora, atendendo-se às definições de devassa e de “residência”, no parecer acima o *Conselho Ultramarino*, ou careceu de precisão ao indicar o procedimento a ter no caso em consulta, ou então, o que parece ser francamente mais provável, por estar-se próximo ao fim do mandato do dito governador, preferiu não substituir a residência pela devassa. Aquela, para além do mais, havia de incluir esta.

Mas a questão poderá parecer ainda mais enredada se considerarmos algumas *tomadas de residência* em que os dois termos aparecem no conjunto dos papéis que compõem o processo, aparentemente quase que sem distinção. Por exemplo, num relatório em que juiz sindicante Manoel Delgarte da Costa, a propósito da *residência* que havia tomado do governador Veríssimo Carvalho da Costa, fala, a certa altura, de “algumas testemunhas da devassa”⁽⁵⁷¹⁾; ou na carta em que o sindicante Joseph da Costa Ribeiro, referindo-se à ordem régia para que “sindicasse” do procedimento do governador António Vieira, verificando o modo “com que este exercitou o dito posto todo o tempo do seu governo, e que perguntasse na mesma residência

570 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 5, doc. 42, 17-Jul-1656.

571 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 7-A, doc. 124, 06-Jun-1690.

pelos capítulos e queixas juntas”, segue-se a resposta de que “tirando trinta testemunhas da devassa, consta dela que [...]”⁽⁵⁷²⁾. Um outro dado a considerar é a frequência com que se regista, nos inquéritos das residências, terem sido perguntadas, as testemunhas x ou y, “devassadamente”⁽⁵⁷³⁾. Quererá isto indicar que, para além das questões normalmente constantes nos capítulos das residências, teriam sido postas às testemunhas outras mais específicas e respeitantes a certos actos muito concretos? Como se há-de interpretar as expressões “residências e dependências delas”⁽⁵⁷⁴⁾, inscritas em determinadas Provisões régias e “testemunhas da devassa da residência”⁽⁵⁷⁵⁾ utilizada em certos relatórios dos sindicantes?

Estando tudo sob ponderação, temos de admitir a existência, de facto, da sobreposição dos actos em determinados contextos. Ou seria melhor dizer, da inclusão de um, no outro? Isto, sem prejuízo da noção inicial acerca do momento e das circunstâncias em que devem ocorrer cada um dos procedimentos-controle: o da *residência*, ao fim dos mandatos e sem que necessariamente pese alguma queixa importante sobre os oficiais; e a cada situação em que forem notados desvios graves aos objectivos da organização, o da devassa. Por isso, não falaremos numa equivalência dos termos mas sim de uma derivação natural de um acto a outro, dependendo dos resultados ou dos elementos previamente colhidos para a *residência*.

Mas quem realmente tinha competência para ordenar uma devassa relacionada com as transgressões efectuadas pelo oficialato régio? No caso de se tratarem de actos que se mostrassem lesivos exclusivamente à organização, somente o monarca ou o governo do Reino que, através dos tribunais que lhes deviam prestar assessoria nesta matéria, chegavam ao conhecimento da conduta dos oficiais e dos crimes por eles praticados. O processo, que devia ser deflagrado com a máxima celeridade, iniciava-se, não raras as vezes, sob protesto dos visados que, tendo conhecimento antecipado da decisão superior, negavam-se a aguardar, passivamente, pela implementação da devassa.

572 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 13, doc. 32, 27-Abr-1729.

573 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 77, 04-Jul-1616.

574 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 77, 04-Jul-1616.

575 - AHU, *Cabo Verde*, cx.18, doc. 15, 31-Mar-1740.

As reacções, tanto podiam restringir-se a meras manifestações de agravo e desafecto para com os presumíveis queixosos e informantes como, constituir-se em grandes explanações, escritas de próprio punho, a título de autodefesa. A atitude do corregedor Pero Muniz (1544) que, segundo declaração do capitão da Ribeira Grande, teria prometido vingança aos “poucos cristãos velhos que aqui somos” quando “soube que V. A. mandava lá [i. é, em Santiago] tirar devassa dele e saber de sua vida”⁽⁵⁷⁶⁾ corresponde ao primeiro tipo de reacção. Mas muito mais longe parece ter ido Jorge de Mesquita de Castelo Branco (c.1652), quando confrontado com situação semelhante:

“O governador, tendo conhecimento de que contra si havia muitas reclamações, fez a sua defesa por escrito, a qual foi entregue ao juiz encarregado de lhe tirar a devassa, tendo também a defendê-lo sua irmã D. Beatriz de Sousa que se dirigiu a *el-rei*, fazendo-lhe ver que eram falsas as acusações, porque seu irmão era tido como homem honrado e de grande reputação”. Em seu favor reuniram-se também alguns moradores nobres da ilha que, na mesma circunstância, se pronunciaram “abonando o seu modo de proceder e bom governo⁽⁵⁷⁷⁾”.

Tudo havia de servir para a instrução do juiz escolhido para a realização da devassa. Todos os papéis, prós e contra, todos os argumentos, tinham de ser considerados. E dependendo da avaliação dos dados, da ponderação das acusações e da gravidade das suspeitas, assim a adopção de medidas preventivas adicionais, em prol do bom desenvolvimento da operação-devassa. Numa carta do governador Francisco Martins de Siqueira a *el-Rei*, escrita no ano de 1613, em defesa de si próprio, o mesmo não deixava de manifestar a grande revolta que sentia em ver-se sujeito a uma dessas medidas extremas. O texto, mesmo sabendo-o juízo de quem se constiui parte, é exemplar nas considerações acerca dos princípios que se acham por detrás da acção controladora *d’el-Rei* inscrita na modalidade de que ora nos ocupámos. Por isso, reproduzimo-lo no seu trecho mais expressivo:

“De Lisboa, [iniciava, assim, a sua carta] avisaram meus parentes

576 - ANTT, CC., I-75-85, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 112, 30-Out-1544.

577 - Senna Barcellos, *op. cit.*, Parte II, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1990, p. 22. Cf. Parecer do Conselho Ultramarino de 29-Out-1652, in AHU, *Cabo Verde*, cx. 4, doc. 51.

que Vossa Magestade mandara sequestrar os rendimentos de minha fazenda, sem me declararem a causa nem a culpa por que se fizesse tal execução de que resultou tão notável perda à minha honra. V. Magestade como Rei e Senhor que é, pode de poder absoluto tirar vidas e fazendas a seus vassalos, mas de poder ordinário manda em suas ordenações que antes da execução seja a parte ouvida; assim o ensinou Deus no primeiro juízo que fez no mundo, assim o dispõe o direito e as leis dos imperadores, porém não quiseram os ministros de V. Magestade usar comigo esta igualdade que se usa até com os delinquentes facinorosos, e qualquer almoxarife, ainda que deva muito não é executado até ir dar sua conta e ser ouvido de sua razão”⁽⁵⁷⁸⁾.

Os argumentos e juízos do governador, se eventualmente, conseguiram sensibilizar os organismos centrais no que tange à confiscação antecipada dos seus bens, não lograram alterar a decisão pela sindicância dos actos de Francisco Martins de Siqueira. É que, recebidas as acusações, e optando-se pela devassa, a decisão tornava-se incontornável, podendo-se somente, na melhor das hipóteses e dependendo do estatuto do acusado, entregar-se o processo, depois de ter sido realizada a sindicância, ao juízo privativo correspondente. Assim foi com Jorge de Mesquita de Castelo Branco que, em função do seu estado de fidalgo da Casa *d’el-Rei*, viu correr o seu livramento pelo *Juízo dos Cavaleiros*⁽⁵⁷⁹⁾.

A ideia com que se fica, aliás, é que, quando assumida formalmente a ordem para fazer-se a sindicância, o resultado da operação já se mostrava previsível⁽⁵⁸⁰⁾, não sendo razoável pensar que o oficial pudesse, de alguma forma, vir a ser ilibado da maior parte das queixas de que tinha sido alvo. Por isso, sendo as informações substanciais e o(s) declarante(s) insuspeito(s), logo era ordenado fazer-se uma consulta para a nomeação de um letrado “para ir tirar devassa” do oficial

578 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 28. Também em Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. IV, doc. 126, 27-Jul-1613.

579 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 5, doc. 23, 07-Ago-1654.

580 - Numa altura em que ainda decorria a devassa do governador Jorge de Mesquita, já o Conselho Ultramarino sugeria: que “vindo de Cabo Verde, deve ser preso, pelo merecimento e prova de suas culpas, que podem ser tais, que ainda sem ser ouvido, seja justo”, AHU, *Cabo Verde*, cx. 4, doc. 49, 28-Set-1652.

(ou oficiais) deste ou daquele sector, podendo-se, em caso extremo, cativar o património do visado quando não mesmo prendê-lo preventivamente. Esta foi, por exemplo, a medida adoptada para com o governador Jorge de Mesquita mantido “preso na cadeia desta cidade [de Lisboa]” enquanto decorria a sua devassa⁽⁵⁸¹⁾.

Se a decisão pela devassa coincide com o tempo da tomada de alguma *residência* ou, então, do envio de um novo oficial de justiça para as Ilhas, tanto melhor, pois assim aproveitar-se-ia o mesmo oficial para ambas ou todas as coisas. No caso dos governadores Fernão de Mesquita de Brito e Francisco Lobo da Gama, aos quais se ordenou tirar residência e devassa⁽⁵⁸²⁾ na mesma altura (1605) em que se havia de iniciar o processo para a escolha de um novo ouvidor para as ilhas, o parecer do *Conselho da Índia* consistiu-se no seguinte: “a residência e devassa se deve cometer a Matheus de Faria [...] [e] para o ofício de ouvidor deve ser o bacharel António de Mendonça que leu bem”⁽⁵⁸³⁾. No entanto, circunstâncias houve de indigitação de um único letrado para todas as necessidades. O licenciado Manoel Paes de Aragão encontrou-se em tal situação. Nomeado, em 1646, para ouvidor geral, provedor da fazenda e dos defuntos e ausentes de Cabo Verde, foi-lhe assim mesmo dado Provisão para devassar dos procedimentos do governador João Serrão da Cunha, do ouvidor Pedro do Canto Pacheco e ainda de Pedro Semedo Cardoso “por ter feito ajuntamento de gente”⁽⁵⁸⁴⁾.

Um outro exemplo é o do doutor António de Maris Carneiro, que seguiu para as Ilhas, alguns anos antes (1635), com ordem expressa para fazer diligências “tocantes à administração da justiça e da fazenda e excessos que se diz ter cometido o governador Cristóvão Cabral” mantendo o compromisso, de “enquanto as fizer sirva de ouvidor geral e provedor da Fazenda e devasse os oficiais dela naquelas ilhas e tire residência do governador Cristóvão Cabral, levando por fiscal nestas

581 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 5, doc. 12, 05-Nov-1653.

582 - Tratava-se, no caso, de Francisco Lobo da Gama que governou de 1597 a 1601, de uma segunda devassa, tendo ordenado *el-rei* “que as devassas que estão tiradas ao dito Francisco Lobo” se mantivessem em segredo, “até virem as que de novo mandei tirar”. ANTT, *MCO*, Registo de Consultas, liv. 8, fl. 129, 16-Fev-1606.

583 - Biblioteca da Ajuda, *Cód.* 51-VII-21, fl. 62, 19-Nov-1605.

584 - Barcellos, *op. cit.*, Parte II, p. 10.

matérias João de Brito pela notícia que se tem delas”⁽⁵⁸⁵⁾. Os exemplos podiam multiplicar-se para vincar a tendência de cometimento de múltiplas *diligências* aos futuros oficiais de justiça das Ilhas.

Estas “diligências”, assim designadas genericamente por pretenderem manter-se alguns assuntos em sigilo, podiam, como se presume do caso acima, envolver uma devassa. Mas, mesmo que assim não fosse e só se visasse a implementação de algumas medidas nas esferas da justiça e da fazenda, tratavam-se de acções com implicações sobre o quadro de oficiais, nem sempre avaliáveis pela documentação disponível. Muito antes do doutor António de Maris, o bacharel Lopo Dias de Góes, que foi a Cabo Verde tomar residência do corregedor Amador Gomes Raposo, achou-se igualmente incumbido de “outras diligências de meu serviço”⁽⁵⁸⁶⁾. E, assim como ele, o licenciado Jerónimo de Teive fora encarregue de “ir a Cabo Verde em uma diligência a meu serviço”⁽⁵⁸⁷⁾. Com Manoel Lopes de Barros, destacado, em fins de 1690, para realizar “várias diligências” em Cabo Verde, o sigilo é absoluto, sendo proibida a toda e qualquer autoridade local, incluindo o governador e o ouvidor das Ilhas, exigir “o Regimento nem ordens que para as ditas diligências a que o mando [...] nem o obriguem a registá-las”⁽⁵⁸⁸⁾.

A devassa poderia, de facto constar entre os objectivos dessas diligências, mas uma outra possibilidade era, à semelhança do que podia acontecer nos processos de residência⁽⁵⁸⁹⁾, a mesma vir a ser despoletada pelos resultados daí advindos. Não terá sido esta a circunstância prevalecente quando o licenciado Manoel da Costa Palma esteve em Cabo Verde? Deslocando-se às ilhas (1661-1662) com o propósito de servir de ouvidor geral “e juntamente por sindicante

585 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 2, doc. 50, 20-Set-1635.

586 - ANTT, *Chanc. D. Filipe I*, Doações, liv. 31, fl. 201, 14-Fev-1596.

587 - ANTT, *Chanc. D. Filipe I*, Priv., liv. 4, fl. 183, 12-Set-1598.

588 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 7-A, doc. 126, 14-Nov-1690.

589 - Como atrás se viu, não terão sido poucas as vezes em que os resultados de uma *residência* conduziriam a uma devassa. Confirma mais uma vez a ocorrência o sobrescrito dos papéis que o sindicante Domingos Adro de Magalhães envia ao Reino, em 4 de Julho de 1614, por intermédio do piloto da nau *Nossa Senhora do Rosário*. Tratava-se, efectivamente, de “um maço fechado com três sêlos de seu sinete e armas com um leteiro que dizia A El-Rei Nosso Senhor no seu Conselho da Índia, e dentro vai o treslado da devassa que se tirou na residência dos oficiais do trato e feitoria desta cidade que serviram com Francisco Martins de Siqueira”. AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 77, 04-Jul-1616.

[para] tirar residência ao governador que de presente serve, e aos mais seus antecessores, que se lhes não tiraram, e outras diligências de consideração”⁽⁵⁹⁰⁾, no decorrer destas missões, é que viria a ser novamente instruído para tirar uma devassa dos oficiais da alfândega e fazenda de Santiago “em razão dos muitos desvios que se obram na fazenda real de muitos anos a esta parte, especialmente nos navios que vinham vindo a esta Ilha de Índias de Castela”⁽⁵⁹¹⁾.

A fazenda régia constituía-se, obviamente, no sector nevrálgico da organização e, de uma maneira geral, quando fosse o caso de intervir para repôr a ordem infringida por acções consideradas graves e que não tivessem encontrado resolução pelos meios ordinários, os agentes encargues dessas missões eram investidos de poderes especiais para apurar as irregularidades e crimes praticados. O já referenciado Pedro Lourenço, primeiro sindicante de que se tem notícia em Cabo Verde, embora não tivesse sido especialmente destacado para a inquirição dos oficiais da fazenda, encontrou-se com poderes bastante latos para o fazer⁽⁵⁹²⁾. A seguir a ele, o nome relacionado com este tipo de missão é o de João de Cedofeita⁽⁵⁹³⁾. Pedro Lourenço chegou às Ilhas em 1481, portanto, um ano depois de ter sido criada a contadoria das Ilhas e João de Cedofeita, em 1551, passado exactamente um ano da instituição da provedoria da fazenda para a mesma circunscrição. Entre as motivações para o envio de um e de outro não estaria o balanço dos negócios da Fazenda régia sob a direcção desses órgãos? Mas, como desses prováveis balanços, tudo se desconhece, como também da efectivação dos provimentos de Diogo Lopez para contador (1480) e de Jorge Pimentel para provedor (1550)⁽⁵⁹⁴⁾, ocorre-nos pensar se

590 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 5-A, doc. 119, 12-Nov-1661.

591 - *Ibidem*, cx. 5-A, doc. 172, 20-Jun-1664.

592 - Como já se referiu, a competência de Pedro Lourenço, para apurar as transgressões realizadas ao comércio de Guiné, era ampla e generalizada, prevendo-se, entre as penas, o “perdimento de capitánias, officios e bens”. Carta de 30-Set-1481, in Barcellos, *op. cit.*, p. 39.

593 - ANTT, CC, I-87-21, in Brásio, MMA, 2ª série, vol. II, doc. 128, 20-Nov-1551. Também em Barcellos, *op. cit.*, pp. 130-133.

594 - Se de Diogo Lopez nada se conhece para além da carta de sua nomeação (ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 32, fl. 55 vº, in Silva Marques, *op. cit.*, vol. III, doc. 145, 24-Abr-1480), de Jorge Pimentel sabemos-lo já falecido em 1551 (ANTT, CC, I-87-21, in Brásio, MMA, 2ª série, vol. II, doc. 128, 20-Nov-1551. Também em Barcellos, *op. cit.*, pp. 130-133).

perante um hipotético não preenchimento imediato dos postos, (coisa já não desejada para aquele sector), o envio de um especial agente “que entendesse nas cousas do trato e na arrecadação de sua fazenda”⁽⁵⁹⁵⁾ não teria sido a saída encontrada pelo poder central para colmatar as lacunas e corrigir os desvios?

De qualquer forma, fosse porque motivo fosse, a acção controladora destes dois sindicantes inseria-se num quadro de desajustes verificados em sectores que compunham a provedoria da fazenda régia. As medidas implementadas por João de Cedofeita e que tanto diziam respeito aos procedimentos dos almoxarifes e respectivos escrivães como às acções desenvolvidas pelo recebedor da feitoria e oficiais da curadoria em geral, dão-nos uma noção aproximada da natureza e abrangência destes actos de sindicância.

Começando pelo recensear das contas (do almoxarife e do recebedor dos quartos e quintos) e entregando-se, depois, à supervisão do juizado dos órfãos e provedoria dos defuntos – do que aliás adveio a resolução para se “tirar devassa do dito Juiz e mais oficiais” e prender o tesoureiro da Fazenda dos defuntos da ilha⁽⁵⁹⁶⁾ – a acção dos sindicantes acabaria por se finalizar com uma ou outra medida pontual relacionada com a gestão ordinária do sector.

Dar a posse a um determinado almoxarife ou alertar o poder central para o desfasamento do salário de um escrivão⁽⁵⁹⁷⁾ não eram, obviamente, actos que haviam de justificar a presença de um sindicante nas Ilhas, mas uma vez aí estando, a pretexto da realização de outras diligências, era normal que assumisse, temporariamente, o lugar do provedor quando não fosse ele mesmo a ser provido para a função. A ideia com que se fica é a da suspensão temporária, de qualquer um dos provedores locais, enquanto o oficial extraordinário não findasse a missão ou, quando não se chegasse a isso, a da submissão daqueles à liderança do enviado, em prol do sucesso da sindicância. Tudo havia de depender do Regimento ou das instruções que cada sindicante levava para as Ilhas.

595 - Carta ao sindicante João de Cedofeita, 20-Nov-1551 (ANTT, CC, I-87-21, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 128; in Barcellos, *op. cit.*, pp. 130-133).

596 - ANTT, CC, I-87-21, in Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, doc. 128, 20-Nov-1551 ou Barcellos, *op. cit.*, pp.130-133.

597 - Idem, *ibidem*.

O licenciado André Velho da Fonseca, que nos inícios de seiscentos “foi por sindicante a estas partes”, tendo de tomar as contas de Álvaro Quaresma que havia sido tesoureiro da fazenda dos defuntos, acabou por impedir que este viesse a arrecadar as suas dívidas “para haver de pagar o que por respeito da dita conta ficou a dever aos ditos defuntos”⁽⁵⁹⁸⁾.

O embargo dos bens do tesoureiro era, como se sabe, uma prerrogativa do provedor que, ao tomar as contas daquele verificava se tinha ocorrido algum desvio nos bens dos defuntos que o mesmo havia arrecadado. Sendo assim, a cedência deste espaço de realização ao oficial extraordinário só podia dar-se ou pelo recuo estratégico do titular ou, então, pelo seu afastamento sumário enquanto decorressem as sindicâncias. Particularmente indiciante desta retirada dos provedores é uma carta de 1612, assinada por Álvaro Jorge Varela, “escrivão das diligências e execussões que sua Magestade manda fazer nestas Ilhas a seu serviço”⁽⁵⁹⁹⁾. Na Informação que oferece acerca das diligências que havia feito, em Santiago, juntamente com o sindicante, pode-se ler o seguinte:

“No tempo em que o bacharel Matheus de Faria veio a estas Ilhas do Cabo Verde por sindicante e eu por seu escrivão, [...] lhe foi dado por o escrivão da fazenda João Álvares Soares um rol de dinheiro, que nestas partes à fazenda de Vossa Magestade se devia de almoxarifes e seus fiadores e com alguns dos nele nomeados se fez diligência nesta Ilha. E ficou por se fazer na ilha do Fogo com pessoas que deviam mais de oito contos de réis⁽⁶⁰⁰⁾”.

A omissão da figura do provedor neste relato que, como superior hierárquico do escrivão da fazenda teria, em tese, de ser ele a facultar, a uma outra autoridade, o rol de dinheiro de que fala a carta, sugere a ausência. Nada fica dito acerca do provedor da fazenda e, nem tão pouco, do provedor dos órfãos, muito embora tivesse Álvaro Jorge Varela, também, ordem para “tirar uma devassa do juiz dos órfãos desta Ilha Pedro Cabral”⁽⁶⁰¹⁾. As circunstâncias, de alguma forma, justificavam o

598 - ANTT, *Chanc. D. Filipe II*, Doações, liv. 23, fl. 40, 28-Jan-1611.

599 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 1 doc. 14, (c. 23-Jul-1612).

600 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 15, 25-Jul-1612.

601 - *Ibidem*, doc. 15, 25-Jul-1612.

afastamento. Como poderiam os titulares permanecer nos seus cargos quando a ordem, dirigida a todos, oficiais ou não, era a de prestar “todo o favor e ajuda” requisitados pelo sindicante, “sob as penas” que o mesmo achasse por bem aplicar-lhes se não cumprissem os seus mandados?⁽⁶⁰²⁾

602 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 77, 04-Jul-1616.

V DESVIOS E RESISTÊNCIAS AO CONTROLE

“A grande história da administração é formada pelas monarquias, pelos corpos consultivos, pelos grandes oficiais da coroa, pelas corporações; a pequena história, pelas anedotas e pelas efemérides de uns e de outros; a história simples e verdadeira, pelas atitudes, pelo temperamento, pela mentalidade - chame-se-lhe como se quizer - do pessoal administrativo perante o exercício do seu cargo.”

J. Vicens Vives (*)

Se o desvio, como afirmámos inicialmente, é uma realidade inerente a qualquer organização, independentemente do tempo e do lugar onde ela se situa, a sua natureza, intensidade e motivações estão historicamente vinculadas a um contexto concreto, ou seja,

* J. Vicens Vives, "A estrutura Administrativa estadual nos séculos XVI e XVII", in *op. cit.*, pp. 220-221.

a um espaço e a um tempo determinados. Isto significa que o que, efectivamente, importa para o nosso propósito é indagar que formas assumem as manifestações desviantes na administração régia instalada em Cabo Verde entre os séculos XV e meados de XVIII. A extrema riqueza e criatividade desse universo impõe, todavia, limitações à nossa abordagem e por isso, convém, tecer algumas considerações acerca da natureza, intenções e possibilidades deste capítulo.

Trata-se, em primeiro lugar, de uma exposição que, não obstante ter em linha de conta algumas categorias de transgressões muito comuns na prática do oficilato da época, há-de fixar-se, apenas, naquela que entendemos ser a mais específica da realidade das ilhas o que equivale dizer, a que melhor espelha a sua particular condição no contexto imperial português. Lidaremos, por isso, com um universo mais pequeno, mas que, no caso em concreto, há-de corresponder a mais significativa das categorias de ocorrências desviantes. E é no seio desta categoria que haveremos de inventariar, as múltiplas manifestações transgressoras que parecem ser as mais resistentes aos mecanismos de controle.

Desse leque de comportamentos seleccionados, em que tiveram de ficar necessariamente de fora os tipos de transgressões subregistados ou que aparentemente pouco buliam com o funcionamento regular da organização, importou-nos sobretudo trazer à evidência não a verdade factual encerrada em cada caso escolhido para a ilustração dos tipos mas sim a verdade sociológica dos exemplos. Trata-se, obviamente, de uma opção de interpretação em que cada uma das fontes ou dos depoimentos aqui trazidos, não devem ser avaliados na veracidade e consequência imediata de cada acto transgressor a que se referem mas sim no seu valor enquanto testemunho de uma possibilidade de resistência. Isto quer dizer que mesmo em se tratando de meras acusações ou suspeitas de comportamentos não conformes que não tenham sido comprovadas (o que aliás pouco nos importará), valerá o exemplo pela virtualidade que comporta.

Esse tratamento dado às informações julgadas pertinentes para a nossa exposição justifica, em certa medida, a variedade de documentos com os quais lidamos para compor o quadro tipológico.

Para além das queixas e petições encaminhadas pelas Câmaras das ilhas, dos processos de devassa e de residência, das *cartas de perdão* ou *de ofício* de tipo *se assim é*, que aqui assumem o valor de fontes privilegiadas para o desenvolvimento da temática da resistência, muitas outras, mostraram-se úteis para o propósito o qual não se resumia, é claro, na simples apresentação dos tipos de transgressões mas alcançar algum nexo entre eles. A nossa ambição foi fugir, o quanto possível, do discurso normativo e estigmatizante que a própria organização tem de tais comportamentos para, com uma maior isenção, descortinar, ainda que a este passo dos estudos de forma não formalizada, as razões que se acham por detrás dessas actitudes desviantes.

Num capítulo com tais características, no qual a quantificação dos tipos de infracções existentes não se mostrou nem viável nem essencial, o que de facto procurámos realizar, aliás, de acordo com o sentido geral do estudo, foi tão somente uma caracterização capaz de traduzir, ao nível dos desvios cometidos pelo oficialato régio, uma realidade que não obstante se note com maior incidência em determinadas épocas e ilhas, perpassa todo o período em questão.

a) estudo de caso: as transgressões do oficialato à volta do tráfico

Se do tráfico surgiu Cabo Verde e do seu exercício a motivação para o estabelecimento dos primeiros órgãos de administração régia em Santiago, não há que estranhar ter sido exactamente esse o foco da maior parte das transgressões do oficialato das ilhas, enquanto a actividade durou. Na verdade, não só do oficialato mas da sociedade insular em geral, dependente toda ela, séculos a fio, dos resgates nos *Rios de Guiné*. As possibilidades de enriquecimento apresentadas pelo trato ofuscaram a todos, e os oficiais *d'el-Rei*, cientes dos benefícios desta actividade, não haviam de mostrar-se especialmente resistentes à tentação de subtrair para si alguma parte dos chorudos lucros gerados pelo comércio à longa distância⁽⁶⁰³⁾. Não era, aliás, por seu intermédio ou parceria até, contando com a sua conivência ou sugestão, traduzida em vantagens mútuas e repartidas, que o mercador, capitão de navio, rendeiro ou armador podiam diminuir os custos com as transacções para maximizar os ganhos?

Os oficiais da alfândega, estrategicamente situados nestas operações e normalmente insitados a facilitar as fugas aos impostos, as transacções com artigos defesos ou outras acções lesivas às finanças da Coroa figurarão, quase sempre, como peças-chave dos processos relacionados com as práticas ilícitas de comércio. Sejam eles ou não os mentores dos crimes, meros instrumentos, parte ou principais favorecidos com os actos cometidos contra a fazenda pública, muito raramente não se acharão implicados em tais infracções, o que no seu caso, pelo estatuto que ostentam, há-de significar também, contra a organização a que pertencem.

Os mais afoitos, perturbados, talvez, com a ideia dos montantes que podia alcançar uma armação bem sucedida para os *Rios*, chegavam a actos inescrupulosos. Gaspar Dias, um dos primeiros almoxarifes nomeados para a capitania dos Alcatrazes, chegou ao cúmulo de largar

603 - O conceito de comércio à longa distância aplicado a Cabo Verde foi desenvolvido por António Correia e Silva num artigo intitulado "Os fundamentos do povoamento", in revista *Oceanos*, Ed. da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, nº 5, Nov. 1990, p. 70 e segs.

o posto e “se fora a caminho de Guiné com um navio que ele armara com um Francisco Lopes sapateiro de que ele ia por capitão”⁽⁶⁰⁴⁾. Mas o mais surpreendente é que Gaspar Dias, não cometia a façanha pela primeira vez. Tratava-se de uma reincidência que, segundo o contador das ilhas, que já lhe tinha chamado atenção e “mandado que tal não fizesse... [mesmo assim, o almoxarife] contra regimento do dito Senhor e de meu mandado se foi a Guiné e armara como dito é e as rendas do dito Senhor ficaram desamparadas sem aí haver quem as arrecadasse e fizesse pôr em arrecadação”⁽⁶⁰⁵⁾. Eis, aqui, um caso claro de infracção (recidiva) que poderia levar até à perda do lugar, no mínimo, por negligência no ofício⁽⁶⁰⁶⁾.

O substituto de Gaspar Dias, nomeado pelo mesmo contador para cobrir a ausência foi o próprio almoxarife da Ribeira Grande que, por sugestão do superior veio então acumular os cargos nas duas capitânias da ilha. Trata-se de Álvaro Dias que, pela conduta que teve no ofício, já mereceu ser objecto de um estudo em que se lhe reconhece como exemplo paradigmático de transgressor das leis do tráfico⁽⁶⁰⁷⁾.

Álvaro Dias, que conseguiu manter-se como proprietário do ofício por mais de um quarto de século, não obstante algumas suspensões e demissões de permeio⁽⁶⁰⁸⁾, infringiu, de todas as maneiras possíveis, as normas da organização. As acusações contra ele vão desde ter mandado resgatar à Guiné certas mercadorias defesas⁽⁶⁰⁹⁾ até a utilização indevida do produto dos impostos

604 - ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 757, in *HGCV-CD*, vol. II, p. 206 (26-Jan-1515). O caso é referenciado por Barcellos, *op. cit.*, p. 71.

605 - *Ibidem*.

606 - Cf. Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*, pp. 200-201.

607 - Iva Maria Ataíde V. Cabral, «A Fazenda Real, campo de contradições entre a Coroa e os moradores de Santiago: Álvaro Dias, almoxarife da Ribeira Grande», in *Stvdia*, nº 51, pp. 177-189.

608 - As concertações entre os denunciadores dos “erros no ofício” e os oficiais denunciados eram frequentes. Daí, serem “inúmeros os oficiais que perderam os lugares por denúncia e que depois nos continuam a aparecer despreocupadamente no cargo. Alguns sobrevivem a duas ou três delações” e isto “porque o denunciado se congrassou com o denunciante, pagando-lhe o silêncio e impedindo a investigação”. Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*, p. 32; 200-202.

609 - ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 25, fl. 76, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 95, 11-Jun-1516.

régios que recolhia: “dízimos em algodão, cavalos, manteigas, queijos, cousas e outras muitas mercadorias que iam dos Reinos de Castela os quais recebia em si e atribuía [em] seu proveito [s]em dar verdadeira conta”. E mesmo escravos que arrecadava para a fazenda régia - duzentos ou cento e cinquenta, segundo vinham nos navios -, “levava para a sua casa e os tinha muitos dias e se servia deles e morriam em seu serviço alguns os quais lançava em despesa contando mais os mantimentos que lhe dava a comer, servindo deles podendo-os logo vender”⁽⁶¹⁰⁾.

Os impostos pagos em Santiago, quer os cobrados sobre as transações comerciais, quer os provenientes da produção agro-pecuária local e que Álvaro Dias retinha em seu poder, causava grandes transtornos aos negócios da fazenda régia. Sobretudo às armações oficiais mantidas pela Coroa no circuito Santiago-*Costa* e que haviam de contar, sempre, com o algodão oriundo dos dízimos para o seu abastecimento. A retenção abusiva praticada pelo almoxarife, que mantinha os ditos algodões arrecadados “atribuídos em seu proveito”, condicionava toda a actividade, obrigando o feitor a suprir a carência pela compra do género, ao preço que encontrasse, com evidente prejuízo para o trato oficial⁽⁶¹¹⁾.

A primeira grelha classificatória dos comportamentos abrangidos pela categoria de desvios genericamente apresentados como “as transgressões do oficialato à volta do tráfico”, parece se esboçar. No entanto, “o caso” Álvaro Dias, com outras modalidades de comportamentos desviantes fornece ainda matéria que há-de enriquecer o quadro. Comportamentos, aliás, tal como os até agora apontados, que viriam a ser experimentados por um número não desprezável de oficiais semelhantes.

Pesam sobre Álvaro Dias, para além das já mencionadas acusações, o cometimento de outras infracções que também poderão ser contabilizadas como de “imoralidade profissional e económica”⁽⁶¹²⁾. Com expedientes diversificados e indo muito além do modesto engenho de “trazer encomendas de Guiné por algumas pessoas e sua mulher

610 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 37, fl. 76, 10-Jun-1524.

611 - *Ibidem*.

612 - V. Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)* p. 200.

por outra, não podendo trazer mais que em cada navio uma”⁽⁶¹³⁾, o oficial, tal qual Gaspar Dias (que armou para a Costa “o que ele não podia fazer” por ordem expressa do contador e “regimento do dito Senhor”), organizou as suas armações⁽⁶¹⁴⁾, em parceria com João Lopes Chaynho, morador da mesma ilha⁽⁶¹⁵⁾, e “com um Afonso Dias, seu irmão”⁽⁶¹⁶⁾.

Nada de muito singular, este acto de armar, repetido que foi por todos os almoxarifes que se encontravam em condições de fazê-lo. Sobre Fernão Fiel de Lugo, dotado de meios para realizar as suas próprias armações, também viria correr a fama de que “o almoxarife é homem que tem fazenda e cura mui pouco de fazer o que convém ao serviço de V. Alteza, porque ele arma muitos navios com muitas mercadorias contra o regimento de Vossa Alteza”⁽⁶¹⁷⁾.

Álvaro Dias contrariou as leis do comércio e da organização não só por encomendar de Guiné um número de mercadorias muito superior ao que lhe era permitido como almoxarife, dentre as quais algumas defesas, como por ter utilizado, para aquisição desses produtos, o que também se achava expressamente proibido pela legislação da época: o algodão da ilha do Fogo. O meirinho da correição, Mendo Pinto, acusado, anos mais tarde, de incorrer nesta mesma infracção de comercializar em Guiné com produtos que a lei dava como nocivos ao trato, fê-lo não com o género local mas com uma série de artigos vindos de fora e igualmente bem cotados no mercado africano: “margaridita, ferro, pregos, roupa da Índia, estanho lavrado, grilhões, ferros d’arado, correntes, fio de Flandres de lã [e] rabos de cavalo” que lhe chegavam clandestinamente do Reino para seguirem imediatamente para a

613 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 37, fl. 76, 10-Jun-1524. Segundo Iva Cabral, dos 37 navios oriundos de Guiné aportados em Santiago entre 1513-1516, em 20 deles teriam vindo por encomenda a Álvaro Dias 46 escravos. «A Fazenda Real, campo de contradições...», in *Stvdia*, nº 51, p. 182.

614 - ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 25, fl. 76, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 95, 11-Jun-1516.

615 - ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 757, in *HGCV-CD*, vol. II, p. 193. Também citado por Iva Cabral, «A Fazenda Real, campo de contradições...», in *Stvdia*, nº 51, p. 181.

616 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 37, fl. 76, 10-Jun-1524.

617 - ANTT, *CC*, I-79-86, 21-Set-1547. Fernão Fiel de Lugo foi nomeado almoxarife da Praia entre 1528-29 (Ângela Domingues e Iva Cabral, «Quadros de oficiais régios até 1562», in *HGCV*, vol. I, p. 438).

Costa⁽⁶¹⁸⁾. Já Fernão Fiel preferiu realizar as suas transações com “ouro e prata e outras cousas muitas que em vossas *Ordenações* são defesas”⁽⁶¹⁹⁾. De Santiago escoava-se, por meios nem sempre conhecidos de todo, tudo quanto se achava vedado ao comércio dos moradores da ilha.

O algodão originário do Fogo, produto reservado exclusivamente para as armações régias, constituía-se, como se sabe, na mercadoria local jamais liberada aos resgates da Costa. As transações do almoxarife, só no que a este produto diz respeito, vão muito para além da venda do produto em Santiago e do seu envio, por encomenda, à Guiné. A par disso, constava a facilitação da mesma prática a outros, reputando-se que Álvaro Dias “despachava a muitas pessoas algodão da ilha do Fogo o qual era defeso por nós por bem do danifícamento que o trato recebe”⁽⁶²⁰⁾. Não estariam entre estes indivíduos, a quem possibilitava, sabe-se lá a que “peitas”, o escoamento do algodão defeso para a Costa, muitos dos denunciados, e por isso incluídos no rol dos casos pendentes retidos em suas mãos já que era, de facto, almoxarife quem “tinha poder para devassadamente conhecer das causas e culpas de Guiné”? Alega-se neste particular, que Álvaro Dias “em seu tempo tinha tiradas e começadas a tirar bem duzentas inquirições as quais ele fazia não virem a feito pelas partes se irem meter em suas mãos. E que por esta razão não procedeu contra quem tinha culpa”⁽⁶²¹⁾.

Na lista das infracções praticadas por esse oficial pode-se encontrar ainda o arrendamento que fazia (a si próprio) da cobrança dos quartos e vintenias de Guiné; a venda a fiado de escravos pertencentes à fazenda régia, “sem irem a pregão”; a sonegação de impostos; o não lançamento em receita de certas multas pagas pelos lançados de Guiné, destinadas à manutenção do Hospital de Todos os Santos (de Lisboa) e ainda a nomeação do seu sobrinho, que se achava homiziado, para escrivão de um navio “não estando ele Gomes Dias ao despacho para fazer livro das mercadorias, homens e armas como mandávamos no Regimento do dito almoxarife e isto pelo dito Gomes Dias matar uma moça”⁽⁶²²⁾.

618 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, P. e L., liv. 35, fl. 256 vº, 17-Nov-1561.

619 - ANTT, CC, I-79-96, 21-Set-1547.

620 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 37, fl. 76, 10-Jun-1524.

621 - *Ibidem*.

622 - *Ibidem*.

Evidentemente que para a realização de todas estas transgressões, e talvez de muitas mais que aí não se acham nomeadas, não podia o almoxarife dispensar a ajuda e convivência dos oficiais que lhe eram mais próximos, nomeadamente, do escrivão do almoxarifado que, por dever de ofício, devia acompanhá-lo em todas as operações que efectuasse em nome da fazenda régia. É a esse título que fica atribuído a Álvaro Dias o crime adicional de consentir “a um escrivão dante si que chamam Luís Carneiro que escrevesse certas falsidades no livro de seu recebimento”⁽⁶²³⁾.

Luiz Carneiro, de quem não se sabe muito mais, talvez não tenha tido a oportunidade de constituir uma carreira própria no domínio das transgressões, o que não terá acontecido com Álvaro Rodrigues que exerceu o mesmo ofício, ao tempo de Álvaro Dias⁽⁶²⁴⁾.

O percurso de Álvaro Rodrigues - que para além de servir de escrivão do almoxarifado da Ribeira Grande, chegou também a ocupar os cargos de almoxarife e de feitor da ilha de Santiago - levou-nos, tal qual fizemos com Álvaro Dias, a considerá-lo um personagem-tipo para efeito de caracterização dos desvios do oficialato régio relacionados com a actividade do tráfico. De comum entre os dois oficiais, o facto de serem ambos, Álvaro Dias e Álvaro Rodrigues, escudeiros da Casa Real⁽⁶²⁵⁾.

O enriquecimento rápido deste último, que entre todos os ofícios que exerceu não chegou a ultrapassar uns poucos anos em funções – de três a quatro – parece indiciar a veracidade das acusações que recaem sobre ele acerca dos desvios praticados nos diferentes postos que ocupou⁽⁶²⁶⁾. Com efeito, Álvaro Rodrigues que teria entrado no ofício de escrivão com um património rondando os vinte mil reais, se tanto, como poderia daí a um ano, apenas, ir a Lisboa e gastar, numa estadia relativamente curta, cerca de duzentos cruzados⁽⁶²⁷⁾? Mesmo assim, o grande momento de realização da fortuna alegada-

623 - ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 25, fl. 76, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 95, 11-Jun-1516.

624 - V. Ângela Domingues e Iva Cabral, «Quadros de oficiais régios até 1562», in *HGCV*, vol. I, p. 438 e 441.

625 - Idem, *ibidem*.

626 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 47, fl. 132, in *HGCV-CD*, vol. I, doc. 116, 14-Nov-1520.

627 - *Ibidem*.

mente alcançada por ele não deverá ter sido aquele em que esteve como escrivão do almoxarifado da Ribeira Grande, mas sim no subsequente passo em que, por ausência de Álvaro Dias, assumiu o cargo de almoxarife. Assim, dois anos mais parecem ter sido suficientes para que conseguisse ter “de fazenda na dita ilha bem setecentos ou oitocentos mil réis e somente d’alugueres de casa tinha trinta ou quarenta mil réis e assim tinha bem quarenta peças d’escravos escolhidos e que tudo assim [concluía-se], era ganhado com nossa fazenda”⁽⁶²⁸⁾.

Das irregularidades de que Álvaro Rodrigues é acusado, algumas correspondem a certas modalidades de desvio já aqui apontadas, enquanto outras se inscrevem claramente no leque das possibilidades ainda não apresentadas. A novidade, de facto, não reside nem nas muitas encomendas que mandava para a Guiné “sendo assim oficial”, nem tão pouco em negar, como feitor que foi, o fornecimento de algodão às armações reais dizendo “que o não tinha, tendo-o”, a fim de poder escoar o seu próprio e a preços muito acima dos do mercado⁽⁶²⁹⁾. Tais violações às normas da organização já as tínhamos em conta pelos feitos do almoxarife anterior.

O que nos faltou anotar, por não constar no histórico de Álvaro Dias, tem a ver, por exemplo, com a troca de peças de escravos de propriedade do almoxarife “por outras melhores das nossas [i. é, da fazenda régia] que valiam um por três das suas”; tem a ver com a (compra e) venda ilícita e sobrecotada de cavalos que na dita ilha valiam “dois e três cruzados [e] ele os comprava pelo dito preço e no los entroncava na dita feitoria a escravo cada um”; e ainda com a compra de algodão que fazia, com o dinheiro régio e ao preço módico de “cento e cinquenta e a duzentos réis o quintal” para a sua posterior venda aos navios da feitoria “a trezentos réis”⁽⁶³⁰⁾.

As formas encontradas pelos almoxarifes para sobrepor os seus interesses aos da fazenda régia são das mais variadas e as conivências ou conluíus estabelecidos entre esses oficiais e os seus escrivães podem ser notadas aos mais diversos níveis. Álvaro Dias, muito

628 - *Ibidem*.

629 - *Ibidem*.

630 - *Ibidem*.

possivelmente, induziu Luís Carneiro a “escrever falsidades no livro de seu recebimento” enquanto Álvaro Rodrigues, como almoxarife “vendera a um Salvador de Boim que servia d’escrivão dante ele as pipas de vinho e outras mercadorias que houve da dízima dos navios que aí vieram de Castela e isto por tal preço que depois se tornaram a vender por ambos pelo dobro”⁽⁶³¹⁾.

Esses dois escrivães do almoxarifado agiram (como, aliás, devia ser mais comum), mancomunados com os seus superiores directos. No entanto, não faltariam aqueles que transgrediriam as leis da organização por sua inteira conta e risco. Foi o caso de Diogo Álvares, escrivão do almoxarifado da ilha do Fogo “que contra a nossa defesa e ordenação teve parte e parceria [com] os rendeiros dos dízimos da dita ilha”⁽⁶³²⁾. A subversão dos escrivães, ou mesmo dos almoxarifes pelos rendeiros dos direitos reais deve ter ocorrido com alguma frequência, contando estes, com isso, neutralizar a fiscalização a que se encontrava submetida a recolha dos impostos, durante a vigência dos arrendamentos. Enquanto escrivão, Álvaro Rodrigues também foi acusado de transgressão semelhante⁽⁶³³⁾.

Mas envolvidos com o tráfico não estiveram somente os oficiais da fazenda. Já mencionamos o caso de Mendo Pinto, meirinho da correição que tratava na Costa com mercadorias defesas. Evoquemos, agora, o nome de Diogo Barasa, que sendo escrivão dos órfãos e dos defuntos de Santiago comprava, “peças d’escravos, vacas, cabras, porcos, manteiga, roupas, móveis e teadas para o trato de Guiné por menos preço do que valiam, sendo fazenda de órfãos de que ele era escrivão de seus inventários”, [...] e mesmo comprara e houvera outras peças d’escravos e muitas pipas de vinho e sacas d’algodão, roupas feitas de panos e cores e de linho e outras mercadorias que tinha comprado por terceiras pessoas nas almoedas dos ditos defuntos sendo ele escrivão de seus inventários e almoedas no que tinha ganhado muito dinheiro por as haver por muito menos preço do que valiam e as mandava vender para o trato de Guiné”⁽⁶³⁴⁾.

631 - *Ibidem*.

632 - ANTT, *Chanc. D. Manuel*, liv. 24, fl. 15 vº, in *HGCV-CD*, vol. I, 30-Jan-1515.

633 - ANTT, *Chanc. D. João III*, liv. 47, fl. 132, in *HGCV*, vol. I, doc. 116, 14-Nov-1520.

634 - ANTT, *Chanc. D. Seb. e D. Henr.*, Doações, liv. 1, fls. 278 vº - 280, 13-Mar-1559.

De todas as categorias de oficiais de que temos exemplo de se terem envolvido com o tráfico de forma ilícita e portanto lesiva à organização, nenhuma, nem a dos almoxarifes, talvez, que depois de passada a fase inicial dos resgates começam a escassear como personagens destacados das transgressões praticadas à volta do tráfico, nenhuma (repito) esteve tão implicada com esses actos quanto os governadores. Uma das constatações que pudémos fazer, é a da substituição daqueles oficiais por estes no protagonismo das transgressões e desvios relacionados com o tráfico, quase que acto contínuo à criação do governo geral para Cabo Verde.

As acusações contra a maioria dos governadores, são várias mas dentre elas, a de monopolizar o tráfico com Costa será, sem muitas dúvida, a que se revestia de maior gravidade pelo impacto que tinha sobre a economia local. Os moradores das ilhas, que não podiam abdicar do seu privilégio de resgate, concedido desde o longínquo ano de 1466, eram os que sentiam, de imediato, os efeitos dessa atitude abusiva dos governadores. Por isso, as câmaras que os representavam, em especial a da Ribeira Grande, inundavam o centro decisor com cartas reivindicativas. De um parecer do juiz da Índia e Mina, acerca das queixas que lhe haviam chegado da capital das ilhas a este respeito, pode-se deduzir o que foi a prática dos governadores com relação ao tráfico de Guiné:

“E prova-se, [relatava o juiz, referindo-se ao inquérito realizado na sequência uma carta da Câmara, escrita em 1623] que alguns Governadores tomam para si o trato, e comércio dos Rios de Guiné, do que os moradores da ilha se sentem e queixam muito, porque o remédio deles e da terra depende de negociarem para aqueles Rios, e que segundo são os Governadores assim sucede nesta matéria. Porque Francisco Martins de Siqueira impedia aos moradores da Ilha o comércio para os Rios, e Nicolau de Castilho também era rigoroso com lhes dar licença; e que Dom Francisco de Moura, procedeu honradamente neste particular, e de maneira que não houve queixas dele. E que D. Francisco Rollim começou seu governo de sorte que se queixavam os moradores dele neste particular. Porém faleceu brevemente. E prova-se que aquela ilha está muito pobre. E que o estará mais se os Governadores não deixarem negociar os moradores, e embarcar suas fazendas para os Rios”⁽⁶³⁵⁾.

635 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 2, doc. 20, 23-Jan-1624.

Repare-se que nesta sequência, dos cinco governadores nomeados, apenas um não se tinha excedido em matéria de comércio nos *Rios*. Mas os nomes dos governadores bem poderiam ser outros, não excluindo o do bispo D. Frei Manoel Afonso da Guerra que, no primeiro quartel do século XVII, chegou a assumir, interinamente, o governo das Ilhas. A seu respeito, Barcellos teceria o seguinte comentário:

“este prelado tinha o mesmo defeito de alguns governadores, de monopolisar o comércio também para si, e não merecer a estima geral, pois como era notório muitos diziam mal dele. Efectivamente, mais tarde essas informações sobre o bispo eram confirmadas pelo seu sucessor D. Manuel Lourenço Garro, que encontrando no seu espólio 80.000 cruzados, os distribuiu pelos pobres dizendo ser o sangue deles”⁽⁶³⁶⁾.

De facto, não sendo o comércio absolutamente vedado a estes oficiais, e podendo eles realizá-lo comedido, considerado os interesses da comunidade os governadores exerciam-no com toda a largueza, sem nenhum sentido de dignificação do posto que ocupavam. Faziam os seus negócios aproveitando-se de modo abusivo da autoridade da qual se encontravam investidos, em claro prejuízo das suas funções político-administrativas. Estas, face às conveniências particulares, viam-se totalmente subalternizadas. Os deveres para com a função confrontados com interesses privados, se viam, quando não reduzidos ao mínimo, sucumbidos por completo.

A devassa a que foi submetido o governador Jorge de Mesquita de Castelo Branco é bastante reveladora neste sentido, permitindo recuperar, quase que com um único exemplo, uma série de actos desviantes protagonizados pela maior autoridade instituída para as ilhas. Já no preâmbulo do relatório do Conselho Ultramarino respeitante às suas culpas, se pressente o que há-de concluir-se, acerca da conduta desse governador que “depois de tomar posse procedeu com tanta ambição que não tratou mais que de suas conveniências e de adquirir dinheiro por todas as vias que pôde sem respeito à sua consciência nem ao bem comum daquele povo”⁽⁶³⁷⁾.

636 - Barcellos, *op. cit.*, Parte I, p. 229.

637 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 5, doc. 7, 22-Ago-1653.

A primeira conta do extenso rosário de violações, composto com cerca de quarenta itens corresponde, de facto, ao monopólio que este oficial fizera do comércio de Guiné, não consentindo “que pessoa alguma mandasse fazenda aos ditos portos”, proibição que o governador guardava, aliás, com muito rigor não dispensando, para isso, a ajuda e auxílio da milícia local⁽⁶³⁸⁾. Esta atitude estará na base de muitas outras transgressões e irregularidades apuradas contra Jorge de Mesquita que, em todo o tempo do seu governo procurou assenhorear-se por inteiro de todo comércio praticado em Santiago.

Com efeito, o governador, não somente achou por bem obrigar os moradores da ilha a venderem para si, e aos preços que impunha, todas as fazendas que tivessem para embarcar, como fez estanke dos vinhos “não consentindo que pessoa alguma os vendesse nem pudesse comprar os que de fora viessem”⁽⁶³⁹⁾. E assim mesmo procedeu com os demais produtos dos comerciantes europeus, coagindo-os a vender tudo o que traziam “a baixo preço”. No processo da sua devassa, encontram-se arrolados inúmeros casos em que teria o governador obrigado os mercadores, a lhe entregarem as suas mercadorias, a preços irrisórios, para ser ele próprio a colocá-las no mercado local, ou externo. Entre as vítimas, podem-se encontrar: dois mercadores madeirenses, um de vinhos e outro de açúcar; um outro proveniente de Seia, com “vinhos, azeite, farinhas, cal, tijolo, telhas e louça e taboados”; três navios franceses, um “carregado de peixe que levava aos Barbados”, outro de roupas e o terceiro com “fazendas”; um navio de São Tomé, com negros para vender mas que “querendo-lhos comprar um capitão castelhano que veio de Havana a comprar escravos, o governador não lho consentiu”; e outros mais⁽⁶⁴⁰⁾.

A sindicância ainda apurou que o governador arrematava para si o produto das naus confiscadas aos holandesas e aos ingleses, tudo a preços baixíssimos, havendo também acusações de apropriação ilícita de bens públicos originários dos despojos dos navios e alheios. Todos

638 - *Ibidem*.

639 - *Ibidem*.

640 - *Ibidem*.

estes expedientes o tornaram, em pouco tempo de governo, possuidor de “mais de cinquenta mil cruzados”⁽⁶⁴¹⁾.

Jorge de Mesquita de Castelo Branco teria levado ao extremo a prática de monopolizar o comércio realizado nas ilhas mas muitos dos seus antecessores já haviam tido a mesma experiência, segundo, aliás, o conteúdo da carta da Câmara da Ribeira Grande atrás referida. Um dos governadores mencionados no documento foi Francisco Martins de Siqueira (1610-1614) de quem também ficou provado que “tomava por força contra vontade dos moradores desta ilha os panos que tinham para levar ao resgate de Guiné [...] E lhes pagava por menos do que valiam”. E assim mesmo fazia com algumas pessoas que traziam os seus escravos de Guiné, comprando a vinte e cinco mil réis as que valiam trinta e a trinta as que valiam quarenta⁽⁶⁴²⁾. Menos absoluto do que seria, posteriormente Jorge de Mesquita, Francisco Martins não chegava propriamente a impedir que os moradores da ilha fossem ou mandassem as suas fazendas à Guiné. Somente “dilatava a licença” requerida por alguns deles de modo a poder colocar nas armações feitas em Santiago, antes de qualquer pessoa, o carregamento que lhes impingia “de seus mantimentos, algodões e roupas”⁽⁶⁴³⁾.

De comum ainda com Jorge de Mesquita, era o facto de Francisco Martins de Siqueira fazer com que fosse arrematado para si próprio e a um valor inferior ao maior lance dado, o produto dos impostos que ia, por sua ordem, a pregão - pipas de vinho, por exemplo, ou peles de gado cabrum originárias das ilhas de *Barlavento* e do Maio. A diferença entre os dois é que no caso de Francisco Martins, talvez pelo facto de ser ele o Provedor da Fazenda, ao invés de aparecer como interessado na arrematação, mandava “lançar nelas por terceiro”⁽⁶⁴⁴⁾.

Os métodos de ambos também se mostram semelhantes com relação à extorção praticada com os navios de origem estrangeira, que no caso de Francisco Martins se viam detidos no porto da cidade “sem

641 - *Ibidem*.

642 - AHU, *Cabo Verde*, cx. 1, doc. 35, 04-Jul-1614.

643 - *Ibidem*.

644 - *Ibidem*.

causa justa” a fim de se verem obrigados a “tornarem a vender o que tinham comprado” para refazerem suas matalotagens que, entretanto, haviam consumido.

Num acto, em particular, Francisco Martins de Siqueira parece ter ido mais longe do que Jorge de Mesquita: armou para Guiné com mercadorias defesas, nomeadamente ferro, espadas e fazendas da Índia, o que teria feito mediante “licença” (!) de João Soeiro, contratador, e do seu respectivo feitor.

FON^{TES} E BIB^{LIOGRAFIA}

FON^{TES}:

a) manuscritas*:

Archivo General de Simancas
Secretarias Provinciales

Arquivo Histórico Ultramarino
Cabo Verde, Papéis Avulsos, Caixas 1 a 23

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo:
Cartório Notarial
Chancelaria de D. Filipe I
Chancelaria de D. Filipe II
Chancelaria de D. João III
Chancelaria de D. Manuel

* Excepto o fundo “Cabo Verde”, pertencente ao Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e que foi consultado *in loco*, todos os demais manuscritos aqui mencionados foram vistos não nos seus originais mas pelas cópias e/ou microfilmes existentes no Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do IICT, que alberga um importante espólio documental respeitante não somente a Cabo Verde mas à África Ocidental, em geral. Evidentemente que o nosso trabalho, mesmo assim não escasso, foi bastante facilitado, por encontrarem-se concentradas, num lugar só e que nos foi acessível por ser membro do Projecto para a elaboração da História Geral de Cabo Verde, fontes provenientes de Arquivos vários e que dificilmente poderíamos reunir com o nosso esforço próprio, apenas. Fica aqui expresso o nosso agradecimento a esta Instituição.

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique
Confirmações Gerais
Corpo Cronológico
Mesa da Consciência e Ordens
Núcleo Antigo
Inquisição de Évora, Livro de Denúncias

b) Impressas:

Brásio, Pde António, *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, vols. I a V, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1958 -1979.

Carreira, António (Apresentação, notas e comentários), *Notícia Corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde, dos Exmos. Bispos, Governadores e Ouvidores, e os sucessos mais memoráveis e verídicos, tirados dos livros e papéis antigos. E assim mais algumas insinuações dos meios mais conducentes para o restabelecimento deles por se achar na última decadência*, por um Anónimo de 1784, Edição do Instituto Caboverdeano do Livro, Lisboa, 1985.

História Geral de Cabo Verde - Corpo Documental, 2 vols., Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa / Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, Praia, 1988-1990.

Marques, João Martins da Silva, *Descobrimentos Portugueses*, 3 vols., Edição do Instituto para a alta Cultura, Lisboa, 1971.

Ordenações Afonsinas, liv. I, II III, V, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984.

Ordenações Manuelinas, liv. I, II, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984.

Ordenações Filipinas, liv. I, II, V, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985.

BIBLIOGRAFIA:

- ANDRADE, Amélia Aguiar, «Estado, Territórios e Administração Régia Periférica», in *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XII-XV)*, Ciclo de Conferências, UAL Editora, Lisboa, 1999.
- BARCELLOS, Christiano José de Senna, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Partes I e II, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1899-1900.
- BARRETO, João, *História da Guiné, 1418-1918*, Edição do Autor, Lisboa, 1938.
- BARROS, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, tomos I a XI, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 2ª edição, , 1945-1954.
- BOXER, C. R., *O Império Colonial Português (1415-1825)*, Edições 70, Lisboa, 2ª edição, 1981.
- BRAGA, Paulo Drumond, «Da protecção aos desfavorecidos na Madeira no tempo de D. João II e D. Manuel: cativos e órfãos», in *Revista Ilzenha*, nº 13, Jul-Dez 1993, Funchal, 1993.
- CABRAL, Iva Maria, Ataíde V., “A Fazenda Real, campo de contradições entre a Coroa e os moradores de Santiago: Álvaro Dias, almoxarife da Ribeira Grande”, *Stvdia*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga - Instituto de Investigação Científica Tropical, nº 51, Lisboa, 1992.

- CAETANO, Marcello, *História do Direito Português [1140-1495]*, Editorial Verbo, Lisboa - S.Paulo, 2ª edição, 1985.
- CARREIRA, António, «Alguns Aspectos da Administração pública em Cabo Verde no século XVIII», in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº 105 do ano XXVII, Bissau, 1972.
- CARREIRA, António, *Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, 2ª ed., Instituto Cabo-Verdeano do Livro, Lisboa, 1983.
- CARREIRA, António, “A Capitania das ilhas de Cabo Verde: organização civil, eclesiástica e militar (séculos XVI-XIX). Subsídios”, *Revista de História Económica e Social*, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, nº 19, 1987, pp. 33-76.
- CARVALHO, Sérgio Luís de, *Assistência e Medicina no Portugal Medieval*, Edição do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, s.d.
- CHELMICKI, José Conrado Carlos de, e Varnhagen, Francisco Adolfo de, *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geográfico-Histórica da Província das Ilhas de Cabo-Verde e Guiné*, 2 tomos, Typografia de L. C. da Cunha, Lisboa, 1841.
- COATES, Timothy J., *Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela Coroa no império português - 1550-1755*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Colecção “Outras Margens” Lisboa, 1998.
- COHEN, Zelinda, «Administração das ilhas de Cabo Verde e seu distrito no segundo século de colonização (1560-1640)», *HGCV*, vol. II (coord. Maria Emília Madeira Santos), IICT / INAC, Lisboa / Praia, 1995.
- COHEN, Zelinda, “Algumas reflexões sobre a colonização da ilha do Fogo”, *Magma*, Mindelo, nº 5/6, 1990.
- COHEN, Zelinda, “Subsídios para a História Geral de Cabo Verde - Os contratos de arrendamento para a cobrança das rendas e direitos reais das ilhas de Cabo Verde (1501-1560)”, *Stvdia*, CEHCA - IICT, nº 53, Lisboa, 1994.
- COHEN, Zelinda, “O provimento dos oficiais da justiça e da fazenda para as ilhas de Cabo Verde”, *Stvdia*, Centro de Estudos de

- História e Cartografia Antiga - Instituto de Investigação Científica Tropical, nº 51, Lisboa, 1992.
- CORREIA e Silva, António «Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico», *HGCV*, vol. II (coord. Maria Emília Madeira Santos), IICT / INAC, Lisboa / Praia, 1995.
- CORREIA e Silva, António, «Espaço, Ecologia e Economia Interna», *HGCV*, vol. I (coord. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos), IICT / DGPC, Lisboa / Praia, 1991.
- CORREIA e Silva, António, “A formação histórica do espaço do arquipélago de Cabo Verde - séc. XV-XVI - uma tentativa de abordagem”, *Revista Magma*, Mindelo, nº 5/6, 1990.
- CORREIA e Silva, António, “Os fundamentos do povoamento”, in *Oceanos*, Ed. da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, nº 5, Nov. 1990.
- CORREIA e Silva, António, «A sociedade agrária - Gentes das águas: senhores, escravos e forros», *HGCV*, vol. II (coord. Maria Emília Madeira Santos), IICT / INAC, Lisboa / Praia, 1995.
- DOMINGUES, Ângela, «Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento», *HGCV*, vol. I (coord. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos), IICT / DGPC, Lisboa / Praia, 1991.
- DOMINGUES, Ângela, “Subsídios para a História Geral de Cabo Verde - O aparelho judicial de Santiago (1462-1524)”, *Stvdia*, CEHCA - IICT, nº 50, Lisboa, 1991.
- DOMINGUES, Ângela e CABRAL, Iva, «Quadros de oficiais régios até 1562», in *HGCV*, vol. I (coord. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos), IICT / DGPC, Lisboa / Praia, 1991.
- DIAS, Manuel Nunes, *O Capitalismo Monárquico Português*, vol. I, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1963.
- DUARTE, Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, Coleção “Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas”, Lisboa, 1999.
- DUARTE, Luís Miguel, «Órgãos e Servidores do Poder Central: Os “Funcionários Públicos” de Quatrocentos”, in *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XII-*

- XV), Ciclo de Conferências, UAL Editora, Lisboa, 1999.
- FERNANDES, Ernesto e Rego, Aníbal, *História do Direito Português - súmula das lições proferidas pelo Exmo Doutor Marcelo Caetano no curso do 1º ano Jurídico de 1940-41 na Faculdade de Direito de Lisboa*, Imprensa Baroeth, Lisboa, 1941.
- GUERRA, Luiz De Bívar, «A sindicância do desembargador Custódio Correia de Matos às Ilhas de Cabo Verde em 1753 e o regimento que deixou à Ilha de São Nicolau», in *Stvdia*, nº 2, Julho 1958, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Portugal, 1958.
- HESPANHA, António Manuel, *História das Instituições - Épocas Medieval e Moderna*, Editora Almedina, Coimbra, 1982.
- HESPANHA, António Manuel, “Justiça e Administração entre o Antigo Regime e a Revolução”, *Hispania. Entre derechos propios y derechos nacionales. Atti dell’incontro di studio*, Firenze, 1990.
- HESPANHA, António, “O notariado e o pluralismo jurídico em torno de uma experiência histórica”, *Revista do Notariado* (dir. Carlos Chagas), nº 10 / 11, Tipografia Duarte Ltda, Lisboa, 1982-83.
- HESPANHA, António Manuel, *Poder e Instituições no Antigo Regime - Guia de Estudo*, Edições Cosmos, Cadernos Penélope, 1, Lisboa, 1992.
- HESPANHA, António Manuel, *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*, Colectânea de Textos, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984.
- HESPANHA, António Manuel, *As Vésperas do Leviathan, Instituições e Poder Político - Portugal séc. XVII*, Edição do Autor, Lisboa, 1988.
- HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*, vol. I (coord. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos), Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa / Direcção -Geral do Património Cultural de Cabo Verde, Praia, 1991.
- HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE*, vol. II (coord. Maria Emília Madeira Santos), Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa / Instituto Nacional de Cultura, Praia, 1995.
- LOPES, Maria José, *Surgimento de Câmaras Municipais nas ilhas do*

- Norte: Santo Antão, S. Nicolau e S. Vicente : Notas para o seu Estudo*, Coleção Monografias, Instituto do Arquivo Histórico Nacional, Praia, 2005.
- MATOS, Artur Teodoro de, «Santo Antão de Cabo Verde (1724-1732): da ocupação inglesa à criação do regime municipal. Mutações Políticas, recursos económicos e estruturas sociais » in *Anais da II Reunião Internacional da História de África: A Dimensão Atlântica da África*, Rio de Janeiro, 1996, pp. 187-202.
- MENESES, Avelino de Freitas de, «A Administração filipina nos Açores: mudança, permanência e circunstância», in *A União Ibérica e o Mundo Atlântico* (coord. Maria da Graça M. Ventura), Edições Colibri, Lisboa, 1997.
- MIRANDA, Suzana Münch, *A Fazenda Real na Ilha da Madeira - Segunda metade do século XVI*, Centro de Estudos de História do Atlântico / Instituto de História Além-Mar, Funchal / Lisboa, 1994.
- MOTA, A. Texeira da, «A primeira visita de um governador das Ilhas de Cabo Verde à Guiné (António Velho Tinoco c. 1575)», *Série Separatas*, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Agrupamento dos Estudos de Cartografia Antiga, Lisboa, XXIII, 1968.
- RAU, Virgínia, “Feitores e feitoria «instrumentos» do comércio internacional português no século XVI”, in *Estudos sobre história económica e social do Antigo Regime*, Editorial Presença, Lisboa, 1984.
- SALDANHA, António Vasconcelos de, *As Capitanias. O Regime Senhorial na Expansão Ultramarina Portuguesa*, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992.
- SALGADO, Graça (coord.), *Fiscais e Meirinhos . A Administração no Brasil Colonial*, Editora Nova Fronteira, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1985.
- SANTOS, Maria Emília e CABRAL, Iva, «O nascer de uma sociedade através do morador-armador», in *História Geral de Cabo Verde*, vol. I (coord. Luís Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos), IICT / DGPC, Lisboa / Praia, 1991.
- SANTOS, Maria Emília Madeira e SOARES, Maria João, «Igreja, Missio-

- nação e Sociedade», in *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, (coord. Maria Emília Madeira Santos), IICT / INAC, Lisboa / Praia, 1995.
- Shils, Edward, *Centro e Periferia*, Colecção Memória, Difel, 1988.
- SUBTIL, JOSÉ, «MODERNIDADES E ARCAÍSMOS DO ESTADO DE QUINHENTOS», in *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XII-XV)*, Ciclo de Conferências, UAL Editora, Lisboa, 1999.
- SUBTIL, José, «*Os poderes do centro*», in *História de Portugal* (dir. José Matoso), 4º vol. (coord. António Manuel Hespanha), Círculo de Leitores, Ltda. e Autores, Lisboa, 1993.
- TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias, *A Ilha de São Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004.
- TORRÃO, Maria Manuel, «Subsídios para a História Geral de Cabo Verde: «O algodão da ilha do Fogo: uma matéria-prima de produção afro-européia para uma manufactura africana», *Magma*, Mindelo, nº 5/6, 1990.
- TORRES, Ruy d'Abreu, “Almoxarifado”; “Devassa”; “Mamposteiros ou Pedidores”; “Ouvidores”, in *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), vols. I, II e IV, Livraria Figueirinhas, Porto, 1989.
- VERLINDEN, Charles, “António da Noli e a Colonização das Ilhas de Cabo Verde”, in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III série, nº 7, 1963.
- VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases (...)*, Edição Crítica, 2 vols., Livraria Civilização, Porto-Lisboa, 1965-1966.
- WALLERSTEIN, I., *Le Système du Monde du XV^e Siècle a nos Jours*, vol. I, *Capitalisme et Économie-Monde: 1450-1640*, Flammarion, Nouvelle Bibliothèque Scientifique, Paris, 1980.



“O livro *Spleen et idéal* é o primeiro do ciclo de *Fleurs du Mal*.
O *idéal* proporciona a força de lembrança;
o *Spleen* lhe opõe a horda dos segundos”.

Walter Benjamin, *Sobre alguns temas em Baudelaire*

C.P.nº 671, Cidade da Praia
Email: jvlopes@cvtelecom.cv
Propriedade: António Correia e Silva, Daniel Spínola, Jorge Tolentino,
José Luís C. Hopffer Almada, José Vicente Lopes e Mário Lúcio Sousa.

Outros títulos publicados

FICÇÃO

Desassossego, Fernando Monteiro
Talamungongo, Filipe Correia de Sá
Diário das Ilhas, Manuel Veiga
A louca de Serrano, Dina Salústio
Lágrimas de bronze, Danny Spínola
Lagoa gémia, Danny Spínola
Nimores e Clara & Amores de rua, Oswaldo Osório
A Fortuna dos Dias, José Vicente Lopes

POESIA

O silêncio acusado de alta traição e incitamento ao mau hálito geral, Jorge Carlos Fonseca
Signos da luz, Mário Lúcio Sousa
Son di virason, Kaká Barbosa
L'Odiférante évidence de soleil qui est une orange, Mário Fonseca
Exemplo coevo, João Vário
Paraíso apagado por um trovão, José Luís Tavares

ENSAIO

Cabo Verde, O ciclo ritual das festividades da tabanca, José Maria Semedo e Maria R. Turano
Histórias de um Sahel insular, António Leão Correia e Silva
Boavista: ilha de capitães (sociedade e cultura), Germano Lima
Bilinguismo ou diglossia, Dulce Almada Duarte
Caboverdianidade e africanidade e outros textos, Manuel Duarte,
Partes do fundador, Manuel Duarte
Direitos humanos, ou Uma certa saudade do futuro, Jorge Tolentino
Educação e classes sociais em Cabo Verde, Manuela Afonso
Mal-estar no jornalismo caboverdeano, Isabel Lopes Ferreira

Cabo Verde, Os bastidores da independência, José Vicente Lopes

Rabidantes, Comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde, Marzia Grassi

Combates pela história, António Leão Correia e Silva

Cabo Verde, A abertura política e a transição para a democracia, Roselma Évora

A explicação do mundo (entrevistas), José Vicente Lopes

Cidadania e liberdade, Jorge Tolentino

XIS DA QUESTÃO

Cabo Verde, As causas da independência, José Vicente Lopes

A escravatura em Cabo Verde, João Lopes Filho

